

Bougleux Bomjardim da Silva Carmo

# RETRATOS INTEMPESTIVOS EM DIÁLOGOS DO SUL BAIANO

Bougleux Bomjardim da Silva Carmo

# RETRATOS INTEMPESTIVOS EM DIÁLOGOS DO SUL BAIANO

| São Paulo | 2021 |



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2021 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

## CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

### Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela  
*Universidade Católica do Paraná, Brasil*

Alaim Souza Neto  
*Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil*

Alessandra Regina Müller Germani  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Alexandre Antonio Timbane  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Alexandre Silva Santos Filho  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Aline Daiane Nunes Mascarenhas  
*Universidade Estadual da Bahia, Brasil*

Aline Pires de Moraes  
*Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil*

Aline Wendpap Nunes de Siqueira  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Ana Carolina Machado Ferrari  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Andre Luiz Alvarenga de Souza  
*Emill Brunner World University, Estados Unidos*

Andreza Regina Lopes da Silva  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Antonio Henrique Coutelo de Moraes  
*Universidade Católica de Pernambuco, Brasil*

Arthur Vianna Ferreira  
*Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Bárbara Amaral da Silva  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Beatriz Braga Bezerra  
*Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil*

Bernadette Beber  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Breno de Oliveira Ferreira  
*Universidade Federal do Amazonas, Brasil*

Carla Wanessa Caffagni  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Carlos Adriano Martins  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Caroline Chioquetta Lorenset  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Cláudia Samuel Kessler  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Daniel Nascimento e Silva  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Daniela Susana Segre Guertzenstein  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Danielle Aparecida Nascimento dos Santos  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Delton Aparecido Felipe  
*Universidade Estadual de Maringá, Brasil*

Dorama de Miranda Carvalho  
*Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil*

Doris Roncareli  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Edson da Silva  
*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*

Elena Maria Mallmann  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Emanuel Cesar Pires Assis  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*



Erika Viviane Costa Vieira  
*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*

Everly Pegoraro  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Fábio Santos de Andrade  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Fauston Negreiros  
*Universidade Federal do Ceará, Brasil*

Felipe Henrique Monteiro Oliveira  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Fernando Barcellos Razuck  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Francisca de Assiz Carvalho  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Gabrielle da Silva Forster  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Guilherme do Val Toledo Prado  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Hebert Elias Lobo Sosa  
*Universidad de Los Andes, Venezuela*

Helciclever Barros da Silva Vitoriano  
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
Anísio Teixeira, Brasil*

Helen de Oliveira Faria  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Heloisa Candello  
*IBM e University of Brighton, Inglaterra*

Heloisa Juncklaus Preis Moraes  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Humberto Costa  
*Universidade Federal do Paraná, Brasil*

Ismael Montero Fernández,  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*

Jeronimo Becker Flores  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Jorge Eschriqui Vieira Pinto  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia  
*Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Josué Antunes de Macêdo  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Júlia Carolina da Costa Santos  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Juliana de Oliveira Vicentini  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Julierme Sebastião Morais Souza  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Karlla Christine Araújo Souza  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Laionel Vieira da Silva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Leandro Fabricio Campelo  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Leonardo Pinheiro Mozdzenski  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Lidia Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Luan Gomes dos Santos de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Luciano Carlos Mendes Freitas Filho  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Lucila Romano Tragtenberg  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Lucimara Rett  
*Universidade Metodista de São Paulo, Brasil*

Marceli Cherchiglia Aquino  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Marcia Raika Silva Lima  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Marcos Pereira dos Santos  
*Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México*

Marcos Uzel Pereira da Silva  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Marcus Fernando da Silva Praxedes  
*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil*

Margareth de Souza Freitas Thomopoulos  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Maria Angelica Penatti Pipitone  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Maria Cristina Giorgi  
*Centro Federal de Educação Tecnológica  
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria de Fátima Scaffo  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Maria Isabel Imbrônio  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Maria Luzia da Silva Santana  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Maria Sandra Montenegro Silva Leão  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*



Michele Marcelo Silva Bortolai  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Miguel Rodrigues Netto  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Nara Oliveira Salles  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Neli Maria Mengalli  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Patricia Biegling  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Patricia Helena dos Santos Carneiro  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Patricia Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Patricia Mara de Carvalho Costa Leite  
*Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil*

Paulo Augusto Tamanini  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Priscilla Stuart da Silva  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Radamés Mesquita Rogério  
*Universidade Federal do Ceará, Brasil*

Ramofly Bicalho Dos Santos  
*Universidade de Campinas, Brasil*

Ramon Taniguchi Piretti Brandao  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Rarielle Rodrigues Lima  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Raul Inácio Busarello  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Renatto Cesar Marcondes  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Ricardo Luiz de Bittencourt  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Rita Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Robson Teles Gomes  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Rodiney Marcelo Braga dos Santos  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*

Rodrigo Amancio de Assis  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Rodrigo Sarruge Molina  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Rosane de Fatima Antunes Obregon  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Sebastião Silva Soares  
*Universidade Federal do Tocantins, Brasil*

Simone Alves de Carvalho  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Stela Maris Vaucher Farias  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Tadeu João Ribeiro Baptista  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Taiza da Silva Gama  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Tania Micheline Miorando  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Tarcisio Vanzin  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Thiago Barbosa Soares  
*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

Thiago Camargo Iwamoto  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Thiago Guerreiro Bastos  
*Universidade Estácio de Sá e Centro Universitário Carioca, Brasil*

Thyana Farias Galvão  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Valdir Lamim Guedes Junior  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Valeska Maria Fortes de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Vania Ribas Ulbricht  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Walter de Carvalho Braga Júnior  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Wagner Corsino Enedino  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Wanderson Souza Rabello  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Washington Sales do Monte  
*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Wellington Furtado Ramos  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*



## PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

### Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adilson Cristiano Habowski  
*Universidade La Salle - Canoas, Brasil*

Adriana Flavia Neu  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Aguimario Pimentel Silva  
*Instituto Federal de Alagoas, Brasil*

Alessandra Dale Giacomin Terra  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Alessandra Figueiró Thornton  
*Universidade Luterana do Brasil, Brasil*

Alessandro Pinto Ribeiro  
*Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Alexandre João Appio  
*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Aline Corso  
*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Aline Marques Marino  
*Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil*

Aline Patricia Campos de Tolentino Lima  
*Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil*

Ana Emídia Sousa Rocha  
*Universidade do Estado da Bahia, Brasil*

Ana Iara Silva Deus  
*Universidade de Passo Fundo, Brasil*

Ana Julia Bonzanini Bernardi  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

André Gobbo  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

André Luis Cardoso Tropiano  
*Universidade Nova de Lisboa, Portugal*

André Ricardo Gan  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Andressa Antonio de Oliveira  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Andressa Wiebusch  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Angela Maria Farah  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Anísio Batista Pereira  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Anne Karynne da Silva Barbosa  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Antônia de Jesus Alves dos Santos  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Antonio Edson Alves da Silva  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Ariane Maria Peronio Maria Fortes  
*Universidade de Passo Fundo, Brasil*

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior  
*Universidade do Estado da Bahia, Brasil*

Bianca Gabriely Ferreira Silva  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Bianka de Abreu Severo  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos  
*Universidade do Vale do Itajaí, Brasil*

Bruna Donato Reche  
*Universidade Estadual de Londrina, Brasil*

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Camila Amaral Pereira  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Carlos Eduardo Damian Leite  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Carlos Jordan Lapa Alves  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Carolina Fontana da Silva  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Carolina Fragoço Gonçalves  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Cássio Michel dos Santos Camargo  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil*

Cecilia Machado Henriques  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Cintia Morales Camillo  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Claudia Dourado de Salces  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Cleonice de Fátima Martins  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Cristiane Silva Fontes  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Cristiano das Neves Vilela  
*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Daniele Cristine Rodrigues  
*Universidade de São Paulo, Brasil*



Daniella de Jesus Lima  
*Universidade Tiradentes, Brasil*

Dayara Rosa Silva Vieira  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Dayse Rodrigues dos Santos  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Dayse Sampaio Lopes Borges  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Deborah Susane Sampaio Sousa Lima  
*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*

Diego Pizarro  
*Instituto Federal de Brasília, Brasil*

Diogo Luiz Lima Augusto  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil*

Ederson Silveira  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Elaine Santana de Souza  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense  
Darcy Ribeiro, Brasil*

Eleonora das Neves Simões  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Elias Theodoro Mateus  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Elieni Borges Leal  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Elizabete de Paula Pacheco  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Elizânia Sousa do Nascimento  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Elton Simomukay  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Elvira Rodrigues de Santana  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Emanuella Silveira Vasconcelos  
*Universidade Estadual de Roraima, Brasil*

Érika Catarina de Melo Alves  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Everton Boff  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Fabiana Aparecida Vilaça  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Fabiano Antonio Melo  
*Universidade Nova de Lisboa, Portugal*

Fabricia Lopes Pinheiro  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Fabício Nascimento da Cruz  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Fabício Tonetto Londero  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Francisco Geová Goveia Silva Júnior  
*Universidade Potiguar, Brasil*

Francisco Isaac Dantas de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Gabriella Eldereti Machado  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Gean Breda Queiros  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Germano Ehlert Pollnow  
*Universidade Federal de Pelotas, Brasil*

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Glaucio Martins da Silva Bandeira  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Handerson Leylton Costa Damasceno  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Heliton Diego Lau  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Hendy Barbosa Santos  
*Faculdade de Artes do Paraná, Brasil*

Inara Antunes Vieira Willerding  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Ivan Farias Barreto  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Jacqueline de Castro Rimá  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Jeane Carla Oliveira de Melo  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

João Eudes Portela de Sousa  
*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*

João Henriques de Sousa Junior  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Joelson Alves Onofre  
*Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil*

Juliana da Silva Paiva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Junior César Ferreira de Castro  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Lais Braga Costa  
*Universidade de Cruz Alta, Brasil*

Leia Mayer Eyng  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*



Marcio Bernardino Sirino  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Marcos de Souza Machado  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Marcos dos Reis Batista  
*Universidade Federal do Pará, Brasil*

Maria Aparecida da Silva Santandel  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Maurício José de Souza Neto  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Michele de Oliveira Sampaio  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Miriam Leite Farias  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Natália de Borba Pugens  
*Universidade La Salle, Brasil*

Patricia Flavia Mota  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Raick de Jesus Souza  
*Fundação Oswaldo Cruz, Brasil*

Railson Pereira Souza  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Rogério Rauber  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Samuel André Pompeo  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Simoni Urnau Bonfiglio  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Tayson Ribeiro Teles  
*Universidade Federal do Acre, Brasil*

Valdemar Valente Júnior  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Wallace da Silva Mello  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Wellton da Silva de Fátima  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Weyber Rodrigues de Souza  
*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

Wilder Kleber Fernandes de Santana  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

## PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



Direção editorial Patricia Bieging  
Raul Inácio Busarello

Editora executiva Patricia Bieging

Coordenadora editorial Landressa Rita Schiefelbein

Assistente editorial Caroline dos Reis Soares

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Editoração eletrônica Lucas Andrius de Oliveira  
Peter Valmorbida

Imagens da capa Grebeshkovmaxim, Harryarts, Harryarts -  
Freepik.com

Revisão Bougleux Bomjardim da Silva Carmo

Organizador Bougleux Bomjardim da Silva Carmo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

R438 Retratos intempestivos em diálogos do sul baiano. Bougleux Bomjardim da Silva Carmo - organizador. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 454p..

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-65-5939-328-2 (eBook)

1. Antropologia. 2. Gestão pública. 3. Segurança pública.  
4. História. 5. Feminismo. 6. Saúde pública. I. Carmo, Bougleux Bomjardim da Silva. II. Título.

CDU: 300  
CDD: 300

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.282

---

**PIMENTA CULTURAL**

São Paulo - SP  
Telefone: +55 (11) 96766 2200  
livro@pimentacultural.com  
www.pimentacultural.com



2 0 2 1

## PREFÁCIO

No desalinho que convulsiona nosso presente, defender o óbvio tornou-se imperativo. Até mesmo para “apreender uma vida” em sua condição de “vida chorável”, como concebe Judith Butler, em meio a uma pandemia. Há que esbravejar contra as injustiças e violências institucionais, vigiar e acusar sem descanso as políticas da morte. É nesse cenário tenebroso e em atitude de impertinência que os textos desta coletânea delatam os múltiplos e hábeis sistemas de opressão, de “abuso perverso da vida”. E, principalmente, reconhecem as potencialidades das “insurreições micropolíticas”, como nomeia Suely Rolnik em *Esfemas da Insurreição* (2018).

Ao questionar políticas públicas, práticas de exclusão social, sentimentos, histórias de guerra, distopias, ao ouvir sujeitos que são alvos recorrentes da sociedade, velhos/as, camponeses/as, empreendedores/as da economia solidária, população LGBTQIA+, trabalhadores/as da ponta do sistema de saúde, mulheres quilombolas, jovens, pessoas assistidas pelos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), flagelados/as da pandemia, os textos aqui reunidos demonstram compromisso social e territorialmente referenciado dos/as pesquisadores/as do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) e da universidade pública interiorizada, como é a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Mas não só. Manifestam o esforço da pesquisa que se assume implicada, convocada à abertura ao outro em relação de reciprocidade.

Os vínculos irrevogáveis com os outros são corporificados também nos textos que interpelam a memória, o patrimônio cultural, a territorialização, revelando uma consciência aguda sobre processos e dinâmicas que atravessam o presente, expandindo-o, deslocando-o do que constitui hoje certa “paralisia melancólica fatalista” (ROLNIK, 2018) que nos quer atijar como sociedade diante do abismo.



As reflexões aqui dispostas impedem nossa deserção ante os fortes indícios de mais um ocaso do mundo, desta vez agravado pelas pandemias de COVID-19, de desinformação e de ódio. Os/As autores/as exigem de nós uma postura que se instale, sem se acomodar, entre o desencanto e a possibilidade de reencantamento quase como tática de sobrevivência. No mínimo, nos contagiam, convidando a “afrontar a resignação dos serenos”, como pontua com argúcia o narrador de *A ocupação* (2019), de Julián Fuks, ao se deparar com a disposição para a vida e para a luta daqueles/as outros/as militantes tão diferentes dele e com tudo a perder no enfrentamento do poder.

Nos “retratos intempestivos” desta obra, a pesquisa revela-se comprometida, científica, rigorosa, mas se confessa também como gesto sensível e vulnerável, de cuidado e amorosidade “diante da dor dos outros” (SONTAG, 2003). Os percursos de vida e acadêmicos aqui compartilhados são animados pelo desejo de escuta sensível de pessoas, documentos, acervos, numa interrogação do passado e do presente que desafia e aponta para alumbramentos ante a catástrofe. Talvez não no sentido mais usual de acontecimento-limite, disruptivo, mas na perspectiva da catástrofe que se materializa no cotidiano, como delineada por Márcio Seligmann-Silva (2000). Tal interpretação alude ao paradoxo da experiência catastrófica, ao nos provocar a excedê-la. Ante a passagem do cometa e o pânico da população, um personagem de Nuno Camarneiro em *Meu peito não cabem pássaros* (2012) diz, com naturalidade, sem medo: “Está o céu a arder e há tanto para fazer antes que chegue a noite”. Algo similar parece ecoar dos textos desta obra coletiva.

De uma constelação tão diversa de temas como a aqui apresentada emerge a comunhão – criativa e crítica – com os territórios do Sul baiano, em suas exuberâncias e precariedades, em sua sempiterna condição catastrófica, nessa acepção menos hegemônica do termo e das questões que motiva: como um acontecer, em um “processo



contínuo de fazer e refazer a vida, numa evidência de sua crucial fragilidade” (BATES, 2015).

Dessa recriação ininterrupta e delicada que é a vida e também a pesquisa e a escrita, aflora um movimento político de solidariedade com os não iguais, com “outrem”, que transborda de todo este livro. Seus/Suas autores/as concedem ao/à leitor/a exercícios de indagação epistêmica a partir de dados, conceitos, informações, suplementando-os com o testemunho possível daquilo que não somos capazes de apreender integralmente, mas que não se decalca de nossas (inter) subjetividades nesse tempo que nos é tão próximo, de tantas urgências e iminentes perigos.

Apesar e contra nossos infortúnios comuns, os/as autores/as desta coletânea consomem em seus textos experiências situadas entre a ética e o afeto, visceralmente mobilizadas pelos outros, com os outros, produzidas a partir de interpelações que não recusaram o apelo da responsabilidade como noção viva e prática amorosa.

Amorosidade, ética e afeto inspiraram o processo que culmina neste livro-simpósio, com o qual seu organizador, Bougleux Bomjardim da Silva Carmo, despede-se com um até breve do PPGES após anos de muita doação e partilha, de vida, de tempo, de trabalho infatigável, generoso e incomum, digno de nosso agradecimento e respeito.

Lilian Reichert Coelho



# SUMÁRIO

Prefácio ..... 9

Apresentação..... 17

Parte 1

## Retratos e diálogos em psicologia

Capítulo 1

### **Centro público de economia solidária e sua efetividade no território Baixo Sul da Bahia:**

um olhar dos empreendedores

solidários da Rede Mata Atlântica ..... 28

*Adriana Vilas-Bôas Borges*

*Sandra Adriana Neves Nunes*

*Carlos Henrique Leite Borges*

Capítulo 2

### **Plantão psicológico online como tecnologia de apoio à saúde mental na pandemia de COVID-19: análise da efetividade**

segundo relatos de participantes ..... 60

*Caio Rudá de Oliveira*

*Rafael Andrés Patiño*

*Gabriela Andrade da Silva*



Capítulo 3

- O atendimento às pessoas LGBT+ em consultas médicas: reflexões para o Sul e Extremo Sul baiano..... 80**  
*Fernanda Moreau de Almeida Soares*  
*Rebeca Valadão Bussinger*

Capítulo 4

- O matriciamento entre saúde mental e atenção básica: resultados preliminares de pesquisa em município do Extremo Sul baiano ..... 106**  
*Marília Martins de Araújo Reis*  
*Sandra Adriana Neves Nunes*

Capítulo 5

- Usuários de saúde mental e o CAPS: relações de reconhecimento e menosprezo ..... 131**  
*Isis Lima Silva*  
*Rafael Andrés Patiño*

Parte 2

**Retratos e diálogos em gestão e segurança pública**

Capítulo 6

- Consequências da pandemia? Discussões em torno da vitimização e determinantes sociais da violência em municípios do Extremo Sul da Bahia ..... 151**  
*Henika Priscila Lima Silva*  
*Raimundo Magalhães*  
*Herbert Toledo Martins*  
*Dhanyane Alves Castro*



Capítulo 7

**Reflexões sobre as políticas  
de segurança pública  
e a Polícia Comunitária no Brasil ..... 168**

*Silvoney Silva Pena*

*Roberto Muhájir Rahnemay Rabbani*

Capítulo 8

**A estreita trama entre exclusão social,  
violência e manipulação das emoções ..... 186**

*Henika Priscila Lima Silva*

*Raimundo Magalhães Dantas*

Parte 3

**Retratos e diálogos em história, memória,  
geografia e estudos feministas**

Capítulo 9

**As esculturas religiosas  
das igrejas históricas de Porto Seguro:  
arte, devoção e patrimônio cultural..... 200**

*Francisco Cancela*

Capítulo 10

**Narrativas distópicas:  
uma reflexão sobre as temporalidades  
e as humanidades na cultura contemporânea..... 243**

*Janaína Zito Losada*



Capítulo 11

**A formação regional inicial  
do Extremo Sul da bahia (1945-1960):**

economia, sociedade e meio-ambiente..... 274

*Márcio Soares Santos*

Capítulo 12

**O que o estudo da guerra pode nos ensinar? ..... 293**

*Tharles S. Silva*

Capítulo 13

**A origem e a caracterização  
dos bairros da Orla Norte  
de Porto Seguro - BA .....**

**320**

*Fabiano Ferreira Machado*

Capítulo 14

**A matripotência das mulheres  
quilombolas de Helvécia.....**

**345**

*Ceila Sales de Almeida*

Capítulo 15

**Só resta ao velho contar?**

um dedo de prosa sobre  
os velhos da comunidade

Arara em Teixeira de Freitas..... 361

*Bougleux Bomjardim da Silva Carmo*



Parte 4

## Retratos e diálogos em antropologia

Capítulo 16

### **O jogo de espelhos da memória sobre o lugar:**

o que se revela e obscurece no encontro  
de diferentes processos de territorialização  
sobre o distrito do Vale Verde, em Porto Seguro..... **393**  
*May Waddington Telles Ribeiro*

Capítulo 17

### **A antropologia em questão: alteridade ou diferença ..... 424**

*Jean Bazin*  
*Tradução*  
*Pablo Antunha Barbosa*  
*Vera Lucia da Silva*

**Sobre o organizador..... 441**

**Sobre os autores e as autoras ..... 442**

**Índice Remissivo ..... 451**



## APRESENTAÇÃO

A presente coletânea é um ato de memória, é lembrança e faz história do árduo trabalho de produção científica na mesorregião do Sul da Bahia, que compreende as microrregiões do Sul e Extremo Sul do referido Estado, no contexto do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade - PPGES. Faço uso da imagem do despertar, pensada por Walter Benjamin, pela qual alcançamos um saber “ainda-não-consciente do ocorrido” (BENJAMIN, 2018, p. 660), fazendo alusão à possibilidade de alguma compreensão sobre os diferentes cenários e contextos, comunidades, sujeitos, subjetividades e instituições com os quais temos interagido nos últimos anos. Cada capítulo, então, é uma abertura ao diálogo e chama à atenção para algo que estava submerso, latente e talvez no esquecimento, mas certamente pulsante.

Pensando com o filósofo judeo-alemão, nada do que está posto é por acaso, são frutos de experiências construídas na interação entre sujeitos, na reflexão exaustiva e na expectativa de que as elucubrações engendradas também despertem os/as leitores/as aos retratos socio-culturais e político-econômicos aqui postos. Estes correspondem, antes de tudo, ao esforço coletivo em devolver à sociedade os resultados da produção acadêmica e de experiências singulares. Nos lembra Walter Benjamin (2015), como crítico literário, que a estrutura da experiência tem se modificado, mas entendo tal mudança não só no âmbito da recepção estética e artística, como também na própria *poiesis* científica.

Estou convencido de que cada pesquisador/a e autor/a teve algo também modificado em si, nas dobras da própria interioridade-exterioridade, já que “as coisas da nossa vida interior não têm, por natureza, esse caráter privado sem alternativa. Só o adquirem depois de se terem reduzido as possibilidades de os fatos exteriores serem assimilados à nossa experiência” (BENJAMIN, 2015, p. 115). A pre-

SUMÁRIO



sente obra exprime, sem dúvidas, a contribuição dos sujeitos à pesquisa científica no Sul da Bahia a despeito de todo o desmonte das políticas públicas de incentivo e financiamento voltados à pós-graduação no Brasil como um todo, notoriamente, pela atual gestão do Governo Federal, eivada pelo negacionismo e descrédito à Ciência Nacional. Por isso, a presente coletânea é expressão de resistência e aposta na Universidade Pública como esteio e compromisso com o desenvolvimento nacional, regional e territorial.

Na verdade, este trabalho forma-se por um conjunto multifacetado de perspectivas, linhas de pesquisas, metodologias e abordagens em consonância com a natureza interdisciplinar do PPGES da Universidade Federal do Sul da Bahia. Assim, discentes e docentes do referido programa de pós-graduação, assim como convidados/as, colocam em cena o que aqui chamo de *retratos e diálogos no Sul da Bahia*. São expressões intempestivas de crítica fundamentada e posicionamento político frente às diferentes demandas da referida região.

Destarte, os capítulos presentes têm como eixo comum a apresentação de resultados de pesquisas – parciais ou totais – enquanto expressões dos diferentes campos de investigação no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Abre-se espaço para o tratamento qualitativo e quantitativo dos dados, estudos em diferentes horizontes epistemológicos e contextuais, mostrando a diversidade teórica, de processos e de subjetividades. A obra investe-se do caráter político de sua emergência, já que, como ratifica Walter Benjamin, o estado de exceção tem se tornado regra (BENJAMIN, 2012) e isso implica tomar posição diante das problemáticas insurgentes. Trata-se, pois, de uma obra aplicada e implicada. Para tanto, a coletânea está dividida em quatro partes – chamadas de “Retratos e Diálogos” - e cada uma delas forma um conjunto de pesquisas centradas em determinada área científica, temática ou abordagens afins.

## SUMÁRIO



SUMÁRIO

No primeiro conjunto, **Retratos e diálogos em Psicologia**, o capítulo 01, “*Centro Público de Economia Solidária e sua efetividade no território Baixo Sul da Bahia: um olhar dos empreendedores solidários da Rede Mata Atlântica*”, de Adriana Vilas-Bôas Borges, Sandra Adriana Neves Nunes e Carlos Henrique Leite Borges, discute sobre economia solidária a partir da investigação das percepções dos sujeitos envolvidos com empreendimentos solidários. O estudo, de caráter quanti-qualitativo com estatística descritiva, identifica entraves e potencialidades no trato com a temática e relativamente à Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva na Rede de empreendimentos da região.

Em “*O papel dos fundamentos históricos e epistemológicos para a formação da psicóloga atuante em políticas públicas*”, Caio Rudá de Oliveira, Rafael Andrés Patiño e Gabriela Andrade da Silva abordam sobre a formação de psicólogos, considerando as carências curriculares e epistemológicas nas graduações em Psicologia do Brasil, bem como, a partir de um olhar qualitativo e exploratório, apontam para a necessidade de reflexões e ações voltadas ao desenvolvimento de profissionais para lidarem com públicos vulnerabilizados e marginalizados pela estrutura sociocultural e econômica capitalista, visando ainda o “afastamento de um possível entendimento ingênuo da atuação psicológica”.

Tratando justamente de corpos e sujeitos vulneráveis, Fernanda Moreau de Almeida Soares e Rebeca Valadão Bussinger investigam incidências de LGBTfobia no campo da saúde no capítulo 03 – “*O atendimento às pessoas LGBT+ em consultas médicas e serviços de saúde*” – e realizam uma abordagem quantitativa e de Análise de Conteúdo Temático-Categorial, apontando, na verdade, a necessidade de ampliação de políticas e “programas de combate ao preconceito nos serviços de saúde, de acordo com o que prega a legislação brasileira”. As autoras expõem o quadro preocupante e ainda muito acentuado concernente à heterossexualidade compulsória e à discriminação sexual nos atendimentos em saúde.

SUMÁRIO

Com o objetivo de analisar o processo de Matriciamento entre Saúde Mental e Atenção Básica em um município do Extremo-Sul baiano, Marília Martins de Araújo Reis e Sandra Adriana Neves Nunes realizam um estudo de caso, no capítulo 04 intitulado “*O Matriciamento entre Saúde Mental e Atenção Básica: resultados preliminares de pesquisa em município do Extremo-Sul baiano*”, com fins a análise do alcance e dos desafios na prática profissional no tocante ao Matriciamento. As pesquisadoras apontam para a relação entre a dimensão da Gestão em Saúde e formação profissional dos trabalhadores.

Encerrando o primeiro bloco da coletânea, no capítulo 05 “*Usuários de saúde mental e o CAPS: relações de reconhecimento e menosprezo*”, Ísis Lima da Silva e Rafael Andrés Patiño realizam um estudo de caso para explicitar os processos de reconhecimento dos usuários de Centros de Atenção Psicossociais - CAPS, bem como refletem acerca da luta antimanicomial no Brasil a partir de dados de foto-provocação. Os autores analisam as políticas de saúde mental e expõem os dados das narrativas dos sujeitos relativamente ao sofrimento vivenciado em hospitais psiquiátricos no passado, mostrando, então, o papel humanizador do tratamento realizado nos CAPS em geral.

Abrindo o segundo e curto bloco – **Retratos e diálogos em Gestão e Segurança Pública** – no capítulo 06 “*Consequências da pandemia? discussões em torno da vitimização de jovens e os determinantes sociais dos homicídios em municípios da Bahia*”, Henika Priscila Lima Silva, Raimundo César Magalhães Dantas, Herbert Toledo Martins e Dhan-yane Alves Castro tratam da violência em três municípios do Sul da Bahia - Teixeira de Freitas, Porto Seguro e Eunápolis – com o objetivo de expor a construção de um estudo epidemiológico e ecológico voltado à comparação de múltiplos grupos e de caráter analítico, uma vez que este tipo de pesquisa é de suma importância para a disponibilização de informações para gestores, agentes de segurança pública e pesquisadores no tocante à violência, precipuamente, no contexto pós-pandemia.

Em “*Reflexões sobre as políticas de segurança pública e a polícia comunitária no Brasil*”, Silvoney Silva Pena e Roberto Muhájir Rahnemay Rabbani problematizam a questão da violência e da segurança pública no que tange às políticas específicas e dos modelos atualmente aplicados em diferentes regiões do Brasil como no Nordeste. Neste capítulo 07 da coletânea, a abordagem teórica, resultante de pesquisa de dissertação, traz a análise de referenciais diversos para pensar a necessidade de adaptação dos modelos internacionais de segurança e política públicas às singularidades das diferentes regiões brasileiras.

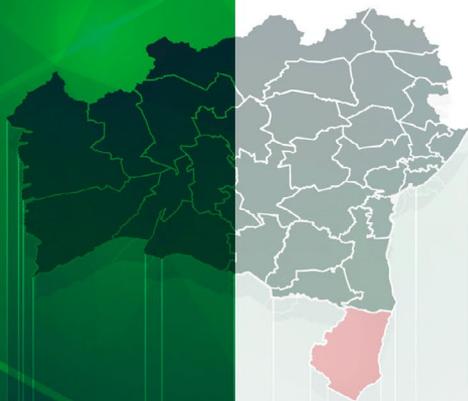
A questão da violência ainda é objeto de reflexão no capítulo 08 – “*A estreita trama entre exclusão social, violência e manipulação das emoções*” – de Henika Priscila Lima Silva e Raimundo Magalhães Dantas, no qual tratam da dimensão subjetiva do fenômeno na sua íntima relação com os processos de exclusão social e manipulação das emoções. Fruto dos estudos teóricos que ancoram as pesquisas de doutorado em diferentes recortes, os autores pontuam acerca das lutas pelo reconhecimento e quanto ao fato de que “no cotidiano, é comum o ressentimento em torno do fato de sermos objetos de coerção e não termos o controle das circunstâncias desencadeantes”.

O terceiro momento é dedica às abordagens históricas, relações geográfico-territoriais, estudos da memória e feminismos. Trata-se do bloco **Retratos e diálogos em história, memória, geografia e estudos feministas**, que se inicia com Francisco Cancela analisando acuradamente o acervo de arte sacra cristã em “*As esculturas religiosas das igrejas históricas de Porto Seguro: arte, devoção e patrimônio cultural*”. Neste capítulo 09, o autor se debruça sobre inúmeras peças e monumentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, expondo quanto ao estado crítico de conservação, apesar da importância e relevância histórico-artística do acervo para Porto Seguro e região.

## SUMÁRIO



SUMÁRIO



As narrativas distópicas são objeto de reflexão e construção historiográfica no capítulo 10, “*Narrativas distópicas: uma reflexão sobre as temporalidades e as humanidades na cultura contemporânea*”, de Janaína Zito Losada, no qual reflexões teóricas e os processos imaginários engendrados na cultura, a partir da análise de artefatos culturais e textos literários como expressões das relações de abuso e opressões desveladas na realidade sociopolítica. O capítulo em questão torna-se espaço para a construção da crítica radical e de dispositivos de reflexão sobre a condição humana frente às distopias e aos regimes de temporalidade.

No capítulo 11, Márcio Soares Santos entrelaça a história ambiental ao materialismo histórico-dialético para investigar a formação inicial do Extremo Sul da Bahia. Em seu texto, “*A formação regional inicial do Extremo Sul da Bahia (1945-1960): economia, sociedade e meio-ambiente*”, o autor expõe acerca da atividade madeireira, do crescimento vegetativo das populações locais, da expansão agropecuária, do processo de urbanização e interiorização regional a partir da análise de variadas fontes documentais e acadêmicas.

O trabalho historiográfico de Tharles S. Silva coloca em destaque a história militar, especificamente da II Grande Guerra, no contexto do Extremo Sul da Bahia, suas reverberações na memória, assim como a emergência de documentos de Estado, relatos, correspondências, dentre outros artefatos que “levaram os pesquisadores a compreender que a guerra atingiu o território e a população do Brasil como um todo”. Assim, no capítulo 12, “*O que o estudo da guerra pode nos ensinar?*”, o autor chama à atenção aos eventos deste importantíssimo marco histórico, ao fenômeno da guerra como ferramenta para compreensão de estruturas e dinâmicas sociais, especialmente no Atlântico Sul e seus ecos na região estudada.

Em “*A origem e a caracterização dos bairros da Orla Norte de Porto Seguro – BA*”, de Fabiano Ferreira Machado, os empreendi-

SUMÁRIO

mentos residenciais na Orla Norte de Porto Seguro, no litoral sul do Estado da Bahia tornam-se objeto de estudo para compreensão das relações territoriais, do espaço geográfico e quanto à origem dos bairros. Assim, no capítulo 13, por meio de estudo de caso, entrevistas e uso de material documental diverso, o autor explana acerca do surgimento do primeiro bairro, as questões da expansão urbana e as relações estabelecidas na formação dos bairros porto-segurenses em suas dinâmicas socioespaciais.

As teorias feministas estão representadas no capítulo 14 com o trabalho de Ceila Sales de Almeida – *“Feminismo Negro: matripotência e espírito de agência das mulheres quilombolas de Helvécia”* – no qual há uma discussão sobre o espírito de agência das mulheres a partir de matrizes epistemológicas afrocentradas e decoloniais. O trabalho empreende um debate acerca do racismo e do sexismo, considerando o protagonismo dos sujeitos e seus enfrentamentos em busca do reconhecimento e direitos fundamentais em Helvécia, comunidade quilombola no município de Nova Viçosa (BA).

No capítulo 15 intitulado *“ Só resta ao velho contar? Um dedo de prosa sobre os velhos da comunidade Arara, em Teixeira de Freitas (BA)”*, Bougleux Bomjardim da Silva Carmo questiona a condição do velho como narrador apenas por estar fora do ciclo produtivo e discute os modos de construção da posição narrativa pelos sujeitos da pesquisa. A partir de lembranças de velhos moradores de Arara, em Teixeira de Freitas, o autor tensiona a literatura científica sobre memória de velhos e apresenta desdobramentos e recortes de sua pesquisa de doutorado defendida em 2021. O texto mostra que, aos velhos de Arara, não resta apenas a posição narrativa e o resíduo ato de lembrar. O texto é também um espaço de memória e valorização dos sujeitos sociais no contexto da diversidade de identidades no Sul da Bahia.

O bloco **Retratos e diálogos em antropologia** finaliza a coleção apresentando, em primeiro lugar, no capítulo 16, o texto *“O jogo*

*de espelhos da memória sobre o lugar: o que se revela e obscurece no encontro de diferentes processos de territorialização sobre o distrito do Vale Verde, em Porto Seguro*” de May Waddington Telles Ribeiro. O estudo traz resultados das incursões etnográficas em Vale Verde, o mais antigo aldeamento indígena, com o objetivo de investigar as dinâmicas territoriais, modificações na paisagem e diferentes ondas de territorialização. O estudo mostra “um quadro triste de espoliação de todo um sistema de vida camponês e de saberes tradicionais” operado pela imagem turística de cartão postal.

No último capítulo da presente coletânea, tem-se uma cuidadosa e belíssima tradução do texto “*A antropologia em questão: alteridade ou diferença*” de Jean Bazin, filósofo e antropólogo francês que foi orientado por Louis Althusser e George Balandier. A tradução foi realizada por Pablo Antunha Barbosa e Vera Lúcia da Silva, respectivamente docente e discente do PPGES, sob a coordenação de João Pacheco Oliveira e Alban Bensa com apoio de edital específico. O artigo de Jean Bazin discute acerca do papel do antropólogo, alimenta o debate sobre aspectos epistemológicos da práxis antropológica, dos desafios da etnografia e dos paradigmas etnológicos. Neste contexto, o autor ratifica a importância do antropólogo e de sua Ciência em “contribuir com o inventário descritivo e comparativo dos povos do mundo”. Importa endossar a importância do trabalho de tradução para divulgação de textos fundamentais e ampliação das possibilidades de pesquisa e interlocução teórica.

Convido todos/as ao mergulho nos diferentes cenários do Sul da Bahia com fins ao aprofundamento acerca das diferentes realidades constituídas nesta região, bem como pela necessidade de desconstrução de estereótipos, de valorização das subjetividades locais e, com isso, endossar a importância do exercício da partilha, da responsabilidade social com a produção científica e do conhecimento como instrumento de libertação e construção ética. Neste contexto, urge destacar que os/as autores/as são responsáveis pela veiculação dos conceitos

## SUMÁRIO



e opiniões em seus respectivos capítulos, assim como em relação às questões éticas envolvidas na pesquisa com humanos em geral.

Quero ressaltar que esta coletânea também é obra de resistência, de caráter polifônico e traz à comunidade acadêmico-científica e à sociedade como um todo abordagens que, no fundo, posicionam-se e lutam contra as trevas do negacionismo, da ignorância e da desinformação, pois são fenômenos que, na verdade, se transformaram em instrumentos político-ideológicos nas mãos de toda horda de fascismos na contemporaneidade. Não há como manter postura evitativa, de conformismo ou supostamente neutra diante dos abismos socioeconômicos e políticos ampliados pela pandemia do novo coronavírus, mas, centralmente, por setores conservadores da sociedade e governos que, por sua vez, também alimentam e se alimentam de preconceitos, da pobreza, de privilégios e manutenção do status quo de exclusão social.

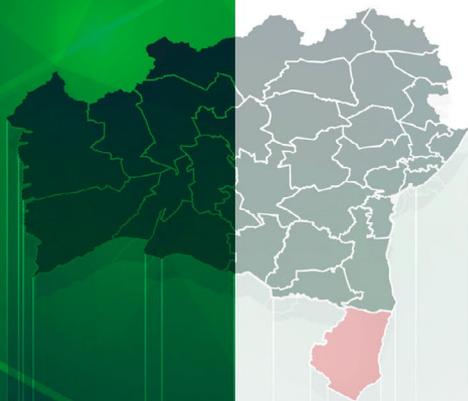
Duelando contra essa realidade, as pesquisas presentes nesta coletânea se colocam a favor da democracia, dos direitos humanos, pelo respeito às identidades e pela afirmação da razão, do bom senso e da Ciência. Dito isso, como celebração desses valores, fiquemos com a belíssima imagem do excerto do poema *Ode ao dois de julho*, do grande poeta baiano Castro Alves:

Não! Não eram dois povos, que abalavam  
Naquele instante o solo ensanguentado...  
Era o porvir—em frente do passado,  
A Liberdade—em frente à Escravidão,  
Era a luta das águias — e do abutre,  
A revolta do pulso—contra os ferros,  
O pugilato da razão — com os erros,  
O duelo da treva—e do clarão!...

Por isso e por mais, boa leitura!

Teixeira de Freitas (BA), outubro de 2021  
Bougleux Bomjardim da Silva Carmo  
Organizador

## SUMÁRIO



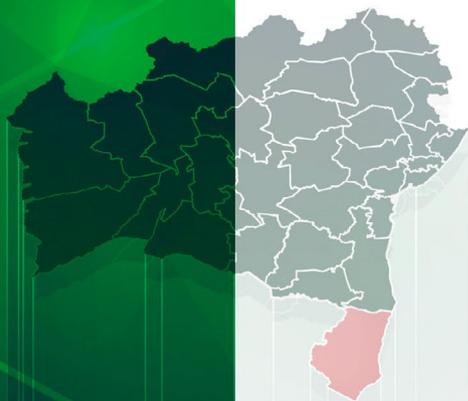
## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira Willi Bole. Tradução do alemão Irene Aron, tradução do francês Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

BENJAMIM, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Tradução João Barrento. São Paulo: Autêntica Editora, 2015.

BENJAMIN, Walter (1892-1940). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 01).

SUMÁRIO



Parte

1

**RETRATOS  
E DIÁLOGOS  
EM PSICOLOGIA**



*Adriana Vilas-Bôas Borges  
Sandra Adriana Neves Nunes  
Carlos Henrique Leite Borges*

**CENTRO PÚBLICO  
DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA E SUA  
EFETIVIDADE NO  
TERRITÓRIO BAIXO  
SUL DA BAHIA:**

*um olhar dos empreendedores  
solidários da Rede Mata Atlântica*

## INTRODUÇÃO

Este estudo foi fruto de uma pesquisa de mestrado realizada por Borges (2019), em que buscou analisar a efetividade da política pública de assistência técnica e inclusão socioprodutiva, através da percepção dos atores sociais envolvidos em atividades sócio solidárias no Território Baixo Sul da Bahia. A primeira parte desse estudo foi publicada em um artigo intitulado: “Efetividade da política pública de assistência técnica e inclusão socioprodutiva na Bahia: uma avaliação a partir da percepção dos empreendedores da economia solidária da Rede Mata Atlântica, no Baixo Sul da Bahia” e abordou os índices de percepção dos atores sociais em relação às ações desenvolvidas pelo governo quanto ao fomento e apoio a empreendimentos solidários no Estado da Bahia. Já este capítulo apresenta a segunda parte do estudo e buscou avaliar a percepção dos atores sociais em relação às atividades desenvolvidas pelo Centro Público de Economia Solidária

A busca pelo entendimento acerca da efetividade das políticas públicas de apoio a empreendimentos solidários tem sido tema de diversas discussões, pesquisas e relatos de experiências tanto na Europa, América Latina, bem como no cenário nacional em estados, municípios e comunidades do país, conforme estudo anterior realizado por Borges et al. (2019). Esses estudos, em linhas gerais, abordam a relação entre Economia Solidária, Estado, meio ambiente e sociedade e muitos têm como objeto as incubadoras universitárias, entre outras experiências (BORINELLI et al., 2010). Esses autores afirmam que, no Brasil, as políticas de economia solidária atuam sobre a debilidade da base associativa e da baixa capacidade de gestão, sendo necessária a presença de instituições e dispositivos, a exemplo de como operam no Estado da Bahia, Brasil, os Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL).

SUMÁRIO



SUMÁRIO

Nesta perspectiva, investigar a efetividade da Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva do Estado da Bahia, a partir do ponto de vista dos empreendedores, no que diz respeito ao apoio à cadeia produtiva, aos serviços institucionais, aos instrumentos de gestão pública e à infraestrutura Institucional, bem como esses empreendedores percebem a resolutividade das ações de assistência técnica do CESOL, em termos de organização, controles, sustentabilidade econômico-financeira, processos e procedimentos de trabalho, otimização de tempo, recursos materiais, financeiros, custos, qualidade (indicadores de gestão), na Rede Mata Atlântica. Assim, foi uma das finalidades de um estudo realizado por Borges (2019) sobre esses aspectos, em que foram descritos em linhas gerais os índices de satisfação e de percepção dos atores sociais na Rede Mata Atlântica, no Território Baixo Sul da Bahia, em relação à Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, como também do trabalho do CESOL na região, o que trouxe contribuições e reflexões acerca das reais necessidades dos grupos e atores solidários e do que os assistidos por tal política, que é operacionalizada pelos Centros Públicos de Economia Solidária, trouxeram à tona, no sentido de desenvolvimento de ações que possam contribuir efetivamente com suas aspirações de crescimento e desenvolvimento e de seus empreendimentos solidários. Ademais, foi possível também trazer à tona, através dos dados colhidos na pesquisa acerca dos indicadores de gestão estudados, a necessidade de se refletir sobre a gestão e profissionalização dos empreendimentos solidários, por meio da adoção de ferramentas de gestão para tais empreendimentos, principalmente, porque estes trazem consigo peculiaridades distintas das demais empresas que coexistem no sistema capitalista.

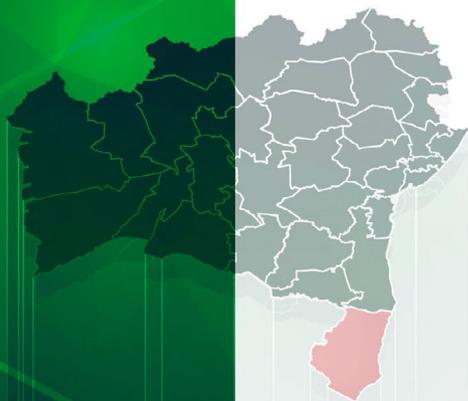
Segundo Borges et al. (2019), no Estado da Bahia, o fomento à economia solidária tem se desenvolvido através Superintendência de Economia Solidária – SESOL, órgão da administração direta vinculado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, por

meio do Programa Bahia Solidária: Mais Trabalho e Renda e a Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva operacionalizada pelos Centros Públicos de Economia Solidária - CESOL. A assistência técnica oferecida por esses centros visa à melhoria da gestão e a profissionalização dos Empreendimentos Solidários, na medida em que fomentam a adoção e utilização de ferramentas e processos que contribuem para uma gestão eficiente, eficaz e efetiva na rotina diária do empreendimento e buscam capacitar seus trabalhadores no sentido de melhor atender aos clientes e ao mercado com níveis de qualidade. Dessa forma, a Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva desenvolve papel na promoção de ações de apoio a grupos produtivos, empreendimentos e redes de economia solidária. Esses grupos, empreendimentos e redes representam uma real alternativa de geração de emprego, renda e trabalho para cidadãos que foram excluídas pelo sistema capitalista.

A pesquisa foi de caráter descritivo e exploratório e os procedimentos metodológicos adotados envolveram aplicação de instrumentos de pesquisa e análises descritiva, utilizando-se de testes estatísticos com a finalidade de identificar a percepção da efetividade do trabalho do CESOL, fruto das discussões e apresentação de dados desse artigo, de acordo os indicadores de gestão como organização, controles, sustentabilidade econômico-financeira, processos e procedimentos de trabalho, otimização de tempo, recursos materiais, financeiros, custos e qualidade, avaliados pelos participantes do estudo.

O artigo está estruturado em seis seções contando com esta introdução. Na segunda seção foi feita uma descrição sobre como se institui, organiza e operacionaliza a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva. A terceira traz uma abordagem sobre a gestão e profissionalização de empreendimentos solidários, seguido dos aspectos metodológicos no quarto capítulo. A quarta seção traz os resultados e discussões do estudo, finalizando com a conclusão na sexta seção.

## SUMÁRIO



## COMO SE INSTITUI E COMO SE OPERACIONALIZA A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

Em dezembro de 2011, conforme apontou estudo de Borges *et al.* (2019) foi criada a Lei 12.368/2011 que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária. A lei, além dos termos e nomenclaturas utilizados para efeitos de definição, trata, dentre outras medidas, da Política Estadual de fomento à Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo, bem como institui os instrumentos da política pública (BAHIA, 2011).

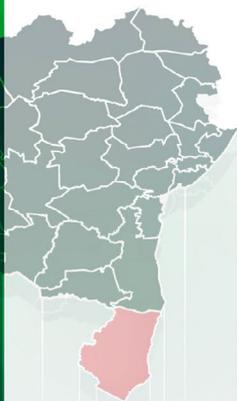
De acordo com Reis e Almeida Filho (2016), uma das ações de fundamental importância para fortalecer a economia solidária no Estado foi a criação da SESOL. Após sua criação, os empreendimentos da Bahia tiveram avanços importantes nos mais diversos aspectos, após passarem a contar com a estrutura da SETRE e da própria Política Estadual de Economia Solidária, que possibilitou a criação de outras legislações específicas. Decorreram dessa iniciativa a criação da Lei Estadual de Cooperativismo, o surgimento de instâncias de participação como o Conselho Estadual de Economia Solidária, a inserção da economia solidária no Plano Plurianual – PPA com programas e orçamento, além da articulação com outros órgãos do governo como: Superintendência de Agricultura Familiar – SUAF, Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM, a FAPESB, entre outros.



Borges *et al.* (2019) discorre que com os marcos legais, a institucionalização do SESOL e a criação da lei que regulamenta as ações de fomento, apoio e incentivo à Economia Solidária e foram instituídos diversos programas com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho, renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. Um desses programas é o Programa Bahia Solidária, que atua em 13 territórios, promovendo o desenvolvimento local e territorial, através de componentes estratégicos baseados em quatro eixos: 1) Assistência Técnica aos EES e suas Redes Territoriais; 2) Formação e difusão tecnológica para inclusão socioproductiva; 3) Promoção, vendas e acesso ao mercado; e, 4) Acesso ao crédito e finanças solidárias (BAHIA, 2018). Estes componentes estratégicos atuam através de políticas e programas como os Centros Públicos de Economia Solidária e suas redes territoriais, as Redes de Centros Vocacionais Tecnológicos, o CrediBahia (Programa de Microcrédito do Estado da Bahia) e o Prove (Promoção e Vendas da Economia Solidária) que tem como meta alcançar 40 mil famílias, 1.300 empreendimentos solidários e impactar 160 mil pessoas (BAHIA, 2018).

Com a implantação dos programas se institui também a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioproductiva que tem por base o conhecimento e a valorização das potencialidades locais, a organização dos trabalhadores em uma perspectiva emancipatória visando resultados que compreendem a formação política, gerencial e técnica e o fomento de ações socioproductivas geradoras de trabalho e renda que estejam voltadas para os grupos produtivos, a articulação entre diversos atores públicos e privados e a construção de outro modelo de desenvolvimento (MATOS *et al.*, 2016). Com isso a Política de Assistência Técnica visa motivar um desenvolvimento que ultrapasse as fronteiras de cada grupo, alcançando microrregiões, sobretudo por meio da constituição e fortalecimento das redes de produção, distribuição e consumo. Também busca gerar benefícios econômicos, sociais, culturais e solução de problemas, no âmbito do território.

## SUMÁRIO



Neste contexto, a operacionalização da Política estudada se dá por meio de uma das frentes de atuação mais importantes do Programa Vida Melhor: a oferta de Assistência Técnica aos Empreendimentos Associativos Populares Solidários e às Redes de Economia Solidária e Comércio Justo Solidário, através da criação de Centros Públicos de Economia Solidária – CESOL, atendendo a uma das principais demandas do Fórum Baiano de Economia Solidária, baseado nas diretrizes da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES (REIS et al., 2009; MATOS, et al., 2016).

Os Centros Públicos de Economia Solidária – CESOL são espaços multifuncionais que oferecem aos empreendimentos coletivos e solidários assistência técnica multidisciplinar em diversas áreas importantes, visando à sustentabilidade dos grupos. Essa assistência técnica é de cunho administrativo, comercial, produtivo, contábil e jurídico, além de atividades de formação e comercialização, espaço para eventos, atividades culturais, reuniões, fóruns e redes de economia solidária e articulação de ações de desenvolvimento local e territorial (REIS e ALMEIDA FILHO, 2016).

Os principais serviços e atividades desenvolvidos pelo CESOL abrangem categorias como: a) Comercialização – desenvolvidos em espaços solidários (lojas) os empreendimentos experimentam as técnicas comerciais numa perspectiva de comércio justo e solidário e desenvolvem alternativas sustentáveis de estruturação do comércio, fazendo parte de um sistema estadual de comercialização integrado à agricultura familiar e compras públicas; b) Consultoria – que trata-se da atuação de equipe multidisciplinar com profissionais atuando como instrutores/auxiliadores dos EES na gestão, legalização/formalização, desenvolvimento de produtos, criação de identidade visual, diagnóstico do empreendimento; c) Tecnologias – que refere-se a promoção do uso e formação em tecnologias livres, além de formação no uso de softwares de gestão, controle, estoque, numa perspectiva de inclusão sociodigital em parceria com a Secretaria Estadual de Ciên-

## SUMÁRIO



cia, Tecnologia e Inovação, por meio da utilização da metodologia dos Centros Digitais de Cidadania; d) Incubação – de redes de produção, comercialização e consumo incorporando EES; Acompanhamento e monitoramento das diversas incubadoras fomentadas e apoiadas pelo programa Bahia Solidária; e) Crédito –que diz respeito ao acesso ao crédito, através de programa de microcrédito do Estado da Bahia, o CrediBahia; e por fim f) Articulação – que refere-se a transversalidade das ações, competindo ao CESOL articulação com outros Entes do Estado, realizando ações complementares e integradas, possibilitando a Economia Solidária - ECOSOL alternativas concretas de desenvolvimento (REIS, 2009).

Toda essa articulação em torno da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioproductiva é desenvolvida através da metodologia CESOL, segundo Matos et al. (2016), essa metodologia foi delineada devido a verificação da baixa sustentabilidade dos empreendimentos associativos no estado. Esta afirmação se ancora, segundo o autor, na mensuração de alta mortalidade dos micros e pequenos empreendimentos e baixa renda dos trabalhadores envolvidos em empreendimentos associativos.

## SUMÁRIO

### GESTÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: PECULIARIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA - A AUTOGESTÃO E A SOLIDARIEDADE

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) possuem características específicas tanto na sua constituição, quanto (e principalmente) na sua forma de gestão. Tentando realçar uma definição

SUMÁRIO

acerca dos EES pode-se afirmar, conforme pontuou Gaiger (2003), que estes se organizam das mais variadas formas, como empresas recuperadas e administradas pelos próprios trabalhadores, cooperativas, associações ou grupos informais de produção, de caráter supra familiar e comunitário, podendo assumir diferentes formas.

França Filho (2001) e França Filho e Laville (2004) estabelecem cinco características básicas dos empreendimentos solidários, a partir de um olhar sociológico e antropológico, a saber: pluralidade de princípios econômicos (no que diz respeito à natureza e origem dos recursos mobilizados nas iniciativas, refletindo sua forma de sustentabilidade); autonomia institucional e a natureza das relações interinstitucionais (que refletiria sua independência em relação outras instituições, evitando formas de controle externo); democratização dos processos decisórios (envolvendo mecanismos de decisão coletivos, embasados na participação democrática dos seus associados); sociabilidade comunitário-pública (no que se refere ao padrão das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se tenta construir, com vistas a construir sociabilidade singular que mistura padrões comunitários com práticas profissionais) e finalidade multidimensional (envolvendo a dimensão econômica e as dimensões social, cultural, ecológica e/ou política). Outra característica dos empreendimentos é a inserção cidadã, uma vez que eles devem promover o respeito ao consumidor e ao meio ambiente e participação ativa na comunidade em que está inserido (AZEVEDO, 2003).

Para Singer (2005, p. 138) “a autogestão é a fórmula de introduzir a democracia no mundo econômico”, pois de acordo com o autor é através da democracia que os trabalhadores buscam gerir seus empreendimentos, compartilhando com todos os resultados, desde os econômicos, como também os políticos e culturais, os valores e saberes, sem distinção de gênero, idade ou raça. A economia solidária, portanto, defende a autogestão porque entende que o conjunto daqueles que trabalham na empresa pode, democraticamente, gerí-la sem que

haja divisão entre aqueles que tudo podem e aqueles que somente cumprem as tarefas em troca de salário, principalmente no que diz respeito às decisões e rumos dos empreendimentos, das atividades produtivas e das relações com clientes e fornecedores (SINGER, 2005).

O processo da autogestão oferece ao trabalho um outro sentido que não se restringe apenas ao sustento, a necessidade e o lucro. Ele promove novas práticas e uma ética baseada em outros valores que permitem maior flexibilidade nas relações. Cada trabalhador é considerado como peça chave neste processo, ou melhor, o trabalhador torna-se o centro do processo produtivo e da gestão, pois envolve a sua participação sobre os objetivos e regras que balizam o trabalho e sobre seus resultados, buscando alavancar o desenvolvimento de todos e de cada um (LIMA, 2013).

Da mesma forma que a autogestão, o outro aspecto peculiar à economia solidária, a solidariedade, também requer um processo de construção e de formação de uma cultura solidária e que deve ser orientada na solidez da interação grupal, sendo o relacionamento mediado por um vínculo de mutualidade, reciprocidade e participação em um coletivo ou comunidade, buscando a intensidade da união mútua que é o que define o grupo como algo forte, determinando que sua existência não é algo ocasional, mas estável e permanente da coesão solidária. Este tipo de comportamento envolve partilha de sentimentos, opiniões, dificuldades, dores, propiciando uma atuação baseada nas relações recíprocas em que há uma vinculação entre as pessoas, ocorrendo um processo bilateral (LIMA, 2013).

Gaiger e Côrrea (2011) abordam o aspecto da solidariedade nos empreendimentos solidários como; a valores e práticas de mutualidade, compromisso social e gratuidade, no âmbito interno e externo do empreendimento, que podem ser traduzidos por indicadores tais como práticas de convivência e ajuda mútua, práticas de intercooperação, dispositivos de amparo aos membros do empreendimento, coletiviza-

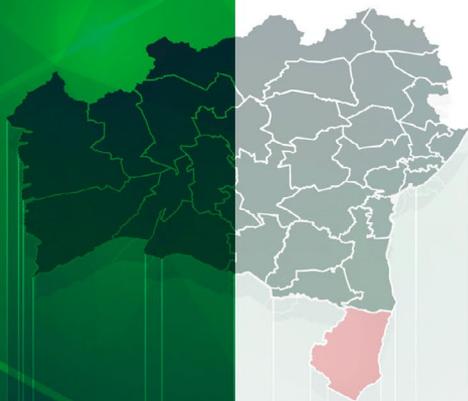


ção do processo produtivo, inexistência de divisão social do trabalho, engajamento comunitário e participação em movimentos sociais.

Nas palavras de Kozen (2006), a solidariedade diz respeito a todos apoiarem as atividades do empreendimento e colaboram uns com os outros na execução das suas tarefas, mesmo que haja tarefas diferentes, todos devem conhecer as tarefas de todos, pois o bom desempenho e o bem-estar de cada um influem no resultado dos objetivos e na renda de todos; outro aspecto é que mulheres e homens têm as mesmas capacidades e possuem os mesmos direitos e deveres. Imprescindível também que para os trabalhadores, é importante que a comunidade e os outros empreendimentos econômicos solidários também se desenvolvam e reconheçam a importância da solidariedade, devendo os integrantes preocuparem-se com o empreendimento e priorizarem seus resultados, mas principalmente participarem de reuniões, encontros e conversas com pessoas de outros grupos solidários, atuando em diferentes espaços de articulação da economia solidária.

## POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO USO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO PARA EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

O fato de os empreendimentos econômicos solidários apresentarem peculiaridades distintas dos empreendimentos capitalistas, principalmente no que diz respeito aos aspectos da gestão democrática, solidariedade e participação, suscita um questionamento sobre a adequação das ferramentas tradicionais de gestão aos EES. Em que medida e em quais condições a Economia Solidária pode se utilizar dos instrumentos da Administração para a gestão dos seus empreendimentos?



SUMÁRIO

O fato é que a literatura ainda é muito tímida quando se trata sobre a gestão de empreendimentos de economia solidária, pois muitas das ações gerenciais da área de administração não atendem de forma satisfatória à toda problemática dessas organizações. São poucos os estudos voltados ao aspecto da dimensão técnica da gestão de empreendimentos econômicos solidários e, segundo França Filho e Laville (2004), isso ocorre porque os autores da área de administração voltaram seus estudos sobre a gestão e técnicas de empresas cujo objetivo é meramente o econômico, esquecendo-se, portanto, das particularidades das organizações que atuam na área social, concebendo-as com os mesmos princípios e instrumentos aplicados às organizações públicas e privadas tradicionais.

Entende-se, portanto, que os métodos e ferramentas tradicionais da administração de empresas capitalistas não são suficientes ou não atendem completamente as necessidades e características dos empreendimentos econômicos solidários. No entanto, pode-se dizer que tais empreendimentos convivem em um mesmo contexto, ou seja, os empreendimentos econômicos solidários precisam sobreviver no mercado e dessa forma, o cenário que se apresenta para esses empreendimentos também é o capitalista. É o cenário da concorrência, da competitividade, da busca por clientes, do melhor preço de fornecedor, do produto que traz uma boa embalagem, uma boa apresentação, que traz qualidade, dentre outros atributos. É necessário, portanto, que os empreendimentos da economia solidária também estejam preparados para ganharem seu espaço no mercado, que eles possam alcançar sustentabilidade e possam permanecer ativos gerando a inclusão, o trabalho e a renda tão necessários à sobrevivência das famílias que atuam neste tipo de empreendimento.

Gaiger (2004) defende que apesar dos empreendimentos econômicos solidários diferenciarem-se dos empreendimentos capitalistas tradicionais, eles estão sujeitos aos efeitos da lógica e às regras de acumulação capitalista, uma vez que são expostos a base técnica

do capitalismo para serem competitivos e sobreviverem, sendo levados a enfrentarem tensionamentos tanto da lógica solidária quanto da capitalista. Tal fato, segundo o autor, leva a maioria deles a atuarem em situações precárias, enfrentando dificuldades na gestão, na comercialização, no acesso aos recursos financeiros e conhecimentos tecnológicos.

Sobre esse aspecto Rutkowski (2008, p. 02) discorre que “os empreendimentos econômicos solidários padeçam dos mesmos problemas que as micro e as pequenas empresas”, ou seja, de acordo com a autora, além de dificuldades de gestão, há deficiências na comercialização dos produtos e dos serviços e de acesso a crédito para investimentos e mesmo capital de giro. Atuando no mercado capitalista, entende-se que estes empreendimentos, assim como as demais empresas, deveriam lidar com estratégias competitivas a fim de aumentar a capacidade de relacionamento e o poder de barganha com clientes, concorrentes, e fornecedores, para sobreviver.

Dessa forma, os problemas dos EES se assemelham, ou quase são da mesma natureza dos problemas das empresas privadas com fins lucrativos, contudo, não há como de uma forma simplória transferir os instrumentos e ferramentas utilizados nessas empresas para os EES, pois os valores e princípios e formas de organização que norteiam a Economia Solidária reconhece outras formas plurais de constituição e organização do trabalho que não são levados em consideração pelas empresas tradicionais (RUTKOWSKI *et al.*, 2002).

De acordo com Andion (2005), algumas das limitações para a gestão de organizações solidárias se dão por conta de que tais organizações atuam em três esferas: o campo social, o econômico e o político e ao mesmo tempo assumem funções de espaços produtivos, geradores de bens, serviços e empregos; de espaços de proximidade, geradores de socialização; e de espaços públicos, geradores de reflexão e de ações políticas. Todas essas peculiaridades, segundo a autora, limitam a aplicação de modelos de gestão pré-determinados.

## SUMÁRIO



Dentro deste contexto, a mesma autora em seus estudos sobre modelos de gestão para organizações solidárias baseada nos estudos de Jürgen Habermas, Karl Polanyi e Edgar Morin, sugerem uma interdisciplinaridade para a gestão, levando em consideração quatro dimensões interdependentes: a) *Dimensão social*, ligada à interação das pessoas dentro da organização, baseada na Teoria da Ação Comunicativa postulada por Habermas, (1989); b) *Dimensão econômica*, ligada às formas de gestão de recursos financeiros e não financeiros utilizados pelas organizações, em que é definido que existem outras fontes de regulação da economia além do mercado argumentada por Polanyi, (1975); c) *Dimensão ecológica*, ligada as relações da organização com o meio ambiente externo, sob a perspectiva complementariedade entre as noções de autonomia e dependência, em que se consideram as múltiplas inter-relações das organizações com a comunidade local, evidenciada por Morin, (1983) e, d) *Dimensão organizacional e técnica*, ligada aos aspectos do funcionamento interno das organizações e seus impactos sobre os indivíduos, em que cada sistema social possui formas particulares de concepção dos seus processos organizacionais.

Um outro aspecto acerca das dificuldades de gestão dos EES, reside no que tange a não separação entre propriedade e controle, uma vez que acaba por existir um conflito de papéis entre ser o “dono”, o que lhe confere determinados benefícios e ser o “gerente”, o que implica no controle de gastos e administração de dívidas do negócio. Isso passa a ser um problema na medida em que os atores que fazem parte do empreendimento solidário exercem as funções de proprietário, cliente e fornecedor, adotando diferentes relações comerciais e econômicas que exigem diferentes posturas (BARREIROS *et al.*, 2005; OLIVEIRA, 2003). Além disso, um outro problema concentra-se na questão da falta de consciência e educação sobre negócios solidários e coletivos, seja no processo de criação, seja na entrada de novos atores, de forma que fique claro a forma organizacional desse tipo de

## SUMÁRIO

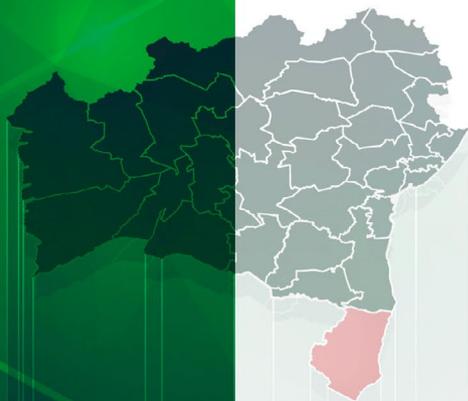


empreendimento, seus objetivos e de como eles funcionam (PEREIRA; RIGO, 2006).

Complementando ainda sobre as dificuldades para gestão de EES, Oliveira (2003), enumera ainda: a) a falta de cooperação entre os empreendimentos solidários quanto a suas atividades e seus negócios, o que o autor denomina como inter cooperação; b) a falta de modelos adequados de gestão ou a aplicação de modelos muito centralizados; e c) a falta de habilidade em saber lidar com a concorrência, o que o autor atribui neste caso, à falta de profissionalização da gestão para que esses empreendimentos possam se manter no mercado.

Além disso, partindo da premissa de que somos oriundos de uma sociedade industrial, onde se predominou um modelo taylorista-fordista, em que a mão-de-obra especialmente possuíam pouca escolaridade e estavam acostumados à subordinação, a gestão dos EES enfrentam ainda: falta de competências adequadas dos seus empreendedores, essencialmente para lidar com conhecimentos, tecnologias, técnicas gerenciais, método de desenvolvimento de produtos, marketing, comercialização, dentre outros, principalmente porque a maioria dos atores que fazem parte desses empreendimentos são justamente, os que foram excluídos desta mesma sociedade capitalista e possuem baixa escolaridade.

Sabe-se que devido a diversos fatores intrínsecos ligados à própria dinâmica dos EES, a exemplo dos tensionamentos das lógicas solidárias e capitalistas suporte das políticas públicas, acesso ao crédito, conhecimento e tecnologias, profissionalização, dentre outras, estes não possuem instrumentos apropriados à consolidação de formas solidárias e eficientes de produzir a riqueza. No entanto, não há ainda na literatura uma concordância de como organizar um EES, conforme apresenta Rutkowski (2008), quando discorre que não há, uma ciência administrativa e econômica em formas produtivas ótimas, voltadas para este fim, sendo desta forma, necessária a busca de so-



luções tanto de governança, como gestão e produção que permitam aos EES que respondam a seus problemas, da mesma forma que se fez para os empreendimentos capitalistas tradicionais, através de métodos, técnicas e instrumentos capazes de promover a eficiência, ou seja, a sobrevivência e a prosperidade, sob novos patamares, destes empreendimentos. A autora reforça ainda que um dos passos necessários é se aprofundar a discussão teórica para tal construção. A partir do reconhecimento da economia como um processo social, o qual precisa ser avaliado a partir de uma visão plural, “discute-se a necessidade de desenvolvimento de uma tecnologia social adequada aos EES, em particular, uma tecnologia de gestão e técnicas de produção apropriadas à manutenção e ao fortalecimento da autogestão e de processos de produção” centrados no trabalho coletivo e cooperativo (RUTKOWSKI, 2008, p. 04).

Enquanto esse aprofundamento não acontece, tem-se apenas a certeza da necessidade de uma melhor gestão e profissionalização desses empreendimentos para que eles possam estar pelo menos em condições favoráveis de lidar com o mercado, uma vez que conforme explica Andion (2005, p. 96) “os imperativos da concorrência e os critérios definidos pelos financiadores exigem cada vez mais que as organizações do tipo comunitário se profissionalizem e isto se torna condição da sua perenidade”.

Neste contexto, é possível então entender que as ferramentas e os instrumentos de gestão da administração mesmo não sendo apropriadas às peculiaridades dos EES é, por hora, aquilo que se tem de concreto, e devem ser observados, analisados e estudados com o intuito de se obter pelo menos um ponto de partida, e que devidamente adaptados às singularidades dos empreendimentos solidários possam contribuir de maneira favorável à gestão e profissionalização dessas organizações, no sentido de torná-las mais competitivas. Afinal, os clientes desejam produtos cada vez mais bem desenvolvidos, com uma boa apresentação, embalagem, qualidade e as organiza-

## SUMÁRIO



ções solidárias precisam estar atentas à economia de tempo, recursos, marketing e propaganda, negociação com fornecedores, tanto para atender a sua clientela quanto para não sucumbirem a lógica da concorrência a qual estão submetidas.

Portanto ferramentas de gestão como o planejamento, a organização, controles (custos, materiais, econômico-financeiro), processos e procedimentos de trabalho, comercialização, negociação, qualidade, otimização de tempo, tomada de decisão, entre outras, são de extrema necessidade de adoção para que as atividades possam ser bem desempenhadas e para que se possa obter bons resultados em todo e qualquer negócio e isso vale também para os empreendimentos solidários.

Atualmente, esses processos da gestão em muitos territórios se dão por meio das políticas públicas voltadas à economia solidária e tem se concretizado através da assessoria técnica, geralmente oferecida pelos centros públicos de economia solidária como forma de minimizar os impactos negativos da falta de gestão e preparo dos empreendedores solidários para a sustentabilidade dos seus empreendimentos, nas diversas áreas necessárias ao bom desenvolvimento e o bom desempenho dos EES. São preciosas contribuições para atores que ainda não possuem o devido preparo para lidar com a administração de seus empreendimentos.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada com 33 empreendimentos cadastrados na Rede Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia, através da aplicação de questionário a 80 participantes. Foram selecionados em cada empreendimento de dois a cinco associados, sendo necessaria-



mente de uma a duas do núcleo gestor e as demais, pessoas ligadas ao empreendimento, mas que não faziam parte do núcleo gestor. A escolha dessas pessoas que não participam do núcleo gestor foi feita de forma não probabilística, ou seja, por conveniência, mediante a facilidade de acesso pelo pesquisador e aceitação do pesquisado em participar do estudo.

O questionário foi composto por questões sociodemográficas para se obter um perfil dos atores sociais, questões para se obter o perfil dos empreendimentos solidários da Rede no território e, por fim, questões relacionadas as ações da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva e das atividades desenvolvidas pelo CESOL, por meio de uma escala de Likert de 5 pontos, que permitiu identificar a efetividade da política pública estudada, por meio do trabalho do CESOL, através da percepção dos atores sociais ligados às atividades solidárias no território. Na análise dos dados sócio demográficos e do perfil dos empreendimentos foi utilizada estatística descritiva.

## CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS EMPREENDEDORES SOLIDÁRIOS

A partir da sistematização dos dados foi possível caracterizar o perfil sociodemográfico dos atores sociais ligados aos empreendimentos solidários da Rede Mata Atlântica no território Baixo da Sul da Bahia. Foi constatado que 22 dos empreendedores pesquisados são do sexo masculino e 58 do sexo feminino. Em relação ao percentual de renda média mensal, observa-se que um pouco mais de dois terços dos participantes percebem até um salário mínimo. Quanto à distribuição por nível de escolaridade, destacam-se os percentuais de 30% para aqueles que completaram o nível médio ou técnico, 22,5% pos-



suem as últimas séries do ensino fundamental (de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série), 16,3% não chegaram a completar o nível médio e 12,5% possuem apenas as primeiras séries do ensino fundamental (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série). Em relação ao estado civil, 38,8% são casados, 40% solteiros, e 11,3% assinalaram que convivem juntos. Merece destaque a relevante atuação das mulheres nas atividades associativas e cooperadas nos EES pesquisados (72,5%), mostrando, como ressaltado por Culti (2004), a expressividade, a liderança e a representatividade feminina em muitos setores considerados como masculinos e desconstruindo a ideia assimilada socialmente da superioridade do homem nas atividades produtivas.

## CARACTERIZAÇÃO E MAPEAMENTO DOS TIPOS DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA REDE MATA ATLÂNTICA NO TERRITÓRIO BAIXO SUL DA BAHIA

De acordo com os dados coletados em campo, a maioria dos EES da Rede Mata Atlântica (76,3%) concentra a sua atuação na zona rural, enquanto que apenas 12,5% disseram atuar na zona urbana, e 11,3% indicaram que operam tanto na zona urbana quanto na rural. Em relação à localização, o município de Valença abriga o maior número de empreendedores, com 38,8%, seguido por Nilo Peçanha, com 12,5%, Presidente Tancredo Neves, com 11,3%, Camamu, Igrapiúna e Ituberá, com 10%, e Taperoá, com 7,5%.

A pesquisa buscou entrevistar pessoas que compõem e outras que não compõem o núcleo diretivo dos EES da rede para obter opiniões dos diferentes atores, evitando concentrar-se nos ocupantes de cargos de direção. Os resultados permitiram constatar que, dos empreendedores pesquisados, 35% fazem parte da direção do empreendimento. Quanto à distribuição por forma de organização, a maior par-



te (81,3%) é constituída como associações, enquanto as cooperativas apresentam um percentual bem menos expressivo (17%).

O fato de a maioria dos EES atuar na zona rural (76,3%) revela, no território estudado, uma característica marcante neste campo de pesquisa, como bem apontado por Silva e Kappes (2016). Os autores ressaltam a forte vinculação desses empreendimentos com a agricultura familiar, em que se observa cada vez mais a ocorrência de vários tipos de atividades, a exemplo de cozinha produtiva, pesca, beneficiamento de mandioca, entre outros. Constata-se, neste caso, a ocorrência daquilo que tem despertado a atenção nas unidades rurais, que é a diversificação das atividades produtivas, o que é conhecido também como pluriatividade. A agricultura familiar é predominante no território estudado, e também faz parte da maioria dos empreendimentos da rede, em uma região onde estão localizados diversos assentamentos e comunidades quilombolas. A Tabela 1 mostra a disposição das respostas quanto ao tipo de atuação dos empreendedores. Quando considerada apenas uma atividade exercida, a agricultura familiar sobressai sobre as outras, sendo a única opção para cerca de 29% dos pesquisados. Da mesma forma, quando se olha para todas as possibilidades de produção, inclusive quando se pratica mais de uma atividade, a agricultura familiar foi citada por 53 empreendedores, ou seja, 66% dos trabalhadores da economia solidária:

**Tabela 1 – Tipo de atividade desenvolvida pelos empreendedores solidários da Rede Mata Atlântica, distribuição, em frequência, percentual e número de vezes citadas, 2019.**

Atividade desenvolvida	Frequência	Percentual
Apenas uma atividade	40	50%
Artesanato	8	10,0
Cozinha produtiva	8	10,0
Agricultura familiar	23	28,8
Beneficiamento mandioca	1	1,3

Mais de uma atividade	40	50%
Total	80	100,0
Número de vezes que a atividade foi citada		
Agricultura familiar	53	
Cozinha produtiva	34	
Artesanato	21	
Beneficiamento mandioca	11	
Outros	6	

Fonte: Dados da pesquisa (2019) / Elaboração própria.

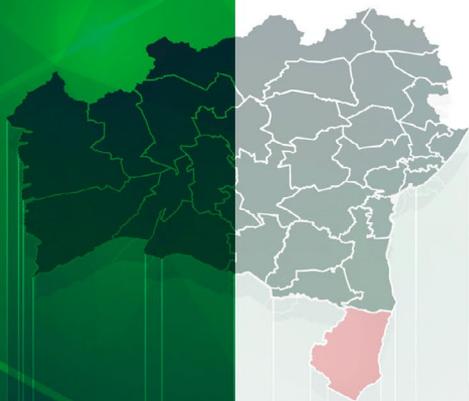
Quanto ao acesso à comercialização, é sempre um ponto crítico, quer seja para os EES, quer seja para os trabalhadores da agricultura familiar, considerando que os fatores limitantes são parecidos em sua maioria. Ao buscar identificar os canais utilizados para a comercialização dos produtos, foi constatado, que 53 empreendedores (66%) têm à sua disposição mais de um canal de comercialização, enquanto 27 (34%) responderam ter apenas uma forma de comercializar seus produtos. Dentro deste último grupo, a feira livre é o mais importante e único meio de comercialização para 14 empreendedores. Para aqueles que conseguem vender através de mais de um canal, a maior proporção (21,3%) utiliza tanto a feira livre quanto o espaço solidário (loja da rede) localizado no município de Valença.

Considerando o número de vezes que cada canal de comercialização foi citado, verifica-se, que os principais meios utilizados pelos produtores são a feira livre e o espaço solidário, com 47 e 43 menções, respectivamente. Esses dois espaços são determinantes para os empreendimentos, tendo em vista as limitações e dificuldades de inserção dos seus produtos no mercado formal, sendo dependentes de políticas de apoio em termos de serviços e infraestrutura institucionais. Ao se categorizar os referidos canais em formais (restaurantes, supermercados, agroindústria etc.), informais (feira livre, espaço solidário, intermediário, venda direta) e institucionais (órgãos públicos), fica

evidente que o comércio informal tem maior peso quando se trata da destinação da produção dos EES em estudo, representando a única alternativa para 59% dos empreendedores. Já para 24% dos pesquisados, os mercados informal e institucional são as únicas opções. Essas informações revelam quão vulnerável ainda é a condição de comercialização para os empreendimentos solidários, especialmente aqueles vinculados à agricultura familiar, como é o caso dos localizados no Baixo Sul. São dificuldades que estão assentadas principalmente na falta de capacidade organizativa e competitiva e que impedem a inserção de seus produtos em mercados formais e em uma cadeia de valor. Por isso é tão importante para esses empreendimentos o mercado institucional, especificamente através dos programas: Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por possibilitar efetivamente a destinação da produção que, de outra forma, seria impossível ou limitada.

## AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA PELO CESOL PARA O DESENVOLVIMENTO DE SEUS EMPREENHIMENTOS, NA PERCEPÇÃO DOS ATORES.

A Tabela 2 apresenta cada uma das dimensões medidas, juntamente com os indicadores que compuseram cada uma dessas dimensões. Para cada item ou indicador da dimensão tem-se calculado o percentual de satisfação indicados pelos atores sociais envolvidos com os EES da Rede Mata Atlântica em relação à assistência prestada pelo CESOL. Ou seja, a tabela permite observar como os pesquisados percebem a efetividade dos serviços e da assistência técnica pres-



tados pelo centro público para o crescimento e desenvolvimento de seus empreendimentos em termos de organização e planejamento, qualidade e controles e sustentabilidade econômico-financeira, sendo que suas repostas poderiam variar desde “não contribuiu em nada” até “contribuiu muito”. Os resultados demonstraram que na dimensão Organização e Planejamento os percentuais de “Não contribuiu em nada”, “Contribui muito pouco” e “Contribuiu pouco” somam 62,56%. Os resultados da dimensão Qualidade e Controles somam 62,17% e, finalmente, os relativos à Sustentabilidade Econômico-financeira somam 61,58%:

**Tabela 2 - Distribuição dos Percentuais de Satisfação Médio acerca da efetividade das dos serviços prestados pelo CESOL para o desenvolvimento dos empreendimentos na avaliação dos atores.**

Dimensão	Indicadores	Não contribuiu em nada	Contribuiu muito pouco	Contribuiu pouco	Contribuiu o necessário	Contribuiu muito
Organização e Planejamento	Divisão e organização de tarefas e rotinas das pessoas que trabalham no negócio	33,8%	7,5%	25%	18,8%	15%
	Determinação de atividades e responsabilidades (quem faz o quê, quando, como e onde)	31,3%	7,5%	18,8%	20%	22,5%
	Organização e otimização de espaços e dos processos de produção	31,3%	5%	27,5%	20%	16,3%
	Melhorias ocorridas no negócio (compromisso e entendimento com as atividades do dia-a-dia por parte das pessoas que trabalham)	31,3%	6,3%	27,5%	17,5%	17,5%
	Processo de planejamento do negócio	33,8%	5%	22,5%	16,3%	22,5%
Percentual de Satisfação Médio		32,3%	6,26%	24%	18,52%	19%



SUMÁRIO

Qualidade e Controles	Qualidade do trabalho na produção	35%	2,5%	21,3%	21,3%	20%
	Economia de tempo, materiais e insumos na produção	36,3%	3,8%	25,0%	21,3%	13,8%
	Organização interna das atividades	32,9%	6,3%	26,6%	19%	15,2%
	Avaliação do trabalho do CESOL de maneira geral	33,8%	5%	23,8%	20%	17,5%
	Organização da documentação do empreendimento	35%	2,5%	28,8%	15%	18,8%
	Controles do negócio (verificação do que foi planejado e do que está sendo executado)	33,8%	2,5%	23,8%	17,5%	22,5%
	Controle de falhas, correção e prevenção	33,8%	2,5%	22,5%	23,8%	17,5%
	Controle básico de entradas e saídas de insumos, materiais e produtos para a produção e desenvolvimento do negócio	35,4%	5,1%	20,3%	22,8%	16,5%
	Controle e acompanhamento da comercialização de produtos	34,2%	3,8%	22,8%	19%	20,3%
	Qualidade dos produtos ou serviços	35,4%	1,3%	21,5%	25,3%	16,5%
	Percentual de Satisfação Médio	35%	3,53%	23,64%	20,5%	17,86%

SUMÁRIO



Conclusão

Dimensão	Indicadores	Conclusão				
		Não contribuiu em nada	Contribuiu muito pouco	Contribuiu pouco	Contribuiu o necessário	Contribuiu muito
Sustentabilidade Econômico-financeira	Organização e controle de custos, receitas e despesas (fluxo de caixa)	33,8%	8,8%	22,5%	17,5%	17,5%
	Orientações acerca das relações com negociação e compras com fornecedores	38,8%	7,5%	18,8%	16,3%	18,8%
	Aumento das vendas do empreendimento	33,8%	5%	18,8%	22,5%	20%
	Redução dos custos do empreendimento	35%	1,3%	20%	20%	23,8%
	Distribuição dos resultados financeiros com os associados/cooperados	37,5%	8,8%	17,5%	18,8%	17,5%
Percentual de Satisfação Médio		35,78%	6,28%	19,52%	19,02%	19,52%

Fonte: Dados da pesquisa (2019) / Elaboração própria.

Os resultados indicaram (Tabela 2) que se considerarmos todas as dimensões estudadas, em média 62,10% dos entrevistados apresentaram uma avaliação negativa para a assistência técnica prestada pelo CESOL, contra um percentual em torno de apenas 38% de avaliação positiva. A percepção de pouca efetividade ou insatisfação em relação à assistência técnica prestada pode ser explicada em virtude do fato de parte dos entrevistados, ao responderem o questionário, apontarem que o CESOL do Território estudado prestou uma assistência técnica precária, muitas vezes condicionadas às visitas esporádicas e algumas poucas palestras, principalmente nos municípios de Camamu, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha. Na opinião dos entrevistados, o que eles entendiam como assistência técnica seria um acompanhamento de forma mais presente e contínua por parte do CESOL, no sentido de orientar, desenvolver oficinas, treinar, qualificar, e prestar

consultorias que realmente pudessem atender às necessidades e demandas tanto dos atores quanto dos empreendimentos.

A importância de uma assistência técnica de boa qualidade é defendida pelos participantes desse estudo e é corroborada por vários autores (RUTKOWSKI, 2008; BORINELLI 2011; CASTRO, 2003). Borinelli (2011), por exemplo, em seu estudo conduzido em Londrina concluiu que os integrantes dos grupos que compõem a Economia Solidária apresentam deficiência técnicas variadas, especialmente quanto à formação em gestão, ao amadorismo no que diz respeito ao planejamento de mercados e produtos e também gestão estratégica e econômica. Para o autor, tais limitações dão ao projeto de incubagem um caráter muito mais assistencial, levando a uma relação de codependência entre incubadora e o Programa Municipal de Economia Solidária e os empreendimentos solidários, a despeito do esforço por parte da Política Pública de Economia Solidária no Município em prestar assistência técnica aos membros dos empreendimentos. Castro (2003), ao tratar das dificuldades enfrentadas pelos empreendedores solidários, especialmente decorrentes de sua parca escolaridade, defende que essas limitações precisam ser superadas por meio da capacitação profissional e assessoria técnica voltadas para o ensino de técnicas gerenciais, tecnologias de produção, e métodos de desenvolvimento de produtos, comercialização, incluindo marketing.

É importante ressaltar, no entanto, que apesar de uma avaliação insatisfatória ter sido constatada de forma geral em relação ao trabalho realizado pelo CESOL, foi também possível observar avaliações de satisfação positivas pontuais em alguns aspectos do trabalho do centro público, em especial na dimensão de qualidade e controles que obteve um percentual médio em torno dos 20% de avaliação de satisfação positiva e na dimensão de sustentabilidade econômico financeira, com um percentual médio em torno dos 19%. Destaca-se aqui que as avaliações que refletem os índices de satisfação positivas em relação à assistência técnica prestada pelo centro público, se deram em especial

## SUMÁRIO



nos municípios em que residiam técnicos do CESOL. Nos municípios mais distantes e na zonal rural as avaliações foram contabilizadas de forma mais negativa, sendo apontadas pelos atores sociais as diferenças do que de fato eles consideravam como “assistência técnica”, pois, segundo eles, muitas vezes essa assistência técnica foi regada apenas a algumas “visitas esporádicas e palestras”.

## CONCLUSÃO

Através dos dados apresentados neste estudo foi possível identificar os níveis de satisfação e a percepção dos atores pesquisados em relação à Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, de como eles percebem as ações que o Governo do Estado desenvolve em relação aos empreendimentos solidários da Rede, da operacionalização desta Política através do trabalho do centro público de economia solidária – CESOL, demonstrando também suas percepções em relação à assistência técnica prestada por esse dispositivo para o crescimento, desenvolvimento, gestão e profissionalização de seus empreendimentos. Dessa forma, foi possível identificar por meio das avaliações dos atores sociais que a Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva promovida pelo Estado é de suma importância para que eles, os atores sociais, estejam inseridos em atividades produtivas, gerando emprego e renda para seu sustento e sustento das famílias envolvidas com as atividades associativas, cooperadas e solidárias. Todavia, os atores percebem que a efetividade de algumas ações da política podem ser melhor desenvolvidas e trabalhadas de modo que possam atender às necessidades de seus empreendimentos em termos de gestão, profissionalização, comercialização e sustentabilidade dos empreendimentos solidários.



A afirmação acima ficou muito bem explícita quando das percepções em relação à efetividade da assistência técnica prestada pelo CESOL do Território, principal vetor de operacionalização da política pública estudada, uma vez que os dados apontaram níveis de satisfação positivos principalmente para as dimensões de “Organização e Planejamento” e “Qualidades e Controles”. Os entrevistados apontaram que a assistência do CESOL, nestas dimensões em especial, contribuíram para o crescimento e desenvolvimento de seus empreendimentos, bem como melhoraram as suas capacidades de gestão, uma vez que eles obtiveram informações necessárias para que as atividades fossem desenvolvidas de maneira organizada, planejada, sem desperdícios, com menores custos, atribuindo responsabilidades, observando a qualidade dos produtos, o cuidado com a embalagem e os padrões de tamanho e sabor, garantindo também maior e melhor produtividade como também uma melhor relação entre os pares.

Contudo, também foram apontadas avaliações negativas acerca do trabalho desenvolvido pelo CESOL. Essas percepções também variaram de acordo a atividade desenvolvida pelo empreendimento ou grupo do qual os atores faziam parte e do município onde estavam localizados. As informações colhidas mostraram que a depender de onde o empreendimento estava localizado a assistência técnica foi mais efetiva, principalmente quando neste município residiam técnicos do CESOL. Já nos municípios e zonas de atuação mais distantes, a exemplo da rural, a avaliação do CESOL foi feita de forma negativa e os atores inclusive apontaram a diferença entre a “assistência técnica” e “visitas esporádicas e palestras”. Essas avaliações se deram especialmente entre grupos que atuavam na zona rural e agricultores familiares. Dessa forma, é possível perceber que o centro público, principal dispositivo da operacionalização da política pública, não conseguiu atender na opinião dos entrevistados, de forma efetivamente positiva a todos os empreendimentos solidários da Rede no Território, de maneira que atendesse às necessidades do empreendedor e consequentemente do EES.



SUMÁRIO

É importante destacar que o trabalho do CESOL na assistência técnica aos EES da Rede é de grande importância, pois é através dessa assistência que os empreendimentos podem buscar melhores formas de gerir o trabalho, as relações, as atividades produtivas, entendendo os requisitos básicos para que o negócio solidário possa adotar as melhores ferramentas de controle e de gestão de acordo as suas necessidades e peculiaridades para que mantenham crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade.

De maneira geral, a constatação que se pode fazer de acordo com os resultados alcançados nessa pesquisa é que, apesar da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioproductiva estar implantada, atendendo aos territórios de identidade do Estado, e no caso do estudo a Rede Mata Atlântica no Baixo Sul, que mesmo diante de todos os programas a que a própria política está articulada e da transversalidade com as demais políticas públicas e demais setores do Estado, ainda assim, os atores que são assistidos por tal política não conseguem perceber de forma totalmente efetiva as ações voltadas ao atendimento de suas necessidades. Para eles, a política existe e os atendem, mas ainda é necessário a observação das realidades de cada território, das comunidades e dos diversos grupos e atividades produtivas para que as necessidades possam realmente serem supridas.

## REFERÊNCIAS

ANDION, C. A Gestão no Campo da Economia Solidária: particularidades e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, 2005. v.9, n.1, pp 79-101. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v9n1/v9n1a05.pdf>>. Acesso em 12 de mar. 2018.

AZEVEDO, A.B.N. Inovação Tecnológica em Empreendimentos Autogestionários: Utopia ou Possibilidade? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL. *Anais[...]* Salvador: UFBA. Disponível em: <[http://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-document-938\\_en.html](http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-938_en.html)>. Acesso em: 11 nov. 2018.

BAHIA, *Lei nº 12.368/2011*. Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.setre.ba.gov.br/>>. Acesso em 04 ago. 2017.

BAHIA, SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE -SE-TRE. *Edital de Seleção nº 006/2018*. Assistência Técnica e Extensão Urbana para em Empreendimentos Associativos, através da implantação/gestão de Centro Público de Economia Solidária, por entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como organização social. Disponível em: <<http://www.setre.ba.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

BARREIROS, R. F. et. al. *Caracterização da Natureza do Processo Decisório em Nível Estratégico nas Cooperativas Agroindustriais do Estado do Paraná*. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/.../Organização%20do%20Trabalho/COOPERATIVAS%20DE%20>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

BORGES, A.V.B. *Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva: um olhar dos empreendedores da economia solidária da Rede Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro-Ba, 2019.

BORGES, A.V.B; BORGES, C.H.L; MATURINO, N.E.M. Efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva na Bahia: uma avaliação a partir da percepção dos empreendedores da Economia Solidária da Rede Mata Atlântica no Baixo Sul da Bahia. *Revista Bahia Análise & Dados*, Salvador-Bahia, 2019, v.1, n.29. pp. 7-39. ISSN: 0103 8117.

BORINELLI, B. et. al. Considerações sobre as políticas públicas de apoio à economia solidária em Londrina: o desafio da comercialização. *Serviço Social em Revista*. Londrina, 2010, v. 2, n.12. pp.101-120 DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2010v12n2p100> Acesso em: 06 nov. 2018.

BORINELLI, B. et.al. Avanços e Limites da Política Pública de Economia Solidária: um estudo do processo de incubagem de empreendimentos do Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina – Paraná. ENCONTRO DA ANPAD. *Anais[...]* Rio de Janeiro: ANPAD. 2011 Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/down\\_zips/58/APB2446.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/58/APB2446.pdf)> .Acesso em 06 de nov.2018.

CASTRO, F.B. *Diversificação de produtos e competitividade: o caso de uma pequena indústria de autogestão*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), 2003. Programa pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE/UFRJ.

## SUMÁRIO



SUMÁRIO

CULTI, M.N. (2004). Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos. In. CONGRESSO EUROPEU. BRATISLAVA-REPÚBLICA ESLOVACA. *Anais[...]* Bratislava-República Eslovaca: CEISAL de Latinoamericanistas. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/228462708\\_Mulheres\\_na\\_Economia\\_Solidaria\\_Desafios\\_Sociais\\_e\\_Politicos](https://www.researchgate.net/publication/228462708_Mulheres_na_Economia_Solidaria_Desafios_Sociais_e_Politicos)>. Acesso em 16 de nov. 2018.

FRANÇA FILHO, G. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, BA, ano III, n. 5. 2001. pp 52-60. ISSN: 2178-8022. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25745/1/Esclarecendo%20terminologias%20as%20nocoes%20de%20terceiro%20setor%2C%20economia%20social%2C%20economia%20solidaria%20e%20economia%20popular%20em%20perspectiva.pdf>>. Acesso em: 18 mai.2017.

FRANÇA FILHO, G.C; LAVILLE, J.L. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, 2004. UFRGS.

GAIGER, L. I. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Caderno CRH, Salvador, 2003, n. 39, pp. 181-211. Recuperado em: <file:///C:/Users/Adriana%20Vilas/Downloads/18642-63064-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

GAIGER, L.I. *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: 2004, UFRGS

GAIGER, L.I; CORRÊA, A.S. da. O diferencial do empreendedorismo solidário. *Revista de Ciências Sociais Unisinos*, 2011, vol. 47, n. 1, jan-abr.pp 34-43. ISSN: 2177-6229. Disponível em: <[http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/615/234](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/615/234)>. Acesso em: 12 mai.2017.

KONZEN, J.I. *Saiba mais sobre Economia Solidária*. Porto Alegre: 2006, CAMP.

LIMA, M.I.R. *Economia Solidária e Vínculos*. São Paulo: 2003, Ideias&Letras.

MATOS, et. al. Inovação na Gestão Pública Baiana: Análise do processo de implantação dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL). *Revista NAU Social*. v. 6, n.10, 2016. pp 9-30. ISSN: 2237-7840. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31325>>. Acesso em 18 de set.2017.

OLIVEIRA, D. P. R. *Manual de Gestão das Cooperativas: Uma abordagem prática*. 2 ed. São Paulo: 2003, Atlas.



# 2

*Caio Rudá de Oliveira  
Rafael Andrés Patiño  
Gabriela Andrade da Silva*

**PLANTÃO PSICOLÓGICO  
ONLINE COMO TECNOLOGIA  
DE APOIO À SAÚDE  
MENTAL NA PANDEMIA  
DE COVID-19:  
*análise da efetividade  
segundo relatos  
de participantes***

## INTRODUÇÃO

Desde o aparecimento dos primeiros casos de COVID-19, na cidade chinesa de Wuhan, o distanciamento social tem sido defendido pelas autoridades sanitárias e pela comunidade científica como uma das principais estratégias de combate ao vírus Sars-Cov-2. Assim, medidas de permanência domiciliar e limitação do contato físico interpessoal têm sido amplamente recomendadas para retardar a disseminação da doença (MARROQUÍN; VINE; MORGAN, 2020).

Apesar da sua eficácia enquanto medida sanitária, o distanciamento social tem sido relacionado com o desenvolvimento de sintomas psicopatológicos e com acentuados impactos psicossociais negativos. Estudos realizados no Canadá (REYNOLDS *et al.*, 2007; ROBERTSON *et al.*, 2004; HAWRYLUCK *et al.*, 2004), durante o surto de Sars, entre 2002 e 2004, já apontavam para o impacto de tais medidas na saúde mental da população submetida a procedimentos de quarentena. Em estudo realizado nos Estados Unidos, em março de 2020, Marroquín, Vine e Morgan (2020) identificaram associação entre medidas de distanciamento social contra o espalhamento da COVID-19 e maiores escores de depressão, sintomas de ansiedade generalizada, estresse agudo, pensamentos intrusivos e insônia. Outros estudos multicêntricos também encontraram correlações significativas entre práticas de distanciamento social e deterioração da saúde mental da população geral (GEIRDAL *et al.*, 2021; RUFFOLO *et al.*, 2021).

Em estudo transversal com adultos residentes no Brasil, foi identificado aumento dos sentimentos de tristeza, depressão e ansiedade, assim como o consumo acentuado de alimentos não saudáveis, bebidas alcoólicas e cigarros, além da redução da prática de atividade física (MALTA *et al.*, 2020). Em outro estudo nacional com população adulta, verificou-se elevada prevalência de sintomas de tristeza, depressão, ansiedade, nervosismo e dificuldades para dormir (BARROS *et al.*, 2020).



SUMÁRIO



Diversos autores têm buscado evidenciar a importância de uma concepção global e holística da saúde que leve em conta os aspectos psicossociais da experiência da pandemia, a partir do desenvolvimento de estratégias que busquem mitigar os impactos na saúde mental decorrentes de estratégias de distanciamento social, bem como potencializar a efetividade de tais medidas sanitárias (MELO; AGUIAR, 2020; ABEL; MCQUEEN, 2020; MARROQUÍN; VINE; MORGAN, 2020; SCHMIDT *et al.*, 2020; FARO *et al.*, 2020). Além disso, além da consideração dos efeitos adversos do confinamento, a própria condição pandêmica e as consequências psicossociais de condições como adoecimento, morte, luto, insegurança alimentar, insegurança financeira, desemprego, entre outros configuram-se como estressores, e, portanto, fenômenos que merecem especial atenção (SOUZA, 2020; LIMA *et al.*, 2021).

A pandemia de Covid-19 é um fenômeno complexo, multideterminado, regido por lógicas não lineares em múltiplos planos de ocorrência, caracterizando uma sindemia, uma vez que a suscetibilidade à infecção decorre de interação entre condições sociais e biológicas (HORTON, 2020). Sob a ótica dos estudos psicossociais, uma pandemia pode ser considerada um tipo de catástrofe, na medida em que irrompe como um acontecimento negativo e imprevisto que ocasiona danos materiais, perdas humanas e ampla desorganização social, desencadeando comportamentos e emoções coletivos, que podem se manifestar sob a forma de ansiedade, medo, raiva, agressividade ou hipervigilância, bem como sob a forma de sintomas psicossomáticos, distúrbios do sono e memória. Todas estas formas de afetação estão condicionadas por fatores subjetivos, sociais e culturais e os estudos têm indicado que as pessoas expostas a experiências traumáticas ou altamente estressantes e de desorganização social reagem melhor aos acontecimentos se podem contar com apoio psicossocial (FERNÁNDEZ; BERISTAIN; PÁEZ, 1999).

Considerando a atenção à saúde mental como um dever do Estado (BRASIL, 2001), o atendimento psicológico durante a pandemia configura também uma questão de saúde pública. Entretanto, apesar da sua relevância, a atuação dos psicólogos acaba limitada pelas medidas de distanciamento social. Nesse sentido, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) se tornaram importante ferramenta para a psicologia na situação de pandemia. No Brasil, o atendimento psicológico mediado por TICs em situações emergenciais era vedado pela Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 11, de 11/05/2018 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP], 2018), mas diante da pandemia de COVID-19, tais vedações foram suspensas pela Resolução CFP nº 4, de 26/03/2020 (CFP, 2020). Assim, a prestação de serviços de psicologia mediado por TICs em situações emergenciais configura uma nova realidade, cabendo à categoria elaborar alternativas inovadoras de intervenção usando essa ferramenta.

O objetivo deste trabalho é descrever a implantação de um serviço de atendimento psicológico emergencial, apresentando resultados referentes ao perfil dos usuários e efetividade do dispositivo, numa universidade pública do estado da Bahia, nos primeiros meses da pandemia de Covid-19.

## O PLANTÃO PSICOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

O Plantão Psicológico (PP) foi criado, em 1969, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Surgiu, como uma tentativa de acolher o público que buscava ajuda psicológica, mas nem sempre era atendido no momento de sua queixa (MORATO, 1999). Afastando-se do modelo de triagem, em que são avaliadas as queixas e rea-

SUMÁRIO



lizada classificação de risco com objetivo de encaminhamento, o PP apresentou-se como alternativa para atendimento imediato (ROCHA, 2011), eliminando o período de espera.

Referenciado na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), o manejo em PP pressupõe a existência de uma tendência atualizante que consiste no desdobramento natural de potencialidades, configurando crescimento rumo a uma noção de eu congruente ou adaptativa (ROGERS, 1961). O papel do plantonista, portanto, é oferecer condições para o desenvolvimento de estratégias de reconhecimento de si e crescimento pessoal. Assim, é característica do serviço disponibilizar-se não apenas para acolher as queixas, mas também para responder às demandas por ajuda psicológica, com atenção às experiências do usuário, tendo como inspiração o pressuposto rogeriano de suficiência de três atitudes terapêuticas facilitadoras desse processo: empatia, aceitação positiva incondicional e congruência (ROGERS, 1957).

O acolhimento se refere à aceitação do modo como o cliente vive sua queixa, ao reconhecimento do entorno sociopsicológico que lhe cerca, e à validação dos recursos subjetivos de que dispõe para cuidar de seu sofrimento. A resposta do plantonista, por sua vez, é a explicitação da demanda, construída a partir da queixa, permitindo ao cliente a oportunidade de se posicionar frente à sua própria experiência (SCHMIDT, 2004). Assim, o PP está aberto a qualquer tipo de queixa, proporcionando uma intervenção breve, cuja efetividade vem sendo investigada e constatada em diferentes contextos, tais como: escola (MAHFOUD, 1999), serviço de acolhimento para jovens em cumprimento de medida socioeducativa (AUN; MORATO, 2009), hospital (PERCHES; CURY, 2013) e serviço de assistência social (MOTA; GROTO, 2009). Portanto, é um dispositivo adequado a situações de alta demanda por atendimento psicológico, incluindo as de calamidade pública, como a que estamos enfrentando na pandemia de COVID-19.

## SUMÁRIO



SUMÁRIO

Tradicionalmente, os serviços de PP dispõem de plantonistas num espaço e tempo determinados, atendendo o público que procura o serviço sem agendamento, por ordem de chegada. A sessão é geralmente única, sem limite de duração, embora sejam permitidos um a dois retornos, dependendo do protocolo adotado. Em função das medidas de distanciamento social, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) criou um protocolo inovador de atendimento em PP mediado por TICs, para apoiar pessoas que estejam em sofrimento psicológico.

O Plantão Psicológico *Online* (PPO) procurou preservar as características do PP presencial, embora realizando ajustes necessários à alteração de setting que decorre da mediação do atendimento por TICs. Os atendimentos são realizados por Psicólogos, de forma pontual e emergencial, usando dispositivos que permitam a transmissão de imagem e áudio de forma síncrona, tais como computadores ou *smartphones* conectados à *internet*, e aplicativos gratuitos tais como *Google Meet* ou *WhatsApp*.

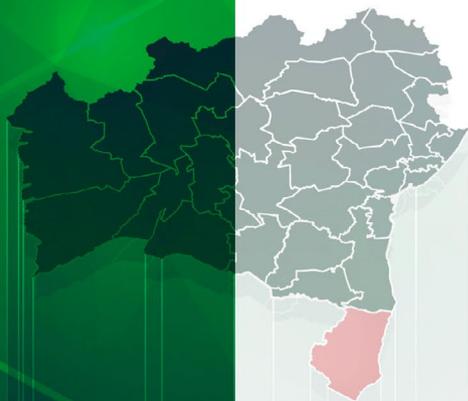
As inscrições do PPO são realizadas por meio de um formulário eletrônico. Podem participar pessoas com pelo menos 18 anos completos, residentes no Brasil, que falem e compreendam a língua portuguesa. As inscrições para o PPO são recebidas pela coordenação ou equipe administrativa do projeto, que as distribui entre psicólogos plantonistas da equipe. Entre abril e novembro de 2020, nos primeiros meses do projeto, os atendimentos foram agendados, buscando-se respeitar o prazo máximo de uma semana após a inscrição, mas a partir do final de dezembro passaram a acontecer no momento da procura, mantendo a ideia original de acolhimento imediato à queixa. A sessão, sem limite de tempo, tem foco na demanda emergencial, em especial relacionada à pandemia de COVID-19. Pode ser agendado um retorno, dependendo do conteúdo mobilizado e da eventual necessidade de encaminhamento a outros serviços, ou em caso de falha na disponibilidade de TICs, tais como interrupção no fornecimento de energia elétrica ou nos serviços de provedor de internet de uma das partes.

No período de julho de 2020 a fevereiro de 2021, analisado neste trabalho, 73 plantonistas trabalharam voluntariamente no projeto, vinculados a cursos de extensão ou pós-graduação da Universidade Federal do Sul da Bahia e da Universidade Federal da Bahia (campus de Vitória da Conquista), contando, ainda, com parcerias com a Universidade Estadual de Santa Cruz, a Universidade Federal do ABC e o Instituto Federal de São Paulo (campus de Registro).

## MÉTODO

Por ser uma ação que integra extensão e pesquisa<sup>1</sup>, a primeira página do formulário eletrônico de inscrição apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em formato virtual. O atendimento psicológico foi assegurado, mesmo que o usuário não concordasse com a utilização de seus dados para finalidade de ensino ou pesquisa. Tendo manifestado aceitação do TCLE, usuários foram direcionados a um questionário em formato eletrônico, que abordou dados socioeconômicos, adesão ou não às medidas de distanciamento social, comportamentos adotados nesse período e sintomas de ansiedade, depressão e estresse. Para investigar a efetividade dessa intervenção, realizou-se seguimento longitudinal, nos prazos de 7 dias e 30 dias depois do atendimento, por meio de questionários disponibilizados através de *links* enviados por *e-mail*. Adicionalmente, diários de campo elaborados sobre os atendimentos foram usados para pesquisar as demandas emergentes, estratégias de enfrentamento e intervenções adotadas por psicólogos neste contexto de pandemia.

1 Essa investigação foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CAAE 30619820.6.0000.8467, Parecer 3.982.567), tal como exige a legislação brasileira relativa à ética em pesquisas.



As análises preliminares, cujos resultados serão aqui apresentados, são provenientes dos Questionários 1 (respondido no momento da inscrição) e 2 (enviado ao participante uma semana após inscrição). Foram consideradas as inscrições realizadas de 01/07/2020 a 01/02/2021 e atendimentos realizados até 04/02/2021. Utilizamos métodos quantitativos (estatísticas descritivas quanto ao número de sessões e perfil sociodemográfico de usuários) e qualitativos (análise de respostas de usuários a perguntas abertas, criando categorias a posteriori com apoio do software Atlas TI.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período analisado, foram realizadas 1.635 inscrições pelo formulário eletrônico do Plantão Psicológico *Online*, das quais: 302 estiveram incompletas, impossibilitando contato pela equipe; 118 eram menores de 18 anos, violando critério de inclusão no projeto; 10 não aceitaram o contrato terapêutico, impossibilitando o atendimento; 252 não aceitaram fazer parte da pesquisa; 132 estavam repetidas, isto é, eram de pessoa já inscrita anteriormente. Restaram 821 inscrições válidas, das quais 175 preencheram o questionário 2, enviado uma semana após o último atendimento no Plantão. Logo, a taxa de perda longitudinal foi de 78,7% das participantes. Dos 175 casos analisados neste trabalho, 30,3% passou por retorno, 2,3% agendou o retorno e não compareceu e o restante passou por sessão única.

## PERFIL DOS PARTICIPANTES

No total, 175 pessoas participaram desta pesquisa no período analisado. Foram atendidas pessoas de nove estados brasileiros, mas



90,1% eram da Bahia. A idade variou entre 18 e 63 anos, com predominância da faixa etária mais jovem, de 18 a 27 anos (55,8%); a média de idade foi de 29,4 anos, com desvio padrão de 9,6. O gênero feminino teve maior frequência (78,5%). A maioria das pessoas era solteira (67,7%), sendo 22,6% casada, 9,1% divorciada e 0,6% viúva. Quanto à raça ou cor, conforme classificação do IBGE, a maior parte se declarou parda (46,8%), seguida por preta (26,6%), branca (19,6%) e amarela (2,5%), sendo que 4,4% preferiu não responder. Quanto ao grau de escolaridade, 46,3% tinha ensino médio completo, 34,1% tinha ensino superior completo, 16,5% tinha pós-graduação e 3% tinha nível fundamental. Quase metade (48,8%) declarou já ter passado por atendimento psicológico antes, enquanto o restante entrava em contato com a psicologia pela primeira vez.

## SENTIMENTOS E MUDANÇAS NA VIDA (TRANSFORMAÇÕES SUBJETIVAS) APÓS O PLANTÃO PSICOLÓGICO *ON-LINE*

Neste trabalho apresentamos a análise categorial da avaliação do Plantão Psicológico Online, realizada por meio da aplicação de um questionário online, respondido pelas pessoas uma semana após o atendimento (Questionário 2). As perguntas abertas buscaram investigar, de forma qualitativa, a efetividade dos atendimentos a partir da percepção do usuário.

A análise focou em torno de duas questões principais: como se sentiu cada participante após o atendimento *on-line*, buscando acessar questões de ordem afetiva ou emocional desencadeadas pela intervenção; e se o usuário realizou mudanças na sua vida após o atendimento, buscando investigar possíveis alterações de ordem comportamental, cognitiva ou emocional desencadeadas por esse processo. Inspirado

### SUMÁRIO



nos princípios da Teoria Fundamentada (GLASER; STRAUSS, 1967), o processo de análise esteve orientado por essas duas perguntas e seguiu uma lógica indutiva para a construção de categorias emergentes a partir da leitura das respostas dos participantes.

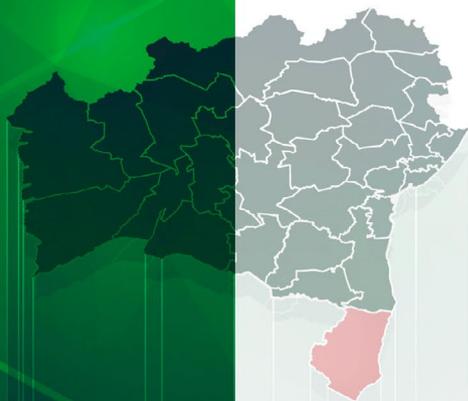
## COMO SE SENTIRAM AS PESSOAS APÓS O ATENDIMENTO?

As avaliações sobre o que sentiram as pessoas participantes após terem passado por atendimento no PPO podem ser divididas em dois grupos: as que o avaliam de forma positiva e as que realizam uma avaliação neutra ou negativa.

Três categorias reúnem as avaliações e emoções positivas sobre o atendimento psicológico; são elas: 1. sensação de alívio e leveza; 2. aprendendo a lidar com os problemas; 3. fortalecimento da autorrelação positiva.

Predominantemente as pessoas avaliam de forma positiva o atendimento afirmando que se sentiram melhor, embora não necessariamente detalhem o motivo pelo qual perceberam uma melhoria. Nesse tipo de avaliação existe um antes e um depois do atendimento: “Na verdade mim sentir uma nova pessoa renovada onde tive oportunidade de soltar que estava mim incomodando deixando ser aquela pessoa tornando se uma nova” (A., feminino, 37 anos). Esta resposta enfatiza que o atendimento psicológico divide em dois momentos a experiência subjetiva: um prévio e outro posterior ao ato de “soltar o que incomoda”, permitindo ao sujeito ser uma pessoa nova.

O que significa “sentir-se aliviada”, como relatam muitas das pessoas participantes no Plantão? Essa primeira categoria reúne depoimentos em que as participantes relatam que após o atendimento



SUMÁRIO

sentiram leveza ou tranquilidade: “[me senti] aliviada, como se tivesse saído um peso das costas” (S., feminino, 21 anos); “muito bem, aliviada, tranquila, dormir bem” (J., feminino, 49 anos); “o peso que estava na minha cabeça, a sensação de terror desapareceu” (M., masculino, idade não declarada). O alívio e a leveza se expressam na metáfora de ter soltado um peso de cima, uma carga pesada.

Um segundo grupo de depoimentos incorpora às explicações do alívio a superação da emoção do medo: “o peso que estava na minha cabeça, a sensação de terror desapareceu. Estou respirando melhor, dormindo melhor, parece um remédio que tirou minha dor. Estou curado dessa inflamação psicológica” (M., masculino, idade não declarada). Neste caso, embora a metáfora do peso ainda persista sob a forma da inflamação psicológica, o alívio também se refere à superação do medo, observada na possibilidade de dormir e respirar melhor. A participante reconhece que quando está com medo não respira bem. Esses sintomas de angústia foram amenizados pelo atendimento.

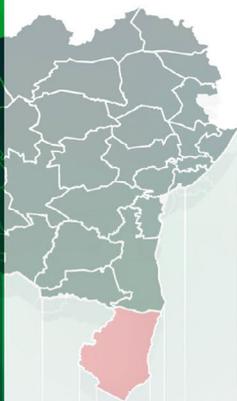
A terceira subcategoria explica a leveza como uma sensação de libertação: “leve, já tinha tido um outro atendimento presencial, e se eu soubesse que era tão libertador juro que teria feito antes” (T., feminino, 32 anos). Em segundo lugar, a experiência do atendimento psicológico está relacionada ao reconhecimento de aprendizados para lidar com os problemas ou sintomas que provocam sofrimento. As participantes entendem que a sessão psicológica não faz desaparecer os problemas, mas ajuda a compreender o que motiva ou causa a angústia, sendo possível, então, desvelar a conexão entre eventos e sentimentos, produzindo sentido sobre sua vida. A respiração correta é um dos aprendizados citados nos depoimentos. Como já amplamente consolidado na literatura psicológica, as técnicas de respiração configuram importantes ferramentas para controle e diminuição dos episódios de ansiedade e de pânico (LEAHY, 2006).

A terceira categoria aponta para o fortalecimento das formas de autorrelação positiva, conforme definidas por Honneth (2003), como um resultado frequente da consulta no Plantão Psicológico Online. A esse respeito, algumas participantes afirmam que o atendimento ajudou a fortalecer a autoestima e a autoconfiança, na medida em que os sentimentos de insegurança a respeito de si são motivações frequentes de pedido de atendimento psicológico. No caso concreto da experiência do PPO, a consolidação da autoestima e autoconfiança está associada ao ganho de capacidades para lidar com os problemas, sintomas e situações que produzem sofrimento. Em um contexto de pandemia, com a existência de um vírus altamente contagioso, transmissível pelo ar e potencialmente letal, os transtornos de ansiedade tornam-se bastante comuns, sendo, com frequência, motivo da solicitação de atendimento psicológico. Nesse contexto, entende-se que algumas avaliações positivas do plantão estejam relacionadas à aprendizagem de técnicas de respiração que evitam e diminuem a angústia e o sofrimento associados aos transtornos de ansiedade.

Apesar de não serem predominantes, as respostas agrupadas noutro grupo apontam para uma avaliação crítica ou neutra do atendimento psicológico, apresentando duas categorias dominantes: 1. Necessidade da continuidade no atendimento; 2. A ausência de melhoria após o atendimento.

Na primeira categoria algumas pessoas reconhecem como positivo o atendimento, mas o consideram insuficiente: “me senti ótima por alguns dias, é igual remédio; com ele vc se sente bem mas quando passa o efeito volta como era antes...” (E., feminino, 19 anos);

## SUMÁRIO



## QUAIS MUDANÇAS NA VIDA ACONTECERAM APÓS O PLANTÃO?

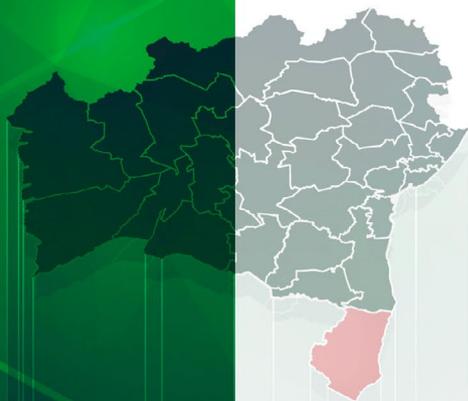
A segunda pergunta analisada interrogou as mudanças na vida ocorridas após o atendimento. As transformações acontecem principalmente nas relações dos participantes consigo mesmos e com o mundo, incluindo pensamentos, emoções, atitudes, valorações e comportamentos. As categorias emergentes durante a análise dos relatos foram: 1. práticas de cuidado e hábitos; 2. percepção de si e do mundo; 3. diminuição do sofrimento; 4. relações interpessoais e expressão de emoções.

A primeira categoria relata mudanças no cuidado de si e nos hábitos: “passei a considerar e realizar atividades simples que possam se enquadrar no meu dia a dia e que possa me fazer sentir melhor” (Y. gênero feminino, idade não declarada);

A segunda categoria reúne mudanças relacionadas à percepção de si e do mundo: “percebi que preciso me priorizar” (I., feminino, 36 anos); “[mudei uma] cobrança que sempre me fiz e me gerava angústia, parei de me ver como um peso” (K., feminino, 23 anos); “

Assim como indicado nos relatos acima, a diminuição do sofrimento ou a mudança de atitude diante de aquilo que o causa é, às vezes, diretamente nomeada pelas participantes: uma delas afirmou que não chora mais e outra relatou que parou de pensar em suicídio após o atendimento.

Finalmente, há um grupo de mudanças no âmbito das relações interpessoais e na expressão de sentimentos: “[mudei] o jeito de me expressar, de guardar tudo pra mim, e o jeito distribuir sentimentos por quem não merece” (H., feminino, 19 anos); “mudei sim, foi conversado no plantão a necessidade de conversar mais abertamente com



algumas pessoas ao meu redor e tenho buscado fazer mais isso, expressando mais o que sinto e penso" (P., masculino, 24 anos). Neste grupo de respostas as participantes indicam que, após ter participado do PPO, passaram a expressar melhor o que sentem, impactando positivamente as relações com os outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, as respostas e os relatos atestam de forma predominante mudanças positivas produzidas pelo atendimento psicológico. Para algumas pessoas, a participação no PPO abriu a possibilidade de descobrir a utilidade da prática clínica da psicologia, que era desconhecida. No entanto, algumas pessoas expressam que não mudaram, ou que estão tentando mudar e precisam dar continuidade aos atendimentos.

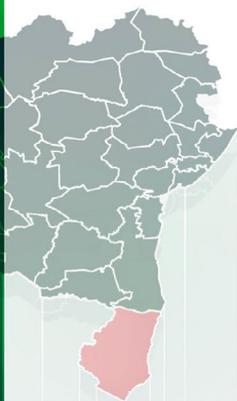
As conclusões deste estudo empírico devem ser apreciadas à luz das limitações do método, decorrentes, sobretudo, de sua característica de observação naturalística de uma atividade realizada no cenário da prática profissional. Ressaltamos a amostra de conveniência, formada pelas pessoas que buscaram o PPO e aceitaram participar da pesquisa, e alta taxa de perda longitudinal, que podem ter levado, respectivamente, a vieses de seleção e de seguimento (por exemplo: respostas ao Questionário 2 podem ter sido mais frequentes em pessoas que gostaram do serviço). Na avaliação da efetividade, observa-se que neste estudo não foram controladas variáveis relacionadas aos plantonistas, como por exemplo a abordagem teórica, o tempo de experiência profissional, a formação acadêmica, as competências e as habilidades de cada um. Também não foram controladas as queixas apresentadas, que poderiam variar quanto à complexidade e quanto ao seu grau de resolubilidade dentro do escopo do PPO.



Feitas as devidas ressalvas, a análise aqui apresentada abre algumas perguntas, indicando limitações. Não conhecemos quão firmes ou duradouras são as transformações acontecidas, tanto emocionais, como cognitivas e comportamentais - o que poderá ser investigado, futuramente, a partir do seguimento longitudinal proporcionado pelo Questionário 3, enviado um mês após o atendimento no PPO. Sabemos que uma única sessão, na maioria dos casos, não é suficiente para produzir transformações subjetivas complexas e em outros casos é claramente insuficiente para responder à demanda apresentada. No entanto, os testemunhos indicam a utilidade de uma modalidade de intervenção, que embora possua limitações, também consegue produzir efeitos positivos na vida dos participantes, abrindo questionamentos, incorporando novos modos de vida e de lidar com as angústias, sintomas, problemas e perdas. Esta prática do saber psicológico mostra-se especialmente útil em um contexto de pandemia (enquanto catástrofe coletiva), que vem afetando intensamente a saúde mental da população, embora em muitos aspectos de forma compartilhada coletivamente; em outros, em função das singularidades psicossociais a partir das quais cada sujeito constrói sua experiência.

Em relação à crítica quanto ao número reduzido de sessões, consideramos que se deve a um choque entre o objetivo do Plantão Psicológico, que é atender a demandas pontuais e emergenciais, e a cultura que relaciona a prática da psicologia exclusivamente à psicoterapia de longa duração, formato de atendimento mais tradicional e consolidado na história da profissão. Entretanto, uma vez que as políticas públicas passaram a demandar acesso universal a serviços de saúde, incluindo a saúde mental, a Psicologia se viu obrigada a reinventar suas práticas. A psicoterapia, embora efetiva, exige uma continuidade, periodicidade e duração das sessões que impedem a sua ampliação para toda a população, de forma que novos modos de atuação precisam ser criados e implantados. O Plantão Psicológico é uma alternativa para atendimento das pessoas em situação de crise,

## SUMÁRIO



no momento da queixa, sem tempo de espera e isso só é possível, operacionalmente, porque não se dá seguimento aos casos atendidos. Acrescenta-se, ainda, a possibilidade de uma nova procura pelo serviço em outra ocasião, que observamos em alguns usuários.

Entretanto, é certo que há demandas que ultrapassam o escopo do Plantão Psicológico e precisam, portanto, ser encaminhadas para outros serviços. Numa rede insuficiente para atender às demandas da população, esse encaminhamento fica prejudicado. Esse problema foi discutido por Schmidt (2004): diante do desmantelamento da rede pública de atenção à saúde mental, o Plantão Psicológico, por um lado, passa a receber pessoas que não conseguiram o atendimento necessário na rede e por outro lado, deixa de contar com os dispositivos para onde poderia encaminhar usuários que necessitam de outros tipos de atendimento.

O Plantão Psicológico On-line tem características que potencializaram esse problema: foram atendidas pessoas de nove estados, obrigando plantonistas a um trabalho de mapeamento da rede fora de seu território de moradia e atuação profissional em situações convencionais; e, na situação de pandemia, muitos serviços estavam fechados ou tiveram redução em seu funcionamento, levando a uma precarização ainda maior da oferta de serviços em saúde mental.

Consideramos que o levantamento do perfil de usuários e de suas principais queixas poderá contribuir para a elaboração de novos serviços, também adaptados a um acesso ampliado, tais como os atendimentos em grupo. Podem levar, ainda, ao apoio à elaboração de políticas públicas de promoção da saúde mental, que tenham influência sobre os determinantes do sofrimento psíquico na população.

## SUMÁRIO



## REFERÊNCIAS

ABEL, T., McQUEEN, D. The COVID-19 pandemic calls for spatial distancing and social closeness: not for social distancing! *International Journal of Public Health*, S/1, v. 65, n. 231, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s00038-020-01366-7>>. Acesso em 27 mai. 2021.

AUN, H. A.; MORATO, H. T. P. Atenção psicológica em instituição: plantão psicológico como cartografia clínica. In: MORATO, H. T. P.; BARRETO, C. L. B. T.; NUNES, A. P. (Orgs.). *Aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial: uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009, p. 121-138.

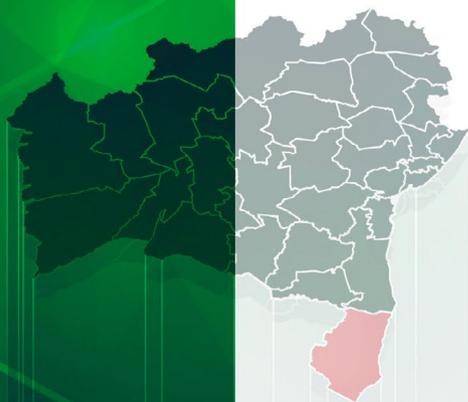
BARROS, M. B. A. et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 29, n. 4, p. 1-11, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400018>>. Acesso em 27 mai. 2021.

BRASIL. *Lei nº 10.216, de 6 de Abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm)>. Acesso em 28 mai. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº 11*, de 11 de maio de 2018. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP N.º 11/2012. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/lei/orientacao-psicologica-pela-internet-cfp?origin=instituicao>>. Acesso em 28 mai. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº 4*, de 26 de março de 2020. Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao>>. Acesso em 28 mai. 2021.

FARO, A. et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 37, p. 1-14, 2020.



SUMÁRIO

FERNÁNDEZ, I.; BERISTAIN, C. M.; PÁEZ, D. Emociones y conductas colectivas en catástrofes: ansiedad y rumor y conductas de pánico. In: APALATEGUI, J. (Org.). *La anticipación de la Sociedad: Psicología Social de los movimientos sociales*. Valencia: Promolibro, 1999, p. 281-342.

GEIRDAL, A. Ø; RUFFOLO, M; LEUNG, J. THYGESEN, H; PRICE, D; BONSAKSEN, T; SCHOULTZ, M. Mental health, quality of life, wellbeing, loneliness and use of social media in a time of social distancing during the COVID-19 outbreak. A cross-country comparative study. *Journal of Mental Health*, S/l, p. 1-8, 2021.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. London: Aldine Transaction, 1967.

HAWRYLUCK, L.; GOLD, W. L.; ROBINSON, S.; POGORSKI, S.; GALEA, S.; STYRA, R. SARS control and psychological effects of quarantine, Toronto, Canada. *Emerging infectious diseases*, S/l, v. 10, n. 7, p. 1206-1212, 2004.

HONNETH, A. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed.34, 2003.

HORTON, R. Offline: COVID-19 is not a pandemic. *The Lancet*, S/l, v. 396, p. 874, 2020.

LEAHY, R. L. *Técnicas de terapia cognitiva: Manual do terapeuta*. Porto Alegre, Artmed, 2006.

LIMA, M. G. et al. Associação das condições sociais e econômicas com a incidência dos problemas com o sono durante a pandemia de COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00218320>. Acesso em 27 mai. 2021.

MAHFOUD, M. Plantão psicológico na escola: uma experiência. In: MORATO, H. T. P. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, p. 145-160.

MALTA, D. C. et al. Distanciamento social, sentimento de tristeza e estilos de vida da população brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Saúde em debate*, S/l, no prelo. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1371>>. Acesso em 27 mai. 2021.

MARROQUÍN, B.; VINE, V.; MORGAN, R. Mental health during the COVID-19 pandemic: Effects of stay-at-home policies, social distancing behavior, and social resources, *Psychiatry Research*, S/l, v. 293, p. 1-9, 2020.

MELO, M. C. A.; SOARES, D. S. Impact of social distancing on mental health during the COVID-19 pandemic: An urgent discussion. *International Journal of Social Psychiatry*, S/l, v. 66, n. 6, p. 625–626, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0020764020927047>>. Acesso em 27 mai. 2021.

MORATO, H. T. P. Serviço de aconselhamento psicológico do IPUSP: aprendizagem significativa em ação. In: H. T. P. Morato (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, p. 27-43.

MOTA, S. T.; GOTO, T. A. Plantão psicológico no CRAS em Poços de Caldas. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 21, n. 3, p. 521-529, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/7kc6bDJZjbGgNvQn3zdZ3Rv/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 28 mai. 2021.

PERCHES, T. H. P.; CURY, V. E. Plantão psicológico em hospital e o processo de mudança psicológica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 313-320, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/5RVgMQLmYF-3JMZjGWshccnH/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 28 mai. 2021.

REYNOLDS, D. L.; GARAY, J. R.; DEAMOND, S. L.; MORAN, M. K.; GOLD, W.; STYRA, R. Understanding, compliance and psychological impact of the SARS quarantine experience. *Epidemiology & Infection*, S/l, v. 136, n. 7, 997-1007, 2007.

ROBERTSON, E.; HERSHENFIELD, K. GRACE, S. L.; STEWART, D. E. The Psychosocial Effects of Being Quarantined following Exposure to SARS: A Qualitative Study of Toronto Health Care Workers. *The Canadian Journal of Psychiatry*, S/l, v. 49, n. 6, p. 403-407, 2004.

RUFFOLO, M. et al. Employment Uncertainty and Mental Health During the COVID-19 Pandemic Initial Social Distancing Implementation: a Cross-national Study. *Global Social Welfare*, S/l, v. 8, p. 141–150, 2021.

ROCHA, M. C. Plantão psicológico e triagem: aproximações e distanciamentos. *Revista do Nufen*, Belém, v. 3, n. 1, p. 119-132, 2011.

ROGERS, C. The Necessary and Sufficient Conditions of Therapeutic Personality Change. *Journal of Consulting Psychology*, S/l, v. 21, p. 95–103, 1957.

ROGERS, C. *On Becoming a Person: A Therapist's view of Psychotherapy*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1961.

SCHMIDT, B. et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 37, p. 1-13, 2020.

## SUMÁRIO



SCHMIDT, M. L. S. Aconselhamento psicológico e instituição: algumas considerações sobre o serviço de aconselhamento psicológico do IPUSP. In: MORATO, H. T. P. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, p. 91-106.

SCHMIDT, M. L. S. Plantão psicológico, universidade pública e política de saúde mental. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 173-192, 2004.

SOUZA, D. O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, 2020. Suplemento 1.

## SUMÁRIO



# 3

*Fernanda Moreau de Almeida Soares  
Rebeca Valadão Bussinger*

**O ATENDIMENTO  
ÀS PESSOAS LGBT+  
EM CONSULTAS MÉDICAS:  
*reflexões para o Sul e  
Extremo Sul baiano***

## INTRODUÇÃO

Este trabalho inicia-se com uma breve explicação de termos específicos que norteiam discussões nos estudos de gêneros e sexualidades e são essenciais para a compreensão desta pesquisa, sendo eles: heteronormatividade, heterossexualidade compulsória e LGBT-fobia.

A heteronormatividade é um sistema de regulação dos corpos, subjetividades e modos de vida perpetuado por crenças biológicas, políticas e religiosas, e se traduz através de um padrão composto por signos socialmente impostos que, dentre outros aspectos, reforçam papéis de gênero entendidos pela lógica mulher-feminino x homem-masculino. Assim, pode ser influenciada por representações sociais hegemônicas de masculinidade e feminilidade (MIRANDA, 2010; PINHO; PULCINO, 2016). A heteronormatividade, como definem Petry e Meyer (2011), “visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade”, bem como as relações interpessoais, o comportamento e as performances de gênero.

Já a heterossexualidade compulsória pode ser entendida como um mecanismo social de controle e coerção dos sujeitos em dimensões como a física, econômica e psicológica através da naturalização e universalização da heterossexualidade. Dessa forma a heterossexualidade é lida como algo inerente a todas as pessoas e por isso presumida como natureza tornando a existência de outras orientações sexuais inadmissíveis. Esse mecanismo compõe e ajuda a reproduzir o sistema heteronormativo como ideal e se reafirma mediante instituições como a família, o Estado, a religião e a mídia, contribuindo para a preservação do patriarcado (RICH, 2010).

SUMÁRIO



SUMÁRIO

A heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória agem conjuntamente clamando o modelo cisgeneridade<sup>2</sup> + heterossexualidade (cisheteronormatividade) enquanto formas legítimas de identidade e expressão gênero-sexual humanas, naturais, saudáveis e desejáveis. Tal imperativo é terreno fértil para o desenvolvimento da LGBTfobia.

Difundida inicialmente como homofobia, a LGBTfobia é o preconceito – compilado de manifestações simbólicas e literais de aversão e ódio com formas discriminatórias, violentas e estigmatizantes – voltado a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis e outros (LGBT+). Essa violência pode ser expressa através de agressões físicas e verbais, rejeição, inferiorização, patologização, desumanização, exclusão, discriminação e marginalização; em diversos meios sociais, como a família, o trabalho e a escola. A LGBTfobia só veio a ser criminalizada no ano de 2019 ao ser equiparada pelo Supremo Tribunal Federal a crimes de racismo previstos pela lei 7716/89 no Brasil, nação que lidera o ranking de países onde mais se mata pessoas LGBT+, especialmente pessoas trans, com a média de um assassinato a cada 26 horas (CASSAL; BELLO; BICALHO, 2019; GONZAGA; GALLAS, 2018; MEDEIROS, 2019; GRUPO GAY DA BAHIA, 2020).

O termo LGBTfobia foi escolhido para integrar este trabalho, pois destaca que esta é uma violência que atinge tanto as orientações sexuais quanto as identidades de gênero dissidentes à cisheteronormatividade. Diferentemente do termo Homofobia que, como aponta Borrillo (2010), é o preconceito direcionado especificamente a homens e mulheres (cisgênero) homossexuais e/ou à homens e mulheres (cisgênero) heterossexuais dotados de características que não atendem ao padrão heteronormativo.

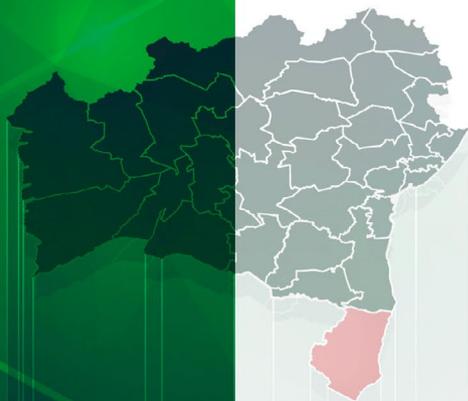
2 Em um apanhado utilizado por Leonardo; Athayde; Pocahy (2017), relacionam cisgeneridade como um conceito que visa operar a norma regulatória para corpos e identidades, também utilizado para tensionar a polaridade pessoas trans x pessoas não trans em suas vivências e experiências.

Nessa perspectiva, o termo Homofobia seria prioritariamente designado somente à esfera das orientações sexuais homoeróticas/homoafetivas, não tendo relação direta com as identidades de gênero não cisgêneras. Então atribuir este termo à violência voltada a comunidade LGBTQ+ como um todo seria desconsiderar que orientação sexual e identidade de gênero são atributos diferentes e independentes entre si, apesar de correlatos, e induzir o apagamento das identidades de gênero dissidentes ao resumi-las à homossexualidade.

Como citado anteriormente, a patologização é uma das formas de expressão da LGBTQfobia. Ser LGBTQ+ foi por muito tempo considerado como doença pelo Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM) e pela Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID). A homossexualidade foi retirada do DSM em 1973 e da CID em 1990, já a transexualidade só veio a ser retirada dos mesmos respectivamente em 2013 e 2018.

A partir de 1973, foi possível perceber um deslocamento das discussões acerca da homossexualidade do campo da medicina para a esfera social (DRESCHER, 2015). É necessário compreender que os profissionais da área da saúde também são indivíduos que fazem parte da sociedade e, portanto, estão sujeitos a terem suas crenças, valores e ideais influenciados pelo meio sociocultural em que vivem, ou seja, profissionais de saúde não estão isentos de possuírem preconceitos e exercerem discriminações de qualquer ordem.

Desse modo, é importante salientar o inciso IV do artigo 7º da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990), que define que a assistência à saúde deve ser exercida de forma igualitária e livre de preconceitos, sendo este um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Na mesma linha, os Princípios de Yogyakarta (2006), documento internacional que dispõe sobre a responsabilidade dos Estados perante a plena aplicação da legislação internacional de direitos humanos no que tange à orientação sexual e identidade de gênero, trazem os princípios



de número 17 – do direito ao padrão mais alto alcançável de saúde; e 18 – da proteção contra abusos médicos, e estes propõem que:

17) Toda pessoa tem o direito ao padrão mais alto alcançável de saúde física e mental, sem discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero. [...] 18) Nenhuma pessoa deve ser forçada a submeter-se a qualquer forma de tratamento, procedimento ou teste, físico ou psicológico, ou ser confinada em instalações médicas com base na sua orientação sexual ou identidade de gênero. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006, p. 25-26)

Políticas públicas como o programa Brasil sem Homofobia (2004); o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009); a Carta dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde (2018); a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNSI LGBT (2013); e a Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014, que institui as diretrizes curriculares do curso de medicina; são outros exemplos burocráticos que também trazem em seu corpo atribuições referentes ao acesso à saúde e o atendimento realizado por profissionais de saúde para com o público LGBT+. São atribuições bem definidas que expressam total respeito ao que prevê a Lei 8.080 e os Princípios de Yogyakarta, e demonstram que gradualmente as leis brasileiras têm cedido espaço para a implementação e garantia dos direitos das pessoas LGBT+.

Entretanto, concomitantemente, diversas pesquisas nacionais e internacionais apontam que na prática a LGBTfobia ainda se faz recorrente nos serviços de saúde (FERREIRA; BONAN, 2020; ROCON *et al.*, 2016; PAULINO; RASERA; TEIXEIRA, 2019; SUEN; CHAN, 2020; MULLER, 2016). Considerando o exposto, buscando promover a qualidade na prestação dos serviços de saúde e fomentar a garantia dos direitos da comunidade LGBT+, este trabalho tem como objetivo analisar as experiências de pessoas LGBT+ em consultas médicas e a partir delas investigar a relação deste público com profissionais e serviços de saúde.



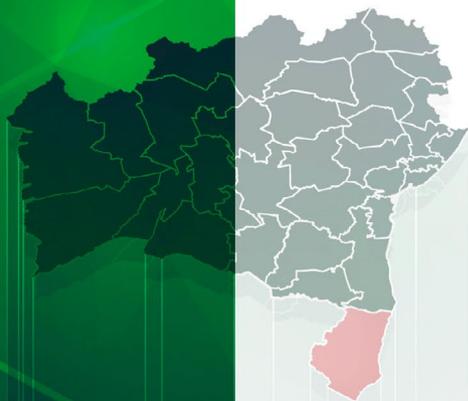
## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa. O levantamento de dados se deu por meio de um questionário *online* semiestruturado construído através da plataforma *Google Forms* e divulgado em redes sociais. O questionário foi composto por 12 perguntas, em que 1 é referente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; 7 estão relacionadas à tipificação do sujeito com preservação do anonimato: idade, estado onde mora, cor, escolaridade, identidade de gênero, orientação sexual e tipo de serviço de saúde utilizado (público, privado, ambos ou nenhum); 3 tratam do objeto da pesquisa: se já sofreu LGBTfobia em consultas médicas, se evita acessar serviços de saúde por medo de sofrer LGBTfobia, e se já parou de frequentar serviços de saúde por conta da LGBTfobia; e 1 demanda um relato de experiência: experiências vividas em consultas médicas, considerando os aspectos identidade de gênero e orientação sexual. O instrumento contou ainda com uma fase de pré-teste para sua consolidação e reajuste de possíveis falhas, as respostas obtidas nesta fase foram descartadas.

Importante considerar que esta pesquisa se desenvolveu durante as medidas de isolamento e distanciamento social indicadas como formas de prevenção à infecção por COVID-19. Isto justifica a escolha preferencial pelo instrumento on-line para coleta de dados. Sabemos das limitações desta modalidade de instrumento como, por exemplo, a exclusão digital e escolar vivida por pessoas do segmento LGBTI+, especialmente pessoas travestis e transexuais.

O referencial teórico foi construído através de buscas nas plataformas SciELO, MEDLINE e PUBMED, utilizando os descritores “LGBT”, “Gay”, “Transgender”, “Lesbians”, “Bissexual”, “Medicina”, “Physicians” e “Homossexualidade”, combinados pelo operador booleano “and”. As produções encontradas foram filtradas por correspon-

SUMÁRIO



dência com a temática da pesquisa, acesso gratuito ao trabalho e ano de publicação entre 2010 e 2020. Foram selecionados 30 artigos para compor a contextualização teórica desta produção, dos quais 10 foram obtidos na plataforma SciELO, 7 na MEDLINE e 13 na PUBMED.

A divulgação da pesquisa se deu basicamente através das redes de contatos das pesquisadoras, ambas moradoras do Extremo Sul baiano. Para tentar minimizar o impacto e/ou baixa adesão de participação em pesquisas científicas durante a pandemia de COVID-19, o questionário foi aberto à participação de pessoas interessadas independente de cidade e região onde moram. O questionário foi veiculado durante 15 dias, recebendo o total de 130 respostas. Em seguida, realizou-se uma triagem onde 28 respostas foram descartadas pelos critérios: não conformidade com o público-alvo da pesquisa, ou seja, correspondiam a pessoas autoidentificadas como cisheterossexuais (6); respondente indicar ter idade menor que 18 anos (8); ausência do relato de experiência requisitado (8); e por serem repetidas – a mesma pessoa respondeu mais de uma vez (7). Sendo assim, foram consideradas as respostas de 102 participantes.

O método escolhido para interpretação e discussão dos dados foi a Análise de Conteúdo Temático-Categorial, que de acordo com Minayo (2014) “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado”. A mesma autora explica ainda que são estes núcleos que dão o tom ao discurso e, ao serem analisados, explanam o que ele representa.

Optou-se pela sistematização de procedimentos de aplicação para análise de dados desenvolvido por Denize Cristina de Oliveira. Os relatos de experiência demandados no questionário foram utilizados para compor as Unidades de Registro (UR), que são frações de texto que posteriormente compõem agrupamentos temáticos. Estes agrupamentos, por sua vez, são formados através da conjunção de frações

## SUMÁRIO



semelhantes, agregando sentido a elas e são compreendidos como Unidades de Contexto (UC). Por fim, a associação entre as UCs gera categorias, grandes grupos textuais de sentido similar com potencial para análise aprofundada (OLIVEIRA, 2008).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 102 entrevistados, a maioria tem idade compreendida entre 20 e 29 anos (82.3%), reside na região Nordeste (57.8%) e no estado da Bahia (52%), se autodeclara de cor branca (50%), possui o grau de escolaridade Ensino Superior Incompleto (41.2%), se identifica com a identidade de gênero mulher cis (61.8%), tem orientação sexual homossexual (56.9%), e utiliza ambos os tipos de serviços de saúde – público e privado (44.1%). A tabela 01, a seguir, apresenta estes resultados na íntegra:

**Tabela 01 - resultados quantitativos das questões voltadas à tipificação do sujeito<sup>3</sup>.**

COR	BRANCA	PARDA	INDÍGENA	OUTRA
	50%	26.5%	2%	3%
FAIXA ETÁRIA	18 – 19	30 – 39	40 – 49	50+
	5.9%	9.8%	2%	0%
IDENTIDADE DE GÊNERO	M. CIS	M. TRANS	H. TRANS	TRAVESTI
	61.8%	0%	1%	0%

3 Especificação das legendas utilizadas: M. cis: Mulher cisgênero; M. trans: Mulher transgênero; H. cis: Homem cisgênero; H. trans: Homem transgênero; N/B: Não binária; N/U: Não utiliza serviços de saúde; E. F. I: Ensino Fundamental Incompleto; E. F. C: Ensino Fundamental Completo; E. M. I: Ensino Médio Incompleto; E. M. C: Ensino Médio Completo; E. S. I: Ensino Superior Incompleto; E. S. C: Ensino Superior Completo; N/M: Não mora no Brasil.

ORIENTAÇÃO SEXUAL	HETEROS-SEXUAL	HOMOS-SEXUAL	BISSEXUAL	
	0%	57%	40%	

SERVIÇOS DE SAÚDE	PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICO E PRIVADO	
	37.3%	17.6%	44.1%	

ESCOLARIDADE	E. M. C.	E. F. C.	E. S. C.	E. S. I.
	11.8%	0%	40.2%	41.2%

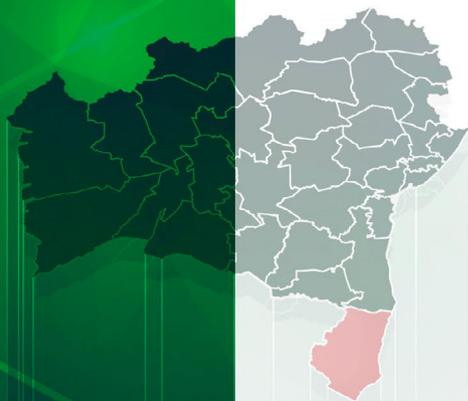
REGIÃO	NORDESTE	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE
	57.8%	13.7%	24.5%	2%

Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

Avalia-se que a conformação deste perfil de participantes pode estar associada à forma de aplicação do questionário, que se deu por via *on-line*. O levantamento TIC Domicílios 2019 (NIC.br, 2020) aponta que atualmente a maior parte das pessoas que acessam a internet no Brasil possui faixa etária entre 16-24 anos e 24-35 anos, com Ensino Superior, e no quesito cor os autodeclarados brancos ocupam a segunda colocação – atrás somente de autodeclarados pardos.

Nas perguntas direcionadas aos objetivos da pesquisa identificou-se que a maioria dos participantes não evita acessar serviços de saúde por medo de sofrer LGBTfobia (77.5%), nunca deixou de frequentar serviços de saúde por conta da LGBTfobia (83.3%) e nunca chegou a sofrer LGBTfobia em consultas médicas (66.7%).

Entretanto, com uma análise mais precisa, perceberam-se inconsistências neste último dado: a leitura dos relatos de experiência evidenciou que cerca de 10 participantes descreveram situações de



LGBTfobia vivenciadas em atendimentos apesar de terem votado “Não” na questão fechada; bem como 2 marcaram que “Sim”, mas relataram não ter sofrido preconceito nas consultas. Isso demonstra certa fragilidade do instrumento de apreensão dos dados e/ou desconhecimento destes participantes acerca de algumas configurações da LGBTfobia nesse espaço.

*“Não considero preconceito, mas falta de preparo. Nunca consegui fazer exames de ginecologia, por exemplo, por não ter me relacionado com pessoas de pênis. Só que os médicos e médicas não entendem que posso contrair ists mesmo me relacionando só com mulheres.” (PARTICIPANTE 74, 23 ANOS, MINAS GERAIS).*

O relato acima leva a duas dimensões para reflexões: o despreparo de profissionais em relação aos cuidados específicos demandados pela população LGBT+ versus o desinteresse em lidar com essa demanda. Tais dimensões são aspectos sutis da LGBTfobia não percebidos pela participante, que se entrelaçam e ajudam a moldar o preconceito estrutural presente na área da saúde ao negar sistematicamente as especificidades de indivíduos não pertencentes ao padrão cisheteronormativo. Importante considerar para esta análise o contexto histórico do campo da medicina, que possui um status social fruto de um espaço de poder clamado pela concepção equivocada de ser um saber superior aos demais (PAULINO; RASERA; TEIXEIRA, 2019).

Os relatos de experiência obtidos – que constituíram elemento de resposta obrigatória no questionário aplicado – foram escolhidos para representar as Unidades de Registro. Sendo assim, computaram-se 102 UR, de acordo com a quantidade de participantes cujas respostas foram consideradas para a pesquisa. Feita a tabulação das UR, foi possível elaborar 16 Unidades de Contexto que vieram a compor 3 Categorias, sendo elas: Experiências Negativas (1), Omissão (2), Experiências Positivas (3).

## SUMÁRIO



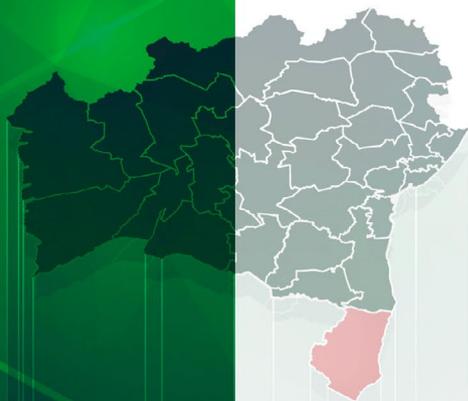
## CATEGORIA 1: EXPERIÊNCIAS NEGATIVAS

Cerca de 37.2% dos participantes relataram ter vivenciado alguma violência LGBTfóbica em atendimentos de saúde, desde as mais sutis – como olhares, às mais escancaradas – como agressões verbais. Dentre estes, a maioria reside na região Nordeste (55%), se autodeclara de cor branca (52%), possui ensino superior incompleto (47%), se identifica como mulheres cis (57%), são homossexuais (65%) e utilizam serviços de saúde tanto público quanto privado (47%). No entanto, em números proporcionais (quantidade de pessoas pertencentes a cada grupo *versus* incidência de experiências negativas), houve maior porcentagem de experiências negativas entre homens cis, pessoas autodeclaradas pretas, residentes do Sudeste e adeptos ao serviço público de saúde.

Essa diferença entre incidência da maioria e incidência proporcional se deve ao fato de que mulheres cis, de cor branca, adeptos a ambos os serviços de saúde e residentes do Nordeste correspondem ao perfil da maioria dos participantes da pesquisa, o que consequentemente se reflete no quesito quantitativo dos dados gerais da categoria. Sendo assim, é fundamental que seja realizada uma análise comparativa e proporcional dos dados para elucidar a questão.

Indivíduos que possuem mais marcadores de diferença – ser LGBT, ser pobre, ser negro etc. – estão sujeitos à intersecção de discriminações, o que intensifica a proporção das violências direcionadas à essas pessoas (MIRANDA; LIMA, 2019; RIOS, 2009; SILVA; MIRANDA; SANTOS, 2020), fator que pôde ser evidenciado nesta pesquisa por meio da análise comparativa e proporcional dos dados da categoria.

A Categoria 1 diz respeito aos relatos de participantes que afirmam ter sofrido LGBTfobia nos serviços de saúde e é composta pelas



seguintes UCs: Discurso moralizante; Patologização; Desinformação; Apagamento da sexualidade; Ignorância seletiva; Olhares de julgamento; Associação com IST; Associação com traumas sexuais; Culpa-bilização; Regulação da performance; e Piadas.

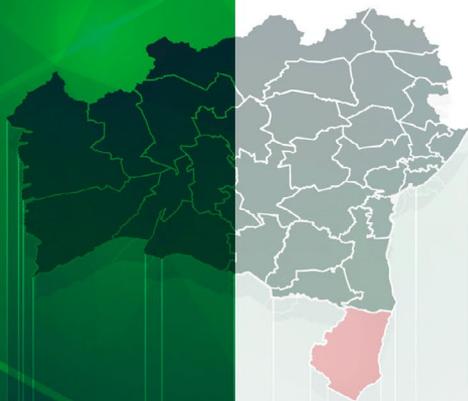
A Unidade de Contexto mais prevalente nessa categoria foi a Ignorância Seletiva, que traz exemplos incisivos de como questões ou até mesmo exames referentes a sexualidade passam a ser negligenciados nas consultas após o paciente informar sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Essa negligência motivada unicamente pela identidade gênero-sexual atrapalha o processo de promoção da saúde ao silenciar sobre aspectos importantes da saúde do indivíduo, bem como a identificação e assistência em caso de possíveis doenças (ALBUQUERQUE *et al.*, 2013; VALADÃO; GOMES, 2010; HIRSCH; LOLTGEN; BECKER, 2016).

*“A única vez que eu tenho consciência que a minha sexualidade pode ter interferido no atendimento médico é quando vou no gineco e o/a profissional me olha torto ou simplesmente resolve não solicitar nenhum exame por isso.”. (PARTICIPANTE 26, 22 ANOS, SÃO PAULO).*

A ginecologia foi a especialidade mais citada nos relatos, que apresentam profissionais totalmente alheios ao seu próprio objeto de estudo quando este não está inserido num contexto cisheterossexual. Mais do que isso, é evidente a tentativa por parte desses profissionais de apagamento das identidades homoafetivas e práticas homoeróticas, o que levou a formação da UC Apagamento da Sexualidade.

*“De forma ativa, nunca sofri preconceito. Mas em consultas ginecológicas, na maior parte das vezes, quando eu dizia ser lésbica as ginecologistas já entendiam essa informação como “virgem”. O que elas me diziam era que sexo lésbico “não contava” e duas já se recusaram a fazer exames preventivos, alegando que “entre lésbicas não tinha doença” (?????)” (PARTICIPANTE 5, 27 ANOS, BAHIA)*

## SUMÁRIO



SUMÁRIO

O termo “apagamento” foi utilizado para representar a ação de não reconhecer as práticas homoeróticas como atos sexuais legítimos e, no caso de mulheres cis, associá-las à virgindade. A partir dessa noção heteronormativa, a sexualidade já invisibilizada dessas mulheres é reduzida e invalidada (MCNAIR; HEGARTY; TAFT, 2015). Seguindo essa mesma linha de pensamento, muitos profissionais pregam a impossibilidade de transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) através do sexo entre mulheres cis, o que gerou a UC Desinformação.

Andrade *et al.* (2020), em sua pesquisa acerca da vulnerabilidade de mulheres que fazem sexo com mulheres (MSM) a ISTs, encontraram resultado de 47.3% de prevalência no diagnóstico de variadas ISTs em um grupo composto por 150 participantes. Nota-se então que a premissa da impossibilidade de transmissão de ISTs entre MSM não seria condizente com a realidade evidenciada em pesquisas científicas. O repasse dessa desinformação, complementada pela ignorância seletiva, pode contribuir para que mais mulheres que fazem sexo com mulheres deixem de acessar serviços ginecológicos e, conseqüentemente, de tomar os devidos cuidados preventivos sob a crença de que não correm o risco de contrair ISTs.

Em contrapartida, em se tratando de homens cis o estigma é o oposto e deu origem a UC Associação com IST. Homens gays e bissexuais são historicamente associados a infecções sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS/HIV – que chegou, ao longo da história, a ser descrita como uma “doença gay”. A consequência desse estigma é a intensificação do preconceito e práticas discriminatórias contra esses grupos em diversos espaços (CARDOSO; FERRO, 2012):

*“Não foi algo muito direto, mas das vezes em que fui fazer o exame completo (em relação a saúde sexual), mas pude perceber um certo sarcasmo do médico em relação a minha sexualidade, como se todos os homens gays exercessem práticas sexuais de forma insegura. No mais, foi algo bem sutil.” (PARTICIPANTE 42, 25 ANOS, BAHIA).*

Sarcasmo e piadas são veículos muito comuns de estereótipos preconceituosos que buscam justificar a discriminação sofrida por grupos minoritários, tais como negros, indígenas, LGBT+, mulheres, entre outros. Também foram experiências vividas e relatadas por participantes, levando à criação da UC Piadas.

Como exemplo, o participante 63, 24 anos e residente do estado da Bahia, relatou já ter ouvido funcionárias do posto de saúde do seu bairro fazerem chacota de sua sexualidade. O participante não especificou quais tipos de funcionárias, porém essa atitude no ambiente de atenção à saúde é inadmissível por parte de quaisquer funcionários ali presentes e se opõe às diretrizes do SUS preconizadas pela lei 8.080. Desrespeita o indivíduo e ainda coloca em risco a sua permanência no serviço.

A LGBTfobia constitui um dos principais obstáculos ao acesso e permanência da população LGBT+ nos serviços de saúde, seja por medo de sofrê-la ou por já ter sofrido, principalmente quando se tratando de “pessoas T” (ROCON et al., 2016; MULLER, 2017; SILVA; FINKLER; MORETTI-PIRES, 2019; SEELMAN et al., 2017). O relato de experiência do participante 72, de 26 anos e residente do estado de Goiás, representa a constatação: “*Médicos em sua maioria se recusam a cuidar de uma pessoa trans apenas por ela ser trans, consultas caras, no sus as filas dos ambulatórios são enormes etc*”. Snelgrove et al. (2012) apontam que a concepção de médicos acerca da transexualidade influencia diretamente a constituição desse obstáculo, quando perpetrada por convicções patologizantes – estigma que atinge a população LGBT+ como um todo e recai com mais intensidade sobre pessoas trans.

Uma linha tênue se constitui entre patologização e associação de identidades LGBT+ com ISTs, que evidenciam que esse discurso ainda se faz presente na realidade dos serviços de saúde apesar da retirada da homossexualidade e da transexualidade da CID e do DSM,



e interferem na qualidade da assistência a indivíduos dissidentes ao padrão cisheteronormativo.

*“Quando eu estava “me descobrindo” fui uma vez em um posto de saúde para entender como poderia ter sexo seguro e para fazer exames. Fui atendida por duas enfermeiras, que disseram que era óbvio que eu tinha dst’s pq era grupo de risco, perguntei como eu poderia fazer para prevenir dst’s e me disseram que era só “criando vergonha na cara e dando pra um pau”, que “a gente do meu tipo era suja e doente” e começaram a questionar “o que eu fazia da vida” em tom de julgamento. Resultado: saí chorando do posto. Retornei lá anos depois para resolver outra questão e fui atendida por um médico muito querido e atencioso, mas com tudo que havia acontecido da ultima vez fiquei com medo de ser tratada mal e respondi a todas as perguntas como se eu fosse hetero. Resultado: a consulta e os conselhos dados não fizeram o menor sentido para mim.” (PARTICIPANTE 66, 26 ANOS, RIO GRANDE DO SUL)*

O relato da participante 66 se encaixou na UC Patologização, mas também abriu espaço para reflexão quanto a moralidade impressa na fala das enfermeiras. Ao dizer que a participante deveria “criar vergonha na cara”, as enfermeiras deixam implícito que a homossexualidade seria motivo de vergonha. A vergonha é definida por dicionários como um ato ou sentimento vexatório, humilhação, constrangimento, desonra. A referência à sujeira faz alusão a atos indecentes e repugnantes, isto é, imorais. Logo, elas insinuam que a participante deveria reparar a situação se adequando ao ideal heteronormativo, “dando pra um pau”.

A UC Discurso Moralizante reflete uma forte realidade no cotidiano de pessoas LGBTQ+, que estão constantemente sujeitas a compreensão das identidades sexuais a partir do julgamento de certo e errado pregado pela heteronormatividade, em que a cisheterossexualidade é tida como certa e as demais como erradas (SILVA; FINKLER; MORETTI-PIRES, 2019). A UC abarcou diversos relatos que ilustram essa questão: a participante 18 – que reside Bahia e possui 18 anos

## SUMÁRIO



de idade – conta que em consulta com um ginecologista, este afirmou que “essa geração era confusa, pois fica inventando moda em vez de aceitar o que é certo”.

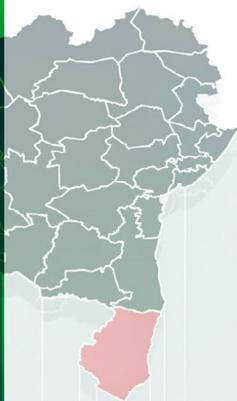
Este julgamento também pode se manifestar através de olhares, como expõem participantes em relatos que integraram a UC Olhares de Julgamento. Apesar de parecerem inofensivos, participantes demonstram que os olhares causam grande desconforto e fragilizam sua relação com o serviço de saúde:

*“Eu como mulher lésbica, frequentar o ginecologista com a frequência com que eu deveria se tornou uma luta pq se tornou constrangedor ter que lidar com o olhos dos médicos e médicas sobre a minha vida sexual, com olho de desprezo” (PARTICIPANTE 40, 19 ANOS, ESPÍRITO SANTO)*

Mais de 20% dos participantes afirmaram que evita acessar serviços de saúde por medo de sofrer preconceito pela sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, e 16.7% que de fato pararam de frequentar os serviços de saúde por já terem vivenciado este preconceito. Dados como esse comprovam que a LGBTfobia nos atendimentos afeta diretamente o acesso e permanência das pessoas LGBT+ aos serviços de saúde.

As Unidades de Contexto da Categoria 1 apresentadas nessa seção foram aquelas com maior quantidade de Unidades de Registro, a fim de elucidar as situações mais recorrentes de LGBTfobia vivenciadas por pessoas LGBT+ em serviços de saúde e consultas médicas. Vale ressaltar que experiências similares foram retratadas por indivíduos de diferentes estados e regiões, reforçando que este é um problema que perpassa todo o território brasileiro, ainda que a maioria dos participantes se situe no estado da Bahia.

## SUMÁRIO



## CATEGORIA 2: OMISSÃO

A Categoria 2 está relacionada a não menção à sexualidade nas consultas, gerando experiências turvas. Suas UCs são: Paciente não expôs; Profissional não perguntou; e Presunção de heterossexualidade. Calculou-se que 16.6% dos participantes da pesquisa relataram um silenciamento no que tange os quesitos identidade de gênero e orientação sexual.

Uma das motivações desse silenciamento está relacionada à vontade da própria pessoa de não expor sua sexualidade no atendimento, questão levantada na UC Paciente Não Expôs. Não informar sua identificação de gênero e sexual é um direito, porém pode estar associado a raízes mais profundas: o medo de sofrer LGBTfobia é um sentimento comum às pessoas LGBTQ+ nos serviços de saúde, tornando o ato de “se assumir” para médicos e outros profissionais da área um elemento estressante (BROOKS *et al.*, 2018; LALPALZER *et al.*, 2019).

O medo do preconceito impede as pessoas de se apresentarem de forma detalhada para os profissionais, omitindo fatores que podem ser importantes para a assistência à saúde e com isso não receberão a devida atenção, potencialmente diminuindo o alcance do atendimento e a qualidade da orientação, tanto nas consultas médicas quanto nos serviços de saúde em geral. Por outro lado, há aqueles que consideram a sexualidade como um aspecto reservado à esfera privada pessoal e não reconhecem a importância de informá-la aos profissionais de saúde, como demonstra o participante 101:

*“Nunca sofri nenhum tipo de preconceito em atendimentos médicos, talvez por não apresentar características bem evidentes de que sou homossexual, embora eu seja assumido, não vejo a necessidade de falar que sou para quem não faz parte de meu círculo de família e de amizades!” (PARTICIPANTE 101, 41 ANOS, BAHIA)*



SUMÁRIO

Em ambos os casos é perceptível a influência da pedagogia do armário discutida por Prado e Junqueira (2011), que atua como uma ferramenta de regulação social das dissidências sexuais “submetendo-as ao segredo, ao silêncio ou expondo-as ao desprezo público” e ainda contribui na conservação da heteronorma por meio da concessão de privilégios aos seus adeptos. O discurso do participante 101 deixa explícita a intenção de se manter na zona de conforto desses privilégios heteronormativos – inclusive o de não sofrer discriminações ao não performar trejeitos vinculados à representação social da homossexualidade, supostamente passando despercebido pelas lentes da heteronormatividade que permeiam a visão dos profissionais.

As UCs Profissional Não Perguntou e Presunção de Heterossexualidade fazem associação com esse ponto, sendo a primeira a Unidade de Contexto que agregou a maior quantidade de relatos na categoria 2, e em conjunto marcam a deficiência na abordagem profissional no contexto da sexualidade.

*“Nunca sofri nenhuma discriminação, o que acontece normalmente é uma invisibilidade da minha sexualidade. A última consulta que fiz em ginecologista, por exemplo, em toda a consulta ela partiu do pressuposto que eu era uma mulher cis que me relacionava apenas com homens e que deveria me ensinar controle de natalidade. Em nenhum momento desde a recepção, triagem e atendimento no consultório se perguntou a minha sexualidade.” (PARTICIPANTE 6, 23 ANOS, BAHIA)*

A presunção da heterossexualidade está pautada no pilar da heterossexualidade compulsória que não reconhece ou legitima outras identidades sexuais e se apoia na heteronormatividade. A leitura social de que todas as pessoas são cis e heterossexuais promove a concepção de anormalidade das sexualidades dissidentes, reforçando a marginalização da população LGBT+.

Ao não perguntar sobre o assunto, o profissional se coloca à mercê de seu próprio julgamento (que é atravessado por crenças, va-

lores e preconceitos), direta ou indiretamente sujeitando o paciente a possível invisibilização de sua identidade de gênero e sexual. É um tópico muito presente na relação entre pessoas LGBT+ e serviços de saúde e pode levar a desfechos negativos no atendimento, como tratamento inadequado e até mesmo um diagnóstico incorreto (CORREA-RIBEIRO; IGLESIAS; CAMARGOS, 2018; SUEN; CHAN, 2020; LAW *et al.*, 2015).

A omissão das identidades de gênero e sexual nos atendimentos em saúde também contribui para a subnotificação das adversidades que assolam a população LGBT+, dificultando o desenvolvimento de novas pesquisas que aprofundem esses dados e políticas públicas que amparem as vulnerabilidades dessas pessoas.

### CATEGORIA 3: EXPERIÊNCIAS POSITIVAS

A Categoria 3 reúne relatos que indicam qualidade no atendimento e atenção, com a consciência do/a profissional acerca da sexualidade do paciente em questão, e as UCs utilizadas foram: Cuidado específico; e Respeito. Essa categoria foi a maior de todas, representando 46% dos relatos, apesar da categoria 1 conter mais Unidades de Contexto.

A UC Respeito reuniu a maioria dos relatos, o que indicaria que as políticas públicas e programas governamentais de combate à LGBTfobia podem estar surtindo efeito na prestação dos serviços de saúde no Brasil, mesmo que lentamente. Essa lentidão não está restrita ao Brasil: em publicação no *British Journal of General Practice*, Davy e Siriwardena (2012) alertam sobre realidade análoga no Reino Unido, por exemplo.



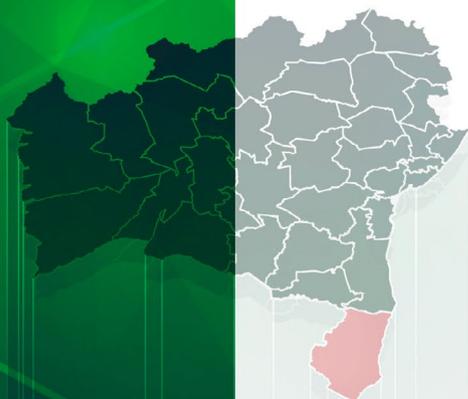
Diversos participantes afirmaram ter tido experiências satisfatórias nos serviços de saúde quanto as reações de profissionais e demais funcionários da área em relação à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Além disso, destacaram-se também relatos de profissionais que adotaram estratégias de cuidado específico à particularidade que demanda sua prática sexual, compondo a UC Cuidado Específico.

*“Penso que nunca sofri preconceito em serviços de saúde por sempre ir nos mesmos profissionais da minha cidade (ginecologista). [...] a médica ginecologista me acolheu quando contei sobre minha sexualidade, tendo uma conduta ética e me ajudando com utensílios menores utilizados nos exames, aferindo minha pressão durante a coleta do material para perceber se eu estava nervosa ou não e conversando comigo, isso demonstrou preocupação e cuidado da parte dela.” (PARTICIPANTE 77, 24 ANOS, BAHIA)*

No caso de mulheres que fazem sexo com mulheres, a utilização de utensílios menores é uma forma de realização de exames vaginais de forma confortável, respeitando a experiência lésbica de penetração. Aferir a pressão da paciente durante o exame, mais que um ato de preocupação, mostra que a profissional tem conhecimento da realidade vivida por muitas mulheres lésbicas e bissexuais que buscam atendimento ginecológico e são tratadas com descaso e violência (como foi identificado na categoria 1).

Houve participantes que relataram acreditar nunca ter sofrido preconceito pois, apesar da sua orientação sexual ser dissidente, sua expressão de gênero condiz com o padrão heteronormativo. Opinião que parte da consciência que a LGBTfobia atinge de forma mais violenta aqueles cuja identidade e expressão de gênero é contrária à cisheteronormatividade (MOURA; NASCIMENTO; BARROS, 2017).

*“Bom. Minha experiência em consultas médicas e serviços de saúde é muito tranquila e eu consigo ver nisso um grande privilégio.”*



*gio, porquê sei que homens cis e gays não afeminados como eu possuem uma passabilidade a aceitação amplamente superior aos seus opostos. Sei que muitos acabam não tendo o acesso à saúde necessário por conta de preconceitos e falta de inclusão no meio e gostaria que todos tenham o mesmo tratamento que eu.” (PARTICIPANTE 91, 20 ANOS, BAHIA).*

Com isso, percebe-se que as experiências positivas relatadas pelos participantes estão ancoradas tanto no bom desempenho profissional quanto no privilégio heteronormativo. É preciso assegurar que essa qualidade no atendimento seja ofertada também a pessoas trans e àquelas cujas expressões do gênero não correspondem a representação social hegemônica de masculinidade e feminilidade.

## CONCLUSÃO

Ao fim da análise e discussão dos resultados encontrados nesta pesquisa, foi possível concluir que a LGBTfobia ainda ocorre e afeta o acesso e permanência de pessoas LGBT+ à serviços de saúde. Para lidar com essa questão, é essencial que haja intensificação de políticas e programas de combate ao preconceito.

Entre as diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais consta que a temática de gêneros e sexualidades dissidentes devem ser inseridas nos processos de educação permanente propostos pelo SUS e voltados aos trabalhadores da saúde. Tais processos podem ser um caminho para a desconstrução da LGBTfobia no âmbito de saúde e incentivar a propagação de informações pertinentes à saúde de pessoas LGBT+, bem como a transformação social através da humanização.

Como apontam Moretti-Pires et al. (2019), a LGBTfobia já se faz presente no meio acadêmico das faculdades de medicina. Negreiros



*et al.* (2019) atentam ao fato de que as Diretrizes Curriculares do curso de Medicina não atendem efetivamente a fatores específicos da saúde LGBT+, apesar do documento salientar a compreensão dos determinantes sociais de saúde no inciso II do artigo 23.

Dessa forma, é necessário que se faça um trabalho de base, não apenas com profissionais formados e atuantes, mas também com estudantes da área. Desconstruir concepções LGBTfóbicas e realçar a presença dos cuidados específicos relativos à saúde LGBT+ na grade curricular e aprendizagem dos alunos de medicina pode colaborar para que estes não venham a se tornar profissionais preconceituosos e reprodutores de violências. Com isso, será incentivada uma melhor assistência às pessoas LGBT+, favorecendo os índices de acesso e permanência aos serviços de saúde e, conseqüentemente, propiciando melhor qualidade de vida a essa população.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. et al. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. *Saúde debate*, v. 37, n. 98, p. 516-524. 2013.
- ANDRADE, J. et al. Vulnerabilidade de mulheres que fazem sexo com mulheres às infecções sexualmente transmissíveis. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 25, n. 10, p. 3809-3819. 2020.
- BORRILLO, D. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Tradução por Guilherme João de Freitas Teixeira. Autêntica Editora. 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: 2008.
- BRASIL. *Lei nº 8.080*, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: 1990.

SUMÁRIO

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Brasília: 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: 2013.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. Brasília: 2009.

BROOKS, H. et al. Sexual orientation disclosure in health care: a systematic review. *Br J Gen Pract*. 68(668): e187–e196. 2018.

CARDOSO, M. R; FERRO, L. F. Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. *Psicol. cienc. prof.*, v. 32, n. 3. 2012.

CASSAL, L. C. B; BELLO, H. L; BICALHO, P. P. G. Enfrentamento à LGBTI-fobia, afirmação ético-política e regulamentação profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999. *Psicol. cienc. Prof*, v. 39, n. 3, p. 113-128. 2019.

CORREA-RIBEIRO, R; IGLESIAS, F; CAMARGOS, E. F. What do physicians know about homosexuality? Translation and adaptation of Knowledge about Homosexuality Questionnaire. *Einstein (Sao Paulo)*. 16(3): eAO4252. 2018.

DAVY, Z; SIRIWARDENA, N. A. To be or not to be LGBT in primary health care: health care for lesbian, gay, bisexual, and transgender people. *Br J Gen Pract*. 62(602):491-2. 2012.

DRESCHER, J. Out of DSM: Depathologizing Homosexuality. *Behav Sci (Basel)*. 5(4): 565–575. 2015.

FALLIN-BENNETT, K. Implicit bias against sexual minorities in medicine: cycles of professional influence and the role of the hidden curriculum. *Acad Med*. 90(5):549-52. 2015.

FERREIRA, B. O; BONAN, C. Abrindo os armários do acesso e da qualidade: uma revisão integrativa sobre assistência à saúde das populações LGBTT. *Ciênc. saúde coletiva [online]*. v. 25, n. 5, p. 1765-1778. 2020.

GIBLON R; BAUER G. R. Health care availability, quality, and unmet need: a comparison of transgender and cisgender residents of Ontario, Canada. *BMC Health Serv Res*. 17(1):283. 2017.

GONZAGA, T. M. S; GALLAS, A. K. C. O retrocesso no combate da LGBTfobia no Brasil: o preconceito vivenciado pela população LGBT no ambiente escolar. *Filos. e Educ.*, v. 11, n. 2, p. 281-289. 2018.

SUMÁRIO

GRUPO GAY DA BAHIA. *Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – 2019*: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

HIRSCH, O; LÖLTGEN, K; BECKER, A. Lesbian womens' access to health care, experiences with and expectations towards GPs in German primary care. *BMC Fam Pract.* 17: 162. 2016.

KLOTZBAUGH, R; SPENCER, G. Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Inpatient Satisfaction Survey: Results and Implications. *J Patient Exp.* 7(1): 83–88. 2020.

LAMPALZER, U. et al. The Needs of LGBTI People Regarding Health Care Structures, Prevention Measures and Diagnostic and Treatment Procedures: A Qualitative Study in a German Metropolis. *Int J Environ Res Public Health.* 16(19): 3547. 2019.

LAW, M. Exploring lesbian, gay, bisexual, and queer (LGBQ) people's experiences with disclosure of sexual identity to primary care physicians: a qualitative study. *BMC Fam Pract.* 16:175. 2015.

LEONARDO, R. C., ATHAYDE, T., POCAHY, F.A. O conceito de cisgeneridade e a produção de deslocamentos nas políticas feministas contemporâneas. SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 5º. *Anais...* Realize Editora. Campina Grande: 2017.

MAKADON, H. J. Ending LGBT invisibility in health care: the first step in ensuring equitable care. *Cleve Clin J Med.* 78(4):220-4. 2011.

MANSH, M; GARCIA, G; LUNN, M. R. From patients to providers: changing the culture in medicine toward sexual and gender minorities. *Acad Med.* 90(5):574-80. 2015.

MCNAIR, R; HEGARTY, K; TAFT, A. Disclosure for same-sex attracted women enhancing the quality of the patient-doctor relationship in general practice. *Aust Fam Physician.* 44(8):573-8. 2015.

MCNAMARA, M. C; NG, H. Best practices in LGBT care: A guide for primary care physicians. *Cleve Clin J Med.* 83(7):531-41. 2016.

MEDEIROS, E. S. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. *Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde.*, 13(2):287-300. 2019.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. Hucitec Editora. 1998.

MIRANDA, F. F. F. Heteronormatividade: uma leitura sobre construção e implicações na publicidade. *Fragmentos de Cultura*. v. 20, n. 1/2, p. 81-94. 2010.

MIRANDA, M. H. G.; LIMA, L. S. G. A. A Prática Pedagógica dos Direitos Humanos: marcadores sociais da diferença e o combate ao bullying. *Revista Momento-Diálogos em Educação*. v. 28, p. 328-348. 2019.

MORETTI-PIRES, R. O. et al. Prejudice Against Gender and Sexual Diversity among Medical Students from the 1st to the 8th Semesters of a Medical Course in Southern Brazil. *Rev. bras. educ. med.* v. 43, n. 1, supp I.1, p. 557-567. 2019.

MOURA, R. G.; NASCIMENTO, R. P.; BARROS, D. F. O problema não é ser gay, é ser feminino: o gay afeminado e as organizações. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, v. 4, n. 11, p. 1478-1541. 2017.

MÜLLER, A. Scrambling for access: availability, accessibility, acceptability and quality of healthcare for lesbian, gay, bisexual and transgender people in South Africa. *BMC Int Health Hum Rights*, 17: 16. 2017.

NEGREIROS, F. R. N. et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. *Rev. bras. educ. med.*, v. 43, n. 1, p. 23-31. 2019.

Núcleo da Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2019*. Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2020. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/publicacoes/>>. Acesso em: 05 jan 2021.

OLIVEIRA, D. C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização. *Rev. enferm.* 16(4): 569-76. 2008.

PAULINO, D. B.; RASERA, E. F.; TEIXEIRA, F. B. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família. *Interface (Botucatu)*, v.23. 2019.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 10, n. 1, p. 193-198. 2011.

PINHO, R.; PULCINO, R. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. *Educ. Pesqui*, v. 42, n. 3, p. 665-680. 2016.

## SUMÁRIO



SUMÁRIO

PRADO, M. A. M; JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (Org.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo, p. 51-71. 2011.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2006.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução por Carlos Guilherme do Valle. *Revista Bagoas*, n. 5, p. 17-44. 2010.

RIOS, R. R. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. MEC/Unesco. p. 53-84. 2009.

ROCON, P. C. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 21, n. 8. 2016.

ROSSMAN, K; SALAMANCA, P; MACAPAGAL, K. "The doctor said I didn't look gay": Young adults' experiences of disclosure and non-disclosure of LGBTQ identity to healthcare providers. *J Homosex*. 64(10): 1390–1410. 2017.

SEELMAN, K. L. et al. Transgender Noninclusive Healthcare and Delaying Care Because of Fear: Connections to General Health and Mental Health Among Transgender Adults. *Transgend Health*. 2(1): 17–28. 2017.

SILVA, A. R; FINKLER, M; MORETTI-PIRES, R. O. Representações sociais de trabalhadores da Atenção Básica à Saúde sobre pessoas LGBT. *Tab. educ. saúde [online]*. v. 17, n. 2, e0019730. 2019.

SILVA, D. S. N; MIRANDA, M. H. G; SANTOS, M. C. G. Homofobia e Interseccionalidade: sentidos condensados a partir de uma pesquisa bibliográfica. *Revista Intertérios*. v. 6, n. 10, p. 200-224. 2020.

SNELGROVE, J. W. et al. "Completely out-at-sea" with "two-gender medicine": a qualitative analysis of physician-side barriers to providing healthcare for transgender patients. *BMC Health Serv Res*. 12:110. 2012.

SUEN, Y; CHAN, R. C. H. A nationwide cross-sectional study of 15,611 lesbian, gay and bisexual people in China: disclosure of sexual orientation and experiences of negative treatment in health care. *Int J Equity Health*. 19:46. 2020.

UNGER, C. A. Care of the transgender patient: the role of the gynecologist. *Am J Obstet Gynecol*. 210(1):16-26. 2014.

VALADAO, R. C; GOMES, R. A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. *Physis [online]*. v. 21, n. 4, p. 1451-1467. 2011.

# 4

*Marília Martins de Araújo Reis  
Sandra Adriana Neves Nunes*

**O MATRICIAMENTO  
ENTRE SAÚDE MENTAL  
E ATENÇÃO BÁSICA:  
resultados preliminares  
de pesquisa em município  
do Extremo Sul baiano**

## Introdução

No mundo inteiro, a crescente prevalência de transtornos mentais, em especial nas últimas décadas, é alvo de preocupações por parte de organismos internacionais e pesquisadores. Conforme Brasil (2015), a Organização Mundial da Saúde (OMS) reporta que uma em cada 10 pessoas no mundo - 10% da população terrestre - apresenta um distúrbio de saúde mental, representando em torno de 700 milhões de pessoas. Além disto, ao tratar-se do cuidado destas pessoas, o *Atlas de Saúde Mental 2014*, desenvolvido pela OMS, apontou que em países de baixa e média rendas o índice de profissional de Saúde Mental (SM) é de abaixo de um para 100 mil pessoas. Ainda no âmbito internacional, as pesquisas do *World Health Organization* (WHO, 2011) e de Kohn, Saxena, Levav e Saraceno (2004) indicam um agravante para a situação dos países mais pobres ao demonstrarem a existência de uma relação negativa entre nível socioeconômico e doença mental.

Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil, 5,5 milhões de pessoas são acometidas por transtornos mentais, os quais incluem o uso abusivo de álcool e outras drogas, requerendo cuidado continuado (BRASIL, 2008a; 2008b). Tais transtornos provocam impactos diretos na produtividade humana, resultando em incapacitação para o trabalho, conforme pesquisas realizadas por Thornicroft e Tansella (2008). Segundo estes autores, diante da progressiva demanda de transtornos mentais, organismos internacionais empenhados em buscar melhorias para esta área, como o *Movement for Global Mental Health* (MGMH), concluíram que o cuidado em Saúde Mental necessita incluir diferentes níveis de ação, com operacionalidade em rede sistêmica, comunitária, a qual envolve a Atenção Básica (Atenção Primária em Saúde) (THORNICROFT; TANSELLA, 2008).

Corroborando com este posicionamento, Figueiredo e Onocko-Campos (2009) afirmam que mais de 50% dos pacientes encaminha-



dos à atenção especializada em Saúde Mental poderiam ser atendidos na Atenção Básica. A esse respeito, prevê-se a partilha do cuidado em saúde mental de pessoas com transtornos mentais em suas diferentes complexidades clínicas. Esse compartilhamento do cuidado deve ocorrer no contexto do trabalho em rede, previsto pelo SUS e pelos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira, que abole os hospitais psiquiátricos através da *Lei N° 10.216 de 06 de abril de 2001* (BRASIL, 2001) e a *Portaria N° 3.088/ 2011* (BRASIL, 2011b), a qual fundamenta a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O cuidado, assim entendido, passa a ser difundido em diversos pontos de atenção, envolvendo os serviços de Saúde Mental, que de modo transdisciplinar, articula o intersetor, afim de desenvolver um olhar integral para as necessidades das pessoas com sofrimento psíquico ou transtornos mentais. Em resumo, o foco passa a ser a saúde e o sujeito integral, ao invés da “doença mental” e o “louco”.

Dado o Movimento da Luta Antimanicomial, com a Reforma Psiquiátrica brasileira, ocorrida na década de 1980, e a nova disposição de cuidado, que redireciona o modelo assistencial em Saúde Mental e visa também a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, através da *Lei Paulo Delgado* (Lei N° 10.216 de 06 de abril de 2001), o sistema de saúde necessita desenvolver novas estratégias de cuidado em liberdade. Dentre estas, segundo Campos e Domitti (2007), surge o Matriciamento, equipamento em saúde proposto pelo médico sanitário, pesquisador e professor Gastão Wagner de Sousa Campos, no ano de 1999, constituindo-se em um recurso inovador de produção de saúde entre equipes, sob a forma de construção compartilhada. Campos (1999) adiciona o Matriciamento no âmbito dos arranjos organizacionais de gestão democrática, dos “dispositivos”: “(...) artifícios que se introduzem com o objetivo de instaurar algum processo novo – implantação de programas assistenciais, esforço para modificar traços da cultura institucional, ou para reforçar ou alterar valores” (CAMPOS, 1999, p. 394).

## SUMÁRIO



SUMÁRIO

O Matriciamento propicia uma retaguarda que promove um suporte técnico-pedagógico em Saúde Mental aos profissionais das equipes de Atenção Básica, aumentando a resolutividade e, segundo Brasil (2004b), reduz os encaminhamentos a serviços especializados. Foi proposto primeiramente, pela Coordenação da Saúde Mental e Coordenação de Gestão da AB do MS no ano de 2013, por meio de uma *Edição Circular Conjunta, N° 01/03 - Saúde Mental na Atenção Básica: o vínculo e o diálogo necessários – Inclusão das ações de saúde mental na Atenção Básica* (BRASIL, 2004a), e na prática se concretiza a partir de reuniões para interação dialógica entre profissionais de diferentes equipes, pontos de atenção da RAPS, familiares, usuários. Observa-se, então, que o Matriciamento se configura como uma prática democrática em Saúde, uma vez que promove a autonomia dos usuários da Saúde Mental, visto a possibilidade de ações participativas destes na construção do seu cuidado, como afirmado por Reis (2019).

Em contraposição às práticas democráticas em Saúde, ressalta-se que o Brasil atravessa atualmente um período de ameaças à Saúde Pública, especialmente na esfera da Saúde Mental. Recentemente, o Governo Federal trouxe de volta para o cenário da SM os hospitais psiquiátricos, através da *Portaria N° 3.588 de 21 de dezembro de 2017* (Portaria Interministerial N. ° 2, de 21 de dezembro de 2017), que altera a Portaria da RAPS e reabre os hospitais psiquiátricos, com incentivo financeiro para expansão, incluindo a internação de crianças a partir de 12 anos) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017a). A volta do hospital psiquiátrico simboliza retrocessos no cuidado em SM, uma vez que o *locus* intramuros, com hegemonia médica e medicamentosa, já foi combatido pela Reforma Psiquiátrica e pelo movimento antimanicomial no mundo e no Brasil e contradiz-se com o paradigma de cuidado em liberdade e em Rede de Atenção Psicossocial, orientado incluindo o Apoio Matricial.

Frente a estes retrocessos, observou-se a relevância social do desenvolvimento de pesquisas que fortaleçam as práticas democráticas em Saúde Mental. Esse capítulo apresenta alguns resultados preliminares da pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado, intitulada *Alcances e desafios do processo de Matriciamento entre Saúde Mental e Atenção Básica na rede municipal de Eunápolis*<sup>4</sup>, a qual integra a Linha de Pesquisa Sociedade, Cultura e Ambiente, do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia. O objetivo central da pesquisa foi analisar os alcances e desafios encontrados na prática profissional no processo de Matriciamento entre Saúde Mental e Atenção Básica, no contexto do trabalho em rede no município estudado. O trabalho de pesquisa compreendeu duas etapas: a) uma etapa de pesquisa teórica e documental, que ocorreu no período de março a agosto de 2020, quando foi realizada pesquisa em publicações do Ministério da Saúde e produções acadêmicas/bibliográficas que abordam o Matriciamento ou Apoio Matricial ou Ações Matriciais e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em seu escopo e b) uma etapa de campo, que se desenvolveu na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Eunápolis. Elegeu-se como unidade de análise a equipe de profissionais da Secretaria de Saúde de Eunápolis, atuantes na RAPS de Eunápolis, em especial profissionais da AB e da SM.

- 4 A pesquisa originou-se da experiência do município de Eunápolis, localizado na Região Extremo-sul baiana, no projeto do Ministério da Saúde iniciado no ano de 2013, o Projeto Percursos Formativo da RAPS (PPF-RAPS), a partir do qual o município foi selecionado para participar na *Linha de Cuidado Saúde Mental na Atenção Básica* (REIS, 2019; 2020). Segundo Reis (2019; 2020), em pesquisa que abordou o período de 2013 – 2017, a proposta era realizar intercâmbio entre redes, onde profissionais do município (rede em formação) permaneciam durante um mês em uma cidade de referência na Linha de Cuidado escolhida, neste caso, a cidade de Embu das Artes (rede preceptora), em São Paulo, para experienciar uma realidade de práticas de sucesso, retornando ao seu município de origem como multiplicador, na implementação das ações de Apoio Matricial. Como continuidade desta experiência, seguiu-se o *Projeto Engrenagens da Educação Permanente* (PEEP), que articulava através de um ativador de redes e comissão de profissionais da RAPS, formada em parte pelos intercambistas, as ações de Matriciamento entre Saúde Mental e Atenção Básica nos territórios. Ressalta-se que a referida pesquisa, que focava controvérsias no processo de Matriciamento entre Saúde Mental e Atenção Básica, também apontou a presença de alcances e desafios neste processo (REIS, 2019).



A coleta de dados processou-se por meio de entrevista semiestruturada e questionário sociodemográfico, aplicados junto a dezesseis trabalhadores, sendo quatro gestores (dois da AB e dois da SM), quatro profissionais de nível superior da assistência (dois da AB e dois da SM), quatro profissionais de nível técnico da assistência (dois da AB e dois da SM) e quatro Agentes Comunitários de Saúde.

## SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA – DESAFIOS E ALCANCES DO APOIO MATRICIAL

A implementação de ações de SM na AB é um desafio contínuo no cotidiano das equipes profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Ainda que prevista em diversos documentos do Ministério da Saúde, a exemplo da própria fundamentação legal da RAPS, a *Portaria N° 3.088/2011* (BRASIL, 2011b), dos *Cadernos de Atenção Básica n° 34 – Saúde Mental* (BRASIL, 2013), dos *Cadernos de Atenção Básica n° 39 – NASF* (BRASIL, 2014), da *Circular Conjunta, N° 01/03 - Saúde Mental na Atenção Básica: o vínculo e o diálogo necessários – Inclusão das ações de Saúde Mental na Atenção Básica* (BRASIL, 2004a), a interação entre a AB e SM ainda necessita ser aprimorada. Do mesmo modo, segundo Melo et al. (2016), Reis (2019), Morais (2010) e Merhy (2002), a proposta inter/transdisciplinar do Matriciamento constitui-se em desafio no dia-a-dia de trabalho dos profissionais de Saúde e precisa ser constantemente melhorada.

Estudos apontam que a interação e implementação de ações de SM na AB, como o Matriciamento, encontram empecilhos devido a formação dos profissionais de Saúde não ofertar o preparo técnico necessário para atuarem transdisciplinarmente, entre equipes, e também para lidar diretamente com pacientes com transtornos mentais.

### SUMÁRIO



## SUMÁRIO

Corroborando com estas afirmações, Franco (2018) reportou que a formação dos profissionais em Saúde no Brasil ainda é médico-centrada e prioriza a medicalização. Do mesmo modo, Figueiredo e Onocko-Campos (2009) ressaltaram em sua pesquisa que a maior parte dos profissionais relatou despreparo, insegurança e receio, de modo geral, para realizar cuidados em SM com pacientes com transtornos mentais. Especificamente, neste último estudo, observou-se que a formação profissional não enfocou a partilha do cuidado em equipe e entre equipes, nem os preparou para o acolhimento, o fortalecimento de vínculos necessários para o cuidado continuado e compartilhado, baseado na promoção da autonomia dos usuários que apresentam transtornos mentais.

Coadunando a estes resultados, Who e Wonca (2009) indicaram a importância de que a política de Saúde de um país incorpore cuidados primários para a saúde mental, sendo necessária a formação adequada dos profissionais. Esta formação, seja em nível técnico, universitário, ou mesmo em Educação Permanente em Saúde, precisa considerar a horizontalidade dos saberes e facilitar a comunicação entre equipes, sem a tradicional hierarquização. Em consonância com esta afirmação, Foy *et al.* (2010), através de meta-análise sobre o cuidado compartilhado, detectaram que a comunicação interprofissional é o principal elemento associado à efetividade do cuidado compartilhado.

Preconceitos presentes na cultura, como a estigmatização da loucura, bem como a ideia de que SM não é responsabilidade da AB também prejudicam o Apoio Matricial. Reis (2019) apresentou em sua pesquisa que a desinformação e preconceitos ainda presentes na cultura, de modo geral, dificultam a implementação e manutenção do Matriciamento, impedindo o fortalecimento do vínculo entre profissionais e usuários/comunidade, podendo até mesmo descontinuar os tratamentos. A autora também, observou que a dificuldade em ter profissionais especializados e a precarização das condições de trabalho são fatores dificultadores para o Matriciamento

## SUMÁRIO

Observando os estudos de Jorge *et al.* (2014), Onocko - Campos *et al.* (2011), Pereira *et al.* (2018), Bonfim *et al.* (2013), os Cadernos de AB - Nº 39 - NASF (BRASIL, 2014) e o *Guia Prático de Matriciamento em Saúde Mental* (BRASIL, 2011c), pode-se somar vinte e nove desafios/dificuldades para o Matriciamento entre SM e AB, dos quais se destacam: dificuldades por parte da gestão ou pouco compromisso para organizar encontro de Apoio Matricial e com a articulação de ações entre AB e SM; falta do diálogo entre profissionais de saúde e gestores acerca de como implantar o Matriciamento em SM; fragmentação da rede; operação da política do encaminhamento e a não responsabilização do cuidado; indisposição/resistências dos profissionais da AB em trabalhar com SM e dificuldades de diálogo entre ambas as áreas.

Pesquisas também demonstraram a existência de alcances ou avanços propiciados pelo Matriciamento. Em seus estudos, Moraes e Tanaka (2012) relatam que esse dispositivo propiciou a melhoria da relação entre profissionais das Equipes de Saúde da Família (ESF) e as famílias dos pacientes, havendo a reordenação do ingresso do usuário com a garantia do acesso aos serviços de SM. Estes autores também identificaram a sensibilização e compromisso dos profissionais do Programa de Saúde da Família com a SM na AB; a produção de novas práticas clínicas com as ESF e a tomada de decisão compartilhada, com a participação do usuário e família. Semelhantemente, Reis (2019) reportou como alcances fatores como: melhoras no acolhimento ao usuário com transtornos mentais; quebra de paradigmas; aumento da resolutividade; maior proximidade e integração entre as duas áreas – SM e AB; sensibilização das Equipes de SM e AB, dentre outros.

Brasil (2013) e Reis (2019; 2020) convergem-se no sentido de propor que caminhos para solucionar as dificuldades e desafios para o Matriciamento podem estar em programas de Educação Permanente, como oficinas de redes. Como exemplo, Reis (2019; 2020) relatou que a implementação de uma *Oficina de Atualização de Trabalho em Rede*

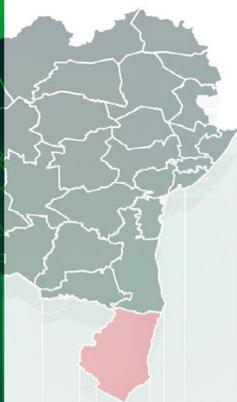
- *Saúde Mental e Atenção Básica* seguida de rodas de sensibilização/ Educação Permanente com profissionais das equipes da AB, SM e outros pontos de atenção da RAPS, ocorridos no período de 2015-2016 em Eunápolis, agregaram valor no suporte à gerência e às equipes das unidades, proporcionaram a sensibilizando os profissionais protagonistas da AB, SM e pontos de atenção. A autora também ressalta outros avanços como o fortalecimento de vínculos entre equipes-usuários-comunidade e do trabalho em rede e a qualificação no acolhimento, que se tornou mais humanizado em relação a pessoas com demandas relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas e SM, a maior continuidade no envolvimento dos profissionais nas ações de SM, a instrumentalização para o trabalho em rede nos territórios, além da implementação e continuidade das ações de Matriciamento durante aquele período.

## O MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS NO CONTEXTO DE PESQUISA - SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO BÁSICA

Eunápolis localiza-se no extremo-sul do Estado da Bahia, a 60 km da cidade de Porto Seguro. A cidade conta atualmente com população estimada de 115.290 habitantes, em uma área de 1.425,970 km<sup>2</sup>, tem IDH de 0,6777, considerado médio em relação ao IDH do Brasil (OLIVEIRA, 2015) e Produto Interno Bruto -PIB R\$ 2 628 454 mil (IBGE, 2018).

Segundo a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB, 2019a; 2019b), Eunápolis faz parte do Núcleo Regional de Saúde Extremo Sul – Teixeira de Freitas, pertencendo à 18<sup>a</sup> Região de Saúde - Porto Seguro, juntamente com outros sete municípios. A população de Eunápolis possui 100% de cobertura da Atenção Básica, com 109.219

### SUMÁRIO

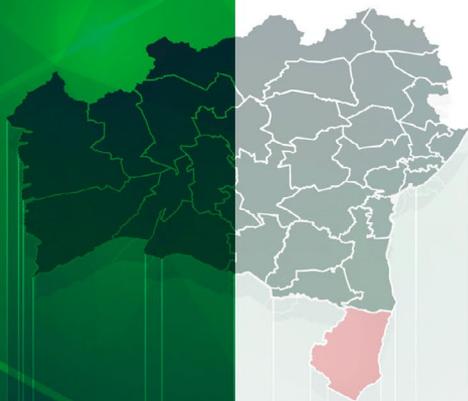


habitantes cadastrados ativos, 542 servidores lotados em 37 Unidades Básicas de Saúde (UBS). Até o ano de 2019, a Atenção Básica contava com duas equipes multiprofissionais de apoio, antes denominadas Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF/ NASF – AB), com funcionamento previsto pela Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008), cujo objetivo central era ampliar a resolutividade em saúde através do Apoio Matricial. O NASF teve papel essencial durante o *Projeto Percursos Formativos da RAPS (PREFEITURA DE EUNÁPOLIS, 2013)*, no período de 2013 a 2016 e em suas ações subsequentes.

A área de Saúde Mental em Eunápolis, conforme o Ministério da Saúde (2021a), tem 51 trabalhadores, distribuídos em quatro serviços com demandas de públicos específicos serviços: CAPS II – transtornos graves e persistentes; CAPS IA – Crianças e adolescentes com transtornos mentais; CAPS AD – transtornos relativos ao uso abusivo de álcool e outras drogas; CESM – Centro Especializado em Saúde Mental – serviço criado pelo *Decreto Municipal Nº 4597/2013, de 05 de novembro de 2013* (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, 2013) - transtornos mentais leves e moderados. Hospital Regional e SAMU dão suporte em casos de crise psiquiátrica.

## O ESTUDO DOCUMENTAL – MUDANÇAS NACIONAIS, REFLEXOS MUNICIPAIS NO FUNCIONAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Em uma análise preliminar dos dados da pesquisa documental, observou-se que esta dispôs de 41 documentos, revelando que a constituição e funcionamento da RAPS ao nível nacional passou por mudanças ao longo do tempo que vão do processo de extinção pro-



SUMÁRIO

gressiva dos manicômios, até o recente retrocesso com a volta legitimada dos mesmos, principalmente a partir do ano de 2017. Estes dados entram em concordância como os estudos que apontam para a fragilização da Saúde Pública no Brasil, como referenciado pela *Portaria Interministerial nº 2, de 21 de dezembro de 2017* (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017a), uma vez que a Política de SM brasileira passa a apresentar dois paradigmas de cuidado: em liberdade e em privação da mesma. Tal contradição reflete diretamente no funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no nível municipal.

Em nível local, os dados de pesquisa revelaram que o município de Eunápolis não possui hospital psiquiátrico, porém possui Comunidades Terapêuticas, as quais atuam com métodos de cunho religioso e devocionais na maioria, as quais utilizam internações prolongadas, privação da liberdade, adotando o método da abstinência do uso de substâncias psicoativas. O CAPS AD por sua vez, adota o cuidado comunitário, em liberdade, com o método da Redução de Danos. A postura antagônica dos dois tipos de serviços, sem dúvidas, tem o potencial de causar prejuízos às ações de Matriciamento, que como afirmado por Reis (2019), visam promover a autonomia dos sujeitos com transtornos mentais, em harmonia com princípios da Reforma Psiquiátrica dispostos por Amarante (1996 *apud* MORAIS, 2010) que promovem a desinstitucionalização e a organização da atenção à saúde mental em rede.

A pesquisa documental também apontou outro reflexo que desfavorece o Matriciamento local, acometido pela extinção das equipes de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), pelo Governo Federal, através da Portaria Nº 2.979/2019 (BRASIL, 2019a), que modifica o modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS) e institui o programa *Previne Brasil*. O município que dispunha de duas equipes NASF, passou a ter apenas uma equipe, denominada Equipe Multidisciplinar, que atua em apoio às Equipes de Saúde da Família (ESF).

Esta atuação, porém, passou a se diferir do modelo original do NASF e, atualmente, enfatiza atendimentos ambulatoriais nos territórios, sem prioridades explícitas ao Apoio Matricial, segundo a Rede Intersetorial de Eunápolis (2019c).

Outro aspecto peculiar presente no município, observado no estudo documental foi a existência do Centro Especializado em Saúde Mental (CESM), que não integra os serviços previstos na Política Nacional de Saúde Mental. Com a finalidade de atender pessoas com transtornos mentais leves e moderados, sugere-se que a existência do CESM possui um sentido ambíguo, pois ao mesmo tempo que amplia o acesso aos cuidados em SM, reduzindo agravos, aponta para uma possível deficiência da RAPS local, uma vez que se a SM e a AB articularsem ações de Apoio Matricial, desenvolveriam estratégias compartilhadas de cuidado dos casos leves e moderados nos próprios territórios dos usuários.

## A PESQUISA DE CAMPO - OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO BÁSICA - CARACTERIZAÇÃO, AVANÇOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE MATRICIAMENTO EM EUNÁPOLIS

No que diz respeito às características sociodemográficas dos participantes, observou-se que são, na maioria, pessoas do sexo feminino, sendo 93,8% de trabalhadoras (N = 15) com média de idade de 47,63 (DP = 8,006). A maioria é de raça parda (62,5%) e 75% cursou o nível superior de ensino.



No que concerne à experiência profissional, mais da metade (62,5%) é concursada e menos de 50%, já teve experiência em Gestão, sendo a maior parte (62,5%) atuante em funções operacionais e de assistência nos territórios. Um total de 75% da amostra relatou ter mais que 7 anos ou mais do que 10 anos de trabalho na Prefeitura, denotando, em síntese, que os participantes são experientes profissionalmente em suas áreas de atuação.

Com relação ao tipo de profissão exercida, mais da metade dos profissionais são Enfermeiros, seja em Nível Técnico ou Superior, e 75% dos que ocupam função de gestão têm pós-graduação em Gestão na área de Saúde. No entanto, se separados em AB e a SM, nota-se que metade dos gestores da SM não têm especialização na área, e da AB, 100% dos gestores são especializados no âmbito de sua atuação. Moraes (2010) ressaltou em seu estudo que a falta de preparo técnico da gestão é um fator que desfavorece o Apoio Matricial entre SM e AB, dificultando a comunicação e a integração entre equipes. Quanto à formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) entrevistados, chama a atenção que 75% tenham nível superior e 50% tenham cursado a pós-graduação.

As informações obtidas nas entrevistas estão em processo de Análise de Conteúdo, conforme modelo de Laurence Bardin, e alguns resultados preliminares são apresentados e discutidos nessa seção. Com base nestes relatos, pode-se constatar que os profissionais da Atenção Básica conceituam o Matriciamento de forma variada, que explicita desde o total desconhecimento acerca do fenômeno, passando pela lembrança remota, até o emprego do conceito baseado na sua prática do trabalho:

“Apoio Matricial é como? (Pausa) O que é mesmo? (pausa) (o entrevistador explica o que é)”. (ACS<sup>5</sup> 2 – AB – ÁREA URBANA)

5 Agente Comunitário de Saúde.



“Ouvi falar em matriciamento muito pouco no Curso de Serviço Social. Há mais de 10 anos quando entrei na prefeitura, fiz um curso de SM, mas não lembro de matriciamento”. (ACS 2 - AB – ÁREA RURAL)

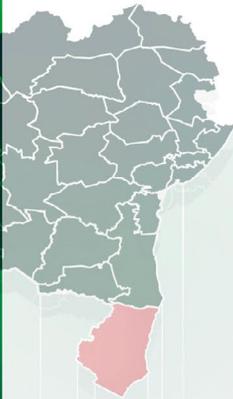
“(…) reuníamos para discutir os casos da Saúde Mental com a Saúde Mental, o NASF, quando teve aquele projeto (…)”. (NÍVEL TÉCNICO AB-1)

Observou-se, ademais, que os profissionais de SM apresentaram maior familiaridade com o conceito de Matriciamento se comparados aos profissionais da AB, porém relataram não haver adquirido o conhecimento formalmente, na maioria dos casos. Esse resultado converge com os achados de Franco (2018) e Onocko-Campos (2009), quando pontuam que a formação, em diferentes níveis de ensino, é ainda insuficiente. Por isso, os profissionais não se sentem preparados para ações de trabalho entre equipes, como é exigido no Matriciamento. Como pode ser observado nas falas de alguns entrevistados, o conhecimento foi adquirido na sua prática profissional:

“Conheço teoricamente o matriciamento: o que nossa técnica de enfermagem dizia é que um paciente precisa de vários serviços, como AB, CAPS II, PSF, SAE/ CTA etc. Ela me falou como era. E então sentaríamos com estas equipes para dialogar com a equipe e saber o que cada equipe tem para oferecer para o paciente, para melhorar a qualidade de vida do usuário”. (GESTOR SM-2)

“Matriciamento é reunir com todos os profissionais. Não todos, mas uma parte para ver o que precisa melhorar no serviço. Aprendi no CAPS mesmo, sobre matriciamento, pois no curso técnico de enfermagem nem toca neste assunto.”. (NÍVEL TÉCNICO SM-2)

Alguns profissionais demonstraram haver conhecido o dispositivo através do *Projeto Percursos Formativos da RAPS*, realizado no período de 2013-2016, em Eunápolis, denotando a produtividade deste período marcante para as ações matriciais entre Atenção Básica e Saúde Mental:



“(...) reuníamos para discutir os casos da Saúde Mental com a Saúde Mental, o NASF, quando teve aquele projeto”. (NÍVEL TÉCNICO AB-1)

“Conheci o matriciamento com o projeto de 2016 (Percurso Formativos da RAPS)”. (ACS 1-AB - ÁREA URBANA)

“Não conhecia o matriciamento até ir para Embu das Artes (intercâmbio do Projeto Percursos Formativos da RAPS), em 2015”. (NÍVEL TÉCNICO SM-1)

Porém, mesmo com a maior parte da amostra atuando por mais de sete anos em sua área, nem todos foram alcançados pelas Oficinas de Educação Permanente e seus prolongamentos, como as Rodas de Sensibilização, destacando-se que há maior déficit em relação ao Apoio Matricial nos relatos dos profissionais da Área Rural, atribuídos a problemas comunicacionais entre as equipes envolvidas nos serviços. Esse resultado corrobora os achados de Foy *et al.* (2010) e Morais (2010) que demonstraram que o cuidado compartilhado tem como principal elemento a comunicação interprofissional, que é associada à efetividade do cuidado compartilhado. Vários estudos e documentos (JORGE *et al.*, 2014; ONOCKO-CAMPOS *et al.*, 2011; PEREIRA *et al.*, 2018; BONFIM *et al.*, 2013; BRASIL, 2014; BRASIL, 2011) atestam que entre os desafios/dificuldades para o Matriciamento entre SM e AB está a falta, ou pelo menos, as dificuldades de diálogo entre ambas as áreas quando se trata da sua implantação, fato que promove a fragmentação da rede.

O déficit observado na área rural também é atribuído à dificuldade de transporte, que prejudica o acesso ao Matriciamento tanto para os profissionais, como aos usuários e familiares. Esta questão restringe a interação entre profissionais da AB - profissionais da SM – usuários-familiares a apenas a troca de receitas e a busca por medicamentos:

“Um dos desafios é que o transporte atrapalha, pois não tem. Acho que a distância atrapalha. Só uma vez o CAPS foi lá na Unidade e para levar medicamento”. “A gente só aplica os re-

## SUMÁRIO



médios, a equipe do CAPS não reúne com a gente, eles só renovam a receita do paciente. É difícil pela distância aqui na zona rural”. (NÍVEL TÉCNICO AB-1).

“Como estamos na Zona Rural, estamos longe, a distância dificulta as reuniões”. (ACS 2- AB ÁREA RURAL).

“Como dificuldades, falta mais união dos dois: AB e SM. (...) Não ficamos sabendo de nada, só o que o paciente fala, e isso é raro, normalmente é a família que fala alguma coisa”. (NÍVEL SUPERIOR AB-2 ÁREA RURAL).

A realidade explicitada das falas acima converge com a visão tradicional, *medicamentosa e medicocentrada*, biologizante, que ainda prevalece na cultura do cuidado em Saúde Mental no Brasil, ignorando-se os aspectos subjetivos, psicossociais dos usuários, como apresentado por Jorge *et al.* (2014), Onocko - Campos *et al.* (2011), Pereira *et al.* (2018), Bonfim *et al.* (2013), os *Cadernos de AB -Nº 39 - NASF* (BRASIL, 2014) e o *Guia Prático de Matriciamento em Saúde Mental* (BRASIL, 2011c). Esses estudos e documentos apontam que a fragmentação da rede leva a uma política de encaminhamento e a não corresponsabilização do cuidado.

Alcances no processo de Matriciamento entre SM e AB também foram identificados na análise preliminar, porém, mais relacionados ao período de 2013-2016, quando da ocorrência do *Projeto Percursos formativos da RAPS* (PREFEITURA DE EUNÁPOLIS, 2013). Os alcances referidos a essa época pelos profissionais da AB e SM vão das práticas democráticas como Fóruns Intersetoriais de SM, a existência de comunicação intersetorial de maior efetividade, mudanças de paradigma e quebras de preconceitos em relação aos transtornos mentais, o melhor preparo para o cuidado em SM na AB, até o cuidado compartilhado e em rede.

“Depois de Embu das Artes, passaram a reunir com as UBS Moisés Reis para discutir casos, haviam fóruns de SM no município, serviços interligados e havia uma linguagem única entre

## SUMÁRIO



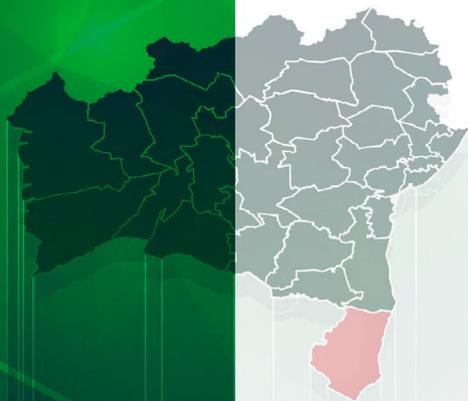
os serviços. Foi muito intenso em 2015, 2016, mas a partir de 2017, acabou, com a mudança de prefeito”. (NÍVEL TÉCNICO SM-1)

“Depois do matriciamento a gente abriu a mente para que havia casas que a gente não dava assistência porque não sabia como abordar. A gente passou a cuidar destas pessoas, a olhar o ser humano das pessoas que tinha problemas de saúde mental (...)”. “Eu perdi o medo por causa do matriciamento, porque antes a própria família falava que ele era violento, e a gente não sabia como lidar”. (ACS 1- AB ÁREA URBANA)

“O principal é a questão do vínculo e entender que o outro que está em outro setor, é parte da equipe também. A SM ficava em sua caixinha, assim como outros setores. Tudo funcionava separadinho. Com o matriciamento a gente percebe a corresponsabilidade. Não são pacientes do CAPS, da AB. Mas são pacientes nossos, e o que diz respeito a eles, diz respeito a todos (...)”. (GESTOR AB-2)

Esses resultados encontram respaldo nas pesquisas de Moraes e Tanaka (2012) e Reis (2019) que evidenciaram diversos alcances com o Apoio Matricial entre SM e AB, como o aumento da resolutividade, além de maior integração entre a SM e AB com sensibilização das Equipes, melhorias no acolhimento ao usuário com transtornos mentais, quebra de paradigmas, medos e preconceitos com a reordenação do ingresso do usuário e ampliação do acesso aos cuidados em Saúde.

Um fator de relevância presente no discurso dos profissionais de AB e SM encontrado nessa pesquisa refere-se às questões relativas à Gestão Municipal e coordenações dos segmentos estudados. Na percepção dos participantes, há alguns pontos preocupantes, tais como a falta de interesse e sensibilidade das coordenações para implementar o Matriciamento, a isenção da AB para lidar com problemas de SM e as mudanças de da Gestão Municipal, gerando mudanças de quadro e descontinuidade das ações:



“Isso ocorre pela falta de interesse da gestão”. (NÍVEL SUPERIOR SM-1)

“A coordenadora atual era da “área Y” (...) e não tem sensibilidade para a área de Saúde Mental. Estamos fazendo as discussões dos casos por nossa própria conta. Em reunião com a coordenadora, ela defendeu a AB com toda força, dizendo que a AB já tem trabalho demais”. (NÍVEL SUPERIOR SM-2)

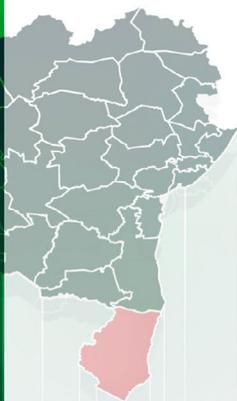
“Foi muito intenso em 2015, 2016, mas a partir de 2017, acabou, com a mudança de prefeito”. (NÍVEL TÉCNICO SM-1)

Esses pontos de preocupação, são de certa forma, abordados também nos estudos de Morais (2010), Bonfim *et al.* (2013), Jorge *et al.* (2014), Onocko - Campos *et al.* (2011), Pereira *et al.* (2018), que reportaram dificuldades por parte da gestão, como pouco compromisso para com o Apoio Matricial com a articulação de ações entre AB e SM e a falta de diálogo entre profissionais de saúde e gestores acerca de como implantar o Matriciamento em SM. Apesar dessas preocupações legítimas, e ainda que de modo incipiente, os relatos dos participantes também apontam para uma intenção de reimplantar o Matriciamento entre AB e Saúde Mental:

“Reunimos para estudar o fluxo da AB e do CESM, os serviços de SM levantaram por bairros os usuários, fazendo a territorialização para realizar visitas (...) **Estamos tentando resgatar**”. (GESTOR SM-1)

Em relação ao período mais recente, entre os anos de 2020 e 2021, sobrepuseram-se os relatos referentes aos desafios e dificuldades para implementação e manutenção desse equipamento, coadunando com os resultados de vários pesquisadores da área que já há algum tempo vem apontando dificuldades ligadas à implantação e à manutenção do Apoio Matricial no país (FIGUEIREDO; ONOCKO-CAMPOS, 2009; MELO *et al.*, 2016, REIS, 2019); MORAIS, 2010; MERHY, 2002). De fato, vários entrevistados relataram a não ocorrência do processo de Matriciamento entre SM e AB em sua prática profissional:

## SUMÁRIO



## SUMÁRIO

“Aqui no “UBS Z” nunca foi feita reunião de matriciamento entre SM e AB. Há muitos anos, uns oito, sete anos, vinha um psiquiatra dos CAPS para fazer consultas no posto, mas ele não reunia com equipe de saúde da UBS. Só fazia com que a gente corresse atrás das pessoas com problemas mentais. Depois parou. Nunca aconteceu o matriciamento”. (ACS 2-AB ÁREA RURAL)

“A sensação que tenho e que aqui a SM é sozinha, que ela é o patinho feio, que ninguém quer. Nunca tivemos uma reunião, nem de matriciamento, nada”. (NÍVEL SUPERIOR – SM 1)

“Já ouvi falar do apoio matricial com equipes NASF, mas não tive oportunidade porque não há mais NASF”. (NÍVEL SUPERIOR AB-1 ÁREA URBANA)

“(…) todas as sextas reunimos aqui na AB. Mas não envolvemos a SM. Com a SM não temos reunião regular, só esporádicas. Por exemplo, estamos na campanha do Outubro Rosa, então envolvemos a SM, os usuários”. (GESTOR AB-1)

“Nunca tive nenhuma reunião da SM com a AB nos 10 anos em que atuo como ACS, para discutir casos. (...) No dia a dia do trabalho a gente só escuta falar de SM quando acontece um surto, não é algo de nosso cotidiano”. (ACS 1 AB- ZONA RURAL)

“Na minha experiência atual, com poucos meses de retorno, não estamos fazendo matriciamento entre SM e AB”. (NÍVEL SUPERIOR SM-2)

“O Matriciamento da SM com a AB tem certa dificuldade, não estava acontecendo de forma alguma (...). A AB ainda foca muito nos Programas, o Matriciamento, não conhecem.”. (GESTOR SM-1)

## CONCLUSÃO

Diante do contexto atual da Saúde Pública, em especial a Saúde Mental no Brasil, ao longo do estudo documental, foi observada uma tendência ao retrocesso com o retorno de hospitais psiquiátricos

e valorização de práticas manicomiais, como as Comunidades Terapêuticas. Tal retrocesso impõe, com urgência, a necessidade de fortalecer as práticas democráticas em Saúde, que promovam a autonomia e o fortalecimento das subjetividades e coletividades com cuidado em liberdade, nos territórios de atuação da Atenção Básica (AB) / Atenção Primária em Saúde, a exemplo do Matriciamento ou Apoio Matricial.

Nas falas extraídas das entrevistas, ainda que possam ter sido identificados alcances positivos das ações de Matriciamento no município, elas estiveram mais circunscritas às experiências decorrentes do *Projeto Percursos formativos da RAPS* (PREFEITURA DE EUNÁPOLIS, 2013). Prevaleram nessas falas, todavia, os desafios e dificuldades, tanto nos aspectos de implantação, como de manutenção do Apoio Matricial entre SM e AB, envolvendo diversos fatores no âmbito da gestão dos serviços e município, das subjetividades dos seus principais atores – profissionais, usuários, familiares – como a falta de conhecimento do equipamento estudado, dificuldades de comunicação e formação tradicional biologizante dos profissionais. Tais dificuldades constituem-se em obstáculos para o trabalho em equipes e em rede, entre equipes. Assim, é possível concluir que, de fato, o Matriciamento não acontece regularmente, nos moldes definidos pelos documentos do Ministério da Saúde, na totalidade do território estudado. Em parte, essa situação é agravada pelos retrocessos da Saúde Pública, em geral, e da Saúde Mental, especificamente, já citados, em nível de política pública federal implementada nos últimos cinco anos.

Mesmo não sendo possível realizar generalizações em nível municipal, os dados preliminares da pesquisa sugerem a necessidade de investimento do município em Educação Permanente em Saúde para melhor preparo dos profissionais a fim de que o Apoio Matricial entre SM e AB venha a ser reimplantado, uma vez que estudos no tema demonstraram os resultados promissores nos anos 2013-2016, seja no aspecto de ampliação do acesso, ou nas melhorias do acolhimento,

## SUMÁRIO



cuidado compartilhado e quebra de paradigmas equivocados sobre as pessoas com transtornos mentais e a Saúde Mental em si. Conclui-se, portanto, que pesquisas como esta são necessárias no atual contexto político, uma vez que elas têm o potencial de oferecer subsídios para promover melhorias em Saúde Mental no território estudado.

## REFERÊNCIAS

BONFIM, I. G. *et al.* Apoio matricial em saúde mental na atenção primária à saúde: uma análise da produção científica e documental. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 17, n. 45, p. 287-300, 02 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. *Legislação em saúde mental: 1990-2004/* Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. – 5. ed. ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004 a. 340 p.: il. – (Série E. Legislação de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação de Saúde Mental/Coordenação de Gestão da Atenção Básica. Saúde mental e Atenção Básica: o vínculo e o diálogo necessários. *In:*

BRASIL. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial (77-84)*. Ministério da Saúde. Brasília: 2004b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Dape. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reformas dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas*. Brasília: Opas. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/Relatorio15\\_anos\\_Caracas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf)>. Acesso em: 01/02/ 2019.

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. *Diretrizes Assistenciais para a Saúde Mental na Saúde Suplementar*. Rio de Janeiro: ANS, 2008a. 75 p. Disponível em: <[http://www.ans.gov.br/images/stories/Plano\\_de\\_saude\\_e\\_Operadoras/Area\\_do\\_consumidor/diretrizes\\_assistenciais.pdf](http://www.ans.gov.br/images/stories/Plano_de_saude_e_Operadoras/Area_do_consumidor/diretrizes_assistenciais.pdf)>. Acesso em: 01 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Mental*. Brasília. 2008 b. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=24134&janela=1](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar_texto.cfm?idtxt=24134&janela=1)>. Acesso em: 05 jan. 2020.



SUMÁRIO

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. *Lei 10.216 de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm#:~:text=LEI%20No%2010.216%2C%20DE,modelo%20assistencial%20em%20sa%C3%BAde%20mental](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm#:~:text=LEI%20No%2010.216%2C%20DE,modelo%20assistencial%20em%20sa%C3%BAde%20mental)>. Acesso em: 08 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde*. Brasília, DF: 2011b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva. Dulce Helena Chiaverini (Org.). *Guia prático de matriciamento em saúde mental*. Brasília, 2011c. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/.../guia\\_pratico\\_matriciamento\\_saudemental.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/.../guia_pratico_matriciamento_saudemental.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Cadernos de Atenção Básica, n. 34. Saúde Mental*. Ministério da Saúde, Brasília. 2013. 176 p. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_34.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf)>. Acesso em: 01 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. *Cadernos de Atenção Básica, n. 39. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano*. Volume 1. Brasília. 2014. 116 p. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo\\_apoio\\_saude\\_familia\\_cab39.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf)>. Acesso em: 06 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. *OMS alerta que 10% da população global tem distúrbio de saúde mental*. Publicado em 16 de julho de 2015. Ascom SE/UNA-SUS. Brasília. 2015. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-alerta-que-10-da-populacao-global-tem-disturbio-de-saude-mental#:~:text=OMS%20alerta%20que%2010%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20global%20tem,de%20trabalho%20mundial%20de%20sa%C3%BAde%20atua%20nesta%20%C3%A1rea.>>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. *Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2019*. Brasília, 2019a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9926-19-julho-2019-788859-publicacaooriginal-158766-pe.html>>. Acesso em: 02/ 02/ 2020.

SUMÁRIO

CAMPOS, G. W. S. Equipes de referência e apoio especializado matricial: um ensaio sobre a reorganização do trabalho em saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 393-403, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81231999000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000200013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 ago.2018.

CAMPOS, G. W. S.; DOMITTI, A. C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 399-407, Feb. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2007000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000200016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 ago. 2018.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Gabinete do Prefeito. *Decreto Nº 4597/2013 - Institui o Centro Especializado em Saúde Mental— CESM, de atendimento complementar aos centros de atenção psicossocial do Município de Eunápolis e dá outras providências*. Quarta-feira, 6 de Novembro de 2013. Ano IV. Nº 1288. p. 2-3. Eunápolis, 2013. Disponível em: <<http://www.eunapolis.ba.io.org.br/diarioOficial/download/253/1288/1>>. Acesso em: 10 set. 2019.

FIGUEIREDO, Mariana Dorsa; ONOCKO-CAMPOS, Rosana. Saúde Mental na atenção básica à saúde de Campinas, SP: uma rede ou um emaranhado? *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 129-138, fev. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

FOY, R.; HEMPEL, S.; RUBENSTEIN, L.; SUTTORP, M.; SEELIG, M.; SHANMAN, R.; SHEKELLE, P.G.; Meta-analysis: effect of interactive communication between collaborating primary care physicians and specialists. *Ann Intern Med*, 152 (4), p. 247-258, 2010.

FRANCO, Túlio Batista A humanização do trabalho em saúde sob análise Trabalho, *Educação e Saúde*, vol. 16, núm. 3, Setembro-Dezembro, 2018, pp. 1465-1467. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/4067/406757540032/406757540032.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. *Eunápolis*. Ano 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/eunapolis/pesquisa/16/12705>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

KOHN R.; SAXENA S.; LEVAV, I.; SARACENO, B. The treatment gap in mental health care. *Bull World Health Organ*. 2004 Nov; 82(11): 858-866. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2623050/pdf/15640922.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

SUMÁRIO

MINISTERIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria N° 154, de 24 de janeiro de 2008. *Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF*. Brasília, 2008. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154\\_24\\_01\\_2008.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154_24_01_2008.html)>. Acesso em: 22 set. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Gabinete do Ministro. *Portaria 3.588 de 21 de Dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências*. Brasília, 2017a. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588\\_22\\_12\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html)>. Acesso em: 22 set. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). *Serviços da Atenção Básica/ Unidades Básicas de Saúde, Serviços da Saúde Mental do município de Eunápolis e respectivos totais de trabalhadores*. Datasus. Tabwin. Brasília. 2021. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060805>>. Acesso em: 10 Jan. 2021.

MORAIS, Ana Patrícia Pereira. *Saúde Mental na Atenção Básica: o desafio da implementação do apoio matricial*. 2010. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORAIS, A. P. P.; TANAKA, O. Y. Apoio Matricial em Saúde Mental: alcances e limites na Atenção Básica. *Saude soc.*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 161-170, mar. 2012.

OLIVEIRA, Alaíde Alves da Silva. *Transformações espaciais e indicadores sócio-ambientais: o caso de Eunápolis- Bahia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Ilhéus, BA: UESC, 2015. 119 p.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana et al. Saúde mental na atenção primária à saúde: estudo avaliativo em uma grande cidade brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (12): 4643-4652, 2011.

PEREIRA, S. L. B.; MAIA, G. B. D. Avanços e Desafios para Implementação da Rede de Atenção Psicossocial em um Município de Médio Porte. *Rev. FSA, Teresina*, v. 15, n. 4, art. 13, p. 246-262, jul./ago. 2018.

PREFEITURA DE EUNÁPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. Saúde Mental. Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD). *Chamada para Seleção de Projetos de Percursos Formativos na RAPS: Intercâmbio entre Experiências e Supervisão Clínico-Institucional*. Eunápolis, Bahia. 2013.

SUMÁRIO

REIS, M. M. A. *Controvérsias do processo de Matriciamento entre Saúde Mental e Atenção Básica na rede municipal de Eunápolis no período de 2013 a 2017*. Monografia (Especialização). Universidade Federal do Sul da Bahia. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Porto Seguro, 2019. 127p.

REIS, M. M. A. *Controvérsias no processo de Matriciamento entre Saúde Mental e Atenção Básica: de materialidades a percursos formativos em um município do Extremo-Sul baiano*. Pimenta Cultural. São Paulo. 2020. 177p. Disponível em: <<https://www.pimentacultural.com/controversias-processo>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA (SESAB). Governo do Estado da Bahia. Serviço Público Estadual. *Resolução CIB Nº 275/2012. Aprova as regiões de saúde do Estado da Bahia e a instituição das Comissões Intergestores Regionais*. Atualização em Agosto de 2019. Salvador, 2019 a. Disponível em: <[http://www1.saude.ba.gov.br/mapa\\_bahia/docs/RESOLU%C3%87%-C3%83O%20275\\_15.08.2012\\_Aprova%20Regi%C3%B5es%20de%20Sa%C3%BAde%20e%20CIR.pdf](http://www1.saude.ba.gov.br/mapa_bahia/docs/RESOLU%C3%87%-C3%83O%20275_15.08.2012_Aprova%20Regi%C3%B5es%20de%20Sa%C3%BAde%20e%20CIR.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2019.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA (SESAB). Governo do Estado da Bahia. *Regiões de Saúde do Estado da Bahia*. Atualização em Agosto de 2019. Salvador, 2019 b. Disponível em: <[http://www1.saude.ba.gov.br/mapa\\_bahia/indexch.asp](http://www1.saude.ba.gov.br/mapa_bahia/indexch.asp)>. Acesso em: 18 out. 2019.

TENÓRIO, Fernando. A Reforma Psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-59, 2002.

THORNICROFT, G.; TANSELLA, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental? *Pesqui Prát Psicossociais*. 2008; 3(1): 9-25. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2207.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO); WORLD ORGANIZATION OF FAMILY DOCTORS (WONCA). *Integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários: Uma perspectiva global*. Lisboa: WHO, WONCA; 2009. Disponível em: <[https://www.who.int/eportuguese/publications/Integracao\\_sau-de\\_mental\\_cuidados\\_primarios.pdf](https://www.who.int/eportuguese/publications/Integracao_sau-de_mental_cuidados_primarios.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Mental health atlas: 2011*. World Health Organization, 2011. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/44697>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

# 5

*Isis Lima Silva  
Rafael Andrés Patiño*

**USUÁRIOS DE SAÚDE  
MENTAL E O CAPS:**  
*relações de reconhecimento  
e menosprezo*

## INTRODUÇÃO

A Modernidade inaugurou uma nova forma de compreender a loucura, a partir da qual passou a ser tratada como doença. Associada à perda da razão, a loucura inspirava temor e desconfiança. Sob essa representação o louco passou a ser considerado um indivíduo perigoso que deveria, conseqüentemente, ser afastado das relações e trocas sociais. Toda esta concepção inspirou a criação de hospícios, necessários para separar/excluir os doentes mentais do restante da sociedade; ao mesmo tempo que orientou os tratamentos que estas instituições passaram a aplicar sobre o doente mental: a indução de convulsões, as lobotomias, eletrochoques e mais tardiamente o uso de fármacos, seriam algumas das práticas psiquiátricas utilizadas no para tentar eliminar os sintomas indesejados.

Associadas ao anormal e ao perigoso, pessoas diagnosticadas com transtorno mental foram destituídas de qualquer possibilidade de exercer sua cidadania (FOUCAULT, 2002). Esse modelo tratamento da loucura veio a ser questionado desde a segunda metade do século XX, inicialmente na Europa, motivando e produzindo reformas psiquiátricas em alguns países, entre eles a Itália (ROTELLI, 2001). Essa reestruturação do modelo de cuidado em saúde mental tornou-se necessária, pois a forma hospitalocêntrica, vigente até então, atentava contra a dignidade dos sujeitos, favorecendo as práticas de exclusão e menosprezo, contribuindo para a manutenção de estigmas, estereótipos e valorizações negativas das pessoas diagnosticadas com doença mental.

SUMÁRIO



## REFORMA PSIQUIÁTRICA E OS CAPS

Amarante (2007) advoga que no Brasil, sob a influência principalmente da reforma psiquiátrica italiana, houve uma severa crítica aos espaços representados por manicômios lotados de internos, com assistência baseada na tutela de sujeitos desprovidos da possibilidade de se responsabilizarem por seu próprio devir e de exercerem sua cidadania, submetidos a práticas que atentavam contra a sua dignidade pessoal e integridade física. A segunda metade do século XX sinaliza o início de um processo de discussão e questionamentos das práticas em saúde mental, marcadas pelo uso de distintas formas de violência e que cerceavam a liberdade, a autonomia e os direitos dos usuários, na busca da efetivação dos direitos das pessoas diagnosticadas com transtornos mentais e o respeito da sua dignidade como sujeitos e cidadãos.

Através das lutas sociais lideradas por atores diversos da saúde mental, que incluíram profissionais, familiares de pessoas diagnosticadas com transtornos mentais e os próprios usuários, na década de 1990 passam a vigorar no Brasil as primeiras normas federais que regulamentam a implantação de serviços de atenção diária, que dariam origem aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) e Hospitais-dia, além das primeiras normas para fiscalização e classificação dos hospitais psiquiátricos. (BRASIL, 2004). A construção dessa política pública foi, nesse momento, a materialização da luta por um tratamento digno no âmbito da saúde mental.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são um dos principais dispositivos de cuidado humanizado da saúde mental, dentro dessa reforma. Foram instituídos a partir da portaria nº 336 de 19 de fevereiro de 2002, nas modalidades de CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional. São serviços coordenados pelo gestor local, responsá-



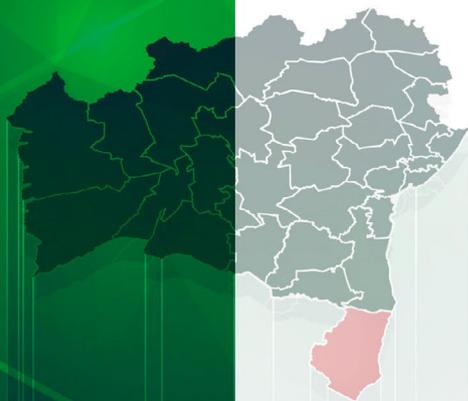
veis pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no âmbito do seu território; atuam como regulador da porta de entrada da rede assistencial no âmbito e supervisionam as unidades hospitalares psiquiátricas no âmbito do seu território, além de acompanhar e capacitar as equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental de seu território. Realizam atendimento individual, em grupos, oficinas terapêuticas, visitas domiciliares, atendimento à família, atividades comunitárias enfocando a integração do doente mental na comunidade e sua inserção familiar e social (BRASIL, 2002).

No município de Porto Seguro, Bahia, local onde foi realizado o estudo apresentado, funcionam três CAPS, o CAPS II, para adultos com transtorno mental, o CAPS ia para acompanhamento de crianças e adolescentes até os 18 anos e o CAPS ad, para cuidado a adultos usuários de álcool e outras drogas. Nosso estudo foi realizado no CAPS II.

## CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este estudo procurou analisar experiências de reconhecimento intersubjetivo e menosprezo (HONNETH, 2003), relatadas por usuários do CAPS II da cidade de Porto Seguro - BA, a partir das suas narrativas do cotidiano. Neste capítulo apresentaremos especificamente as narrativas dos usuários entrevistados, construídas acerca do tratamento no próprio CAPS, como lugar central no cotidiano dos participantes.

Como estratégia metodológica para a construção das narrativas, utilizamos a técnica da foto-provocação (CORREDOR-ALVAREZ; ÍÑIGUES- RUEDA, 2016). Solicitamos aos usuários que fotografassem momentos do seu cotidiano. As imagens capturadas deveriam estar ligadas a experiências prazerosas e momentos desagradáveis ou nos quais se sentissem desrespeitados. Em seguida, foi realizada uma en-



trevista narrativa, na qual as fotografias foram o ponto de partida para os relatos. Participaram do estudo cinco usuários do CAPS II de Porto Seguro, Bahia.

As análises das narrativas estão fundamentadas principalmente na teoria do reconhecimento intersubjetivo de Axel Honneth (2003). De modo sintético, o autor defende que a autoestima, o autorrespeito e a confiança em si mesmo (fundamentais para desenvolver a autonomia) são construídas pelos sujeitos em função das experiências de reconhecimento ou menosprezo que cada sujeito vive dentro de três esferas: amor, direito e solidariedade. Na primeira, o reconhecimento é afetivo, sob a forma de dedicação emotiva, construída nas relações de amor e amizade. Neste caso, o menosprezo se dá na forma de mal-tratos físicos; na segunda, o reconhecimento se dá no acesso igualitário a direitos e o desrespeito aparece sob a forma de privação de direitos e exclusão; na terceira, o reconhecimento se dá na estima social das formas de autorrealização, enquanto que a degradação e ofensa constituem as formas de menosprezo (HONNETH, 2003). As experiências de menosprezo dentro de cada uma dessas esferas afetam a integridade física, a integridade social e a honra dos sujeitos, produzindo um dano que é percebido pelos sujeitos como ferida moral e uma injustiça.

Considerando que apesar dos avanços, as pessoas diagnosticadas com um transtorno mental ainda são estigmatizadas, discriminadas, privadas de direitos e submetidas a distintas formas de desrespeito no seu cotidiano. Esta referência teórica permite analisar como as experiências de desrespeito afetam as pessoas diagnosticadas como, e qual a relação que tais vivências têm com sua participação no CAPS, como dispositivo que procura o tratamento digno dos usuários.

A seguinte tabela descreve sinteticamente os participantes da pesquisa:

## SUMÁRIO



Tabela 01 - Descrição dos sujeitos da pesquisa.

SUJEITOS SELECIONADOS	IDADE	DIAGNÓSTICO	BPC	TEMPO NO CAPS	JUSTIFICATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA
João	36	Esquizofrenia CID10-F20	Sim	08 anos	Retorno escolar, participação política
Pablo	32	Transtorno Afetivo Bipolar CID 10- F31	Sim	10 anos	Exercício de cuidado com a mãe, ocupação dos espaços
Tadeu	60	Esquizofrenia CID 10F20	Sim	15 anos	Papel social na Igreja, casamento
Lia	38	Transtorno Afetivo Bipolar CID 10- F31	Não	04 anos	Ocupação dos espaços, cuidado com os filhos
Caio	44	Esquizofrenia	Sim	15 anos	Atividade labo- rativa informal

Fonte: Dados próprios.

SUMÁRIO

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os entrevistados constroem uma valorização positiva do CAPS e se referem a sua importância enquanto dispositivo. Enfatizaram a importância do tratamento medicamentoso para evitar as crises, o CAPS enquanto casa, como espaço de educação e cidadania e um local de acolhimento. Compararam o atendimento no CAPS, com as ocasiões em que foram internados em instituições psiquiátricas. Aqui dialogaremos em torno do papel do CAPS como instituição que acompanha a experiência de cidadania dos usuários, como sujeitos de direitos:

Imagem 01 - Fotografia retirada por usuário entrevistado.

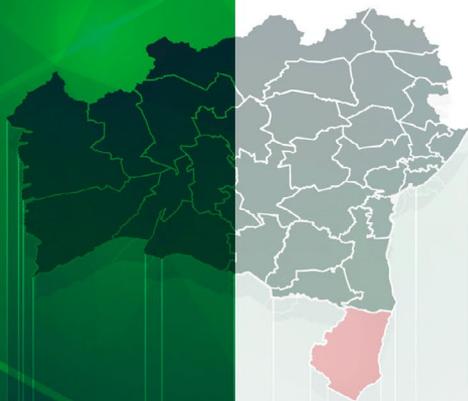


Fonte: Acervo da autora (2018)

## CAPS ENQUANTO CASA

É função dos CAPS prestar suporte aos indivíduos em acompanhamento e a seus familiares, mas incentivar que estes usuários acessem o território e ocupem os espaços sociais. As pessoas acompanhadas no serviço desenvolvem uma relação muito próxima com o CAPS e as vezes referem este espaço como uma espécie de casa, lar ou substituto.

Várias são as funções do CAPS descritas pelos usuários e percebemos a relação afetiva que estes desenvolvem em relação à instituição, o que nos traz algumas reflexões e questionamentos. Dois usuários, Tadeu e Caio, relacionam o CAPS a “casa”. Para eles, é o lugar que habitam, onde se sentem acolhidos e protegidos. Este tipo de relação com a instituição também denota, por outro lado, certa dependência que precisa ser considerada e questionada em alguns momentos.



SUMÁRIO

Vale lembrar que os CAPS devem executar ações que fortalecem os usuários e familiares (BARRETO, 2009), o que inclui a reestruturação destes vínculos afetivos não sendo função dos CAPS substituírem esta relação. No entanto, o CAPS pode ser um lugar onde os usuários se sentem apoiados e por esse motivo valorizados: “O CAPS é [pausa] a casa aonde eu encontro apoio [pausa] com vocês” (Tadeu).

Caio também informa esta função de casa do CAPS II de Porto Seguro, mas diferente de Tadeu, reforça as relações de amizade existentes no serviço, ressaltando que todos gostam dele, que não possui inimigos e que lá se sente bem. O usuário não frequenta o serviço diariamente, visto que exerce atividade de geração de renda, externo ao CAPS:

“Pra mim é uma segunda, é uma segunda casa. Todo mundo gosta de mim, nunca tive inimigo dentro do CAPS, aí eu me sinto bem (Caio). Neste caso é mais evidente a importância das relações de amizade estabelecidas no CAPS, tornando-se um lugar propício para a socialização e a criação de vínculos.” (Caio)

O usuário João também colocou o CAPS como sua “primeira casa”, mas diferente dos participantes citados acima, dá ênfase aos funcionários e usuários, colocando-os como família. João, que frequenta a escola à noite, frequenta o CAPS todos os dias, de acordo com o seu projeto terapêutico singular (PTS). Então, CAPS é muito importante, quer dizer quero deixar bem claro que o CAPS para mim é como se fosse uma segunda, não, minha primeira família é o CAPS, entre tudo, paciente, profissionais, todos pra mim é uma família (João). Neste caso, o CAPS de novo é representado como um lugar propício para construir vínculos afetivos, que possivelmente não existem em outros lugares.

Os participantes sinalizam a importância do CAPS associando a possibilidade de desabafo, exercício e escuta da fala com a própria saúde: “para a minha saúde. Na minha saúde né, porque eu converso com vocês que tá acontecendo e eu me desabafo”. (Tadeu)

## ESPAÇO DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Surgiram outras falas relevantes sobre a função do CAPS enquanto instituição com finalidade educativa. Nesse sentido, Pablo ressalta que o CAPS é um espaço onde ele se reeduca, na tentativa de aceitar o outro nas suas diferenças: “sim, um lugar pra eu me reeducar, eu acho que assim tentando aceitar a pessoa, o outro, como ele é” (Pablo).

Neste depoimento, o CAPS aparece como um lugar que proporciona uma possibilidade de cambio, associado, no entanto ao ajuste de algo que precisa ser reeducado.

Pablo ressalta os grupos de discussão sobre exercício de direitos e cidadania no CAPS:

Ajuda [o CAPS], a exercer a cidadania porque teve um grupo falando sobre exercícios de cidadania, sobre a prioridade, assim, eu acho assim que eu nas fila de bancos de coisa assim eu não tenho prioridade, eu pelo menos, penso assim, mas tem os que pensam ao contrario tranquilo, mas é graças a deus o remédio que eu tomo e atenção de vocês aqui eu tenho, assim, mais um pouco útil, assim, tanto na minha vida quanto na vida da minha família. (Pablo)

Barreto (2009) afirma que o movimento para a manutenção da exclusão social das pessoas com transtornos mentais ainda perdura na contemporaneidade. Contudo, as novas práticas de cuidado na saúde mental veem apresentando outra posição social para a loucura, questionando a abordagem e o olhar em relação a estes indivíduos e a possibilidade do exercício da cidadania das pessoas com transtorno mental, estando o CAPS envolvido neste projeto de garantia de direito, como pontuado pelo usuário.



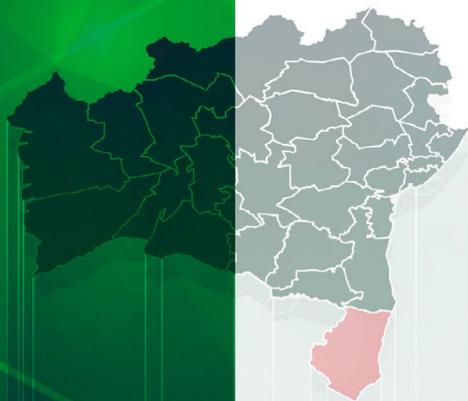
Ao mesmo tempo, Pablo sente-se útil em frequentar este local, pois o mesmo desenvolve várias tarefas na unidade, inclusive de monitoria, por fim coloca o apoio que este serviço dá a ele e a sua família. Assim, o CAPS é significado como um lugar onde é possível ser valorizados positivamente pelas tarefas desempenhadas. Um tipo de ação tão simples contribui com o fortalecimento da autoestima.

Podemos notar que os usuários tem uma impressão do CAPS enquanto agente de mudança, transformação e garantia de direitos.

“O entrevistado João aponta que o CAPS colabora na construção de sua cidadania, que perpassa pelo exercício de direitos e ocupação dos espaços, como colocada nas diversas atribuições do CAPS, enquanto um dos representantes do modelo antimanicomialtão o CAPS ensinou a ter esse olhar de cidadania. O CAPS é um espelho de cidadania” (João).

Ao ser questionado sobre o significado do termo cidadania, o mesmo especificou que é respeitar os outros, as regras, mas ter direitos também. Neste trabalho, compreendemos que a cidadania deve ser pensada na sua relação com a subjetividade, pois ela vai além dos direitos civis, políticos e sociais. Para Patiño (2009), a cidadania também se constrói por meio de identificações compartilhadas coletivamente, que facilitam sentimentos de pertença à sociedade, de proteção e segurança. Neste sentido, os usuários descrevem o CAPS II como um lugar que se sentem bem, acolhidos e seguros, podemos dizer, respeitados.

O CAPS também é exaltado por sua função terapêutica; constitui um lugar que evita as crises: [...] “quando a pessoa fica descontrolada, não pensa por si, quer quebrar tudo, não vê nada na frente. Depois que estou no CAPS não fico mais assim” (Tadeu).



Alguns usuários a função educativa do CAPS, eles assimilam a educação ao controle e à manutenção de padrões de comportamento que lhes permitem ser aceitos nos distintos contextos de trocas sociais. Esta percepção do CAPS entende-se a partir de experiências de exclusão e marginalização vividas como sujeitos estigmatizados pela doença mental, especialmente nos momentos de crise. Por isso a percepção de que o CAPS contribui para sua aceitação em outros contextos de relação, enquanto os mantém mais estáveis e evita as crises psicóticas agudas.

Nesse mesmo sentido, o CAPS representa um lugar que ajuda a reger certos comportamentos em momentos de descontrole e crise.

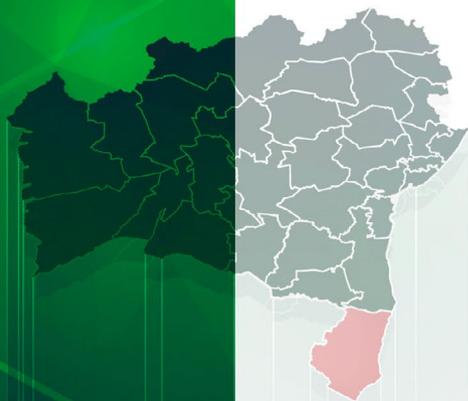
[...] quando eu fiquei doente, mal mesmo, eu tentei sufocar eles (os filhos) com travesseiro, eu morava numa casa que tinha prédio, eu tentei jogar ele do prédio embaixo, aí ele segurou. Fiquei muito triste. (Lia)

Os entrevistados associam à doença à falta de controle e a falta de condição de pensar de forma organizada. Esse tipo de eventos contribui para a autopercepção como sujeitos perigosos, que podem perder o controle de si mesmo, conforme Cirilo e Oliveira Filho (2009).

Alguns usuários identificam na medicação que o CAPS proporciona a possibilidade de manter um certo autocontrole, importante para si mesmos, mas também para a manutenção da estabilidade nas trocas sociais.

## O LUGAR DA MEDICAÇÃO NO CAPS

Uma dos temas mais importantes nos relatos dos participantes em relação ao CAPS, foi o papel dos medicamentos. A medicalização é uma forma hegemônica de tratamento terapêutico psiquiátrico na



contemporaneidade, e ainda existe uma crescente tendência na área da saúde mental de considerar o sofrimento habitual como condição médica a ser tratada com medicamento. (ZANELA *et al*, 2016)

Apoiando essa mesma visão Ferrazza *et al*. (2013), em pesquisa realizada em um serviço público de saúde mental encontraram que o dispositivo de atendimento estudado mantém sob prescrição de psicofármacos praticamente todos os seus usuários e que as altas são raríssimas. Os autores deste estudo criticam esta prática medicamentosa pela inadequação frente aos objetivos de promoção de cuidados personalizados, voltados à autonomia e aos princípios das diretrizes nacionais de saúde mental.

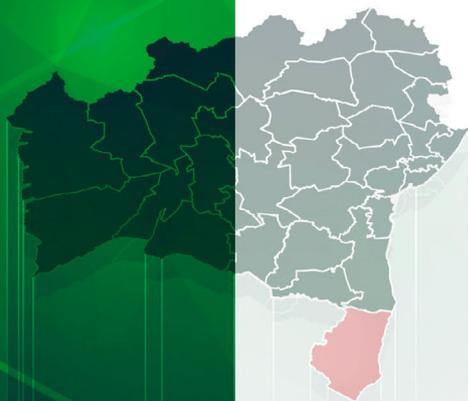
Todos os participantes do estudo utilizam medicamentos prescritos no CAPS e valorizam esta prática. Entendem que o medicamento evita as crises.

Lia revelou que usa medicamento no CAPS II de Porto Seguro e que o uso destes o impede de ter um ataque. Refere que a partir de que começou a tomar nunca mais teve uma crise. O medicamento contribui com uma sensação de controle.

Para Pablo, o CAPS II de Porto Seguro o ajuda em relação aos medicamentos e considera que seu transtorno mental não tem cura e esta certeza foi colocada pelos médicos que o acompanham. A forma de se manter “controlado” é tomando o medicamento, pois assim “se sente mais aceitável”. Ele reconhece assim, que a doença mental constitui um estigma e que a medicação possibilita manter um transtorno sob controle, evitando que o estigma seja reconhecido.

Eu acho que o CAPS tem ajudado muito... em questão dos remédios que eu tomo, mantem a paliativa né, nós sabemos disso, segundo o que os médicos falam, ai eu tento tomar, tento não, tomo esses remédios e eu me sinto mais aceitável na comunidade. (Pablo)

## SUMÁRIO



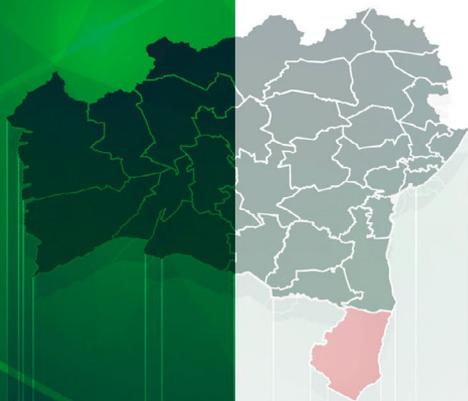
Caio colocou que frequenta o CAPS em virtude do medicamento, que sem estes não iria aos serviços. O que nos chama atenção nesta fala é a possibilidade do serviço para ele ter esta função exclusiva e tão distante do que é preconizado nas políticas públicas de saúde mental, que perpassa pelo cuidado humanizado e integral (BRASIL, 2011).

O CAPS ajuda[...] mais por causa do remédio, se não tivesse os remédios aqui no CAPS eu não vinha, né? Porque [...] eu tomo esses remédios há muitos anos, aí muitas vezes se não tivesse remédio eu não vinha aqui pro CAPS, porque [...] muitas vezes atrapalha, atrapalha até eu, eu passar o meu dia tranquilo. (Caio)

Tadeu afirma que não pode parar de tomar o medicamento e que não consegue mais trabalhar em virtude do uso dos fármacos. Entendemos que este tipo de discurso do usuário deve ser percebido com atenção pela equipe multiprofissional. “Eu tomo remédio... eu não posso parar de tomar mais esses remédios e eu não tenho mais força para trabalhar, esse remédio tira a opção (trabalho) da gente” (Tadeu).

Neste caso, é reconhecido um efeito colateral negativo do fármaco. Se para outros participantes a medicação significa uma possibilidade de controle de si mesmo e de aceitação, para Tadeu implica na limitação de uma atividade central para sua vida; é o custo a pagar para evitar as crises.

O tratamento medicamentoso da doença mental tomou cada vez mais força durante o século XX e predomina na contemporaneidade. Apesar de ser necessário em muitos casos, sua utilização deve ser avaliada caso a caso, considerando seus benefícios e efeitos colaterais. Alguns autores tem questionado a redução do sujeito a sua dimensão neuroquímica (ROSE, 2013, p. 68), compreensão ontológica que deriva no uso indiscriminado de medicamentos psiquiátricos, desconsiderando outras estratégias de tratamento.



Outro aspecto a ser observado é de que modo a medicação pode objetivar a eliminação do sintoma a tudo custo, desconsiderando o bem-estar pessoal do sujeito e a possibilidade de respeito e valorização de subjetividades distintas e variadas. Neste ponto, a medicação apontaria predominantemente à normalização e das condutas e comportamentos considerados desviantes ou anormais, trata-se da eliminação das diferenças.

Vale a pena questionar, por tanto, qual o lugar da medicação como estratégia de cuidado nos distintos dispositivos da estratégia de saúde mental e de que modo sua utilização se relaciona com outras possibilidades de tratamento, ao mesmo tempo que o lugar do sujeito nas decisões tomadas em cada plano terapêutico.

As pessoas que frequentam os CAPS usualmente requerem medicalização. No entanto, a política pública de cuidado em saúde mental não se limita ao uso de fármacos; questiona-se então sua utilização como estratégia exclusiva, central e sintomática, quando ela própria tenta reduzir o sujeito a sua dimensão orgânica ou quando a medicação interfere com os direitos do usuário e o exercício da sua cidadania como sujeito autônomo.

## AS EXPERIÊNCIAS DE INTERNAÇÃO PSQUIÁTRICA

Os usuários entrevistados fizeram relatos sobre o período em que estiveram internados em hospitais psiquiátricos antes de frequentarem o CAPS II de Porto Seguro. Apenas a entrevistada Lia não passou por essa experiência. Os relatos dos participantes descrevem momentos de sofrimento nessas instituições que, para Basaglia (1985), são locais causadores que produzem danos nos sujeitos, por serem norteados pelo autoritarismo e métodos coercitivos.



Os entrevistados relatam experiências de maus-tratos durante as internações nos hospitais psiquiátricos. O primeiro tipo de experiência que os participantes compreendem como maus-tratos durante suas internações nos hospitais psiquiátricos é o excesso de medicação limitava sua capacidade de movimentos, inclusive os impedindo de se alimentar. A medicação, ao limitar ou suprimir o controle que uma pessoa tem do seu próprio corpo, a torna completamente vulnerável e dependente. Quando esse tipo de situação acontece contra a vontade do sujeito.

João foi internado duas vezes em Porto Alegre (RS) e informou que acabou perdendo o emprego por conta das crises, relata que foi muito difícil ficar “preso”:

Aí eu voltei pra cá, eu fui internado, aí eu saí do hospital e voltei a trabalhar, aí eu surtei de novo e não teve o que fazer, me mandaram embora, fui internado pela segunda vez na Clínica São Pedro lá em Porto Alegre. Foi muito difícil ficar preso, lá era muito ruim, me tratavam mal, eram violentos, não me deixavam livre me controlavam todo o tempo e tomava remédio demais da conta. (João)

Amarante (2007) afirma que os maus-tratos exercidos nos hospitais psiquiátricos, destituem o sujeito da sua cidadania e atentam contra sua dignidade. Destituído da sua autonomia, no depoimento de João torna-se evidente que para ele o hospital é uma prisão onde é violentado e submetido.

Para Pablo, o hospital também é um presídio: “... Eu acho melhor aqui, que aqui não tem presídio né? Lá tinha presídio, trancado no cadeado por fora e o portão era quase de ferro lá” (Pablo).

Os hospitais psiquiátricos podem ser caracterizados como instituições totais (GOFFMAN, 1961). Tais instituições possuem certas características comuns, como a ruptura com o mundo externo, atividades realizadas em grupo e no mesmo horário, uma política de extrema vigilância e imposição de uma lei rígida.



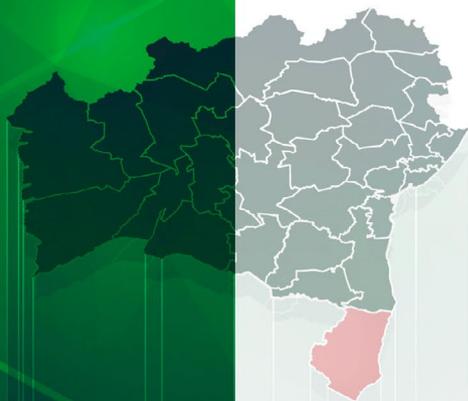
Contra esse tipo de práticas dispensadas nas instituições denunciadas por Goffman (1961), o movimento antimanicomial propõe transformações no cuidados das pessoas diagnosticadas com transtornos mentais, objetivando um tratamento digno que, ao em vez de limitar, promovesse o exercício da sua cidadania.

Ao descrever o hospital psiquiátrico como um presídio, como uma instituição que corta a liberdade, Pablo o compara com o CAPS, onde se sente livre sem portões trancados. Neste sentido, o CAPS, apoiado na Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, visa e deve proteger os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os participantes destacam o CAPS como um potencializador de direitos, valorizando a importância deste equipamento em suas vidas. Comparando com suas experiências de internação psiquiátrica, reconhecem no manicômio práticas orientadas a limitar e cercar sua liberdade, enquanto reconhecem no CAPS um dispositivo que respeita e valoriza sua autonomia. Descreveram um vínculo estreito com a unidade, alguns colocando o serviço como sua casa, destacando a significação afetiva que o CAPS possui nas suas vidas. Esse vínculo institucional deve ser avaliado de modo que não favoreça a construção de formas de dependência que possam interferir no fortalecimento da autonomia.

As práticas dos hospitais psiquiátricos são interpretadas pelos usuários como formas de mal-tratos orientadas a causar dano e limitar os próprios direitos. Tais práticas ferem a dignidade dos sujeitos e limitam suas possibilidades de construir relações baseadas no respeito e na autonomia.



A respeito da medicalização, devemos estar atentos para não centralizar o cuidado no fármaco e a associação do remédio como única (ou principal) estratégia de acompanhamento. Ao falar sobre o hospital psiquiátrico, os entrevistados reiteram o uso desenfreado de medicamentos. O uso de fármacos é um fator central no acompanhamento de pessoas que necessitam de cuidado em saúde mental. No entanto, na perspectiva crítica foucaultiana, a medicação psiquiátrica visa um processo de normalização que surge como estratégia de exercício de poder sobre os indivíduos com objetivo que estes se adequem a padrões estabelecidos.

Por fim, compreendemos que a política pública de saúde mental está em permanente construção, mas que os usuários preferem estratégias de cuidado que visem pelo respeito da dignidade, a liberdade, ao mesmo tempo que favoreçam o fortalecimento de vínculos, familiares e comunitários, como preconizado pela política pública de saúde mental (BRASIL, 2004). Considerando a singularidade de cada caso, as estratégias de cuidado em saúde mental devem incluir práticas sociais orientadas ao fortalecimento da autonomia, não se limitando a terapias dentro dos dispositivos de tratamento, mas estimulando e acompanhando processos de inserção sociais e criação de vínculos em distintos âmbitos, como familiar, educacional e laboral.

Mesmo com a expressão positiva dos usuários em relação ao acompanhamento em saúde mental via CAPS, faz-se necessário ainda, na atualidade, que o modelo substitutivo se reafirme, visto que o hospital psiquiátrico sobrevive e se fortalece por meio da política públicas em saúde mental defendidas pelo atual governo, que ameaça os avanços conseguidos pela Reforma Psiquiátrica.

## SUMÁRIO



## REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: FIO-CRUZ; 2007.

BARRETO, S. M. G. O. *Processo de inclusão social dos portadores de transtornos mentais: discursos e práticas em um CAPS*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2009.

BASAGLIA, F. *A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico*. Heloisa Jahn. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL. *Portaria 336, de 19 de Fevereiro de 2002*. Disponível em: < <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-336.htm>. >. Acesso em: Agosto de 2020

BRASIL. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.

BRASIL. *Manual de Estrutura Física dos Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento: Orientações para Elaboração de Projetos de Construção de CAPS e de UA como lugares da Atenção Psicossocial nos territórios*. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CIRILO, L. S.; OLIVEIRA FILHO, P. de. Discursos de usuários de um centro de atenção psicossocial-CAPS e de seus familiares. *Psicol. cienc. prof.* Brasília, v. 28. Rev Esc Enferm. São Paulo: USP, 2009.

CORREDOR-ÁLVAREZ, F.; ÍÑIGUEZ-RUEDA, L. La foto-provocación como método. Su aplicación en un estudio de la autonomía en personas con diagnóstico de Trastorno Mental Severo. In.: *Revista de Metodología de las Ciencias Sociales*, núm. 35 EMPIRIA, abril 2016, pp. 175-204.

FERRAZZA, D. A.; ROCHA, L. C.; LUZIO, C. A. *Medicalização em um serviço público de saúde mental: um estudo sobre a prescrição de psicofármacos*. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 255-265, jul. 2013.

FOUCAULT, M (1975 d). *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

HONNETH, A. *Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed.34, 2003.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

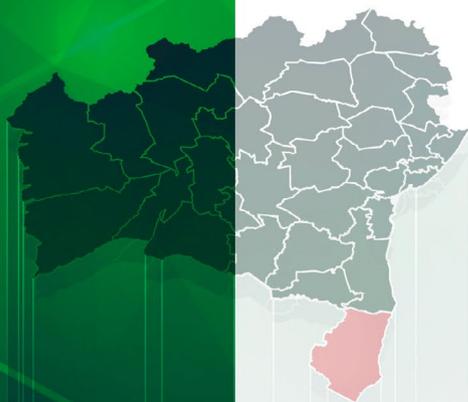


PEREIRA, M. A. O. *A reabilitação psicossocial no atendimento em saúde mental: estratégias em construção*. In: Revista Latino-Americana de Enfermagem. Disponível em: < [https://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n4/pt\\_v15n4a21.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n4/pt_v15n4a21.pdf) >. Acesso em: Agosto de 2020.

ROSE, N. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.

ROTELLI F. (2001). *A instituição inventada*. In: Nicácio, Fernanda (org.). *Desinstitucionalização* (2ª edição). São Paulo: Hucitec.

## SUMÁRIO



Parte

2

RETRATOS  
E DIÁLOGOS  
EM GESTÃO  
E SEGURANÇA  
PÚBLICA

# 6

*Henika Priscila Lima Silva  
Raimundo Magalhães  
Herbert Toledo Martins  
Dhanyane Alves Castro*

## **CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA?** Discussões em torno da vitimização e determinantes sociais da violência em municípios do Extremo Sul da Bahia

## INTRODUÇÃO

A crise sanitária imposta pela pandemia da COVID-19 fez surgir um turbilhão de sentimentos na população mundial, além de precipitar nos brasileiros a revolta por uma crise política na condução da pandemia. A situação solicitou um isolamento social que trouxe impactos não apenas na economia ou na sociedade, mas também na saúde mental, no estilo de vida, na sensação de segurança e no bem-estar dos indivíduos. Concomitante à crise econômica em desenvolvimento e o consequente estresse social inerente a este cenário, vislumbra-se para um futuro próximo aumento nas taxas de criminalidade e maiores possibilidades de vitimização de diferentes grupos populacionais.

A mídia mundial tem contribuído no reconhecimento dos reflexos de uma sociedade violenta, seja através da exposição de guerras e o sofrimento de suas vítimas e familiares, terrorismo, abuso direto a diferentes grupos populacionais e tantos outros exemplos de violência que se possa pensar. Tudo facilmente televisionado e de acesso *on-line*, trata-se da violência globalizada e, até mesmo, banalizada. Apesar de existirem diferentes formas de violência, na imprensa, o crime tem sido a problemática privilegiada (ADORNO, 1995). Os reflexos da exposição das diferentes formas de violência no mundo nos fazem pensar nas repercussões sistêmicas da violência. O fato é que esta dinâmica contribui para a elaboração de representações de medo e insegurança e alimentam diversas outras consequências que remontam um complexo cenário em torno deste fenômeno.

A violência é um fenômeno que se manifesta de diferentes formas e que sempre esteve presente na sociedade. É fato que os cenários sócio-histórico e político influenciam nas representações que construímos sobre a violência, pois ações que hoje julgamos de extrema violência não eram julgadas assim em outra época. Todos os fatos aqui expostos levam para o que hoje muitos denominam de “novo nor-



mal". Nem tão novo e normal assim, mas escancaram um assistencialismo frágil que está longe de atingir o nível da garantia dos direitos.

Em 2005, Sobrinho e Inojosa fizeram uma afirmação em um de seus estudos que leva à compreensão do que o mundo e, mais precisamente o Brasil, verá no período pós-pandemia, quando a poeira da desigualdade deixar suas marcas e o rastro do sofrimento social se fizer visível:

A produção da desigualdade aprofunda-se tanto na relação entre países como no âmbito dos Estados, especialmente nos países mantidos na periferia do sistema capitalista. Grande parcela da população mundial está imersa em uma espiral de perdas, vulnerável à desfiliação social, limite do desamparo e da ausência de solidariedade [...]. Esse estado de injustiça e de ruptura social é a usina da violência, desde os conflitos armados entre nações e povos até a violência doméstica. Fonte e lago de sofrimento social e individual causa e consequência, a violência está esfacelando os vínculos sociais fragilizados pelas outras perdas vividas pela sociedade. (SOBRINHO; INOJOSA, 2005, p.281)

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020) alertou para algumas das consequências da pandemia, como o aumento da angústia, ansiedade e depressão, especialmente, somadas às questões de violência, transtornos por consumo de álcool, abuso de substâncias, sentimento de perda e suicídio. Um aspecto importante é que o isolamento social acionou o contato intenso entre os membros da família e exacerbou muitos dos conflitos familiares já existentes, obrigando agredidos a permanecerem em convivência com seus agressores no seu lar, por um período mais prolongado. O resultado foi aumento no número de casos de feminicídio, agressões diversas contra crianças, idosos e adolescentes (BRASIL, 2020).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o Brasil contabilizou em junho de 2020 o total de 13,8 milhões desempregados, cerca de 3,6 milhões a mais que o registrado em 2019. A maior taxa de desemprego foi registrada no Nordeste (17,3%),

## SUMÁRIO



SUMÁRIO



seguida por Norte (15,1%) e Sudeste (14,2%). Na mesma pesquisa, o IBGE informou que a taxa de desemprego foi maior entre as mulheres, de cor preta ou parda, mais jovens e com nível de escolaridade reduzido. Trata-se da exata configuração do público que frequentemente aparece nas estatísticas como os mais vitimados.

No que diz respeito ao contágio por coronavírus no Estado da Bahia, os números expostos pela Secretaria de Saúde do Estado mostram que a Região Extremo Sul ficou em destaque nos primeiros meses de 2021 apresentando uma taxa de mortalidade por coronavírus de 45%, superior à média do Estado (SESAB, 2021). O que se sabe é que antes mesmo da pandemia a estrutura de saúde da Região Extremo Sul, assim como outras regiões do Brasil, mostrava-se frágil e não suficiente para cobrir 100% das necessidades de saúde dos seus municípios.

Não só o panorama da mortalidade pela covid-19, mas também os registros de inúmeras pesquisas realizadas no território brasileiro, nos mostra que cada Região tem o seu macrossistema próprio, que vai afetar de diferentes maneiras o custo moral e de oportunidades dos seus residentes. A literatura tem relatado a possível associação das altas taxas de criminalidade com diversos fatores, dentre os quais podem ser citados: o processo de urbanização, desigualdades econômicas, tráfico de drogas, impessoalidade das relações, mudanças na estrutura familiar, fácil acesso a armas de fogo, violência policial, estresse social, entre outros (SINGULANE *et al.*, 2016).

Em se tratando dos números da violência no Estado da Bahia, a Tabela 1 mostra a magnitude da mortalidade por causas violentas em alguns municípios baianos. Chamamos atenção para os municípios de Porto Seguro, Eunápolis e Teixeira de Freitas que, nesta ordem, recebem destaque entre os municípios mais violentos da Bahia:

**Tabela 1 - Taxa estimada de homicídios  
a cada 100 mil habitantes em 2017.**

Município	RF*	Taxa	Nº de Homicídios
Simões Filho	4º	119,9	156
<b>Porto Seguro</b>	<b>7º</b>	<b>101,6</b>	147
Lauro de Freitas	9º	99	187
Camaçari	<b>10º</b>	98,1	285
<b>Eunápolis</b>	20º	<b>82,8</b>	86
Ilhéus		78,6	126
Jequié		72,8	111
Feira de Santana		71,4	224
<b>Teixeira de Freitas</b>		<b>69,8</b>	94
Santo Antônio de Jesus		69,3	70
Salvador		63,5	1763
Itabuna		61,9	133
Vitória da Conquista		61,1	203
Juazeiro		60,6	129
Alagoinhas		59,4	88
Barreiras		50,6	61
Paulo Afonso		44,5	49

Fonte: Ipea (Atlas da Violência 2019).

\*Ranking Federal dos vinte municípios mais violentos do Brasil, onde cinco municípios baianos ganham destaque.

Apesar de existirem diversas fontes de dados sobre a mortalidade nacional e regional, não é conhecida uma fonte que integre todos estes dados que, quando comparados, parecem tão discrepantes. Portanto, não temos como discordar de uma “cifra oculta”, ou seja, crimes que não são registrados e/ou não são sequer conhecidos. É diante de um cenário como este de subnotificação que as pesquisas de vitimização surgem como alternativa de esclarecer o que está oculto, de medir o nível de criminalidade diretamente com as pessoas, de

## SUMÁRIO

forma a entender os motivos pelos quais os eventos que vitimizam a população não foram relatados e/ou registrados (KHAN, 2002). Sendo assim, as pesquisas de vitimização têm por objetivo medir o crime e estimar com maior precisão o perfil das vítimas, as condições sociais e físicas que podem se relacionar de alguma forma com a ocorrência criminal (CASTRO; SILVEIRA, 2018).

Como visto na tabela 1, os municípios de Porto Seguro, Eunápolis e Teixeira de Freitas apresentam taxas elevadas de criminalidade violenta, porém não é conhecido nenhum tipo de pesquisa que apresente um diagnóstico situacional científico de vitimização dos cidadãos de cada um desses municípios. De forma abrangente, o Mapa da Violência produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública é uma das fontes nacionais mais acessadas para a visualização da criminalidade local e regional. No âmbito da saúde, o DATASUS consegue abranger as diversas formas de mortalidade de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), configurando-se, portanto, como uma das fontes mais confiáveis, uma vez que tem como base a declaração de óbito. Porém, existe importante atraso na atualização das informações do DATASUS. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) traz inúmeros dados populacionais que permitem importantes comparações e norteiam planejamentos em diferentes esferas. No entanto, é preciso ressaltar que o último censo brasileiro ocorreu em 2010 e os dados fornecidos pelo IBGE baseiam-se em estimativas populacionais, ou seja, não refletem a realidade dos diferentes espaços, reforçando as justificativas para a realização de pesquisas que possam confrontar mais claramente esses dados com aqueles encontrados em uma pesquisa local de vitimização.

Nesta perspectiva, enquanto moradores, trabalhadores, pesquisadores e cidadãos da Região Extremo Sul da Bahia, pretendemos colaborar com as possibilidades de “reconstrução” de um território pós-pandemia, expondo um cenário parcialmente desconhecido em

torno da vitimização, criminalidade e segurança pública loco-regional, a fim de contribuir com as estatísticas oficiais e com os planejamentos em saúde, assistência social e, sobretudo, em segurança pública. O intuito, portanto, é através de um diagnóstico situacional, agir no sentido de conter a avassaladora onda de criminalidade e desassistência já presente e discutir em uma perspectiva social o que com o advento da pandemia tornou-se uma espécie de “longa gestação de alto risco”.

## FOCO NO EXTREMO SUL DA BAHIA: ESCOLHAS TEÓRICO METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE.

O Estado da Bahia possui uma área de 567.295,3 km<sup>2</sup>, é constituído atualmente por 15 regiões econômicas e 417 municípios. Do ponto de vista da saúde, existem 31 Diretorias Regionais de Saúde (DIRES), 13 Macrorregiões, 32 Microrregiões e 127 módulos assistenciais (SESAB, 2007; IBGE, 2010). A Bahia conta com um total de 14.930.634 habitantes, já a Região Extremo Sul é composta por 21 municípios, mais de 800 mil habitantes (IBGE, 2019) e três municípios referência: Teixeira de Freitas, Porto Seguro e Eunápolis. A Tabela a seguir traz o número de habitantes por cada um dos 21 municípios do Extremo Sul da Bahia, divididos em zona urbana e rural, de acordo com estudos a partir do último censo brasileiro.

**Tabela 2 - Número de habitantes por cada um dos 21 municípios do Extremo Sul da Bahia, divididos em zona urbana e rural, Brasil, 2020.**

MUNICÍPIOS	Total de Habitantes	Habitantes zona urbana	Habitantes zona rural
Alcobaça	22.470	10.506	9.333



SUMÁRIO

Belmonte	23.328	11.539	9.940
Caravelas	22.016	11.583	9.567
<b>Eunápolis</b>	<b>113.380</b>	<b>87.875</b>	<b>6.109</b>
Guaratinga	20.843	10.239	12.382
Ibirapuã	8.637	3.988	3.546
Itabela	30.584	19.742	6.079
Itagimirim	6.869	5.680	1.369
Itamaraju	64.486	50.021	15.306
Itanhém	19.405	14.088	6.548
Itapebi	10.259	9.551	1.969
Jucuruçu	9.126	1.879	8.720
Lajedão	3.955	2.052	1.417
Medeiros Neto	22.688	16.589	5.277
Mucuri	41.748	24.256	8.887
Nova Viçosa	43.376	27.108	7.515
<b>Porto Seguro</b>	<b>148.686</b>	<b>95.814</b>	<b>18.645</b>
Prado	28.174	14.758	10.671
Santa Cruz Cabrália	27.778	17.768	7.342
<b>Teixeira de Freitas</b>	<b>160.487</b>	<b>110.084</b>	<b>8.618</b>
Veredas	6.205	1.584	5.589
<b>Total de Habitantes</b>	<b>834.500*</b>	<b>546.704</b>	<b>164.829</b>

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatística dos municípios baianos. Salvador: SEI (2010).

\*Projeção para 2020, retirado do site cidade.org.

A Região do Extremo Sul da Bahia vem passando desde a década de 1970 com a abertura da BR 101 e, posteriormente, com a implantação das indústrias de papel e celulose, por inúmeras transformações espaciais e socioeconômicas. Os investimentos levaram a mudanças importantes no Produto Interno Bruto (PIB) em todos os municípios do Extremo Sul (SILVA, 2012; ALMEIDA *et al.*, 2008).

## SUMÁRIO

Entretanto, nem todas as transformações ocorridas geraram efeitos positivos. Em trabalho de campo no município de Teixeira de Freitas, Fontes (2007) elencou alguns resultados negativos da interferência da indústria de papel e celulose na região do Extremo Sul da Bahia, como por exemplo, o êxodo rural, o surgimento de favelas, o crescimento da miséria, a violência e criminalidade, o aumento da incidência de doenças infectocontagiosas e a ameaça à atividade pesqueira e ao veraneio à beira mar. Essa série de consequências certamente geraram algum nível de desorganização/estresse socioespacial com a oferta de empregos temporários (CERQUEIRA NETO, 2012). O Ministério da Justiça em 2017 divulgou dados importantes sobre o índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) que intensificaram as discussões. Segundo a pesquisa, o município de Eunápolis encontrava-se em 4º lugar no ranking nacional de vulnerabilidade juvenil à violência (0,572-muito alta), seguido por Teixeira de Freitas em 7º lugar (0,546-muito alta) e Porto Seguro no 44º lugar, com IVJ considerado alto (BRASIL, 2017).

A experiência enquanto integrantes do Grupo de Pesquisa em Conflitos e Segurança Social – GPECS/UFSB forneceu ferramentas importantes para a condução de uma pesquisa de vitimização neste momento singular da humanidade. O GPECS em 2012 realizou uma pesquisa de vitimização com o intuito de coletar informações e dados mais próximos à realidade da população de Feira de Santana e, com isso, apontar possíveis ações para a prevenção da violência e criminalidade com foco no cidadão. Para a pesquisa citada o GPECS entrevistou cerca de 630 pessoas, com diferentes graus de escolaridade e condições econômicas, através da elaboração de um instrumento de pesquisa rico e adaptado àquela população, fruto de uma ampla busca na literatura científica sobre as pesquisas de vitimização realizadas no Brasil e no mundo.

A metodologia, os instrumentos de coleta de dados e as informações construídas para o projeto do GPECS (2012) juntamente com os dados obtidos da Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre

profissionais do sistema de segurança pública apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, em convênio com a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado da Bahia (2012), serviram de subsídios e nortearam a construção deste projeto. Trata-se da realização de uma pesquisa de vitimização no município de Teixeira de Freitas, o maior município do Extremo Sul. A lógica metodológica para a coleta dos dados será semelhante às demais pesquisas de vitimização realizadas no Brasil, ou seja, um survey a partir de um plano amostral traçado sobre o reconhecimento dos setores censitários fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Neste ínterim, Teixeira de Freitas possui 254 setores censitários distribuídos em dois distritos: Sede (a própria cidade) e Cachoeira do Mato, conforme pode ser visto na Tabela 3.

**Tabela 3 - Distribuição dos setores censitários do Município de Teixeira de Freitas.**

Quantitativo no Distrito de Teixeira de Freitas:	Quantitativo no Distrito de Cachoeira do mato:
- 219 áreas urbanas de alta densidade	- 2 áreas urbanas de alta densidade
- 10 áreas urbanas de baixa densidade	- 10 povoados
- 2 povoados	- 8 áreas rurais
- 3 áreas rurais	--

Fonte: IBGE (2020).

Áreas urbanas de alta densidade são áreas urbanizadas da cidade (que possuem arruamentos, moradias etc.). Áreas urbanas de baixa densidade estão nas proximidades da área urbana. São áreas urbanas por causa das leis de perímetro urbano dos municípios, mas possuem características de áreas rurais. No Distrito de Cachoeira do Mato, há duas áreas urbanas de alta densidade, no entanto todo o distrito possui característica de povoado.

Para tanto, foram mantidos apenas os setores censitários considerados urbanos de alta densidade (n= 219) para nortear o cálculo amostral. Sendo assim, baseando-se em outras pesquisas de vitimi-

SUMÁRIO

zação realizadas no Brasil, busca-se uma investigação domiciliar que contemple pelo menos 4000 mil respondentes dos setores censitários urbanos. Este número possibilitará melhor cobertura territorial, representando a realidade sociodemográfica e econômica do município, além de garantir uma boa qualidade de pesquisa estatística. A fase seguinte será de seleção aleatória dos domicílios dentro dos setores censitários e abordagem dos moradores para apresentação dos objetivos da pesquisa e leitura do termo de consentimento livre e esclarecido que, uma vez aceito, o participante receberá um código e, através deste, poderá acessar o formulário de pesquisa. Serão ainda coletadas informações de contato telefônico dos indivíduos abordados para possibilitar que os pesquisadores entrem em contato a fim de estimular e orientar o acesso ao formulário.

O formulário de pesquisa foi produzido através do *SurveyMonkey* e trata a vitimização sob diferentes aspectos, como: características sociodemográficas dos indivíduos pesquisados, hábitos de vida, comportamentos durante a pandemia, dados sobre o crime e o agressor, dados sobre bairro e vizinhança, sobre medo do crime, relação da vítima com o agressor, gravidade da agressão, se o crime foi comunicado ou não à polícia e os motivos para tanto, bem como os desdobramentos do crime. O desenvolvimento deste survey de vitimização em Teixeira de Freitas será, sem dúvida, um grande salto no entendimento da criminalidade local, um diagnóstico científico que servirá como norte para possíveis soluções e prevenção da violência e criminalidade com foco no cidadão.

A própria situação sanitária atual devido à pandemia juntamente com todos os desafios inerentes a uma pesquisa de vitimização (tempo, recursos financeiros e humanos, treinamentos e deslocamentos) impedem, neste momento, de realizar um *survey* de vitimização também nos municípios de Porto Seguro e Eunápolis para, assim, compor um cenário regional. Os resultados da pesquisa de vitimização em Teixeira Freitas serão passíveis de expor apenas um cenário municipal da

SUMÁRIO

criminalidade, porém abrirá portas para as discussões em torno das “cifras ocultas” regionais, ou seja, sobre os crimes que não chegam até a polícia ou não são registrados. Não obstante, está sendo realizado o levantamento dos determinantes sociais e taxas de mortalidade por homicídio (máxima expressão da violência) para os municípios de Porto Seguro e Eunápolis a partir dos dados disponibilizados pelos Sistemas de Informação (SIM, IBGE, IPEA, SSP/BA) no que diz respeito ao perfil das vítimas e taxas de criminalidade. A proposta é possibilitar tecer discussões em uma perspectiva social sobre os entraves dos sistemas de notificação e, especialmente, mostrar a necessidade do estabelecimento de um sistema de pesquisa de vitimização, regular e amplo de maneira a se estender aos outros municípios do Extremo Sul.

Pesquisas de vitimização não são descoladas de uma discussão teórica sobre o fenômeno da criminalidade violenta. Frequentemente, ao se falar em violência emerge no imaginário dos brasileiros as representações criadas em torno dos jovens-homens-negros, moradores de bairros populares ou a vulnerabilidade das mulheres. Apesar de ser um tema amplamente tratado pela mídia nacional, por estudiosos de diversas áreas, a centralidade do tema “violência e criminalidade” tem o seu discurso voltado para a desigualdade de classes. Neste rol, ao se fazer um levantamento sobre as pesquisas que tratam da violência e criminalidade, veremos que existe uma densa produção que descreve as características sociais, demográficas e elencam fatores estatísticos determinantes existentes nas suas diversas dimensões (FIGUEIREDO *et al.*, 2021; ARAÚJO; CHAGAS, 2020; SILVA *et al.* 2012).

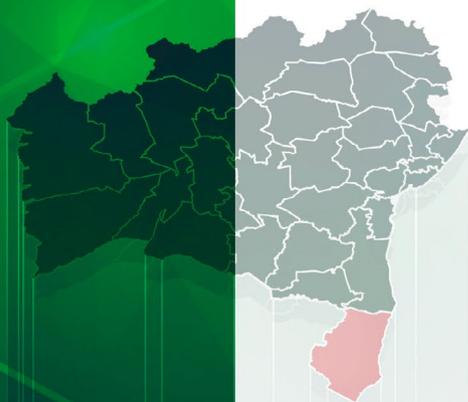
Existem inúmeras vertentes teóricas explicativas para as causas da criminalidade e que informam as pesquisas de vitimização: a) desorganização social que trata a criminalidade como resultado de ações indesejáveis das relações existentes entre os agentes de comunidades locais; b) o estilo de vida que relaciona a criminalidade com os hábitos e a rotina de vida das pessoas; c) a teoria do aprendizado social, que explica o crime como algo que se aprende com as influências do

meio social, com a família, os grupos de amizade e a comunidade são fundamentais; d) a teoria do controle social que busca compreender as causas do indivíduo se privar de cometer um crime, d) teoria do autocontrole, elucidada o comportamento irregular diferenciado de um indivíduo decorrente da falta de mecanismos psicológicos de autocontrole na infância; e) a teoria da anomia que trata a motivação da criminalidade como resultados da impossibilidade de o indivíduo alcançar metas-sucesso, sejam econômicas ou sociais e; f) a teoria interacional, que procura compreender a delinquência concomitantemente como causa e consequência de uma variedade de relações mútuas, desenvolvidas ao longo do tempo (BARCELLOS; PEREZ, 2009).

Diante de tantas alternativas teóricas explicativas, ressaltamos o fato de a pandemia ter direcionado pessoas de diferentes extratos sociais às situações de vulnerabilidades diversas. Muitos perderam vínculos trabalhistas, perderam a saúde mental e/ou física, sofreram com a perda dos sonhos em uma região que muito se movimenta através fluxo dos negócios e do turismo. Considerando a esfera macroeconômica, uma maior taxa de desocupação ocasiona aumentos na pobreza, maiores gastos governamentais, além de elevação no índice de criminalidade, visto que de acordo com a abordagem da escolha racional, um indivíduo desempregado encontra como opção o ato ilícito, assumindo o risco inerente ao ato criminoso, dependendo principalmente da probabilidade de sucesso ou não na atividade (ARAÚJO; ANTIGO, 2015).

Neste aspecto, as análises da *criminologia sociológica* dirigem o foco das investigações justamente para as causas sociais do crime, da origem das motivações, para a reação social ao crime e ao desvio e não para os atributos individuais que induzem ao crime (MAGALHÃES, 2004, p. 34). Para possibilitar que esta unidade de análise fosse realmente ressaltada como ponto de partida da investigação em torno do crime, seria preciso transformar a reação social em objeto de estudo e conduzir uma análise sustentada na teoria das “Abordagens das Ativi-

## SUMÁRIO

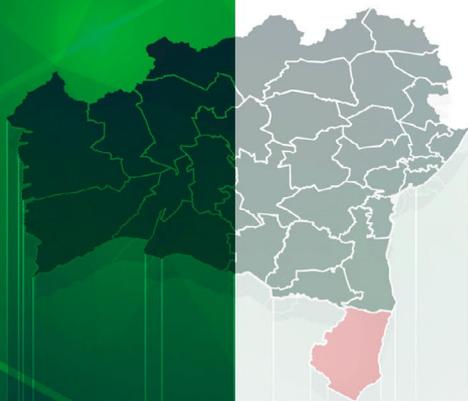


dades Rotineiras” (COHEN; FELSON, 1979). Desse modo, a pesquisa de vitimização é um importante instrumento que coloca a reação social ao crime como foco de investigação. Através de pesquisas de vitimização é possível conhecer com mais precisão o perfil das vítimas e os inúmeros fatores e indicadores que podem relacionar o meio social e físico ao crime (SILVA, 2017; CASTRO, 2015).

A hipótese de que existe uma associação entre os indicadores socioeconômicos e a violência vem sendo estudada há muitos anos por diversos pesquisadores. Nos estudos sobre os determinantes sociais dos homicídios no Estado da Bahia, ora iniciados no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia<sup>6</sup>, por exemplo, encontramos que as taxas padronizadas de mortalidade por homicídio e as variáveis socioeconômicas e demográficas apresentaram correlação estatisticamente significativa com a ocorrência de homicídios, com exceção dos indicadores Gini de renda, proporção de famílias com água de poço, com casa de taipa e famílias sem tratamento de água, taxa de analfabetismo e pessoas com menos de 15 anos sem instrução. Taxa de desemprego ( $r=0,6202$ ), grau de urbanização ( $r=0,7601$ ), proporção de famílias com água pública ( $r=0,5331$ ), com lixo coletado ( $r=0,8153$ ), sem energia ( $r=0,5508$ ) e população masculina em número absoluto ( $r=0,6028$ ) mostraram-se fortes e positivamente correlacionados com as taxas de homicídio (SILVA et al., 2012).

Nesta perspectiva, para efeitos dessa pesquisa avançamos a seguinte pergunta que orientará as análises da pesquisa em tela: *Seriam tais dados compatíveis com a realidade atual do município de Teixeira de Freitas? Como as variáveis socioeconômicas e demográficas associam-se com a violência neste e nos principais municípios do Ex-*

6 Dissertação de Mestrado “Homicídios no Estado da Bahia e seus Determinantes Socioeconômicos” desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em 2012.



*tremo sul? Quais informações adicionais uma pesquisa de vitimização, com uma nova proposta metodológica, é capaz de revelar?*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compartimentalização da violência reverberada em grande parte dos estudos científicos sobre o tema na atualidade vem arraigada no desenvolvimento histórico das ciências, que mostra como a intensificação das disjunções e separações dos campos do saber prejudicou a compreensão do fator humano como ser cultural, psicológico, biológico e físico, ou seja, de caráter multifacetado e complexo.

Analisar a criminalidade requer um olhar sobre diferentes ângulos com ênfase na observação da dinâmica local e na percepção dos moradores. Para tanto, realizar uma pesquisa que consiga captar as vivências e perspectivas sociais é de alto valor para os diferentes tipos de planejamentos necessários à ordem social. Aqui, buscaremos expor os resultados seguindo categorias de análise que, apesar das diferenças de abordagem, possam ser examinadas em todas as quatro situações: dinâmica interna da comunidade e de seus diferentes atores; atribuição dos fatores sociais associados aos crimes, expectativas sobre os órgãos de segurança e sensação de medo. Serão, portanto, três níveis de análise: o entrevistado, o setor censitário e as cidades.

A literatura tem relatado a possível associação das altas taxas de homicídios com diversos fatores, portanto, urge que pesquisas possam ser realizadas a fim de disponibilizar informações para que pesquisadores, gestores e agentes de segurança pública possam estudar, compreender e tratar o problema da violência especialmente durante e pós-pandemia.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, et al. Reorganização Socioeconômica no Extremo Sul da Bahia Decorrente da Introdução da Cultura do Eucalipto. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 5-18, dez. 2008.

ARAÚJO, F. A.; CHAGAS, C. A. N. Segurança pública, criminalidade, violência e (re)produção do espaço urbano: uma breve discussão sobre sua relação. *Formação (Online)*, v. 27, n. 51, p. 85-111, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6426/5770>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. *Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

CASTRO, D. A. *Medo e percepção de risco por violências intencionais e criminalidade em Feira de Santana/BA*. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. (Tese de Doutorado), 2015.

CASTRO, D. A.; SILVEIRA D. S. Avaliação e confiança nas Polícias: O que as definem em Feira de Santana/BA? *Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais | Vol. 1 – n. 2 – 2018*. p. 209-229.

CATÃO, Y. “Pesquisas de vitimização”. In: CERQUEIRA; LEMGRUBER; MUSUMECI (Org.). II ENCONTRO DO FÓRUM DE DEBATES SOBRE CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL. Rio de Janeiro: IPEA e CESEC/UCAM, 2000.

CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Três décadas de Eucalipto no Extremo Sul da Bahia*. São Paulo: GEOUSP – Espaço e Tempo, Nº 31, pp. 55 – 68, 2012.

COHEN, L. E.; FELSON, M. Social change and crime rate trends: a routine approach. *American Sociological Review*, n. 44, p. 588-608, 1979.

ESTATÍSTICAS SOCIAIS. In: IBGE. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30125-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-9-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-28-7-no-trimestre-encerrado-em-dezembro>>. Acesso em: dez.2020.

FIGUEIREDO, B. A. da S. *Coesão Social, Desordem Percebida e Vitimização*.2004.280f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.



SUMÁRIO

FIGUEIREDO, S. O. DE; SINCORÁ, L. A.; LEITE, M. C. DE O.; BRANDÃO, M. M. Fatores determinantes do controle da criminalidade em gestão de políticas de segurança pública. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 2, p. 438-458, 15 abr. 2021.

FONTES E. O. *Organização do espaço e desenvolvimento regional no Extremo Sul da Bahia: os segmentos produtivos da celulose e do turismo*. (Tese de Doutorado). Aracaju (SE): Universidade Federal de Sergipe; 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD): Justiça e vitimização*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>>. Acessado em: jan.2020.

MAGALHÃES, C. A.T. *Crime Sociologia e Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA (SESAB). *Relatório Final do Seminário Sobre Saúde e Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências no Estado da Bahia*. Salvador, 2007. Disponível em: < [www.saude.ba.gov.br](http://www.saude.ba.gov.br)>. Acesso em: dez. 2020.

SILVA, H. P. L. *Homicídios no Estado da Bahia e seus determinantes socioeconômicos*. 2012. 82 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2012.

SILVA, K. A. *Crimes Contra a Pessoa: Uma análise sociológica sobre relatos de experiências de vitimização*. In: ESTUDOS SOBRE VITIMIZAÇÃO / MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2017.

SINGULANE, B. A. R; SILVA, N. B.; SARTES, L. M. A. *Histórico e Fatores Associados à Criminalidade e Violência entre Dependentes de Crack*. *Psico-USF*. Itatiba, v. 21, n. 2, p. 395-407, 2016.



*Silvoney Silva Pena*  
*Roberto Muhájir Rahnemay Rabbani*

**REFLEXÕES SOBRE  
AS POLÍTICAS DE  
SEGURANÇA PÚBLICA E  
A POLÍCIA COMUNITÁRIA  
NO BRASIL**

## INTRODUÇÃO

As políticas de segurança pública têm sido objetos de estudo há algum tempo e sob diversas perspectivas. Com o crescimento da violência urbana e o aparecimento de organizações criminosas com autopoder de interferência na tessitura social, fenômeno melhor observável a partir da década de 1970, o Estado tem sido pressionado a estabelecer uma “sensação de segurança” que tranquilize os múltiplos setores da sociedade, do econômico ao cultural. É através das políticas de segurança pública que o Estado direciona suas instituições de maneira mais assertiva e segmentada.

Em linhas gerais, uma boa perspectiva histórica sobre políticas de segurança pública é considerar os Paradigmas de Segurança Pública. De acordo com Freire (2009), esse estudo apresenta três paradigmas que deram origem aos modelos de políticas de Segurança Pública na história brasileira. Ao se identificar os paradigmas de Segurança Pública elaborados em diferentes contextos e conjunturas políticas, é possível traçar um entendimento mais amplo das finalidades das políticas de segurança.

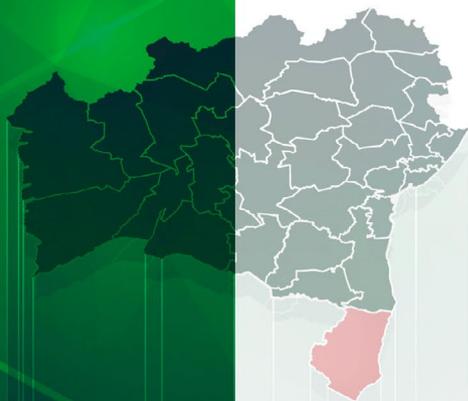
O primeiro paradigma foi o da Segurança Nacional, que compreende o período da ditadura militar (1964-1988). Considerando que os paradigmas são constituídos e formulados para dar conta de alguma questão ou problemática social dentro de um determinado campo ou segmento social, observa-se que, de acordo com Costa (2012), todo o cenário e estruturação que envolvia a Segurança Nacional entendia como meta a promoção da defesa nacional contra os “inimigos externo e interno”, ambos relacionados à ideologia comunista, logo, a defesa do Estado era a principal das medidas que manteriam a ordem política e social. O conceito de Defesa Nacional estava intimamente associado à defesa do Estado e este princípio foi expresso na primeira Constituição promulgada pelo regime militar, em 1967. A emenda



constitucional de 1969 acrescentou a esse princípio o destaque para as Forças Armadas, com o argumento de que eram essenciais à execução da política de Segurança Nacional, cabendo a estas promover a obtenção e a salvaguarda dos objetivos nacionais. Explica Mendes *et al.* (2008) que as Forças Nacionais, nesse contexto, emergiram como intérpretes da vontade nacional.

Posteriormente, com o fim da ditadura militar, entrou em vigor a Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, por assegurar uma série de direitos sociais, civis e políticos suprimidos no período antecedente. Nela, o paradigma de Segurança Pública passa a ser um dever do Estado e um direito de todo cidadão, através dos órgãos seguintes: Polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Civis, Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Ensina Freire (2009) que, nesta conjuntura, o papel das Forças Armadas é restrito a segurança e manutenção da ordem nacional e da garantia dos poderes constitucionais, em distinção do conceito anterior, no qual as Forças Armadas compunham o núcleo de um regime de governo.

O terceiro paradigma é o da Segurança Cidadã que emerge na América Latina, a partir da década de 1990, tendo como eixo central a instauração de políticas de prevenção e controle da violência em âmbito local. Acerca do conceito de Segurança Cidadã, no âmbito nacional, Lopes (2009) ensina que, em sentido amplo, constitui-se, em paralelo a “Cultura da Paz” – esse na esfera internacional – de propostas de inovações tecnológicas de convivência e tolerância associadas à paz. O modelo de Segurança Cidadã se configura a partir de um pressuposto que problematiza a violência enquanto problema social, no limite em que advoga ações preventivas por meio de políticas públicas a nível local. Deste modo, explica Freire (2009) que uma política pública pautada na Segurança Cidadã reconhece a causa da violência e da criminalidade por uma série de fatores e causalidades que ocasionam a sua perpetuação. A compreensão da necessidade da implementação de uma segurança pública cidadã e democrática passa, portanto, pelo

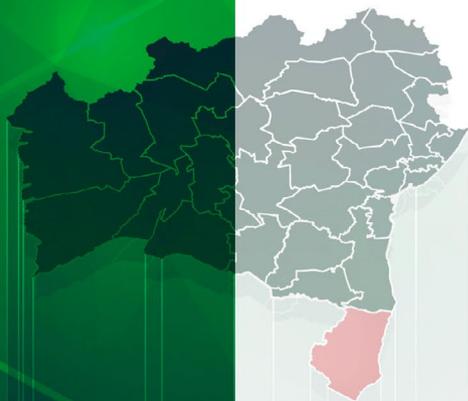


entendimento de que o aparato repressivo não é a resposta que possui o potencial de solucionar o problema da criminalidade, pois não ataca suas causas e somente suas consequências.

Neste novo modelo, é reconhecido o caráter eminentemente social que perpassa a questão da criminalidade e da violência. A questão é que, via de regra, a implementação de Políticas de Segurança Pública, segue uma lógica pautada na urgência de resposta política a uma demanda social, atropelando o tempo de maturação, de convênios e acordos de colaboração público-privada e interinstitucional, ocasionando uma deformidade no modelo adotado quando posto em prática na localidade fim dessas políticas. Neste trabalho serão abordados alguns modelos de aplicação de Políticas de Segurança Pública, quase sempre atrelados ao policiamento repressivo por parte das polícias militares.

## POLICIAMENTO COMUNITÁRIO COMO UMA PROPENSÃO MUNDIAL DE ENFRENTAMENTO A CRIMINALIDADE E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.

O aumento da criminalidade tornou-se um fenômeno global a partir da década de 1970. Nos Estados Unidos um trabalho revisionista das tendências do crime violento, no período de 1969 a 1982, mostrou um aumento considerável nos assassinatos (*murder*), homicídio culposo exceto negligente (*non negligent manslaughter*), assaltos com agravantes (*aggravated assault*) e roubo (*robbery*), atingiram 69% de aumento no período estudado, com uma leve queda de menos de 5% no início dos anos 1980 (WEINER, WOLFGANG, 1985). Aproximadamente no mesmo período na Inglaterra e no País de Gales existe um aumento de 68% na taxa de crimes, com um agravante para Londres



que registrou 80%, na Escócia duplicou o número de crimes relatados a polícia. Na Escandinávia, nos últimos 40 anos, os crimes contra o código penal triplicaram, com taxas maiores na Suécia e Dinamarca, baixa na Finlândia e muito baixa na Noruega (BALVIG, 1985).

Para enfrentar esse fenômeno social uma corrente ganhou força ao redor do mundo a partir da década de 1980: a prática de policiamento orientado para a comunidade, principalmente entre as democracias industriais. Conforme Bayley e Skolnick (2017), na Europa Ocidental, na América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e em parte do Oriente, o policiamento comunitário foi alçado ao patamar de solução dos problemas com o policiamento na sociedade moderna. Entretanto, essa filosofia ganhou muita fama e pouco consenso acerca do seu significado prático. Por não haver um protocolo, um alinhamento, ou mesmo uma definição geral, cada lugar adaptou as suas necessidades aquilo que viu como sendo uma polícia comunitária. Enquanto em alguns lugares houve mudanças inovadoras, em outros serviu apenas para rotular práticas de policiamento tradicionais.

Embora seja tão popular e tão vago, o termo Polícia Comunitária tem uma definição central: o público deve exercer um papel de coprodutor da segurança pública, juntamente com os órgãos policiais. Então, o desafio passou a ser a aproximação entre polícia e comunidade local, e o aumento da participação desta comunidade na manutenção da ordem pública. Como as unidades celulares urbanas são os bairros, o policiamento comunitário passou a se voltar para esses lugares comuns como área de atuação, prevenção e combate ao crime.

O programa Vigilância de Bairro, criado em 1970 nos Estados Unidos, foi um modelo de aplicabilidade do policiamento comunitário mais popular ao redor do mundo. Um dos objetivos desse programa é incutir um sentimento de identidade com o bairro, logo com a comunidade. Atuando assim, cada indivíduo membro da comunidade se sente também responsável em relação a sua própria segurança,



SUMÁRIO

cria-se uma responsabilidade coletiva. Entretanto, mesmo nos Estados Unidos, existem inúmeras variações para esse programa. Um dos fatores que contribui para isso nos Estados Unidos é a descentralização política e do sistema policial (BAYLEY; SKOLNICK, 2017). O programa de prevenção do crime mais extenso e ambicioso existente é o japonês, sendo o primeiro a ser testado no Brasil e será analisado adiante.

No Brasil a criação da Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP) em 1998, e dos Planos Nacionais de Segurança Pública a partir de 2000, colocaram o Governo Federal como protagonista, ao lado dos estados e municípios, na discursão e implementação da Segurança Pública e de suas políticas, além de fiscalizador dessas políticas, deveriam dialogar com os direitos humanos e processos de controle democrático, através de reformas organizacionais direcionadas a um novo pacto federativo (VASCONCELOS, 2015). É válido ressaltar que desde a década de 1990 o tema da violência e da atuação policial vinha sendo debatida no ambiente acadêmico, como nos encontros anuais da Agencia Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) com marco significativo no Simpósio: Experiências inovadoras e políticas de segurança Pública evento ocorrido em 1998 e financiado pela agenda de direitos humanos da Fundação Ford.

O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) projetou uma estrutura de governança das políticas de segurança pública, que visava a rearticulação e reaproximação entre os governos estaduais e trabalhos cooperativos entre políticas sociais e políticas de repressão, além da criação de cursos de especialização em segurança pública, que seriam mantidos e supervisionados pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), sequência de eventos que culminou na realização do 1º Concurso de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública, em 2004, parceria entre a ANPOCS e a SENASP.

O esforço de maior amplitude no sentido de identificar e sistematizar temáticas, preocupações e práticas relacionadas à questão

da segurança por parte do Estado brasileiro, ocorreu a partir de 2003, com a mudança de governo na esfera federal, primeiro governo Lula (2003-2006) e a partir do primeiro governo Dilma (2011-2014) há uma postura de desconexão da Segurança Pública na esfera federal em relação aos Estados, pois a presidenta acreditava ser esta a ordem a ser seguida, em consonância com a Constituição Federal (PENA, 2020). Assim, é possível analisar algumas experiências de políticas de segurança pública dentro dos Estados na última década.

## A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA KOBAN EM SÃO PAULO

Após governos ditatoriais, alguns países da América Latina passaram por um processo de redemocratização nas últimas décadas do século XX, e parte da filosofia de combate ao crime teria influência na nova conjectura de cada um deles. No Brasil, destaca-se a parceria entre o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), e o *Humam Rights Research and Education Center* da Universidade de Ottawa do Canada, um projeto de intercâmbio para troca de experiências, de participação da sociedade civil na formulação e implantação de políticas de controle da violência social e policial.

No início da década de 2000, começou no Estado de São Paulo uma parceria de cooperação técnica internacional entre a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP). Essa parceria se desenvolveria em três fases com implantações paulatinas, que consistiu na implementação de projetos piloto com base no Sistema *Koban*, sob a rubrica de Base Comunitária de Segurança (BCS). Em 2005, foram inseridos 08 postos na capital e 2008 encerrou a primeira fase com 54 postos em todo o estado (FERRAGI, 2011). Findada essa primeira etapa, a



PMESP foi credenciada como polo difusor, para estados do Brasil e mesmo para outros países da América Latina, América Central e África. A partir de 2008, novo acordo de cooperação técnica firmado entre a PMESP e a JICA correspondendo a segunda etapa do projeto que duraria até 2011.

Dessa vez, o objetivo era a difusão nas demais polícias militares dos estados. Para tanto, a SENASP também foi signatária do acordo, ficando com a incumbência de implantar o policiamento comunitário japonês nos estados, juntamente com a Associação Brasileira de Cooperação (ABC), que ficou com a incumbência de viabilizar relações com outros países da América Latina. Como produto desse acordo, foi formado policiais de 11 estados brasileiros e oficiais de 05 países da América Latina (ALVES, 2013).

Entretanto, por ser um país de dimensões continentais, formados por unidades federadas independentes quanto às suas forças policiais, as dificuldades de uma aplicação efetiva e prática são majoradas. No Amazonas, um dos estados componentes da formação do sistema *Koban*, por exemplo, não existem postos como aqueles concebidos pelo *Koban* original, nem o instituído em São Paulo, que ficou conhecido como "*Koban* Brasileiro", mas um tipo de delegacia integrada de polícias civil e militar conhecida como Companhias Interativas Comunitárias (CICOM). No Paraná, as Unidades Paraná Seguro (UPS) são instaladas em áreas de alto risco com carências de serviços público. Em sua maioria, são alocadas em contêineres. A estrutura conceitual do Paraná se aproxima da UPPs cariocas, se distanciando da filosofia *Koban* implementada em São Paulo. Nesses estados a ocupação de áreas críticas, no caso do Rio de Janeiro, os morros têm se mostrado ineficazes por "transferir" responsabilidades de outras áreas do setor público para a polícia, sobrecarregando um sistema de já sofre com alta demanda de objetivos. Sobre a função da UPP, assim está definida no relatório final do Estudo produzido sobre Polícia Comunitária no Brasil e países da América Latina de 2013:

## SUMÁRIO



As UPPs são delegacias criadas com foco na mudança de paradigma na composição do embate de forças: polícia versus organizações criminosas. Desenvolvem ações de policiamento comunitário, mantendo a proximidade à comunidade, envolvendo os demais setores do desenvolvimento social para desempenhar funções de educação, de saúde, aumento de renda, além da função de polícia (AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, 2013)

A estrutura física dos postos do *Koban* no Japão consiste em uma sala de recepção, uma sala de descanso e uma pequena cozinha. A estrutura compacta foi concebida para atuação em qualquer local possível (estações rodoviárias, *shoppings*, rodovias movimentadas, etc.) dentro do concorridíssimo espaço urbano japonês. Nas cidades do interior, de característica mais rural, o posto policial recebe o nome de *Chuzasho* e é a moradia fixa do policial e sua família, tendo uma sala de recepção para atendimento de ocorrências. É interessante atentar que esse modelo de policiamento no Japão não é usado para enfrentamento da criminalidade, mas sobretudo para prevenção e resolução de conflitos e pequenos delitos.

## SUMÁRIO

### COLÔMBIA E AS UPPS CARIOCAS: (DES)CONEXÃO DE MODELOS DE PACIFICAÇÃO.

A Colômbia tem um papel fundamental nas discussões sobre Segurança Pública na América Latina e no mundo. A explosão de violência que imperava na década de 1980 no país, associada a formação de carteis especializados em contrabando internacional de drogas ilícitas, imergiu no país em uma convulsão social de pânico e insegurança. Grupos de Guerrilheiros conveniados, grupos paramilitares, bandos de crime urbanos, esquadrões da morte causavam extorsões, sequestros,

desaparecimentos e assassinatos de líderes políticos (MEIJA, 2007). Como resposta, o governo colombiano respondia com as Forças Militares, ainda influenciada sob a doutrina da Guerra Fria, de um Estado forte militarmente, detentor da aplicabilidade legítima da violência em seu território.

A Colômbia implementou, em 2008, o Plano Colômbia que tinha por objetivo principais duas linhas de ações: 1) suprir carências básicas em áreas de baixo desenvolvimento social e econômico, 2) abrir um canal de negociações que permitisse um diálogo entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em busca de uma cultura de paz.

Em 1999 cedendo às pressões de grandes empresas petrolíferas que possuíam reservas na Colômbia (Texaco, OXY, Harken, Cevron, Global, Halliburton, Eron e BP) os Estados Unidos entraram no Plano Colômbia. Como consequência, as FARC foram excluídas do programa de diálogos em busca da paz (OLIVEIRA, 2014). A predominância da política estadunidense de combate ao terrorismo e ao Narcotráfico em países produtores e exportadores como a Colômbia, reduziu o Programa a um combate ao plantio de coca com forte aparato militar e repressão aos Direitos Humanos. Isso foi mais intensificado a partir da coalisão Álvaro Uribe, eleito em 2002, e George W. Bush, presidente dos Estados Unidos, defensor ferrenho de uma política de combate ao terrorismo fortemente militarizada.

Enquanto o governo dos Estados Unidos armava belicamente as tropas do governo colombiano, os Cartéis de Drogas contratavam e armavam os grupos paramilitares como Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) e *Águilas Negras*, além dos movimentos guerrilheiros como as FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN) para sua defesa. Como saldo, tinha-se um comércio bastante lucrativo para os Estados Unidos, uma vez que os armamentos dos dois lados eram estadunidenses.

## SUMÁRIO



## SUMÁRIO

É válido ressaltar que a Polícia da Colômbia tem uma estrutura diferente das polícias brasileiras, considerando que naquele país a polícia é nacional e, juntamente com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, são subordinados ao Ministério da Justiça. Assim, enquanto a esfera federal estava focada no combate direto ao crime, especialmente ao narcotráfico, em algumas áreas sensíveis, as prefeituras trataram os problemas de criminalidade como questão social sistêmica e implementaram medidas amplas de gerenciamento de conflitos a longo prazo em todas as escalas, mas focando principalmente nos pequenos delitos. Os governos municipais de Bogotá, Medellín e Cáli implementaram políticas de transformação urbana que viraram referência de política de segurança pública na América Latina. A capital Bogotá foi chamada de Cultura de Paz e foi responsável por uma redução de mais de 50% no número de homicídios em seis anos, enquanto que em 1994 o número de homicídios comuns chegou à cifra de 83 por cem mil habitantes; no ano 2000, este número se viu reduzido para 34,8 por cem mil habitantes (CARVALHO; CASTANHEIRA, 2001).

Em 2009, o Rio de Janeiro foi confirmado como sede das Olimpíadas de 2016, encerrando um ciclo de realizações de megaeventos esportivos no Brasil, que começou em 2007 com a realização dos Jogos Pan-americanos e a Copa do Mundo de 2014. Mas, em contraste com o bom momento econômico vivido pelo país à época, os números dos homicídios registravam 44,9 por cem mil habitantes no estado do Rio de Janeiro e 46,3 por cem mil habitantes na capital sede dos jogos. Como reduzir a criminalidade era urgente, ante os desafios que se sucederiam o então governador Sergio Cabral anunciou que iria visitar a Colômbia para observar como eles conseguiram recuperar áreas degradadas na periferia e favelas antes extremamente violentas e que foram pacificadas, virando modelo.

Entre dezembro de 2008 e janeiro de 2012 foram implantadas 19 Unidades de Polícia Pacificadora em diversas comunidades, mas que, na maioria, faziam um cinturão em torno do Maracanã e do chamado

cinturão da tijuca, bairro de classe média na região do Centro, área de grande movimentação comercial e a Zona Sul que corresponde à principal área turística da capital. A relação entre as implantações das UPPs e os grandes eventos esportivos parece ter sido construída de maneira bastante natural e se caracterizou como a principal causa dessa política de segurança pública no Rio de Janeiro (BORGES; CANO; RIBEIRO, 2012).

Conforme pode-se observar no Gráfico 1, existe uma queda no número de homicídios entre 2009 e 2016, justamente o período da realização do Pan-americano, Copa das Confederações, Copa do Mundo e das Olimpíadas:

**Gráfico 01 – Taxa De Homicídios No Rio De Janeiro Nos Últimos 30 Anos.**



FORNE: WAISELFISZ, 2013.



## BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA NO NORDESTE: REFLEXOS DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

A primeira Base Comunitária de Segurança (BCS) da Bahia foi instalada na capital Salvador, no bairro Calabar em 2011, mas as ações de policiamento comunitário começaram no final da década de 1990 com o Programa Polícia Cidadã que foi interrompido logo no início e retomado em 2003 com a capacitação de parte do efetivo, mas novamente não logrou êxito com a adesão do Estado, através de convênio, ao Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) em 2007 (OLIVEIRA, 2013). Atualmente existem 17 BCS, sendo 12 na capital e 05 no restante do Estado.

No Ceará, o convênio com o PRONASCI foi firmado em 2009 após readequação de dados colhidos junto ao Observatório Municipal da Violência da capital Fortaleza, que mapeou 41 pontos vulneráveis na cidade, mas somente 01 território foi contemplado, no caso, o Grande Bom Jardim que abrange os cinco bairros: Bom Jardim, Canidezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira. Com a verba federal do PRONASCI, foi iniciado o Programa Território de Paz. As metas estabelecidas para a cidade de Fortaleza foram: reduzir em 20% as ocorrências de violências contra a pessoa e reduzir em 50% as ocorrências de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa nas praças da região central de Fortaleza em 12 meses (CARDOSO, 2011). Entretanto, o Território de Paz se assemelha mais a um programa de policiamento comunitário, com táticas e estratégias específicas do que com a filosofia de Polícia Comunitária, que prima pela ocupação do território por um efetivo policial permanente e integrado a comunidade local.

S U M Á R I O



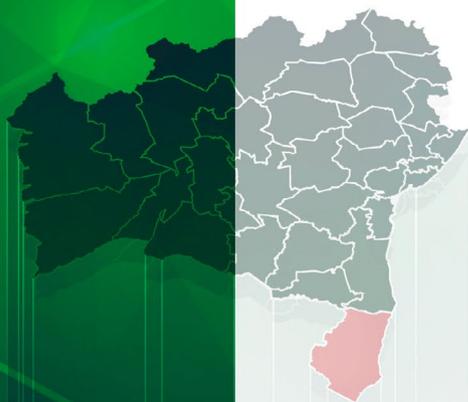
Interessante ressaltar que Fortaleza somente conseguiu ser beneficiária do PRONASCI após intervenção da então prefeita e do governador do Ceará junto ao Ministério da Justiça, o que indica para um beneficiamento através da coligação política entre os governos estadual e federal.

Em Alagoas, também foi implantado o Programa Territórios de Paz através do PRONASCI. As ações se dariam em localidades escolhidas de acordo com indicadores elevados de criminalidade violenta. Na capital Maceió, os bairros de Vergel, Jacintinho e Benedito Bentes foram os escolhidos. A Secretaria de Estado e de Defesa Social ficou responsável pela implantação do policiamento comunitário com construção das Bases Comunitárias nesses territórios de paz. O policiamento comunitário sobreviveu, mas funciona de forma precária, já que não é prioridade e a visão dos gestores do Estado, em especial da segurança pública, é a de que a prioridade são ações imediatistas (repressão qualificada), pois estão constantemente sendo cobrados para apresentarem resultados (COSTA, 2019).

No Estado de Pernambuco, o Pacto pela Vida (PPV) lançado em 2007 alcançou uma redução significativa, único estado da região Nordeste a apresentar resultado contínuo na redução de homicídios entre 2008 e 2010. As taxas alcançaram no início da década passada um patamar aproximado de 60 homicídios por cada grupo de cem mil habitantes em Pernambuco – no ano de 2001 a taxa foi de 58,8/100 mil -, ou seja, a taxa do último ano da série (2012 = 37,2/100 mil) foi inferior em mais de 30 mortes por cada grupo de cem mil habitantes em relação ao ano de 2001, com uma redução de -36% no comparativo 2001/2012 (NOBREGA JR., 2014).

Esses quatro estados fizeram parte do PRONASCI e foram sedes de jogos na Copa do Mundo de 2014, obtendo maiores investimentos junto às políticas públicas do período.

## SUMÁRIO



## CONCLUSÃO

Quando foi firmada a parceria entre a PMESP e a JIRA para realizar a implantação do Sistema *Koban* em São Paulo, não foi levado em consideração que esse sistema existe no Japão desde o século XIX, mas que desde tempos remotos a sociedade japonesa teve rudimentos de um governo informal, onde o poder do hábito e do costume prevalecia ao de estatutos e diplomas legais, algo que lembra o Direito consuetudinário inglês. O sistema de clãs familiares e a forte cultura da “honra” nipônica forçavam esses acordos por base na pressão exercidas através de seus líderes comunitários.

O preposto policial nesse sistema é um mediador de condutas passíveis de criminalização, que convoca a comunidade local a agir contra o sujeito com conduta desviante. Quando esse método é transplantado para uma megalópole do tamanho de São Paulo, com uma cultura de não-contato nos relacionamentos sociais, típico de uma grande cidade regida pelo sistema capitalista, falta à comunidade local essa relação de “grande família” para dar o suporte necessário ao policial.

Soma-se a isso o fato do período da Ditadura Militar ainda projetar sombras no imaginário coletivo atual. O indivíduo fardado com botina e cassetete não é sinônimo de um agente de proteção amigável. Como herança desse militar fardado, tem-se os inúmeros relatos de violência policial, algumas das quais foram largamente exploradas e difundidas, como os casos da Favela Naval e da Candelária nos anos 1990.

No Rio de Janeiro, a urgência de uma resposta a criminalidade alarmante dos morros, que convencesse os comitês internacionais esportivos a realizar os megaeventos no Brasil, impulsionou a teoria de uma pacificação das favelas cariocas em curtíssimo prazo, tendo como



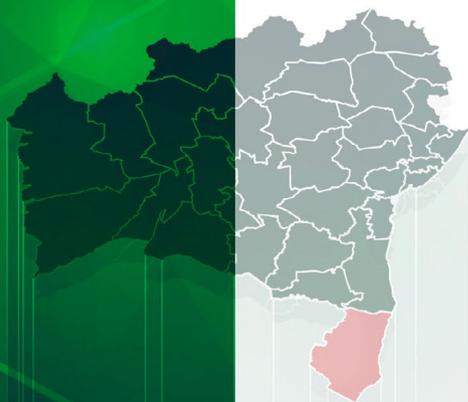
aporte a bem-sucedida transformação urbana de Bogotá. Porém, a capital levou mais de uma década para estruturar não uma política de segurança pública, mas diversas políticas públicas de revitalização de espaços urbanos degradados. As políticas foram elaboradas em conjunto com pesquisadores, universidades, associações de moradores e outros atores sociais, e sem descontinuidade por questões políticas, considerando que no período foram eleitos 03 prefeitos diferentes.

As UPPs cariocas parecem ter entrado sozinhas nos morros cariocas à revelia do modelo colombiano e a redução dos índices de criminalidade são constantemente vinculados a subnotificações, desaparecimentos e migração dos grupos criminosos para outros morros não vigiados. A atuação violenta de grandes facções criminosas parece inviabilizar os modelos comunitários, forçando o Estado a atuar com o policiamento repressivo e cada vez mais armado.

A falta de alinhamento político entre as esferas federais, estaduais e municipais também se mostra um entrave na elaboração de políticas públicas eficazes, uma vez que interesses político-partidários parecem se sobrepor a uma atuação ética e moral por parte do poder político.

No berço onde nascem os modelos de Polícia Comunitária que tentaram ser implantados devem-se destacar duas questões fundamentais: 01) a Segurança Pública não é um problema policial, mas social e deve ser debatido entre todas as representatividades possíveis, em diversas áreas como educação, saúde, urbanismo, lazer etc.; 02) uma transformação cultural não acontece a curto prazo, é necessária uma continuidade nas ações que impere sobre as mudanças políticas e que seja prioridade deste poder. Nesse sentido, os modelos externos e suas experiências de políticas públicas de segurança e policiamento comunitário podem subsidiar as implementações no território brasileiro. Contudo, mister se faz buscar a devida adequação às realidades e pluralismo sociais existentes na sociedade Brasileira, que justamente tragam respostas para suas próprias inquietações.

## SUMÁRIO



## REFERÊNCIAS

ALVES, Barbara Beatriz Maia Pinto. *Avaliação comparativa da cooperação internacional descentralizada e centralizada: O projeto de Polícia Comunitária – Sistema Koban no município de São Paulo*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais). USP. São Paulo. 2013.

BALVIG, Flemming. *Crime in Scandinavia: Trends, Explanations and Consequences*. Norman Bishop (ed.), Scandinavian Criminal Policy and Criminology: 1980-1985. Stockholm. Scandinavian Research council for Criminology, 1985, p.8.

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. *Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo*. 1.ed, São Paulo: Edusp, 2017.

BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo; CANO, Ignacio (Orgs.). *Os Donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012

CARDOSO, Lucileila de Sousa. *Enfrentando a violência com a participação juvenil uma avaliação do PRONASCI em Fortaleza*. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Pro - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2011.

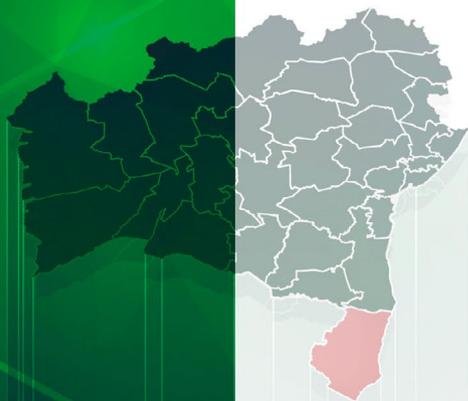
CEBALLOS, M.; MARTIN, G. (2004). *Bogotá: anatomia de una transformación*. Políticas de seguridad ciudadana. 1995-2003. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/23044.pdf>. Acesso em 12/03/2021.

COSTA, Leila Machado. *Segurança Pública: Direito Fundamental Social, Política Pública ou ainda um Novo Paradigma?* 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Alexandre Emanuel Ferreira. *A estratégia de prevenção à violência através da polícia comunitária em Alagoas: uma análise da gestão, desafios e perspectivas*. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE), Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2019.

FERRAGI, Cesar Alves (Zare). *O sistema Koban e a institucionalização do policiamento comunitário paulista*. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo. Ano 5, Edição 8, Fev/Mar 2011,

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 3, n. 5, ago/set 2009.



LOPES, E. *Política e segurança pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2020.

MEIJA, Margarita Rosa Gaviria. Cultura e Segurança cidadã: em busca do controle da violência na Colômbia. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 316-335.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. *Políticas públicas e segurança pública em Pernambuco: o case pernambucano e a redução da violência homicida*. Revista Latitude, Vol. 8, nº 2, pp. 315-335, 2014.

OLIVEIRA, Andressa Somogy de. *Do policiamento comunitário ao Plano Colômbia: Unidades de Polícia Pacificadora e a construção de um modelo controverso de segurança pública*. – UCSal - CONINTER 3. Salvador. 8 a 10 de outubro de 2014.

PENA, Silvoney Silva. *Políticas de Segurança Pública em Porto Seguro (BA): um estudo interdisciplinar sobre a Base Comunitária de Segurança do Baianão*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade – PPGES). UFSB. Porto Seguro. 2021.

Pesquisa e Coleta de Informações para Confirmação Relativa à Cooperação sobre Polícia Comunitária no Brasil e Países da América Central. *Relatório Final*. 2013. Agência de Cooperação Internacional do Japão, System Science Consultants, Inc. Disponível em <<https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/12127494.pdf>>. Acesso em 12/04/2021.

VASCONCELOS, Francisco Tiago Rocha. *A municipalização da segurança pública em Maracanaú-CE: desafios em um contexto histórico de violência e fragilidade do poder público*. Monografia (pós-graduação em Sociologia). Universidade Estadual do Ceará. 2015.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da violência 2013: mortes matadas por armas de fogo*. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO, 2016.

WEINER, N. A. & WOLFGANG, M. (The extend and character of violent crime in America. In: Curtis, L. A. (org.). *American violence and public police*. Un update of the National Comission on the causes and prevention of violence. New Harven and London, Yale University Press, p. 15-39, 1985.



# 8

*Henika Priscila Lima Silva  
Raimundo Magalhães Dantas*

## **A ESTREITA TRAMA ENTRE EXCLUSÃO SOCIAL, VIOLÊNCIA E MANIPULAÇÃO DAS EMOÇÕES**

## INTRODUÇÃO

Os veículos de mídia têm sido fundamentais na atualidade para comunicar, compartilhar e transmitir diferentes tipos de informações até aos lugares mais remotos, ao ponto de serem tratadas como indispensáveis à vida pós-moderna. As redes sociais, sites e telejornais massificam o cenário de lutas, no qual a população mundial está inserida, seja através da exposição de guerras e suas vítimas ou da exploração psicológica através de discussões político-partidárias, acerca da representatividade de gênero em diferentes espaços, do julgamento sobre as exposições da sexualidade e tantas outras formas. A violência estaria, então, entrelaçada ao nosso cotidiano, facilmente naturalizada e ajudando a moldar as relações humanas que estão cercadas de medo, insegurança e desconfiança.

A violência expressa, pois, a discrepância entre as demandas subjetivas de pessoas ou grupos e a oferta política, econômica, institucional ou simbólica. “Ela traz a marca de uma subjetividade negada [...] ela é a voz do sujeito não reconhecido, rejeitado e prisioneiro da massa desenhada pela exclusão social e pela discriminação racial” (WIEVIORKA, 1997).

Apesar da desigualdade social estar presente em todo o mundo e não explicar por si só, sobre as diferentes manifestações de violência, quando falamos no Brasil, conseguimos perceber que a violência letal tem cor, gênero e renda. Nos últimos cinco anos pelo menos 25% da população brasileira experimentou a situação de pobreza, com franca redução da renda e aumento do desemprego. Os jovens entre 20 e 24 anos são as principais vítimas, soma-se a este cenário o aumento das taxas de homicídio, a violência de gênero e o feminicídio que são agravadas pelos indicadores sociais (IBGE, 2020). Essa situação tem impacto negativo principalmente entre as mulheres negras, na estrutura familiar e nas diversas repercussões negativas que as manifestações de violência podem trazer.



Todas as informações trazidas até aqui podem ser facilmente acessadas por diferentes grupos populacionais em todo o mundo e, mesmo que a mídia privilegie o crime como principal e mais grotesca manifestação de violência, sabemos que as repercussões subjetivas destas são praticamente impossíveis de serem dimensionadas (MINAYO, 2006). Por muito tempo, a ciência privilegiou os aspectos ligados à objetividade, valorizando tudo aquilo que era passível de mensuração e, do outro lado, encontrava-se a subjetividade e as emoções que só foram ganhar espaço como área de pesquisa a partir de meados do século XX (FIGUEIREDO; SANTI, 2002).

Neste contexto, as reflexões sobre os processos emocionais, enquanto dimensões, subjetivas contribuíram com a ruptura dos paradigmas tradicionais de investigação psicológica. O fato é que a violência é um fenômeno que gera um ônus emocional que repercute na vida do sujeito e influencia diretamente na forma como este se vê, age e se relaciona com os outros (PATIÑO, 2015).

Sendo a violência complexa, pode ser analisada de diversos ângulos, não necessariamente contraditórios entre si, podendo ser destacado ou privilegiado algum aspecto da análise sem esgotar o problema. Portanto, este capítulo pretende contribuir com as produções atuais tratando a violência em sua dimensão subjetiva, trazendo a trama que conecta violência, exclusão social e a manipulação das emoções. O desenrolar do artigo dar-se-á através da exposição do diálogo entre importantes intelectuais como Sarah Harmed com a sua política das emoções; Axel Honneth que trata da luta pelo reconhecimento e autores que tratam diretamente das práticas e dinâmicas de exclusão social, consequências subjetivas e violência, assim como Jodelet (1999), Patiño (2015) e Arroyave (2011).

As reflexões neste artigo foram divididas em duas partes, além das conclusões. A primeira parte apresenta as reflexões acerca da exclusão social e o contexto da violência, sobre o estreito da relação

## SUMÁRIO



entre crime e raça. A segunda parte traz a articulação entre luta por reconhecimento, conflitos sociais e as emoções. Em todos os tópicos, serão abordados, portanto, diferentes conceitos sob o olhar da sociologia e psicologia.

## EXCLUSÃO SOCIAL E O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA

A exclusão social tem sido foco de estudos por inúmeros motivos e um deles reside na ambiguidade inerente ao seu conceito. Isso se deve à tendência de olhar a exclusão social apenas através de uma ótica em detrimento das demais, como as análises centradas no econômico, que abordam a exclusão como sinônimo de pobreza, e as centradas no social, que privilegiam o conceito de discriminação, minimizando o escopo analítico fundamental da exclusão que é o da injustiça social (SAWAIA *et al.*, 2001).

Normalmente, os indivíduos que estão inseridos em alguma das dimensões da exclusão são privilegiados como alvos ou atores da violência. Dessa forma, ao dirigir a análise para as pessoas que compõem este grupo, muitas vezes denominado de “minorias sociais”, vemos que estes protagonistas se encontram, também, em camadas ou grupos sociais normalmente considerados como incluídos.

As transformações que foram observadas no campo político e social desde o final dos anos 1980, levou o tema exclusão social a assumir visibilidade na tentativa de promover explicações plausíveis para a corrente onda de empobrecimento mundial. Os estudos sobre exclusão social retomam a 1947 com o livro de Lenoir que adotou pela primeira vez o termo exclusão. Fretigné (1999) e Paugam (1996), porém, apontam obras anteriores, sob influência do sucesso de Michel Foucault em seus estudos sobre a história da loucura. Leonir foi o



SUMÁRIO



primeiro autor que mais se aproximou do uso contemporâneo da noção de exclusão. Ele buscou tratar o tema como um fenômeno social não se tratando de pobreza individual, mas de disfunção social. Neste ingressou no aspecto intersubjetivo do tema, trazendo à tona a situação de grupos como os delinquentes, fugitivos, prostitutas, marginais; entretanto, desviou-se de determinações unilateralmente psicologizantes. Dessa forma, a origem do problema da exclusão encontrar-se-ia na própria organização social, na urbanização incontrolada, na busca incessante por um lugar privilegiado, causando sensação constante de disputa e produzindo segregações sociais e raciais. Todos esses fatores comuns à sociedade moderna são responsáveis pela exclusão.

A complexidade inerente ao tema remete para a importância de se analisar as diferentes dimensões da exclusão social levando em consideração não só o processo sócio-histórico e político, mas as repercussões éticas da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento (PORTO, 2000). Assumir a complexidade em torno do tema permite novos ângulos desta análise que conduzam à reflexão acerca da violência através de uma relação dinâmica entre inclusão e exclusão, apreendidas não mais como formas dicotômicas e excludentes, mas, ao contrário, como categorias integrantes de uma mesma dinâmica, na qual atores sociais podem vivenciar alternadamente formas de inclusão/exclusão decorrentes de processos sociais fragmentados, diferenciados e plurais.

A história brasileira é marcada pela retórica de uma nação que se desenvolveu como depósito de excludentes e que reproduzem, através de inúmeros exemplos, disfarces pelos quais a inclusão assume formas perversas de manutenção das práticas de exclusão, através de uma inclusão social precária que tem como consequência o controle social a partir de um processo de disciplinarização dos excluídos (PATIÑO, 2015). Assim, vê-se claramente como a exclusão social no Brasil acaba por impossibilitar uma grande parcela da população de usufruir dos bens, recursos oferecidos pela sociedade e serviços

essenciais para a satisfação das necessidades básicas, acentuando também a falta de acesso à segurança, à justiça, ao lazer, aos meios de transporte, à qualidade ambiental, entre outros, o que caracterizaria a falta ao acesso à própria cidadania. O aprofundamento deste processo provoca, conseqüentemente, alterações na dinâmica e na estrutura das cidades e nas relações do ser com os outros e consigo mesmo (ARROYAVE, 2010; PATIÑO, 2015; FARIA, 2019).

Existe, portanto, um sofrimento ético-político na dimensão subjetiva do complexo inclusão/exclusão o que leva à necessidade de entender como os sujeitos experimentam e externalizam este sofrimento. Arroyave (2010) afirma que a exclusão causa uma ferida moral nos sujeitos alvos. Nessa perspectiva, Jodelet (2001) diz que a exclusão repercute na forma como os indivíduos se organizam e vivenciam o processo, através de três grandes atos: segregação, marginalização e discriminação. Ou seja, o traçado perfeito de uma linha tênue para a violência e criminalidade.

## RAÇA, RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA À LUZ DAS ABORDAGENS SOCIAIS

Segundo Stuart Hall (2000), é preciso entender a construção histórica dos conceitos para a adequada percepção das relações de poder dentro de uma prática discursiva. Esta “assimetria de poder” bastante visualizada do período colonial aos dias atuais, dentro de discurso indissociável de raça-gênero-geração-classe, é o que coloca o indivíduo negro em posição desfavorável, de disputas e conflitos.

O sujeito subalterno na definição de Spivak (2000) é aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação polí-



tica e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2000, p.12). É a partir daí, que Spivak trata a violência epistêmica, cuja tática de neutralização do Outro, seja ele subalterno ou colonizado consiste em invisibilizá-lo, expropriando-o de qualquer possibilidade de representação, silenciando-o.

No Brasil, como em muitos outros contextos de populações multirraciais, existe a naturalização da imagem dos homens negros como violentos e sexualmente mais agressivos. Essa forma de conceber a imagem do outro, herança dos colonizadores, afeta diretamente os jovens negros, que são “neutralizados” e silenciados por um poder de controle de suas representações e, assim, não conseguem ser fator de alteração para a mudança individual e coletiva do seu grupo racial.

É neste cenário que o racismo e a exclusão que surgem como uma das molas propulsoras da violência no país. Afirmação esta que pode ser confirmada pelos relatórios nacionais que tratam da violência e dos mortos em homicídios, pois 90% são homens. Esses têm entre 15 e 20 anos de idade e, nesse universo, de 90%, 70% são negros. Mata-se e mata-se um grupo específico, de um gênero específico e com um corte racial (FERREIRA *et al.*, 2021).

E o negro segue sendo apagado ou reduzido, não apenas no noticiário, mas através da mídia em geral. Os produtos de entretenimento, como telenovelas, programas de TV e filmes, reiteram qual é o lugar do negro na sociedade: o negro, se é homem, é bandido e, se é mulher, é a empregada. A mulher negra é sempre hipersexualizada, o negro quando ligado à música é sempre associado ao pagode ou ao samba. Essa estrutura que vai se construindo não é vista como violência, entretanto é ela quem alimenta os números da violência homicida.

A estrutura teórica que vincula homem e grupo na teoria durkheimiana é a base para a interpretação do lugar do crime em todos os tipos de sociedade. Ao ser praticado por um indivíduo imerso em

## SUMÁRIO



qualquer tipo de organismo social, o crime corresponde às representações daquela estrutura e adquire contornos característicos. Da mesma forma, ao dissertar sobre a modernidade e a crescente tensão entre interesses individuais e organizações coletivas, Émile Durkheim descreve um cenário de ampliação da complexidade das relações sociais e produtivas.

Emile Durkheim e Michel Foucault, em última instância, trabalharam em alguma medida com a relação entre indivíduo e sociedade, demonstrando que nesta relação existe um complexo de poder, de influência, que acontece entre esses dois elementos fundamentais para as Ciências Sociais. O elemento coercitivo é trabalhado pelos dois, mas seguindo as especificidades da teoria desenvolvida por cada um deles. Todavia, é evidente que enquanto Durkheim foca sua análise na sociedade, mesmo quando trabalha com o indivíduo, está centrado com sua parte coletiva, sagrada. Por sua vez, Foucault está mais próximo de um intermediário entre sociedade e sujeito preocupando-se com o modo em que o sujeito moderno foi constituído. Mas, como dito, os dois estão preocupados em seus estudos com a relação estabelecida entre indivíduo e sociedade.

A partir das relações entre violência, biopolítica e governamentalidade, considerando as tecnologias de poder características do que Foucault (2008) chamou de “dispositivos de segurança”, ou seja, quando se trata especificamente da sociedade, tem-se ampla vitimização de jovens, evidenciando a predominância de uma sociedade que prioriza a eliminação e o silêncio dos indivíduos tidos como “indesejáveis”.

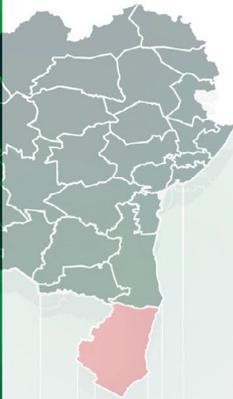
## SUMÁRIO



## A LUTA POR RECONHECIMENTO, CONFLITOS SOCIAIS E AS EMOÇÕES

Sendo a exclusão atrelada de alguma forma às questões socioeconômicas, ela é sentida pelo sujeito, ou seja, a subjetividade do sujeito é fortemente construída em termos da situação de exclusão que vive. É nos sujeitos que a exclusão social se legitima. Como diz Sawaia (2008), é no sujeito e em sua subjetividade que as formas de exclusão se materializam, que se conhece suas motivações, suas carências, privações, suas emoções, seus desejos e suas necessidades. Neste ínterim, o estudo da exclusão deveria partir do espaço do sofrimento, para melhor visualização do papel do Estado para com os sujeitos.

De certo que a exclusão social traz inúmeras repercussões na organização e na estruturação do ser e do grupo social em si, pelas quais a exclusão será aceita como forma de submissão para alguns e, para outros, será propulsora para a luta. Neste caminho, os diversos fenômenos sociais contemporâneos encontram abrigo na “Teoria do reconhecimento” de Axel Honneth, na qual desigualdade e a exclusão social, em essência, estão relacionadas com a ausência de reconhecimento intersubjetivo e social e com as respectivas experiências de maus-tratos, discriminação e desrespeito. Para Honneth, a motivação para os conflitos sociais está ligada às experiências humanas de menosprezo, humilhação e ofensas vivenciadas pelos sujeitos no cotidiano, privado e público, debelando, assim, lutas que objetivam o resgate do reconhecimento recíproco negado a eles. Por conseguinte, os indivíduos e grupos só formam suas identidades e são reconhecidos quando aceitos nas relações com o próximo (*amor*), na prática institucional (*justiça/direito*) e na convivência em comunidade (*solidariedade*).



SUMÁRIO



Neste rol, a exclusão leva a consequências multidimensionais e uma das dimensões afetadas é a autorrelacional, ou seja, do indivíduo consigo mesmo. Assim, para entender o fenômeno da violência, não seria possível utilizar-se somente de técnicas tradicionais que partem de definições teóricas; para entender o fenômeno, é necessário abordar e entender também os afetos, as emoções que estão em jogo.

As emoções pronunciadas coletivamente expressam não apenas o que o indivíduo sente, mas também comunicam algo sobre as relações sociais e nos faz compreender a sociedade em interação, tencionando essas relações sociais e a partir dessas tensões também as modificam. Mauss (1979) explana que as emoções e a expressão do sofrimento se manifestam como uma linguagem que expressam valores e, pela força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, são mais do que meras manifestações, são signos de expressões entendidas, são como frases e palavras que não sendo apenas fenômenos fisiológicos ou psicológicos, mas também sociais, porque possuem um caráter coletivo (MAUSS, 1979 p. 149).

É nessa perspectiva que nos valem dos pressupostos de Sara Ahmed para entendermos o que as emoções provocam no sujeito, como elas condicionam o comportamento. Sarah Ahmed afirma que as emoções não residem nem no sujeito nem no objeto, mas sim na relação estabelecida entre os dois. Ela retira a emoção do ser e a coloca nas relações sociais e em grupo. A construção das emoções é social, porque são construídos signos que se apropriam a sujeitos. As emoções são relacionais e envolvem reações de aproximação ou afastamento com os objetos e isso nos faz entender como se agrupam e se organizam determinados grupos sociais.

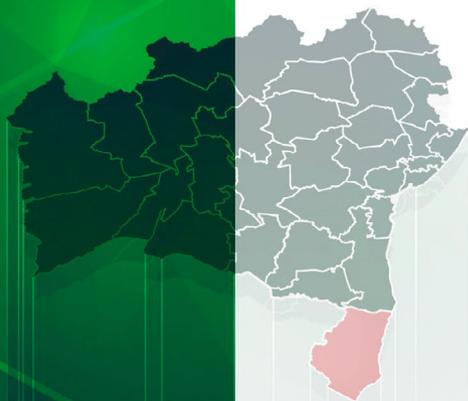
Portanto, enquanto práticas, as emoções são criadas por meio do discurso, sendo, então, atravessadas por relações de poder que engendram subjetividades, corpos e políticas. Torna-se, desse modo, uma chave analítica para pensar a mobilização política das emoções

como estratégica para dar visibilidade e reconhecimento à demanda das minorias. É através de uma gramática dos sentimentos que emoções serão acionadas e essas se apresentam como chave para o entendimento da relação entre os indivíduos, organização de grupos de resistência ou não.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade trouxe consigo inúmeras transformações nas formas como as diferentes sociedades se relacionam. A relação dos sujeitos consigo mesmos e a sua relação com os outros ganharam um cenário de “normalização das ações”, onde as práticas de exclusão social foi uma das alternativas acessadas para condução das práticas sociais modernas. Por isso, é importante que se entendam os modos de produção das subjetividades para a adequada compreensão das dinâmicas de exclusão social.

A homogeneização exigida pelas relações sociais na modernidade nos leva à compreensão de como se desenvolvem muitos dos atos de violência. Normalmente, a partir de um espaço de fala que lhe confere poder, o sujeito sente-se apto a atribuir valor às características inerentes ao outro, como gênero e opção sexual, por exemplo. Todo esse misto de relações repercute nas subjetividades e contribui diretamente para a produção de emoções como o ódio, por exemplo. Sem conceber toda esta dinâmica, as práticas de exclusão social levam à intensificação da precariedade e, como consequência, tem-se a sabotagem da esperança, sonhos, desejos e projetos que são combustíveis da vida.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY M, et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafio para políticas públicas*. [s.l.], UNESCO, 2002. p. 28. Relatório.

ADORNO, S. (1995). Violência, ficção e realidade. In: SOUZA, M. H. (org.), *Sujeito: o lado oculto do receptor* (pp. 181-188). São Paulo: Brasiliense

AHMED, S. *The cultural politics of emotion*. Nova Iorque: Routledge, 2012.

ARROYAVE, O. *Aproximaciones a una psicología de la exclusión*. Revista Colombiana de Ciencias Sociales, (2)1, 66-73, 2011.

BARATA R. B.; RIBEIRO, M. C. S. de A.; SORDI, M. D. *Desigualdades sociais e homicídios na cidade de São Paulo, 1998*. Revista Brasileira de Epidemiologia. São Paulo, [s.n.], p. 3-13, março, 2008.

FERREIRA BS, MELO AFM, GUARINO PC, DANTAS MPS. Crimes violentos letais e intencionais (cvli): fatores e motivações que os influenciam em consonância com as políticas de segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo v. 15, n. 2, 12-27 ago/set 2021.

FIGUEIREDO LCM, SANTI PLR de. *Psicologia: Uma (nova) introdução. Uma visão histórica da psicologia como ciência*. 2. ed. São Paulo, SP: EDUC, 2002.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Editora34: São Paulo, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 15 out. 2021.

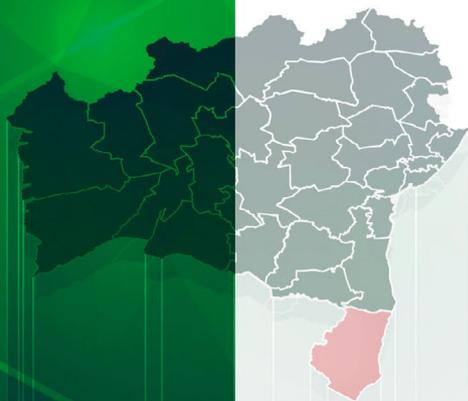
JODELET, D. (1999). A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (Org.), *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, pp. 47-67.

MAUSS, M. *A expressão obrigatória dos sentimentos*. Roberto Cardoso de Oliveira (Org.). Marcel Mauss: antropologia. São Paulo: Ática, 1979, p.147-153.

MINAYO, M. C. S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7.

PATIÑO, R. A. *Violência, formas de exclusão e manifestações sociais contemporâneas*. In: 9º Congresso Norte Nordeste de Psicologia, 2015, Salvador.

PATIÑO, R. A.; FARIA, L. *Práticas de exclusão social: reflexões teórico-epistemológicas em torno de um campo de estudos*. Revista Colombiana de Cien-



cias Sociales, 10(2).2019. pp. 426-444.. Disponível em: <<http://www.funlam.edu.co/revistas/index.php/RCCS/article/view/2892>>. Acesso em: 15 jan. 2020

PORTO, M. S. G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 187-200, May 2000.

SAWAIA, B. *As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social*. Vozes, Petrópolis: 2008.

WIEVIORKA, M. *O novo paradigma da violência*. *Tempo Social*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 5-41, 1997. DOI: 10.1590/ts.v9i1.86437. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86437>>. Acesso em: 15 out. 2021.

## SUMÁRIO



Parte

3

**RETRATOS E DIÁLOGOS  
EM HISTÓRIA, MEMÓRIA,  
GEOGRAFIA E ESTUDOS  
FEMINISTAS**

# 9

*Francisco Cancela*

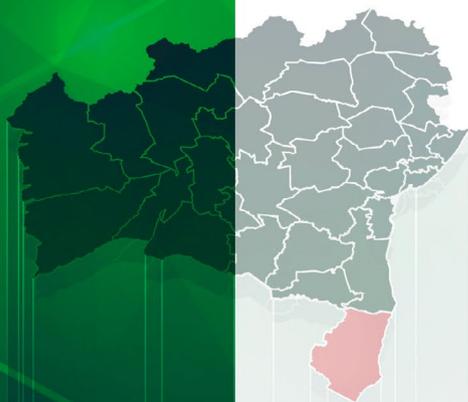
**AS ESCULTURAS  
RELIGIOSAS DAS  
IGREJAS HISTÓRICAS  
DE PORTO SEGURO:  
*arte, devoção e  
patrimônio cultural***

## INTRODUÇÃO

A escrita de uma história da arte sacra de Porto Seguro ainda está para ser feita. Considerando a primazia da região no processo de cristianização do território que se transformou no Brasil, não é difícil encontrar pela cidade evidências de cultura material que testemunham a instalação da igreja católica no Novo Mundo. No entanto, o desafio de uma história geral da arte sacra exige um olhar atencioso aos diferentes suportes, linguagens e modalidades da arte religiosa, além de conhecimentos especializados dispostos ao diálogo com outros campos do saber. Enquanto um projeto mais audacioso não se materializa, a proposta aqui apresentada busca analisar uma parcela específica do acervo da arte sacra porto-segurense, apresentando uma primeira visão de conjunto das esculturas devocionais existentes nas igrejas históricas da cidade<sup>7</sup>.

Uma primeira discussão necessária para a introdução deste trabalho passa pelo reconhecimento de um recorte arbitrário do objeto de estudo. O acervo de imagens devocionais aqui analisado é composto por 61 peças que integram o conjunto de monumentos de Porto Seguro tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1968, a cidade foi considerada portadora de “remanescentes arquitetônicos” que possuíam excepcional valor histórico por testemunharem a suposta origem da nação brasileira, o que levou o registro, no Livro Histórico, Arqueológico e Paisagístico dos seguintes monumentos: o Marco do Descobrimento, a Casa de Câmara e Cadeia, as ruínas do Fortim e seus canhões, as ruínas da Igreja da Glória, a Igreja de Nossa Senhora da Pena, a Igreja da Misericórdia e a Igreja

7 Considera-se como igrejas históricas aquelas que foram criadas no período colonial e ainda hoje estão em atividade na cidade, a saber: as Igrejas de Nossa Senhora da Pena, da Misericórdia e de São Benedito, todas localizadas no Centro Histórico de Porto Seguro, além das Igrejas de Nossa Senhora da Ajuda, no Arraial d’Ajuda, do Divino Espírito Santo de Vale Verde e de São João Batista de Trancoso.



SUMÁRIO

de Nossa Senhora da Ajuda. Em 1973, todo o município de Porto Seguro foi elevado à condição de monumento nacional através do decreto nº 72.107 de 18 de abril, que, mais uma vez, reivindicou a ideia de um patrimônio que traduz “o capítulo inicial da História do Brasil”, estabelecendo o tombamento de toda “área urbana, sítio da antiga capitania e lugares históricos adjacentes, em especial o Monte Pascoal”. Com isso, além dos bens culturais da Cidade Alta de Porto Seguro, os monumentos e as paisagens históricas e naturais dos distritos de Arraial da Ajuda, Trancoso, Vale Verde e Caraíva foram incorporados nos livros de tomo do patrimônio histórico e artístico nacional (IPHAN, Processo 800-T-68).

Na área delimitada pela proteção legal, constavam as igrejas mais antigas de Porto Seguro, fundadas nos primeiros séculos da colonização portuguesa. Como bens culturais imóveis, estes monumentos passaram a receber atenção especial dos órgãos de preservação, preocupados em conservar sobretudo as suas características arquitetônicas. Em 1985, o Conselho Consultivo do IPHAN ampliou a extensão da proteção legal dos imóveis religiosos, passando a considerar que o processo de tombamento também abarcava o acervo de bens móveis e integrados pertencente a cada edifício religioso. Embora de natureza removível (o que facilita o transporte, a alienação e até a sua destruição), estes bens compreendem partes integrantes dos monumentos arquitetônicos, incorporando o papel de ornamentação ou de determinados usos próprios das funções primárias de seu respectivo prédio. Com essa revisão, todas as inscrições de tombamento de igrejas, capelas, conventos e mosteiros tiveram seus acervos de imaginária, mobiliário, ourivesaria etc. averbados retroativamente com anotações à margem do livro de tomo.

As esculturas devocionais aqui analisadas, portanto, compreendem a parcela do patrimônio cultural que foi legalmente protegido por meio do instituto do tombamento na cidade de Porto Seguro, entre fins da década de 1960 e início da de 1970. Este processo considerou o

município a partir de sua configuração político-administrativa naquele contexto, sem levar em conta o processo histórico de formação das municipalidades na região e sem observar a própria história regional da igreja. Assim, despreza o fato de que Santa Cruz Cabrália pertenceu, até o primeiro quartel do século XIX, à vila de Porto Seguro, alcançando no século XVIII autonomia eclesiástica com a criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, embora mantivesse sua dependência civil à jurisdição porto-segurense. Por outro lado, Trancoso e Vale Verde nasceram no século XVIII na condição de vilas autônomas à Porto Seguro, possuindo não só independência civil, mas também eclesiástica, que somente foi retirada na era republicana. Sendo assim, o que chamamos de patrimônio religioso porto-segurense representa um conjunto de bens culturais formados a partir de diferentes dinâmicas históricas, sociais e territoriais, que apenas anacronicamente podem ser concebidas a partir da unidade que lhe foi conferida pelo processo de patrimonialização na segunda metade do século XX.

Outra questão tem natureza metodológica: os resultados aqui apresentados são frutos de uma investigação desenvolvida em três etapas. A primeira parte da pesquisa se dedicou a identificar e levantar as principais características do acervo da imaginária religiosa de Porto Seguro. Sem uma política local de guarda e conservação do patrimônio documental da igreja, a alternativa encontrada foi investigar os dados levantados no Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI). Esta política foi criada pelo IPHAN no final da década de 1980, contando com o apoio da Fundação Vitae, e resultou num importante trabalho nacional de “documentação do acervo de bens móveis e integrados a edificações religiosas tombadas em nível federal, considerando sua predominância no conjunto dos monumentos do patrimônio cultural brasileiro sob fiscalização do IPHAN” (RIBEIRO; SILVA, 2010, p. 84). Os trabalhos realizados em Porto Seguro foram executados em 1997, sob a supervisão da 7ª Coordenação Regional do IPHAN, produzindo um excepcional volume de informações do patrimônio local,



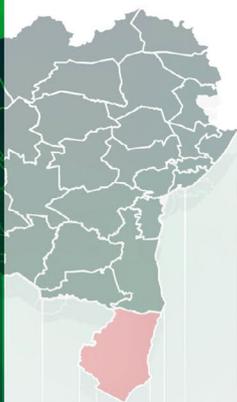
que foi sistematizado e publicado em dois volumes (nº 43 e 44). Nesse inventário, foram investigados nove monumentos e seus diversos bens integrados de diferentes tipos, todos tombados e registrados no Livro Histórico, Arqueológico e Paisagístico, com destaque especial para as seis igrejas históricas de Porto Seguro, que guardam a maior parte do acervo da imaginária da cidade vinculado às devoções e cultos ligados à história e dinâmica da igreja católica na região<sup>8</sup>.

Depois da identificação das imagens religiosas, as informações históricas e artísticas existentes no INBMI foram registradas em um banco de dados, que fomentou a realização da pesquisa bibliográfica e documental. Nesta segunda etapa, a consulta aos principais estudos da imaginária brasileira foi importante para compreender as características gerais da produção e circulação das esculturas devocionais no Brasil, bem como para realizar análises comparativas e históricas com as peças selecionadas. Além desta pesquisa bibliográfica, investiu-se numa pesquisa de arquivo, investigando nos documentos eclesiásticos e administrativos, bem como nos relatos e crônicas coloniais, as evidências da atuação da igreja em Porto Seguro e das expressões de religiosidade da sua população.

Por fim, a última etapa foi a realização da pesquisa de campo. As igrejas foram visitadas com a finalidade de conferir in loco a imaginária estudada. Este momento foi fundamental para observar as contradições nas informações produzidas pelos técnicos do IPHAN e, também, para atualizar os dados sobre o estado de cada peça. Além disso, as visitas serviram para documentação fotográfica, cujos regis-

8 Além das igrejas históricas, existe uma coleção de imaginária inventariada como acervo da Casa de Câmara e Cadeia. Este conjunto de imagens integravam a coleção particular de um morador da cidade, chamado Benigno Ramos, que a vendeu ao governo do estado em 1973, que, por sua vez, doou as peças para a Prefeitura de Porto Seguro instalar, no antigo prédio legislativo, o Museu de Porto Seguro. Esta instituição salvaguardou essas imagens até finais da década de 1990, quando a coleção passou a integrar o acervo do Museu de Arte Sacra da Misericórdia de Porto Seguro. A coleção é basicamente formada por imagens de oratório, produzidas para o culto doméstico, e para conhecer um estudo destas peças, consultar recente trabalho que relata a experiência de documentação museológica do referido museu (CANCELA, 2020).

## SUMÁRIO



tros também estão compartilhados neste trabalho. Infelizmente, a Igreja do Divino Espírito Santo de Vale Verde não pôde ser visitada, pois não houve compatibilidade de agenda com o responsável paroquial.

## A HISTÓRIA LOCAL ATRAVÉS DAS IMAGENS RELIGIOSAS

A história de Porto Seguro se confunde, nos princípios do século XVI, com a própria história da igreja na América portuguesa. Numa versão mais institucional da história da religião, as terras porto-segureneses se constituíram no campo privilegiado da primazia cristã no Brasil, pois aqui teriam acontecido os principais episódios da expansão católica: a primeira missa realizada pelo frei Henrique de Coimbra, as primeiras missões de evangelização pelos frades franciscanos a partir de 1503, a primeira igreja na terra de Santa Cruz erguida no Outeiro da Glória e a instalação da primeira freguesia com a criação da vila de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro. Apesar de ter sido palco da expansão da igreja nos primeiros anos da colonização, essa história relatada em várias crônicas religiosas e na documentação administrativa não se preservou na cultura material local. O levantamento realizado a partir do inventário do IPHAN indica que nenhuma imagem existente na cidade é datada do século XVI (Quadro 1):

**Quadro 1 - Época provável da imaginária inventariada de Porto Seguro.**

ÉPOCA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Século XVI	0	0%
Século XVII	3	4,9%
Século XVIII	23	37,7%
Século XIX	35	57,4%
TOTAL	61	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.



Essa ausência de registros de classificação de imagens porto-segurenses datadas do século XVI, não deve significar, evidentemente, a inexistência de um patrimônio sacro quinhentista em Porto Seguro. A análise crítica dos dados levantados pelos técnicos do IPHAN permite confrontar as informações aí registradas com a memória documental e oral da cidade. Na tradição local, três imagens devocionais seriam originais do século XVI:

- A escultura de São Francisco de Assis (Figura 1), que teria ocupado lugar no altar da igreja do Outeiro da Glória, erguida em 1503 por dois frades franciscanos, sendo posteriormente transferida para igreja de Nossa Senhora da Pena quando os indígenas destruíram a antiga povoação, cuja referência de existência se encontra nas crônicas religiosas franciscanas seiscentistas e setecentistas (cf. CONCEIÇÃO, 1733; JABOATÃO, 1858);
- A imagem do Santo Cristo da Misericórdia (Figura 2), que teria chegado à cidade por acaso em meados do século XVI e ganhou lugar no altar-mor da igreja da Santa Casa, existindo referência a sua existência em documentos de importantes padres jesuítas quinhentistas, como José de Anchieta, Manuel da Nóbrega e Fernão Cardim (1980);
- A pequena imagem de Nossa Senhora da Ajuda, que ocupa o degrau superior do trono do altar-mor da igreja do Arraial d' Ajuda, que, segundo conta a tradição oral, foi a primeira representação da santa que trouxe o padre Francisco Pires, responsável pela criação da capela original, no início da década de 1550.

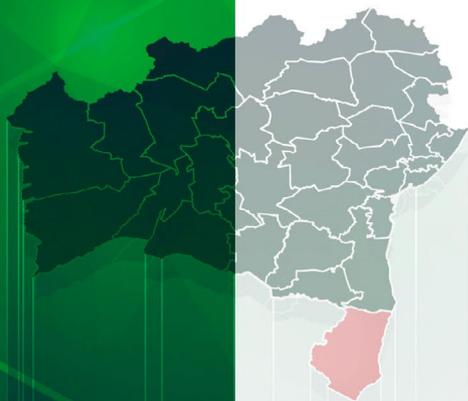


Figura 1 – São Francisco de Assis.



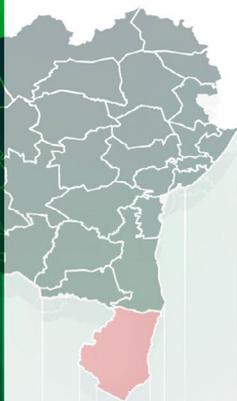
Fonte: Autor, 2020.

Figura 2 – Santo Cristo.



Fonte: Eric Hess, IPHAN, 1939.

Os técnicos que atuaram no inventário do IPHAN definiram as épocas prováveis destas peças a partir das análises de suas características técnicas e estilísticas. A imagem de São Francisco foi considerada do século XVII, porque notaram que ela apresenta “diversos cânones” daquela época, tais como o “panejamento preso ao corpo e verticalizado, eixo do corpo centralizado, mãos grandes em relação ao corpo, barba e cabelos em sulcos leves, orientalização facial, notadamente nos olhos, base simples e baixa” (IPHAN, 1997). A imagem do Santo Cristo, por sua vez, foi datada do século XVIII, sendo classificada como obra clássica do estilo barroco, com o “perizônio e os cabelos (...) tratados ao padrão setecentista de movimentação rigorosa e contínua” (IPHAN, 1997). E a imagem da Senhora da Ajuda foi classificada como uma escultura “de caráter popular” que foi “executada no século XIX”, apresentando, no entanto, características do século anterior, como “base, decoração rica e queda do manto”



SUMÁRIO

(IPHAN, 1997). Ainda que os três casos exijam a realização de pesquisa mais profunda, com maior levantamento documental e análises comparativas com peças de outras localidades, a simples existência da contradição na datação evidencia a realização de um trabalho técnico sem diálogo com a comunidade local e com total desprezo da memória oral e documental disponível.

No quadro 1, observa-se também a predominância de peças datadas do século XVIII e XIX, o que se explica por ter sido essa a fase de maior transformação na história da igreja na região do atual extremo sul da Bahia. Este período compreende o momento de impulsionamento da colonização na antiga capitania de Porto Seguro, que se transformou em patrimônio da coroa e recebeu orientação para se tornar centro de produção agrícola para o abastecimento de Salvador e Rio de Janeiro. O resultado dessas medidas reformistas pode ser percebido no crescimento demográfico, na criação de novas vilas e na nova dinâmica econômica pautada na produção e comercialização de farinha. Entre 1750 e 1850, a região viveu a expulsão definitiva dos padres jesuítas, a instalação de seis novas freguesias, a chegada das primeiras missões dos capuchinhos e o desmembramento do bispado do Rio de Janeiro e sua anexação ao bispado da Bahia (CANCELA, 2021). Todas essas transformações impactaram na geografia das devoções, na reorganização das associações religiosas e na dinâmica da religiosidade local, além de ter gerado o fortalecimento de uma elite local, que possuía algum tipo de reserva de capital para investir na aquisição de novas peças de esculturas religiosas:

**Quadro 2 – Procedência do acervo da imaginária inventariada de Porto Seguro.**

ACERVO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Igreja Nossa Senhora da Pena	26	42,6%
Igreja Nossa Senhora da Ajuda	11	18%
Igreja São Benedito	8	13,1%

Igreja Divino Espírito Santo	7	11,5%
Igreja São João Batista	7	11,5%
Igreja Misericórdia	2	3,3%
TOTAL	61	100%

Fonte: Elaborado pelo autor

Pelo quadro 2, nota-se que quase a metade das peças inventariadas pertence à igreja de Nossa Senhora da Pena. Essa situação não destoia da própria história da referida igreja, que foi sede paroquial única de toda antiga capitania de Porto Seguro, da segunda metade do século XVI até o início do século XVIII. A freguesia solitária tinha dimensões bastante dilatadas, tendo que contar com o auxílio de algumas ermidas ou capelas sufragâneas à sua jurisdição, como a de Santa Cruz, a de Santo Antônio de Caravelas e a da Conceição, além das igrejas das ordens religiosas (dos jesuítas e dos beneditinos) e das irmandades e confrarias (como a da Misericórdia e do Rosário). Como sede paroquial, a Igreja Nossa Senhora da Pena recebia os recursos da fábrica vindos da coroa portuguesa, abrigava os principais ritos do calendário litúrgico e sediava as principais irmandades estimuladas pelas Constituições do Arcebispado da Bahia, como a do Santíssimo Sacramento, as dedicadas às almas dos fiéis defuntos e as de devoção mariana<sup>9</sup>. Nestas condições, a igreja da Pena facilmente se tornou a proprietária de maior quantidade de imagens religiosas, especialmente depois da

9 De acordo com a Notícia do Bispado do Rio de Janeiro, em 1687, entre as freguesias que integravam a região fora do recôncavo da Guanabara, constava a informação de que a "6ª igreja paroquial é a de Nossa Senhora da Pena, [onde] Sua Majestade é o seu padroeiro, e apresenta vigário dando-lhe côngrua da sua Real Fazenda, e atualmente é vigário o Padre Manoel Gomes de Oliveira. Tem (corroído) irmandades seguintes, a do Santíssimo Sacramento, a de Nossa Senhora da Pena, a de Nossa Senhora do Amparo, a de S. Luzia, e do nome de Jesus. Compreende 141 fogos, em os quais há a comunhão 495 pessoas brancas, e 250 escravos. No seu distrito acham-se 4 ermidas sufragâneas a saber, a de Nossa Senhora do Rosário, a de S. Sebastião, a de Nossa Senhora da Ajuda, a de S. André, cujos padroeiros são seculares. Acha-se mais uma ermida da Misericórdia da invocação do Bom Jesus. Além disto tem os padres da Companhia de Jesus uma casa com sua igreja, em que assistem, os quais tem debaixo da sua administração duas aldeias de índios; e assim mais outra com a invocação de S. Francisco dos padres de S. Bento".



segunda metade do século XVIII, quando a construção do novo templo garantiu mais espaço e altares para as devoções populares.

A igreja de Nossa Senhora da Ajuda aparece com o segundo maior acervo da imaginária inventariada. Esta condição se explica pela sua transformação imediata em um santuário, ainda no período colonial. Como polo de atração de milhares de romeiros, as esculturas religiosas ocuparam lugar central na reprodução dos laços entre os fiéis devotos e suas formas de piedade popular. A pequena ermida carrega consigo também peças que retratam a história daquela região da margem esquerda do rio Buranhém, como a imagem de Santo Amaro que supostamente pertencia à igreja da povoação do mesmo nome e uma imagem de São Bento da antiga fazenda Taípe dos padres beneditinos, na região do rio homônimo. Com a destruição dessas antigas igrejas, o santuário da Senhora da Ajuda teria abrigado as referidas esculturas, que antigamente arregimentavam numerosos devotos.

Por fim, as demais igrejas refletem atuações de outras organizações religiosas extremamente importantes na formação do campo religioso em Porto Seguro. A igreja de São Benedito carrega consigo um duplo acervo que retrata etapas distintas da sua história. Inicialmente, ela foi a antiga capela de São Salvador, criada em 1621 para ser a nova sede da Companhia de Jesus na capitania. Por essa origem, a igreja abriga imagens típicas da devoção jesuítica, como a escultura de Santo Inácio de Loyola. Depois da expulsão dos padres jesuítas em 1760, a igreja se transformou na sede das devoções da população negra, abrigando as irmandades de Nossa Senhora do Amparo, de São Benedito, de Santa Efigênia e de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Com isso, ganhou o nome inicialmente de Igreja do Rosário e, em seguida, de São Benedito, tornando-se o principal arquivo das imagens de religiosas dos santos (de) negros (CANCELA, 2020). As igrejas de Trancoso e Verde, que juntas somam 23% das peças, representam a atuação da Companhia de Jesus junto os povos indígenas, pois, desde o século XVII, estas povoações estavam sob a

## SUMÁRIO



administração dos padres inacianos e, com a expulsão da ordem na segunda metade do século XVIII, se transformaram em vilas de índios administradas pela igreja secular, mantendo os mesmos oragos de antes (CANCELA, 2021). Por fim, o menor acervo pertence à igreja da Santa Casa da Misericórdia de Porto Seguro, considerada a primeira confraria pia da América portuguesa, cuja restrição na coleção de esculturas devocionais deve ser explicada pela sua atuação religiosa mais restrita aos seletos membros da vila e aos serviços mais assistenciais que religiosos que caracterizavam sua atuação.

Identificada a origem do acervo analisado, parte-se agora para o estudo das invocações da imaginária porto-segurense, que revela muito mais do que evidências da história da religião. As formas de piedade, a geografia das devoções e as associações de fé carregam consigo aspectos da vida social, política, econômica e cultural daquela sociedade. Mais que um repositório institucional da ortodoxia católica, as esculturas religiosas encarnavam sentidos, histórias, traduções e representações que se articulavam com as agruras da vida mundana. Nesse sentido, conhecer o acervo a partir desta abordagem é uma forma de conhecer também as características mais gerais da sociedade local nos séculos XVIII e XIX, período de maior incidência de datação das peças inventariadas.

## SUMÁRIO

**Quadro 3 – Principais invocações da imaginária inventariada de Porto Seguro.**

INVOCAÇÃO	QUANTIDADE
Cristo Crucificado	16
São Benedito	4
São Bento	3
São João Batista	3

São Sebastião	3
Nossa Senhora da Ajuda	2
Menino Jesus	2
Nossa Senhora do Rosário	2
Santana Mestra	2
Santo Antônio	2
Outros	22
TOTAL	61

Fonte: Elaborado pelo autor.

## AS REPRESENTAÇÕES DE CRISTO

Com 33% das peças dedicadas a representar Jesus, a coleção cristológica lidera as invocações do acervo estudado (Quadro 3). De um modo geral, estas peças se dividem, basicamente, em duas tipologias: aquelas que retratam a fase da infância do nazareno e as que trazem os temas relacionados ao tempo pascal (paixão, crucificação, morte e ressurreição). No primeiro caso, minoritário com apenas três imagens, Jesus aparece nu, como símbolo de sua humildade e, também, de sua humanidade. Geralmente seu uso estava articulado à montagem do presépio na igreja ou ao ritual de apresentação do Menino Jesus na missa natalina. No entanto, uma dessas peças tem singular resolução: trata-se do Senhor do Mundo, uma escultura de Jesus criança, nu, em pé sobre o globo terrestre e com uma das mãos levantadas a abençoar os fiéis. Atualmente, esta imagem se encontra no altar colateral do lado do Evangelho na Igreja Nossa Senhora da



SUMÁRIO

Pena, mas, originalmente, sua colocação era no altar-mor da igreja dos jesuítas (atual Igreja São Benedito), onde era o orago com o título de São Salvador. Com a expulsão dos jesuítas, as devoções foram ganhando novas dinâmicas e tempos depois o santo acabou por ser transferido para a igreja matriz, recebendo, inclusive, a nomeação popular de “Senhor da Bola”.

No segundo caso, existe uma variedade de representações de riquíssima qualidade, com diferentes faturas, variados usos e distintas formas de devoção. Deste grupo, o quadro mais homogêneo (embora com diferentes resoluções nos acessórios, na expressão anatômica e no tamanho) é formado pelos doze crucifixos que eram produzidos para ocupar o lugar solene nas banquetas de altares ou no interior dos oratórios. Também se destaca outro grupo de quatro Cristos Crucificados, de grandes dimensões, chegando em alguns casos ao chamado “tamanho natural”, que ocupam ainda hoje lugar de destaque nos altares das igrejas da cidade, especialmente no último degrau do trono do altar-mor. O mais conhecido deles é o Senhor Bom Jesus da Misericórdia (também conhecido como Santo Cristo), orago da igreja da antiga confraria da Santa Casa da Misericórdia, que possuía um hospital em lugar ainda não identificado até o século XIX em Porto Seguro (Figura 2). Essa imagem, ainda hoje, reina bela e solitária no altar-mor da Igreja da Misericórdia, no Centro Histórico de Porto Seguro, com seus 152 centímetros de altura e 136 de largura, delicada expressão anatômica, com músculos e veias em destaque e com grande realismo nas marcas de sangramento.

O último grupo de representação de Jesus é composto por imagens que, desde o século XVIII até os dias atuais, despertam grande fervor devocional na população local por retratarem, com realismo e dramaticidade, a paixão e ressurreição de Cristo. Embora não sejam quantitativamente representativas, restringindo-se apenas ao acervo da igreja matriz e a uma peça de cada invocação, essas imagens têm destacado valor histórico, artístico e religioso. A escultura do Senhor

dos Passos (Figura 3), datada do século XVIII, é uma imagem de vestir, por apresentar tórax e pernas com entalhes simplificados, possuindo articulação nos joelhos, pernas e cotovelos, com uma expressividade singular ao trazer a boca entreaberta, dentes de marfim, olhos de vidro, sangramentos vivos, cabelos humanos e tamanho natural– tudo ao estilo clássico do barroco. O Senhor Morto (Figura 4), datado do século XIX, possui delicada resolução anatômica e tem articulação nos ombros, possibilitando seu uso nos ritos da Crucifixão (quando aparece preso na cruz), do Descimento da Cruz (quando é retirado do madeiro e colocado no colo de Maria) e do Enterro (quando é posto num esquife e sai em procissão pelas ruas da cidade). Além destas imagens que ainda hoje são utilizadas nos rituais da Semana Santa, também se destaca a imagem oitocentista do Sagrado Coração de Jesus, entronada no altar colateral da igreja matriz destinado ao culto à Eucaristia, cuja arquiconfraria responsável pela sua devoção se instalou oficialmente na cidade no ano de 1897 e ainda hoje mantém viva a tradição devocional ao santo.

**Quadro 4 – Representações de Jesus Cristo na imaginária de Porto Seguro**

INVOCAÇÃO	QUANTIDADE
Cristo Crucificados	16
Menino Jesus	2
Senhor do Mundo	1
Senhor dos Passos	1
Senhor Morto	1
Coração de Jesus	1
TOTAL	22

Fonte: Elaborado pelo autor.

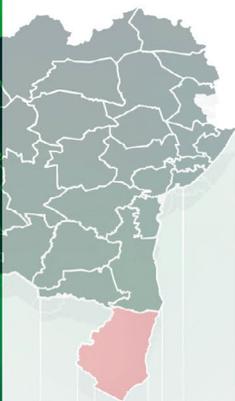


Figura 3 – Senhor dos Passos.



Fonte: Eric Hess, IPHAN, 1939.

Figura 4 – Senhor Morto.



Fonte: Autor, 2020.

## SUMÁRIO

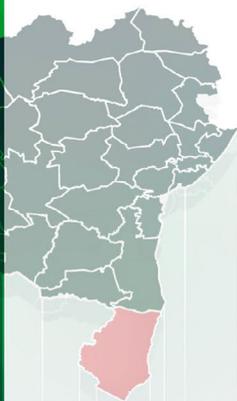
### AS DEVOÇÕES MARIANAS E ASSOCIADAS

Porto Seguro se tornou uma cidade mariana. A devoção a Nossa Senhora se espalhou rapidamente na região, acompanhando a dinâmica da ocupação colonial, o avanço das ordens religiosas comprometidas com o culto à mão de Jesus e às diversas formas de piedade popular. A igreja matriz da cidade recebeu a Virgem da Pena como padroeira, ainda na década de 1530. Os jesuítas dedicaram sua primeira capela local à Senhora da Ajuda, em 1550, que rapidamente se transformou no primeiro santuário mariano no Brasil. Nas capelas e

nas demais igrejas porto-segurenses, altares marianos se ergueram, desde o período colonial, abrigando ritos devocionais de irmandades, como a de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora do Rosário. Assim, mesmo que não tenha existido uma titulação preferencial, nem mesmo um volume elevado de número de peças dedicadas à Maria, o quadro 5 evidencia a presença de onze imagens marianas, com destaque para as devoções a Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora da Conceição e Senhora Santana.

Essas três titulações marianas possuem histórias e significados diferentes. Os padres jesuítas homenagearam Nossa Senhora da Ajuda como retribuição ao nome da embarcação responsável pelo transporte da primeira missão da Companhia de Jesus para a América portuguesa, junto com a comitiva de Tomé de Souza, em 1549<sup>10</sup>. Protetora dos navegantes e soldados, que sempre precisavam da ajuda divina em um tempo de expansão marítima e de guerras coloniais, Nossa Senhora da Ajuda ganhou relevância pelos seus poderes miraculosos, manifestados inicialmente na sua suposta intervenção na erupção de uma fonte que auxiliou a construção de sua ermida. A partir daí, a igrejinha se transformou num concorrido santuário, cujas crônicas religiosas coloniais sempre registraram sua relevância como um dos mais importantes centros devocionais do Brasil. No século XVII, por exemplo, Baltasar Teles (1645, p. 467) ao redigir sua *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, descreveu a igreja da Ajuda como a “casa de maior concurso e devoção que há por aquelas partes do Brasil, pelos grandes e prodigiosos milagres que a Senhora ali vai obrando”. O frei Agostinho de Santa Maria, quando inventariou todas as devoções à Virgem Maria do império português na sua monumental obra intitulada *Santuário Mariano*, também destacou, em 1722, a relevância da igrejinha da Ajuda de Porto Seguro, afirmando que “concor-

10 Esta não foi a única igreja que os jesuítas dedicaram a Nossa Senhora da Ajuda. Em Salvador, em 1549, quando Tomé de Souza iniciou a construção da cidade, os jesuítas ergueram a primeira igreja na nova urbe, dedicando-a exatamente à Virgem da Ajuda.



reram daí por diante a estas águas milagrosas e santa ermida (qual a de Nazaré ou do Loreto) os povos todos, como a oficina de milagres, que experimentavam a cada passo e experimentam ainda hoje os que com fé visitam aquele santuário” (SANTA MARIA, 1722, p. 257). Curiosamente, no INBMI, os técnicos do IPHAN classificaram a suntuosa e histórica imagem da Ajuda, entronada no altar-mor após a reforma da ermida no século XVIII, como se fosse de Nossa Senhora do Amparo – o que de pronto se corrigiu na elaboração deste trabalho.

O culto à Nossa Senhora da Conceição, por sua vez, tem relação com a presença dos padres franciscanos. Embora nunca tenham fixado raiz definitiva em Porto Seguro antes da segunda metade do século XIX, quando os capuchinhos chegaram para missões regulares na região e se consolidam no século XX a ponto de administrarem a igreja paroquial de Nossa Senhora da Pena, os frades franciscanos foram responsáveis pela criação da primeira igreja local, pelas primeiras ações de missiologia com os indígenas no século XVI e estavam envolvidos na conjuração que denunciou o primeiro capitão donatário Pero de Campo Tourinho à Inquisição. Defensores do dogma da imaculada concepção de Maria, os padres seráficos, muito antes da institucionalização desse culto no século XIX, espalharam a devoção a esta invocação mariana, que, posteriormente, foi ampliada depois que d. João IV, em 1646, elevou a Virgem da Conceição à condição de Imperatriz do Reino, durante o processo da restauração portuguesa. O padrão iconográfico dominante de Nossa Senhora da Conceição busca afirmar aspectos centrais de seu dogma: uma doce figura feminina de pé, com os cabelos longos sobre os ombros e com túnica branca, manto azul e véu curto sobre a cabeça, tendo as mãos postas em atitude de oração na altura do peito e, fiel ao texto apocalíptico, se assenta sobre o crescente de lua entre nuvens, rodeada de formosos querubins e, em algumas vezes, pisando numa serpente (OLIVEIRA, 2008). Na coleção porto-segurense, merece destaque a imagem da Conceição da igreja matriz, classificada pelos técnicos do IPHAN como

## SUMÁRIO



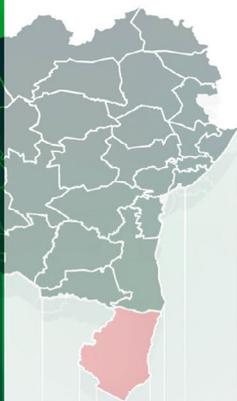
uma “magnífica peça da imaginária luso-brasileira” (IPHAN, 1997), por possuir elegante movimentação do corpo, estofamento com delicadas curvas em “S” e “C” e expressiva resolução facial, além, obviamente, da existência de encantadores querubins dispostos em posições assimétricas (Figura 5).

**Figura 5 – Detalhe Nossa Senhora da Conceição.**



Fonte: Autor, 2021.

Por fim, culto a Santana, considerado como uma devoção associada à Maria, tem também sua difusão relacionada à atuação de jesuítas e franciscanos. Mais uma vez, a doutrina da imaculada concepção de Maria estimulou a devoção a sua mãe Santana. Seguindo uma versão da sagrada família, a representação de Santana muitas vezes esteve acompanhada da figura de seu esposo Joaquim e de Maria na fase infantil, recebendo o título de Santana Mestra ou de Santana Guia. Em todas as versões, o objetivo era transmitir uma ideia “de uma mãe devota à educação exemplar da filha, direcionando-a no caminho da perfeição, da castidade, da obediência a Deus, e espelhada nos



valores religiosos prescritos nos livros sagrados” (ALVES, 2005, p. 74). O Museu de Arte Sacra da Misericórdia, no Centro Histórico de Porto Seguro, abriga um conjunto da sagrada parentela, com a Santana representada como Mestra, sentada numa poltrona e Maria a observar as escrituras, tendo ao lado uma imagem de São Joaquim a observar atentamente a cena. Datadas na transição do século XVIII para o XIX, essas peças são, provavelmente, produto de uma oficina regional, apresentando fatura semierudita, com delicada movimentação da vestimenta, carregada de pregas volumosas, aliada à dificuldade na resolução da expressão facial.

Esta análise a partir dos dados quantitativos representa, apenas em parte, as práticas devocionais marianas da população local. Quando se observa as narrativas religiosas, as formas de piedade popular e as celebrações litúrgicas, o culto a Nossa Senhora da Pena (Figura 6), a Nossa Senhora da Ajuda e a Nossa Senhora das Dores (Figura 7) ganha significativo relevo. E isso não apenas por meio da existência de documentação escrita, fotográfica e oral em abundância na cidade, mas também pela própria manutenção destas devoções nos dias de hoje. A Virgem sob os títulos da Pena, da Ajuda e das Dores se transformou na Senhora preferida em culto, preces e piedade da população católica da cidade:

## SUMÁRIO



Figura 6 – Nossa Senhora da Pena.



Fonte: Eric Hess, IPHAN, 1939.

Figura 7 – Nossa Senhora das Dores.

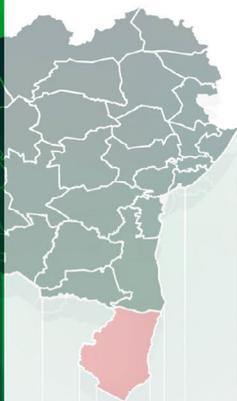


Fonte: Autor, 2021.

Quadro 5 – Representações da Virgem Maria e associadas em Porto Seguro.

INVOCAÇÃO	QUANTIDADE
Nossa Senhora da Ajuda	2
Nossa Senhora do Rosário	2
Santana Mestreira	2
Nossa Senhora da Conceição	1
Nossa Senhora das Dores	1
Nossa Senhora da Pena	1
Nossa Senhora	1
Senhora Menina	1
TOTAL	11

Fonte: Elaborado pelo autor.

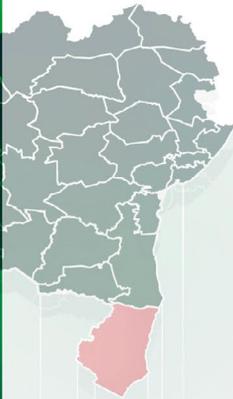


## OS SANTOS (DE) NEGROS

A presença de santos de devoção particular da população negra é percebida com facilidade no acervo das imagens religiosas inventariado em Porto Seguro. Para além de revelar uma estratégia de dominação dos africanos escravizados que se reproduziu em todo território colonial, a existência deste acervo demonstra também o protagonismo dos negros na produção de formas singulares de religiosidade, bem como de sociabilidade e solidariedade, principalmente por meio das irmandades. Em Porto Seguro, São Benedito foi o santo preferido da devoção da população negra, cuja presença nos altares de quase todas as igrejas históricas porto-segurense representa um fato marcante (Quadro 6).

Natural da Sicília, Benedito era filho de dois africanos da Etiópia que viviam na Itália na condição de escravizados. Com apenas 20 anos, tornou-se frade franciscano e, embora fosse negro e analfabeto, conquistou grande popularidade por suas virtudes e prodígios miraculosos. O frade negro morreu em 1586 e sua fama alimentou a rápida abertura do processo de beatificação no ano de 1592. No entanto, certamente por conta de sua origem racial, Benedito somente foi elevado à condição de santo em 1807. A introdução da devoção ao santo em Porto Seguro se deu no contexto da conquista e colonização portuguesa, que, comprometida e dependente da escravidão, instrumentalizou a existência de santos negros para facilitar o processo de evangelização e disciplinarização dos africanos e seus descendentes (cf. VIEIRA, 2015).

Nas quatro imagens de São Benedito existentes no acervo tombado de Porto Seguro, reproduz-se os principais modelos de representação iconográfica do santo. Na liderança, com um total de 3 peças, aparece a representação do modelo chamado Benedito “padrinho car-



## SUMÁRIO

regador” (AUGRAS, 2005, p. 60), de origem italiana, no qual o santo aparece jovial, vestido com o hábito marrom dos frades menores, cordão amarrado na altura da cintura com os três nós que caracterizam os votos franciscanos da pobreza, obediência e castidade, tendo nos braços a imagem do Menino Jesus. Esse modelo foi o mais difundido no Brasil durante os séculos XVIII e XIX, especialmente nas regiões onde havia presença de população negra escravizada, pois o contraste das cores de Benedito e Jesus serviam também para demarcar, de forma hierárquica, o lugar de servir dos negros em relação aos brancos (FIUME, 2009). A imagem da igreja de São Benedito (Figura 8), por sua vez, pode ser enquadrada num modelo mais eclético, com atributos do chamado modelo português do Benedito “das flores”, que mantem alguns padrões da representação anterior, substituindo o Menino Jesus por um ramo de flores, em referência ao suposto milagre de transformação do pão em flores, além de atributos do modelo espanhol denominado “Milagre do sangue”, no qual o santo aparece com um coração ou uma trouxa de tecido na mão (OLIVEIRA, 2017).

Outra invocação do panteão negro é a de Santa Efigênia, que desde o final do século XVIII encontra-se entronada no altar-mor da igreja de São Benedito, no Centro Histórico de Porto Seguro. O modelo iconográfico mais comum desta santa retrata aspectos marcantes de sua história. Segundo consta na tradição hagiográfica, após sua conversão ao cristianismo, Efigênia teria fundado um convento dedicado à Nossa Senhora do Carmo, na região africana da Núbia. A igreja conventual sofreria um ataque promovido por um parente pagão da religiosa, cujas chamas teriam sido apagadas pela intercessão de suas fervorosas orações. Por conta dessa narrativa, as representações de Santa Efigênia trazem, geralmente, uma religiosa negra vestida de hábito carmelita, carregando em uma de suas mãos uma igreja em miniatura a pegar fogo e, de acréscimo, uma cruz, palma ou livro na outra mão. Na única imagem porto-segurense dedicada à santa, a representação destoa do padrão mais comum, pois não há a presença

da igreja (principal atributo da invocação) e a palma é substituída por uma pena – muito parecida em sua elaboração ao atributo da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Pena, como se quisesse produzir uma versão africanizada daquela devoção dominante (Figura 9).

Por fim, tem a imagem de Nossa Senhora do Rosário, intitulada especificamente de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Ao que tudo indica, a irmandade dos negros de Porto Seguro dedicada à devoção da Senhora do Rosário tem origem no século XVII. As Notícias do Bispado do Rio de Janeiro, de 1687, informa a existência de uma ermida dedicada à santa na parte alta da cidade. Mais de cem anos depois, no fim do século XVIII, quando os “irmãos pretinhos da Senhora do Rosário” solicitaram, junto com a irmandade de São Benedito, a antiga capela dos jesuítas para celebrar sua devoção, afirmaram que a antiga capela que tinham estava “de toda destruída e aniquilada” (cf. CANCELA, 2020). A presença da irmandade do Rosário para devoção da população negra em Porto Seguro está em sintonia com a existência de inúmeras associações dessa mesma devoção espalhadas no mundo atlântico português que, inicialmente, foram estimuladas como um recurso para a conversão dos africanos e seus descendentes, mas que, com o passar do tempo, se transformaram num espaço de sociabilidade, solidariedade e de formas de piedades singulares (REGINALDO, 2011).

A imagem do Rosário dos Pretos está depositada no nicho central do altar-mor da igreja de São Benedito. Datada do século XIX, tem apenas a cabeça e as mãos esculpidas e encarnadas com singelo grau de sofisticação. O tronco e sua veste têm entalhes bastante simplificados – o que exige a necessidade de vestir uma túnica de tecido para sua exposição pública. De acordo com Maria Regina Quites (2006, p. 250), essas são características das chamadas “imagens de vestir”, que possuem “partes esculpidas de forma completa e policromadas, no geral cabeça, mãos, pés, e às vezes braços e pernas, que geralmente recebem esmerado tratamento da talha e da carnação, pois sempre

## SUMÁRIO



ficam visíveis”, podendo ter, por outro lado, “policromia simplificada nas partes escondidas sob as vestes ou mesmo a madeira aparente”. Ainda segundo essa autora, a escolha desse tipo de escultura pode resultar em um menor custo na encomendação das imagens, pois “gastava-se menos com o trabalho do escultor e do policromador” (QUITES, 2006, p. 275). No entanto, adverte que, na verdade, a opção por vestir as imagens pode ter sido resultado de um gosto devocional que possibilitava maior vinculação entre os fiéis devotos e a santa, já que os membros da irmandade, por exemplo, teriam que produzir vestimentas de tecidos para cada ocasião litúrgica e celebrativa.

**Quadro 6 – Santos negros e de devoção da população afro-brasileira em Porto Seguro.**

INVOCAÇÃO	QUANTIDADE	LOCALIZAÇÃO
São Benedito	4	Igreja de São Benedito – Porto Seguro; Igreja de Nossa Senhora da Ajuda – Arraial d’ Ajuda; Igreja de São João Batista – Trancoso; Igreja do Divino Espírito Santo – Vale Verde
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	1	Igreja de São Benedito – Porto Seguro
Santa Efigênia	1	Igreja de São Benedito – Porto Seguro
TOTAL	6	

Fonte: Elaborado pelo autor.



Figura 8 - São Benedito.



Fonte: Autor, 2020.

SUMÁRIO

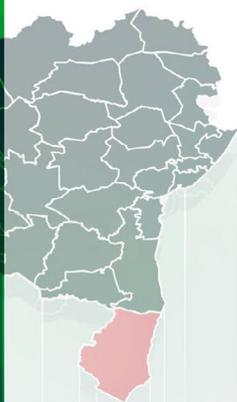


Figura 9 – Santa Efigênia.



Fonte: Autor, 2021.

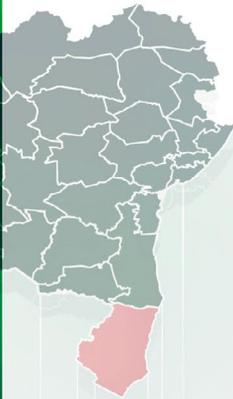
SUMÁRIO



## SANTOS DE DEVOÇÃO POPULAR

Há ainda os santos que possuíram uma maior presença nas igrejas porto-segurense. Não eram necessariamente padroeiros das paróquias, mas ocupavam lugar cativo nos altares, nas festividades e nas fervorosas formas de piedade popular. Ainda que em número pequeno, pois não ultrapassaram três exemplares de cada invocação, estas esculturas religiosas presentes no acervo inventariado podem indicar a predominância de algumas devoções na cidade, revelando não apenas aspectos artísticos das representações, mas também elementos relacionados à história social e cultural da sociedade local. Entre essas invocações se destacam: São Sebastião, São Bento e São João.

O culto a São Sebastião está intimamente relacionado a dois aspectos históricos da formação da região do extremo sul da Bahia. De um lado, a experiência da conquista colonial, que colocava os colonos portugueses em constante estado de guerra contra os inimigos externos (piratas, corsários e estrangeiros) e os inimigos internos (os indígenas não aliados), cuja dinâmica conheceu em Porto Seguro episódios marcantes nos primeiros anos da colonização, como os ataques franceses à feitoria de Santa Cruz e a revolta indígena dos Abatirá. Do outro, a atuação missionária jesuítica, iniciada nestas terras logo na década de 1550, contando com a participação de importantes personagens da Companhia de Jesus, como Manuel da Nóbrega, Aspicueta Navarro e José de Anchieta, cujo trabalho dos “soldados de Cristo” na conversão dos ameríndios exigia sempre enfrentar os conflitos com grupos indígenas dos sertões, com as ambições dos colonos e com a chamada “inconstância da alma selvagem”. Em ambos os casos, a devoção a um santo de vida militar, protetor contra as guerras, pestes e fome, e que sobreviveu às flechadas de seu primeiro martírio, tornou-se um importante recurso teológico, político e catequético.



SUMÁRIO

A documentação colonial faz referência à existência de uma igreja dedicada ao santo na cidade. Em 1939, quando a primeira equipe do IPHAN visitou Porto Seguro, o fotógrafo Eric Hess chegou a registrar a paisagem do “lugar onde estava a antiga igreja de São Sebastião”. Há muito tempo, na secular matriz de Nossa Senhora da Pena, a imagem do glorioso mártir se instala solenemente ao lado da padroeira, demonstrando, por meio dessa geografia das devoções, sua importância na preferência popular. A igreja de Trancoso é a proprietária das outras duas imagens: uma de fatura popular, datada do século XIX e hoje usada exclusivamente para fins processionais; outra datada do século XVIII, portadora de uma “dramaticidade de gestualidade nitidamente barroca” e fica no altar colateral do lado Evangelho (IPHAN, 1997). Tanto em Trancoso, quanto nas demais povoações de origem jesuítica, bem como nas atuais aldeias Pataxó, o dia 20 de janeiro é comemorado com grande devoção popular, sendo comum o levantamento de mastros acompanhado do canto: “arrasta, arrasta, índio da floresta; eu vim aqui para fazer a sua festa; ele é feito de louvor, meu pai querido, São Sebastião”.

A presença da devoção a São Bento, patriarca da ordem beneditina, chama especial atenção. Os beneditinos não tiveram trabalho religioso nas terras porto-segurense. No século XVII, no entanto, passaram a possuir uma grande fazenda doada por um morador local que decidiu viver no mosteiro de Salvador. Localizada nas margens do rio Taípe, entre os atuais distritos de Trancoso e Vale Verde, a fazenda abrigou uma capela dedicada ao santo, que pode ter sido o ponto de disseminação da devoção na região. Ainda assim, não se deve desprezar a fama miraculosa de São Bento. De acordo com Célio Macedo Alves (2005, p. 85), na “crendice popular, tanto em Portugal quanto aqui, o nome do santo está associado à proteção contra picada de serpentes venenosas, já que certa vez tentaram lhe envenenar”. É óbvio que, numa terra que historicamente desenvolveu atividades econômicas realizadas dentro das matas, onde se extraíam madeiras

e se capturavam grupos indígenas, ficar protegido de bichos peçonhentos representava importante medida para a preservação da vida. Na imagem de São Bento da igreja de Nossa Senhora da Pena, que hoje se encontra exposta no Museu de Arte Sacra da Misericórdia, o padrão iconográfico utilizado destaca, além do hábito preto com capuz e báculo como referência a sua condição de abade, um cálice na mão esquerda, atributo alusivo ao episódio da cura do envenenamento.

São João é um santo presente no rol dos mais populares na cultura religiosa brasileira. O seu culto parece ter sido estimulado, do ponto de vista da conversão, como um instrumento da difusão do sacramento do batismo, já que foi ele que batizou, segundo as escrituras cristãs, Jesus no rio Jordão. No inventário analisado, a imagem de São João apareceu nas igrejas do Arraial da Ajuda, de Vale Verde e de Trancoso (onde é o padroeiro), curiosamente todas as povoações foram, de início, área de ação missionária dos padres jesuítas. Das três imagens que retratam São João Batista no acervo de Porto Seguro, duas representam o santo adulto vestido de pele de animal e acompanhado de um cordeiro; e uma traz João como menino, sentado sobre uma rocha, com a mão direita semiaberta a abençoar os fiéis devotos e o braço esquerdo a segurar um carneiro. Essa última imagem, entronada no altar-mor da Igreja São João de Trancoso, data do século XVIII e foi classificada pelos técnicos do IPHAN como uma “peça das mais significativas da imaginária da região, notadamente pelo inusitado tratamento do tema, criando uma imagem ímpar” (IPHAN, 1997).

## ASPECTOS FORMAIS: MATERIAIS, TÉCNICAS E CONSERVAÇÃO

O suporte utilizado em quase todo o acervo da imaginária de Porto Seguro inventariado pelo IPHAN foi a madeira. Apenas uma ima-



gem tem o emprego do barro: a de São Francisco de Assis – uma peça terracota (barro cozido), com policromia relativamente simplificada e com decoração de ornatos em flor-de-lis estilizadas espalhadas sobre o hábito marrom e friso dourado distribuído pelas bordas de toda vestimenta. Nas demais peças, seguiu-se o recurso utilizado em todo o Brasil colonial, principalmente entre os séculos XVIII e XIX, de privilegiar o uso da madeira, considerada como um material mais apropriado ao entalhe e à policromia (HERSTAL, 1956, p. 65), trazendo como vantagens, quando comparadas a outros suportes, o “seu alto índice de resistência, isolamento térmico e acústico e os excepcionais resultados alcançados” (FABRINO, 2012, p. 68).

A hegemonia do emprego da madeira na fatura da imaginária de Porto Seguro pode ter sido influenciada pela histórica relação que a região possui com a atividade madeireira. O território da antiga capitania de Porto Seguro foi, desde o princípio do século XVI e até a segunda metade do século XX, um grande polo de extração e comercialização de madeiras como pau-brasil, jacarandá (pau santo), cedro, vinhático, jequitibá, putumuju, ipê e outras tantas espécies. Nessa sanha madeireira, a sociedade regional se apropriou dos conhecimentos botânicos dos povos indígenas para identificar espécies e melhor explorar as propriedades de cada tipo de madeira, além de ter especializado uma diversidade de trabalhadores que desempenhavam múltiplas funções no complexo processo produtivo que exigia adentrar as matas, reconhecer as árvores, serrar as madeiras, transportar as toras e realizar algumas ações manufatureiras. Nessa empreitada, a região de Porto Seguro se especializou na oferta de artífices que tinham na madeira sua matéria prima e chegou a se inserir num circuito internacional de exportação de dormentes para a construção de estradas de ferro. Sendo assim, é possível que o elevadíssimo número de imagens de madeira em Porto Seguro tenha relação direta com este quadro geral, que pode ter facilitado a criação de oficinas locais ou regionais de produção de esculturas devocionais, como também ter possibilitado



encomendar obras a oficinas de outras regiões ou mesmo países, com a oferta da madeira da região como parte do pagamento do serviço.

O certo é que em todo o Brasil as madeiras mais utilizadas na fatura das imagens devocionais foram o cedro, a canela, o vinhático, o pinho-do-paraná, o cambará e o jacarandá (FABRINO, 2012, p. 68). Curiosamente, essas eram espécies abundantes na região de Porto Seguro e estavam presentes no cotidiano daquela população, fosse na construção das casas ou embarcações, fosse na fabricação de móveis domésticos ou religiosos, fosse na produção de objetos de trabalho ou de decoração. Em 1959, o técnico do IPHAN Jair Brandão, em visita às igrejas de Porto Seguro, investigou por meio da análise física dos suportes de algumas peças da imaginária religiosa o tipo da madeira utilizada, identificando o predomínio do cedro (Nossa Senhora da Pena, Senhor Morto e Senhor Bom Jesus) e do jacarandá (presente na elaboração de quatro crucifixos). Na análise que fez da imagem de Santo Inácio de Loyola, Brandão não somente indicou o uso de outra espécie, como também revelou seu método de observação: “madeira dura e pesada, parecendo pau d’arco. Um pedaço da perna esquerda, incluindo parte da peanha é cedro. Talvez seja uma emenda feita em época posterior”<sup>11</sup>. Na ausência de documentação histórica que informe a trajetória individual das peças que compõem o acervo da imaginária inventariada e fugindo do risco de análises físicas pouco seguras, uma alternativa colocada para o futuro é realizar exames laboratoriais em pequenos pedaços das esculturas que permitam a identificação do tipo de madeira e posterior análise sobre a incidência das espécies na região de modo a ampliar as possibilidades de rastrear a origem das imagens e a provável fatura regional.

Quanto à estrutura, o acervo analisado carece de estudos mais especializados. Nos dados do INBMI, encontram-se informações dis-

11 RELATÓRIO dos monumentos de Porto Seguro elaborado pelo agente do SPHAN Jair Brandão. Salvador, 22 de julho de 1959. Arquivo Noronha - IPHAN, Processo 800-T-68, p. 55.



SUMÁRIO

persas que não permitem realizar um balanço quantitativo seguro das características da imaginária de Porto Seguro. Para ampliar as informações existentes, é fundamental a realização de exames radiográficos que permitirão informar mais precisamente quantas imagens fazem emprego de apenas um bloco de madeira ou quantas utilizam cola ou prego para fixar as partes. Enquanto isso não se faz, o exame a olho nu realizado pelos técnicos do IPHAN durante a elaboração do inventário permitiu identificar o seguinte quadro:

- Bloco único: três peças feitas provavelmente em bloco único, com destaque para imagem de São João Batista, pertencente à igreja de Nossa Senhora d´Ajuda e datada do século XIX, que, embora proporcione uma singular comunicação, tem traços de fatura popular, pois apresenta algumas desproporções anatômicas, olhos pintados sem muita precisão e resoluções sem grande rebuscamento;
- Articulações: três peças com articulações que trazem movimento e mais naturalidade às obras, principalmente para o uso processional e também para celebrações litúrgicas, possibilitando a utilização de uma mesma peça em vários atos, como a imagem do Senhor Morto, datada do século XIX, com articulação nos braços executadas por pregos de metal coberta com couro, que permite seu emprego em três posições e cerimônias distintas: no rito da Crucifixão, no Descimento da Cruz e na Procissão do Enterro – como já visto anteriormente;
- Várias partes: quatorze peças compostas por várias partes fixadas por diferentes técnicas, como tarugo de madeira, encaixes mecânicos e colagem, compreendendo a maior parcela identificada em exame físico, ainda que 41 imagens do acervo inventariado não possuam informações sobre sua estrutura, carecendo de investigações mais objetivas.

No que se refere à policromia, a imaginária devocional porto-segurense tem características com certo grau de diversificação. Na carnação das peças, ou seja, na pintura da cor da pele das partes do corpo mais visíveis, predominam as cores creme, bege e rosa, executados a óleo ou em têmpera oleosa, confirmando o desejo da europeização das representações mesmo se tratando de uma terra com forte presença de populações indígenas, negras e mestiças. No estofamento, isto é, na pintura que busca imitar as vestimentas das esculturas, os artistas fizeram uso predominantemente do esgrafito e da pintura a pincel<sup>12</sup>. De qualquer forma, importante destacar que em várias peças os técnicos do IPHAN notaram que as repinturas realizadas ao longo do tempo haviam comprometido a preservação das características originais das peças, dificultando, inclusive, a análise estilística.

O uso de folhas metálicas de ouro está presente nas imagens sacras de Porto Seguro, ainda que em número modesto e majoritariamente de modo bastante econômico. Das 61 esculturas analisadas, apenas 19 têm algum tipo de douramento no seu estofamento. Destes, algumas imagens têm somente a colocação singela do douramento no formato de frisos nas bordas das vestimentas ou no destaque de algum atributo do santo (Figura 10). Na maioria, a decoração realizada com folhas metálicas usou quase que exclusivamente de motivos fitomorfos, como ramagens e flores, sendo possível identificar o uso associado de formas geométricas (Figura 11). Poucas peças tiveram uso exagerado do douramento, sendo a imagem da religiosa negra Santa Efigênia a mais destacada, com douramento completo da coifa sobre sua cabeça, grandes e chamativas ramagens douradas sobre o

12 De acordo com Beatriz Coelho (2005, p. 240), a técnica do esgrafito é executada “depois de aplicada e burnida a folha de ouro, a superfície é pintada (geralmente com têmpera), e, quando está em fase de secagem, removem-se partes da camada colorida com ferramenta de ponta fina, deixando aparecer o douramento ou prateamento, formando-se então os desenhos desejados”. Já a pintura a pincel é definida pela mesma autora como aquela “executada com pincel fino sobre partes coloridas do esgrafito, para destacar motivos fitomorfos, em representações de flores, ramos e folhas; ou para a representação completa desses elementos, com pincéis de espessura variada” (COELHO, 2005, p. 241)



véu preto curto e, também, florões, frisos e cordões dourados sobre a túnica talar em preto (cf. Figura 9).

**Figura 10 - Detalhe do douramento no cordão de Santo Inácio .**

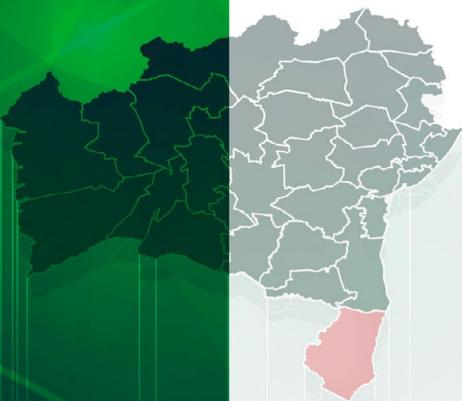


Fonte: Autor, 2021.

**Figura 11 - Detalhe do douramento no estofamento do Sagrado Coração.**



Fonte: Autor, 2021.



O quadro 7 apresenta o estado de conservação das esculturas religiosas registradas no INBMI. Passados mais de 20 anos, esses dados já não retratam as reais condições da imaginária porto-segurense. Ainda assim, servem para notar a situação crítica da preservação do patrimônio cultural da cidade. Em 1997, o estado geral do acervo já era preocupante: apenas pouco mais de 1/5 das peças tinham condições de conservação classificadas como boa, sendo que nenhuma peça possuía classificação como excelente. Quase a metade do acervo foi considerada em estado de conservação regular – o que não representava necessariamente um fato positivo, pois o critério de classificação parece ter sido bastante subjetivo. A imagem de São Miguel de Vale Verde, por exemplo, foi considerada em estado regular, ainda que tivesse com “perda de parte do dedo indicador da mão esquerda”, fissuras causadas por “ataques de insetos xilófagos na base” e manchas no manto por uso de algum produto “inadequado para a limpeza”. Com isso, pode-se considerar que somente as peças classificadas como em “bom” estado de conservação traziam, naquela ocasião, condições mais seguras de preservação de seus aspectos formais, representando, infelizmente, apenas 24,6% do acervo.

A atualização do diagnóstico do estado de conservação da imaginária tombada de Porto Seguro é uma medida urgente. Certamente, esse exercício vai possibilitar identificar que a maior parte do acervo hoje está em estado crítico. Houve uma evidente piora do quadro geral. A imagem de São Benedito da Igreja de Trancoso (Figura 12 e 13), por exemplo, tinha sido classificada como em mau estado de conservação, apresentando na época “fissura na cabeça e parte superior do hábito. Ataque xilófagos na cabeça e parte posterior do hábito. Repintura do hábito e da talha em processo de desagregação”. O registro fotográfico atual revela como os problemas se acentuaram, com ampliação da fissura, aumento do ataque de insetos xilófagos em outras partes da escultura, como no capuz, e lacuna nas emendas.

## SUMÁRIO



SUMÁRIO

De um modo geral, os principais problemas encontrados foram:

- Lacunas provocadas por ataques de insetos xilófagos (que se alimentam de madeira e derivados da celulose), resultado da ausência de uma prática de conservação preventiva, como limpeza mecânica regular para eliminação de excrementos, insetos mortos, casulos, ninhos e teias, bem como do controle ambiental com uso de alguns pesticidas seguros para extinguir a presença de pragas;
- Desprendimento e perda da camada pictórica da carnação e do estofamento, resultado do desgaste do tempo em peças sem nenhum tipo de aplicação de verniz de proteção e do inadequado uso processional, tendo em vista que os andores possuem, em geral, um vergalhão de madeira por onde a imagem é amarrada, causando atrito que desgasta a pintura, como pode ser visto na imagem de Santa Luzia (Figura 14);
- Fissura entre as junções dos blocos, com predominância de lacunas diagonais na cabeça e no rosto, com descolamento da parte retirada para fixação dos olhos de vidro (Figura 15);
- Mutilação com perdas parcial ou total de partes, especialmente de dedos e mãos.



Figura 12 - Detalhe da fissura na parte superior de São Benedito.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 13 - Detalhe dos ataques na parte inferior de São Benedito.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 14 - Detalhe da perda pictórica de Santa Luzia.



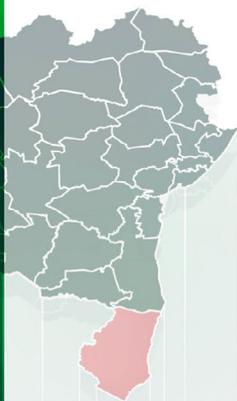
Fonte: Autor, 2021.

Figura 15 - Detalhe da fissura facial de São Bento.



Fonte: Autor, 2021.

SUMÁRIO



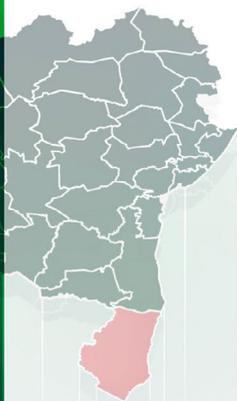
**Quadro 7 – Estado de conservação  
da imaginária porto-segurense.**

CONDIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Excelente	0	0%
Bom	15	24,6%
Regular	30	49,2%
Mau	15	24,6%
Péssimo	1	1,6%
TOTAL	61	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

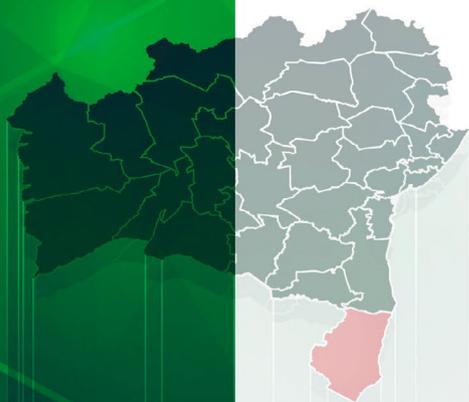
Com este trabalho buscou-se demonstrar a importância artística, histórica e cultural da imaginária porto-segurense tombada pelo IPHAN. Produzidas por diferentes métodos e técnicas, as peças aqui analisadas possuem marcas de diferentes estilos, escolas e pensamentos artísticos. Criadas em contextos históricos específicos, revelam formas de ver, ser, sentir e viver de grupos sociais, étnicos e religiosos. E, como expressão de sentidos, esse acervo revela as crenças, as religiosidades, as visões de mundo, especialmente dos segmentos populares. No entanto, para além de destacar a relevância dessa parcela do patrimônio cultural local, o presente estudo também apresenta desafios a serem enfrentados na perspectiva da preservação e promoção da imaginária porto-segurense.



O primeiro desafio diz respeito à criação de políticas públicas municipais de cultura voltada para o patrimônio cultural. O município precisa elaborar e implantar uma ação regular de levantamento de dados, de pesquisa e de educação patrimonial sobre os bens culturais locais, reconhecendo esta prática como um exercício básico de conservação do patrimônio municipal. Atualizar as informações dos inventários já disponíveis é um passo urgente e necessário, pois permite ter dimensão das tarefas a serem enfrentadas. E, também, articular junto ao IPAC e ao IPHAN a realização de projetos de restauração do acervo, que se encontra bastante ameaçado por seu crítico estado de conservação.

Outro desafio é envolver a comunidade local na preservação. A igreja, por exemplo, poderia estimular a implantação de um trabalho pastoral que valorizasse a preservação do seu acervo, estimulando práticas simples de conservação preventiva nas paróquias. As universidades instaladas na região, como a Universidade do Estado da Bahia - UNEB e a Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, podem colaborar nas ações de pesquisa e difusão. E, por fim, as escolas poderiam se envolver através de uma proposta curricular que contemple experiências de educação patrimonial.

Um último de desafio se converte em campo de possibilidades. O estudo aqui realizado abre espaço para futuras investigações. É possível desenvolver pesquisas sobre diversos temas que foram tratados de forma genérica, elaborando estudos específicos sobre a policromia das imagens, os tipos de fatura e a possível existência de oficinas locais, as devoções e suas expressões além das esculturas, entre outros. Lançados os desafios, resta torcer para que eles se revertam em boas práticas de conservação e promoção desta parcela importante do patrimônio cultural de Porto Seguro.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Célio Macedo. Um Estudo Iconográfico. In: COELHO, Beatriz (Org). *Devoção e Arte: Imaginária Religiosa em M.G.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

AUGRAS, Monique. *Todos os santos são bem-vindos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Arte sacra no Brasil colonial*. Belo Horizonte: C/Artes, 2011.

CANCELA, Francisco. A devoção a São Benedito e a memória afro-brasileira em Porto Seguro: notas para um novo paradigma interpretativo do patrimônio cultural da "Terra mãe do Brasil". In: CARMO, Bougleux Bomjardim da Silva. (Org.). *Estado e sociedade sob olhares in(ter)disciplinares: experiências e perspectivas territoriais no Sul da Bahia*. 1ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

CANCELA, Francisco. Extensão universitária, museu e preservação cultural: a experiência de gestão compartilhada do Museu de Arte Sacra da Misericórdia e a documentação de seu acervo de esculturas devocionais. *Patrimônio e Memória* (UNESP), v. 16, p. 6-39, 2020.

CANCELA, Francisco. Freguesias de índios na antiga capitania de Porto Seguro: administração religiosa, atuação dos párcos e protagonismo dos paroquianos indígenas no tempo do Diretório. *Saeculum – Revista de História*, Recife, n. 44 jan./jun. 2021.

CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

COELHO, Beatriz. Materiais, técnicas e conservação. In: COELHO, Beatriz (org.). *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2002.

CONCEIÇÃO, Frei Apolinário da. *Primazia seráfica na regiam da América*, novo descobrimento de santos, e veneráveis religiosos da ordem Seráfica, que ennobrecem o Novo Mundo com suas virtudes, e aççoens. Lisboa: na Oficina de Antonio de Souza da Silva, 1733

ETZEL, Eduardo. *Imagem Sacra Brasileira*. São Paulo, Edições Melhoramentos /Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

FABRINO, Raphael João Hallack. *Guia de Identificação de Arte Sacra*. Rio de Janeiro: PEP/MP/IPHAN, 2012.



SUMÁRIO

FIUME, Giovanna. Antônio etíope e Benedito, o mouro: o escravinho santo e o preto eremita. *Revista Afro-Ásia*, CEAO-UFBA, Salvador, nº 40, pp. 51-104, 2009.

HERSTAL, Stanislaw. *Imagens religiosas do Brasil*. São Paulo: Grafitec, 1956.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados*. Módulo III – Recôncavo e Extremo Sul, vol. 44. Salvador: IPHAN/Fundação VITAE, 1997.

JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou crônica dos frades menores da Província do Brasil (1761)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1858.

LACOMBE, Américo Jacobina. Parecer referente ao processo 13/85, apresentado na 116ª reunião do conselho consultivo do IPHAN. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1985. Arquivo Central do Iphan-Seção Rio de Janeiro.

MARIA, Agostinho de Santa. *Santuário Mariano, e História das Imagens milagrosas de Nossa Senhora [...]*. Tomo Nonoo e Décimo. Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1722.

OLIVEIRA, Joyce Farias de. *Niger, sed formosus: A construção da imagem de São Benedito*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Arte, 2017.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro*. Brasília, DF : IPHAN / Programa Monumenta, 2008.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

QUITES, Maria Regina Emery. *Imagem de Vestir: revisão de conceitos através de estudo comparativo entre as Ordens Terceiras Franciscanas no Brasil*. 2006. 383p. Tese (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda; Fapesb, 2011.

RIBEIRO, Emanuela; SILVA, Aline. Inventários de bens móveis e integrados como instrumentos de preservação do patrimônio cultural: a experiência do INBMI/Iphan em Pernambuco. *Projeto História*, n. 40, junho, 2010.

TELES, Baltasar. *Chronica da Companhia de Iesu na província de Portugal [...]*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1645.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza, Istvam Jancson, Pedro Puntoni (organizadores). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

VIEIRA, Sônia Cristina de Albuquerque. *São Benedito: dos montes de Palermo para os Altares do mundo: a saga de um santo negro*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2015.

## SUMÁRIO



# 10

*Janaína Zito Losada*

**NARRATIVAS DISTÓPICAS:**  
*uma reflexão sobre as  
temporalidades e as  
humanidades na cultura  
contemporânea*

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.282.243-273

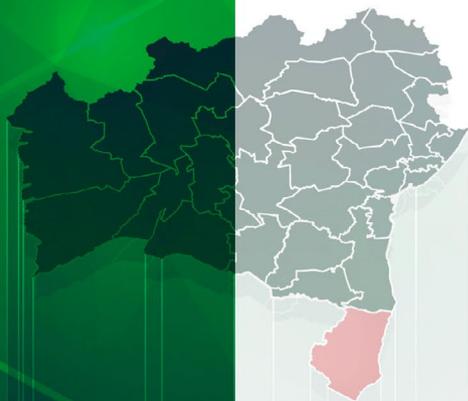
“Recorda: O Tempo é sempre um jogador atento. Que ganha, sem furtar, cada jogada! É a lei. O dia vai, a noite vem; recordar-te-ei! Esgota-se a clepsidra; o abismo está sedento.” Charles Baudelaire (2006: 95)

“O tempo não é uma medida. Um ano não conta, dez anos não representam nada. Ser artista não significa contar, é crescer como a árvore que não apressa a sua seiva e resiste, serena, aos grandes ventos da primavera, sem temer que o verão não possa vir. O verão há de vir. Mas só vem para aqueles que sabem esperar, tão sossegados como se tivessem na frente a eternidade.” Reiner Maria Rilke, (1993)

## INTRODUÇÃO<sup>13</sup>

Era uma vez um futuro inexistente. A imaginação sobre o futuro tem, no mundo contemporâneo, tomado as preocupações de intelectuais, artistas, cientistas e mesmo dos homens e mulheres comuns. A cultura do século XX produziu todo um imaginário pautado nos limites da distopia do real. Assistimos filmes e lemos livros com as histórias de mundos destruídos, com seres terríveis e nos quais o destino humano sempre está por um fio. Tal imaginário é fruto da frustração da crença contemporânea na razão e nos valores ilustrados que haviam criado para o ocidente a perspectiva de um futuro melhor, de sociedades mais igualitárias e democráticas, mais justas e desenvolvidas. As bem-aventuranças da sociedade moderna não se concretizaram conforme as previsões mais otimistas, talvez nem mesmo conforme as mais pessimistas. A modernidade, forjada na constituição urbana do estado nacional burguês e nos princípios revolucionários franceses da liberdade e da igualdade, amparadas pelo liberalismo econômico e pela ciência acadêmica desejou para as sociedades ocidentais um futuro glorioso.

<sup>13</sup> Dedico este capítulo aos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia pelo debate em torno dos temas da narrativa, memória e meio ambiente, em especial à João Rafael S. Rebouças pelas conversações sobre o imaginário, a imaginação e a história.

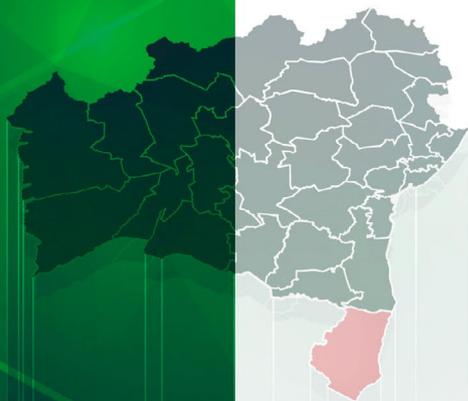


Entretanto, ao longo dos séculos XIX e XX, estas sociedades experimentaram toda a sorte de desigualdades e disparidades que as conservaram distantes do fugaz desejo do bem-estar social. A história e seu estatuto de ciência vindo do século XIX, buscou construir novos olhares sobre si mesma, abrindo a possibilidade de um caminho que na atualidade e nos liames da crítica, possibilita uma reflexão sobre as faces do tempo em sua construção narrativa. A partir desta percepção este capítulo se constitui em uma reflexão sobre as temporalidades, as distopias e as escritas das histórias encerradas nas produções da cultura de massa.

Futuros desastrosos repletos de maldições, guerras, tragédias naturais têm sido desenhados para a humanidade em inúmeras narrativas ficcionais contemporâneas, distopias já crônicas. Personagens como zumbis, monstros, meio humanos e outros seres demoníacos compartilham e povoam estas histórias. Seres estranhos de um imaginário atormentado que não deixou para traz todo o acúmulo dos medos ocidentais tais como os descritos pelo francês Jean Delumeau no belíssimo História do Medo no Ocidente. Medos que, ao longo da história, tornam-se os pesadelos reais que habitam as produções artísticas, literárias ou fílmicas, medos antigos, às vezes esquecidos, que voltam e fazem alimentar, no contemporâneo, as políticas mais torpes e as violências mais anacrônicas. Desta forma, as realidades das distopias ficcionais tornam-se a efetivação das expectativas e dos medos dos nossos futuros passados.

No início da segunda década do século XXI podemos ler as diversas temporalidades, violências e políticas de um estado quimérico sintetizadas no texto sexagenário, *All we zombies*<sup>14</sup> de Robert A.

14 Agradeço a tradução de Márcio Augusto Vicente de Carvalho do original em inglês e ao debate realizado com os pesquisadores Elizabeth Jorgetz, Alessandra de Melo Simões, Guilherme Fóscolo, Lilian Buonincontro, Aquilino Paiva e Saulo Carneiro no interior do grupo de pesquisa *Ambiências, materialidades e tecnologias* da UFSB com a produção de um episódio do canal Logotonia, realizado na cidade de Ilhéus, BA em 14 de dezembro de 2018 e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=T-dnlmu8aQQ>



SUMÁRIO

Heinlein<sup>15</sup> (1916-2003), escrito em 1958. O conto<sup>16</sup> é ambientado em poucos cenários e a história gira em torno da manipulação do tempo passado pela sociedade deste presente futuro. A narrativa se inicia em um bar no qual o bartender é um dos responsáveis pela manipulação do tempo. Este sujeito está ali para uma missão, recrutar uma pessoa para um posto da agência governamental do tempo.

Um homem entra no bar e, ainda desconhecendo o papel do bartender e sua demanda, entre copos de uma bebida alcoólica e olhares cruzados conta a sua história. Uma história dura, triste, cheia de abandono, violência e solidão. A história era de uma garotinha que havia sido abandonada na maternidade, sendo criada em abrigos. Muito jovem engravidou e foi abandonada uma segunda vez. No parto, a junta de médicos resolveu “arrumar a confusão de seu corpo” e mudou, sem sua autorização, o seu sexo. Tornado homem, não pôde amamentar seu bebê e assim, passou a ser conhecido como “o mãe solteira”. Isto alterou todas as expectativas de sua vida e reaprender a vida como homem instituiu nela um conflito insolúvel entre o autorreconhecimento, a aceitação e o convívio incômodo com o real. O corpo é um incômodo, o tempo também o é. A história é um incômodo e os paradoxos são os pontos de iluminação interpretativa que podem apontar a necessidade de “costuras” do tempo. As costuras do tempo, feitas de forma racional pelo suposto e futuro Estado, buscavam preservar e salvar vidas, segundo o conto eram bilhões de vidas. Desta forma, justificava-se, naquela distopia, a intervenção nos corpos e nos passados e, portanto, a cirúrgica manipulação das histórias. Afinal, “um ponto no tempo” ou uma intervenção racionalizada na manipulação da história “poderia economizar 9 bilhões” de vidas.

15 São obras do autor de ficção científica “*Tropas estelares*” de 1959, adaptado para o cinema em 1997; “*Um estranho numa terra estranha*”, 1961; “*The moon is a Harsh Mistress*”, 1966; “*Friday, a mulher do futuro*”, 1982; “*Unpleasant profession of Jonhathan Hoag*”, 1942 [John Riverside], 1959.

16 O conto foi adaptado para o cinema na obra neo-noir *O Predestinado* de Michael e Peter Spierig em 2014. (Altamirano, 2015)

É como se pudéssemos hoje, voltar ao século XX para manipular a história e evitar as mortes das grandes guerras contemporâneas e do nosso presente no passado. Somente a ficção, literária ou fílmica, é capaz de dar forma a este desejo.

O completo estado de deslocamento daquela/e jovem, personagem principal do conto, então com 25 anos, torna-a/o alvo perfeito para um Estado que necessita precisamente desta experiência. Afinal, as idas e vindas no tempo deveriam ser naturalizadas ao funcionário cujo o hábito com os múltiplos estranhamentos, sejam com o corpo, com os espaços ou com os outros, constituíam as habilidades necessárias àquela função. Mas o cuidado com cada tempo “visitado” e seus códigos epocais era uma obrigação naquele ofício, afinal “eles não gostam de anacronismos desnecessários”<sup>17</sup> afirmou o recrutador em uma das “viagens”. Duas questões se fazem presentes: o controle sobre os corpos e o controle sobre o tempo.

A função de organizar o passado para deixar o tempo em seu lugar é, nesta distopia, gerenciada e administrada por uma estatal que realiza idas e vindas no tempo para não mudar nada. No conto do ficcionista R. Heinlein, o Estado intervém, mas intervém para que a História daquela sociedade não seja alterada. É a permanência do presente que importa naquelas viagens. A movimentação pela temporalidade no conto é o que permite o desejo da continuidade, da permanência. Para isto, os funcionários viajam no tempo e o tempo se torna um lugar para o qual se vai na tentativa de garantir a continuidade da existência do próprio presente.

É por meio deste conto que apresento o tema das temporalidades e das narrativas distópicas. A temporalidade é um tema caro aos historiadores, mas, nestes tempos contemporâneos de aceleração como experiência do tempo, também se tornou objeto de outros

17 O autor não deixa claro quem são estes eles, podemos supor que seriam os controladores do estado, os chefes, os poderosos.

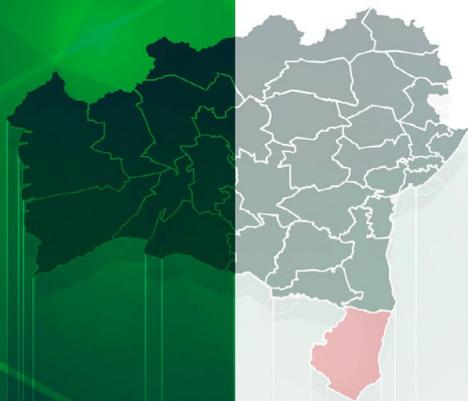


cientistas, intelectuais, artistas etc. Os humanos têm temporalidades próprias que, no interior do plano ficcional e narrativo, podem sofrer alterações profundas. A trama do tempo, sua impossibilidade de retenção, de parada, sua constante movimentação em direção ao acaso é um tema obrigatório para o pensamento moderno.

## TEMPORALIDADES NO TEMPO

As temporalidades, os tempos, as durações, as formas e ritmos dos passados, a incitação aos futuros desejados ou temidos, o movimento premido pelo real são questões contemporâneas que atravessam o século XX e XXI. Questões já presentes autores como Walter Benjamin, François Hartog, Norbert Elias, entre outros.

Para o sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) o tempo fica marcado no “fluxo temporal de uma vida individual, na evolução de uma sociedade e no devir da natureza.” (ELIAS, 1998, p. 17) sendo que na sucessão e no emaranhado de eventos físicos, sociais e individuais constitui-se uma rede de experiências e paisagens que são dadas a ler ao historiador na medida em que produzem os vestígios da existência por meio de documentos, monumentos e outras formas de registro. Mas experiências e paisagens não são verdadeiramente dadas, não aparecem aos olhos sem a busca incessante do profissional e sem os recortes metodológicos que o historiador utiliza para contar a história. Ao observar os processos no curso dos acontecimentos a narrativa da história tem o privilégio de fazer o tempo parar para poder observá-lo com maior atenção e perceber as nuances das experiências e das abstrações das referidas sociedades. O autor chama isto de redes temporais sociais (ELIAS, 1998, p. 77), defendendo que a dicotomia natureza & sociedade deva ser superada. Ele sugere que a integração dos patamares físicos e biológicos sejam ao lado dos “níveis huma-



nos de integração do universo” lidos em suas formas de experiência e constituição social.

O tempo, maior que os acontecimentos e suas interrelações, tem uma longa historiografia que, desde os primeiros historiadores da antiguidade marca as épocas e períodos; data, conta, explica; faz do acontecido testemunhado, na maior parte das vezes de forma desconexa, uma história com sentido e lógica, com encadeamento, panoramas e críticas. A combinação de detalhes isolados, sobre as quais se fornecem provas passíveis de verificação, com uma síntese desses detalhes que é, em grande parte, um produto não verificável da imaginação impõem limites específicos ao tipo de apresentação do passado humano que se denomina “história”. Quanto mais abandonamos o passado longínquo para nos aproximarmos do presente, mais abundantes são as fontes e em maior número se apresentam os fragmentos do passado suscetíveis de interessar ao trabalho do historiador (ELIAS, 1998, p. 148)

É pelas mãos do historiador que as narrativas dos indivíduos e sociedades dos passados moldam-se em histórias. É por elas que as narrativas são cotejadas e ganham, pelo viés da cientificidade, a verossimilhança necessária com o passado por meio de sua representação e das ideias que permite construir. As sensações em relação à narrativa histórica são também estudadas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006) sendo a construção da ideia em torno da novidade um dos temas mais destacados em seu *Futuro Passado*. A percepção da unicidade das experiências no tempo por meio de unidades temporais ampliadas vem, como estuda o autor, desde o século XVII, marcar o pensamento que funda a história moderna, afinal o “gênio do século é um precursor do espírito do tempo” (KOSELLECK, 2006, p. 283). O historiador alemão cita o monge e teólogo germânico Martinho Lutero (1483 – 1546), para quem a “abreviação do tempo” seria um “sinal visível” do desejo divino pelo Juízo Final. Segue com o político francês Maximilien Robespierre (1758-1794) para quem a “aceleração

## SUMÁRIO



## SUMÁRIO

do tempo”, como tarefa humana, traria liberdade e felicidade. (2006: 25). Os filósofos franceses Alexis de Tocqueville (1805-1859), François-Marie Voltaire (1674-1778) e o historiador napolitano Giambattista Vico (1668-1744) são intelectuais que também figuram neste quadro. Daí a história exemplar e a percepção do progresso são consequências não imediatas, mas duradouras, que atravessaram o século XVIII. A estrutura temporal das histórias e a experimentação dos lapsos temporais traz ao século XIX a percepção da simultaneidade e da coexistência, do choque e da ruptura, da suspensão e da aceleração. Também traz o desejo da constante e necessária escrita e reescrita da história como sendo o testemunho de sua própria temporalidade.

As experiências das revoluções impuseram ao mundo contemporâneo novas percepções da temporalidade, o tempo do devir, daquilo que está à espreita, mas que é ainda promessa, uma ideia alvissareira de futuro permeou os sonhos revolucionários. Por outro lado, os processos reativos às revoluções trouxeram a construção da temporalidade na alternância dicotomizada em revolução/contrarrevolução e a consequente frustração de futuro. Aí estão imbricadas a circularidade, o retorno e o desejo de fuga. Os movimentos do tempo para o historiador são fundantes de sua narrativa, toda a história tem um recorte temporal, uma fatia de tempo que o historiador escolhe para fazer desfilar sua peça. Tal como uma peça de teatro, toda a história terá seu prólogo e seu epílogo, terá seus personagens e as ações destes que são o objeto da reflexão.

O historiador contemporâneo francês François Hartog (1946), em seu Regime de historicidade, resgata as obras épicas do poeta grego Homero (928 a. C. – 898 a. C.), *Ilíada* e *Odisseia* apontando que a temporalidade passada em uma obra, torna-se a temporalidade futura de outra. (2013: p. 70) As experiências dos antigos troianos na reconstrução narrativa de sua guerra são tecidas na distância entre a experiência de alteridade ou a experiência com o outro e, ao mesmo tempo das identidades sintetizadas nas lágrimas de Ulisses que, na narrativa

homérica, fica enlutado por si mesmo. Para o historiador francês este momento da narrativa é o momento do encontro com a historicidade, o momento do confronto do herói consigo mesmo à luz de lembranças tão trágicas como as de uma guerra tornando-o a própria experiência do tempo. Narrar o passado cria o momento do entendimento de si e, ao permitir ao passado, passar, elaboram-se socialmente as dores e os acontecimentos, os ordenam, os significam, os colocam em um determinado lugar na construção da memória social.

Estes deslocamentos no tempo interessam na medida que iniciamos este texto com a narrativa das viagens temporais, ainda que ficcionais, mas que em si propõe deslocamentos no olhar a história. Como a história a ficção científica também “brinca com a noção de tempo e a pluralidade de universos” (MINOIS, 2016, p. 615). Para o historiador Georges Minois, o desenvolvimento científico aguçou a percepção sobre o tempo, a “relatividade e os quanta estimularam muito a imaginação: mudar o curso das coisas atuais, alterando um detalhe do passado, descrever universos paralelos ao nosso, viajar no tempo’ são para o autor possibilidades que a ficção científica explora...” Tais deslocamentos tornam-se fundamentais pois podem também propiciar novos olhares sobre si mesmo produzindo uma mudança de itinerário. O personagem Mãe solteira, na versão fílmica de O Predestinado, volta ao passado para tentar entender os porquês de seu abandono e percebe que as descobertas sobre si podem ser terríveis.

A consciência do tempo causou dores que, como sentimento e construção social profundamente experimentada pelas sociedades e indivíduos ao longo dos séculos, foi traduzido por meio das artes e dos escritos trazendo a tela um desencontro dos indivíduos com os seus próprios tempos e uma profunda imersão no tempo dos agoras. Guerras e revoluções produziram traumas e foram carregadas de “agoras” passados que são revividos. Se recordarmos do filósofo alemão Walter Benjamin (1892 – 1940) “a Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta” (BENJAMIN, 1994, p. 230). Ele destaca em seu Teses

## SUMÁRIO

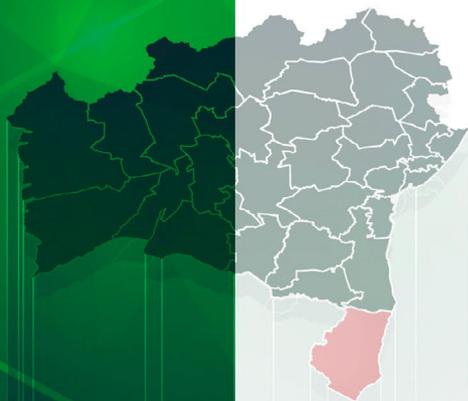


sobre o conceito de História o evento ocorrido na Paris revolucionária quando populares deram tiros em relógios como se assim quisessem parar o tempo e inaugurar uma nova temporalidade. Tanto o fizeram que tiveram seu próprio calendário. Assim guerras, revoluções, guerras civis, massacres e fome afetaram e, muitas vezes, fizeram deslocar inúmeros grupos humanos em quantidades impressionantes e de forma abrupta. O trauma do abandono, da impotência e da sobrevivência permaneceram de formas desiguais nas sociedades modernas ocidentais que constantemente revitalizam outras sociedades passadas para poder se reconhecer. Os indivíduos se sentem estranhos ao seu próprio tempo, repletos de um mal estar com a sua própria sociedade e civilização.

## NARRATIVAS E MEMÓRIAS HISTÓRICAS

Jeanne Marie Gagnebin (1949) postula que sem a memória o indivíduo não perceberia a sua identidade, não perceberia a si mesmo. O fato de os indivíduos sem memória não conseguirem lembrar de si torna-os, para a filósofa suíça, seres anônimos e desesperados (GAGNEBIN, 2009). Ao perder a memória rompem-se os laços que unem os indivíduos às suas coletividades sociais. Mas, mais que isto, rompem-se os laços com a sua própria história, com as memórias dos acontecimentos passados em sua própria vida.

Para Rita Mattar em seu “A memória como forma de justiça no pensamento de Paul Ricoeur e Tvetzan Todorov” na leitura exemplar do passado a história poderia ser feita a partir dos referenciais da justiça, sendo portadora de impessoalidade e do anonimato. Desta forma, foi fundamental “chamar a atenção para os benefícios da busca de uma “política da justa memória”, o que inclui as possibilidades de uma memória “esclarecida pela historiografia” e a de uma historiografia pro-



fissional passível de “reanimar uma memória declinante” como afirma José D’Assunção Barros (2009, p. 36).

Para o historiador e musicólogo brasileiro, o discurso historiográfico, a partir das fontes, deveria se debruçar sobre os registros da linguagem comum, da elaboração artística e da sistematização científica para poder falar de sua época e também de outras épocas. Afirma ainda que, desta forma, o discurso dos historiadores resultaria “a um só tempo, cientificamente interdisciplinar, artisticamente literário e experimentalmente multivocal” (BARROS, 2003, p. 51). Ao experimentar esta multivocalidade dos tempos o historiador, examina os detalhes da constituição do passado por meio de vestígios lidos como fontes. Se retomarmos Koselleck, teremos que este profissional sai de seu próprio tempo para analisar “os fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses ou métodos” reconstruir “fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios” (KOSELLECK, 2006, p. 306)”.

O historiador seria, desta forma, um investigador que por meio de pistas desconexas consegue perceber um sentido lógico e factível para a sua narrativa, consegue criar fios condutores que ligam eventos, datas e temporalidades distintas. Em uma outra tradição historiográfica, a italiana de Carlo Ginzburg (1939), mas com similar leitura, teríamos mesmo que ele, o profissional da história, torna-se “comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como no médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (GINZBURG, 2007, p. 157) Ou ainda em uma figura muito mais ancestral seria o caçador que, para construir sua narrativa coerente, leria os eventos “nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa.” (GINZBURG, 2007, p. 152) Estas pistas mudas são inexoravelmente de outros tempos e devem ser interpretadas à luz de suas próprias existências, significados e contextos.

## SUMÁRIO



Desta forma, temos que o tempo foi concebido de diferentes formas ao longo da história humana, bem como as formas de o significar nas diferentes experiências e épocas. A obra de G. J. Whitrow, *O tempo na história*, faz um panorama que cobre desde a pré-história com a exploração da ideia da morte como referência da temporalidade e das estações como âncoras para rituais em homenagem as forças e divindades da natureza, até o tempo onipresente e caótico do mundo contemporâneo. As diversas civilizações dos passados compreenderam o tempo e a temporalidade de maneiras diferentes e deram respostas culturais diferentes às realidades que estavam de acordo com seus entendimentos, assim calendários, relógios d'água, astrolábios, relógios mecânicos e rituais diversos deixaram marcas que nos permitem compreender como pensaram e representaram os tempos e como estas percepções se influenciaram de forma cruzada no decorrer da história humana. O tempo cíclico dos antigos, o tempo linear do judaísmo, o tempo escatológico do cristianismo primitivo. O tempo também em muitos presságios foi atormentado pela imagem do fim do mundo, assim no século XV, quando os europeus no auge de sua religiosidade cristã cheia de medos e culpas, temeram coletivamente o fim do mundo e resgataram lendas de outros presságios que haviam tomado seus antepassados, lembraram do ano 1000 quando também se temeu pelo final dos tempos (WHITROW, 1993, p. 97). A rememoração dos passados de interesse para um determinado presente ou futuro é uma tradição antiga entre humanos. Vários são os exemplos destas retomadas estratégicas em momentos específicos da história de um povo.

A narrativa sobre tempo marca também as mudanças dos hábitos das sociedades e das suas necessidades de distensão e compressão. Na modernidade, com o advento da sociedade do trabalho urbano e depois industrial, há uma compressão universalizante do tempo marcado nas horas e minutos e, correspondente, em todo o mundo. Em contraposição ao trabalho do campo cuja a temporalidade seguia mais de perto os ritmos da natureza tendo sido objeto da

## SUMÁRIO



reação romântica do século XIX, parar o relógio era parar as fábricas e a exploração violenta sofrida pelos trabalhadores que nos tempos fundadores do capitalismo inglês trabalhavam 16 ou 18h diárias em condições insalubres (HOBBSAWM, 2009).

No mundo das ideias podemos encontrar as afirmações dos filósofos gregos antigos: Platão (c. 428 – 348) afirmava a associação entre tempo e movimento, anteriormente Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) já argumentava que o tempo deveria ser medido por ele mesmo (WHITROW, 1993, p. 57). Tardamente, no século XIX, como afirma o matemático e historiador da ciência londrino, Gerald James Whitrow, outros filósofos postulavam a existência de ciclos civilizacionais (ibid. p. 199). O otimismo desenvolvido no esteio do darwinismo logo se arrefeceu devido ao evento da 1<sup>o</sup> grande guerra em 1914. Sob o efeito da guerra houve uma tendência a perceber o tempo com urgência e com desespero, a guerra foi longa, durou quatro anos e destruiu vários países europeus, inaugurou um século de guerras globais que construiu o futuro a partir dos cadáveres dos campos de batalha. Para Georges Minois isto significou um “golpe mortal na ideia de progresso” (MINOIS, 2016, p. 608), marcando um pessimismo inevitável repleto da conscientização da morte das civilizações e das ideias de fim dos mundos e de fim dos tempos.

José D´Assumpção Barros em seu *A expansão da História* também aponta a polifonia da história e afirma que “escrever polifonicamente é superpor e imbricar temporalidades, inverte-las, entrecruzá-las, trabalhar com distintos ritmos do tempo” (BARROS, 2013, p. 63) O tempo torna-se torrente, em Hartog, ele corre mais que a pena e que a paisagem que passa quando se está em movimento (ibid., p. 110). Perdem-se os pontos de referência, institui-se a novidade e ruína a cada segundo.

Os historiadores já contaram as histórias lançando mão de variados movimentos do tempo, Peter Burke (1937), historiador inglês,

## SUMÁRIO



no seu *Escrita da História*, recorda de historiadores que contaram uma história “de frente para trás”, invertendo uma lógica cronológica, como Norman Davis que estabeleceu como evento inicial da História da Polônia a “humilhação da 2ª guerra mundial”. E daí seguiu em direção ao passado chegando às décadas finais do século XVIII. Este exercício é narrativo e, ao mesmo tempo, metodológico e embora exija muito cuidado do historiador para não tecer uma história fatalista ou mesmo impor aos eventos do passado uma certa obrigatoriedade em desembocar no presente, nos atinge aqui pela forma do deslocamento da temporalidade na narrativa. É dizer, pode-se contar uma história ao revés.

Mais recentemente o historiador Julio Bentivoglio conta uma história da historiografia por meio das distopias. A história escrita no século XX, na ressaca moral da modernidade apresenta de forma “ressaltada” “as tendências negativas operantes no presente” e projetadas nos futuros. Como artefato literário a história reivindicaria as narrativas distópicas para, por meio de um pessimismo ativo denunciar a subjetivação, a perda dos lugares e os horrores possíveis, assim evitando o pior.

A distopia como experiência contemporânea também afetou os historiadores, que além de poderosa metáfora tornaram-na uma estrutura interpretativa da história, chamada pós moderna. Acusada “do relativismo” e portadora de uma “natureza híbrida e mutável, um ser monstruoso e desobediente, fruto de ambições e experiências científicas frustradas” (BENTIVOGLIO, 2019, p. 51), a história pós moderna nos coloca, na leitura do autor, em uma verdadeira encruzilhada. Um caminho possível para contornar esta encruzilhada seria dado por uma história pessimista que, ao se voltar para os futuros pensados, tornar-se-ia potencialmente rebelde.

## SUMÁRIO



## A DISTOPIA COMO EXPERIÊNCIA COM O TEMPO

Ao debater o recuo temporal promovido pelo estudo da crítica literária Flora Sussekind sobre a prosa brasileira em *O Brasil não é longe daqui*, João Cesar de Castro Rocha afirma que a opção da autora por uma “arqueologia da ausência se transformou numa reconstrução minuciosa das circunstâncias históricas do campo discursivo” (ROCHA, 1999, p. 229). Amparado pelo filósofo prussiano iluminista Immanuel Kant (1724 – 1804) e pelo filósofo alemão Theodor Adorno (1903 – 1969) celebra a história descritiva do teórico da contemporâneo Hans Ulrich Gumbrecht e a relação entre “as leituras e as suas condições específicas”, que produzem construções de sentido muito “particulares”. Para Rocha, a história seria a responsável, a partir dos estudos da literatura, pela reconstrução destes sentidos.

O deslocamento da temporalidade na narrativa literária ou fílmica pode assim promover reflexões surpreendentes sobre as experiências com as temporalidades na cultura contemporânea. E, neste sentido, retorno aos deslocamentos fundantes deste capítulo, os itinerários dos corpos e dos tempos.

Uma peça contemporânea que aborda a administração pública do tempo é a minissérie espanhola *Ministério do tempo*, criada pelos roteiristas e irmãos espanhóis Javier Olivares (1958) e Pablo Olivares (1965-2014), veiculada pela Netflix, provedora de filmes e séries com sede na Califórnia, EUA. A história da minissérie inicia em um campo de batalha de Flandres em 1656, na longa guerra franco espanhola travada entre 1635 e 1659. Na ficção, a guerra é apenas o pano de fundo, o objetivo era recrutar um daqueles bravos guerreiros leais à Espanha para um “emprego” no Ministério do Tempo. Condenado a morte em seu tempo, o personagem Alonso de Entrerios é recrutado para “trabalhos especiais em lugares estranhos”. Com ele mais duas figuras



centrais, um bombeiro contemporâneo com transtornos emocionais, e uma jovem oitocentista, primeira estudante mulher em sua universidade experimentam os deslocamentos no tempo e no espaço. Cada funcionário pertencia a uma época, mas todos trabalhavam juntos no tempo atual em uma instalação cheia de portas que eram as entradas para os mais diferentes passados.

O diálogo é claro, não são máquinas do tempo, são portas que fazem a mediação entre as épocas, escolhe-se uma porta e do outro lado estamos na construção romana do aqueduto de Segóvia. Ou no momento em que o pintor espanhol Diego Velásquez (1599 – 1660) pinta o quadro “As meninas”. É uma série em três temporadas (2015, 2016 e 2017), que tece suas histórias com os momentos/monumentos da história e da cultura espanhola, personalidades como Félix Lope de Vega (1562 – 1635), dramaturgo e poeta espanhol, são destacadas. A ficção chega mesmo a tornar estes homens funcionários do ministério, como o próprio Velásquez é tornado desenhista no interior da burocracia estatal, fazendo os retratos falados para as investigações desenvolvidas pelo órgão. Nada mais distópico!

Interessante destacar que não é possível, na manipulação temporal proposta na obra, realizar “idas ou viagens” ao futuro. Seu objeto é apenas o passado. E para ele se destinam as “missões” que tem o objetivo de conservar a história, de cuidar da sua manutenção, “corrigir os desvios do tempo” e não permitir a mudança dos rumos já trilhados.

Ao contrário do personagem de Robert A. Heinlein, estes funcionários do Estado espanhol não demonstram incomodo com as idas e vinda no tempo. Se retornarmos ao literato estadunidense a negação da racionalidade é condição básica para suportar as condições do real experimentado e a fuga naquela distopia se dá por meio do álcool, afirma o protagonista: “eu não gosto de estar sóbrio, penso demais”.

## SUMÁRIO



Se perseguirmos a questão de Heilein e buscarmos os zumbis de nossa cultura contemporânea encontraremos algumas perspectivas sobre a temporalidade. Tornar-se zumbi estabelece uma outra temporalidade, um outro ritmo corpóreo que tem no interregno da vida a sua essência. Um vírus, um toque, uma mordida, um trauma podem modificar a condição essencial do ser humano e levá-lo a um universo entre a vida e a morte. O meio lugar da existência. A morte passa a ser sua única salvação. Ele passa a ser o transmissor de uma tragédia coletiva. Tornar-se um zumbi é perder a identidade, a memória, é tornar-se um perigo que deve ser combatido em grande escala.

Nem os animais escaparam deste triste fim que a cultura humana contemporânea que, por meio do cinema, desenhou para si mesma. Podemos citar o filme *Zoombies*, de gosto duvidoso, que apresenta animais atingidos por um vírus que os transformam em zumbis. Dirigido pelo ator estadunidense Glenn Mueller (1974), com roteiro de Scotty Mullen foi às telas em 2016. O roteiro se inicia com a infecção dos primatas que depois atingiria as aves e os demais animais de um zoológico, infectando mesmo os poderosos grandes africanos: leões, girafas e elefantes.

Na filmografia, os zumbis já se destacavam desde a década de 1930. E, 1932, *O zumbi branco*<sup>18</sup> trazia à tona a perversidade do capital e da economia, quando os mortos eram revividos para a sua destinação ao trabalho nas plantações e engenhos do Haiti. Estrelado pelo ator húngaro Bela Lugosi (1882-1956), um ícone do cinema, o filme policial com marcas do expressionismo, também chamado de filme *noir*, deixa ver o que o fosso da desigualdade entre brancos e negros naquela sociedade era quase o mesmo que se dava entre os mortos e os vivos. Os zumbis são transformados para servir aos que seguem vivos e a partir daí habitam um espaço/tempo inconsciente. Não há

18 Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=1Rm\\_1HkVJN0](https://www.youtube.com/watch?v=1Rm_1HkVJN0), Acesso em 03 de abril de 2020.



outros traços evidentes da morte como nos filmes contemporâneos, a exemplo do apodrecimento dos corpos ou o sangue aparente como se pode ver no hollywoodiano contemporâneo Guerra Mundial Z, escrito por Matthew Michel Carnahan e dirigido por Marc Foster, tendo sido lançado em 2013. A obra é inspirada no romance homônimo do novaiorquino Marx Brooks (1972).

Nas telas dos anos 30, a morte que torna os vivos em zumbis é uma morte limpa e pouco traumática. Ainda vivos, homens e mulheres, consomem desavisados um veneno em um copo de vinho ou no perfume de um flor. A partir daí eles perdem as vontades individuais e nem sentem o perigo ou o medo. Também não anseiam por transformar todos os demais em zumbis. Seus corpos são doces, transformados sob encomenda e podem mesmo retornar a vida, se for este o interesse.

Posteriormente, na década de 1960, também destaca-se o filme a Epidemia de zumbis (1966), do diretor inglês Jonh Gilling (1912 – 1984) com roteiro de Peter Bryan (1919 – 1972) que marcou época no Reino Unido e também trazia tanto um viés de classe já que a epidemia afetou inicialmente trabalhadores, quanto a disputa da ciência versus superstição, já que a transformação em zumbis era parte de um ritual de magia.

E deste liame, desta fronteira entre tempos distintos, dos limites entre o ir e vir do espaço temporal que propomos mirar os limites da temporalidade contemporânea. Temporalidade profundamente humana, mas iluminada pelos pesadelos premonitórios do desiludido século XX (Minois, 2016: 615) e pelos olhares atormentados de tantos zumbis, que se configuram como metáfora e produto dos processos tecnopolíticos contemporâneos (FOSCOLO & SPADONI, 2018: 273).

Do auge desta distopia recorreremos à historiografia brasileira para retomar o papel da distopia no mundo contemporâneo. José



D'Assunção Barros, ao estudar os setenta anos do ambiente dramático e do pessimismo expressionista do cinema e mais propriamente ao analisar o longa-metragem *Metrópolis* (1927) do austríaco Fritz Lang (1890 – 1976) em seu “A Cidade-Cinema expressionista: uma análise das distopias urbanas produzidas pelo Cinema nas sete primeiras décadas do século XX”, permite compreender o “não-lugar otimista das utopias”, “estas sociedades imaginárias que existem “fora do tempo”, conceito que “poderia ser contraposto o pessimismo das distopias, que normalmente são situadas em um futuro ameaçador e que via de regra desenvolvem cenários pós-apocalípticos, totalitários ou sombrios” (BARROS, 2011).

Outra leitura que atualiza o debate sobre o tema é a dissertação de Anna Carolyn Barbosa que estuda a distopia em *Jogos Vorazes* e afirma que o texto distópico é “um texto crítico que traz à tona, de forma exacerbada, temores que os autores presenciam em sua própria realidade” (BARBOSA, 2017) A sujeição do humano às tecnologias e ao totalitarismo são temas presentes na literatura fílmica estudada pela autora. Na literatura de ficção George Minois encontra que a felicidade automática substitui a liberdade e nega os direitos políticos que perdem seu sentido na sociedade operacionalizada nos clássicos de Adolf Huxley e George Orwell (2016, p. 617).

A irracionalidade e a plasticidade dos humanos são também recorrentes, uma vez que os grupos sociais se adaptam a viver nas condições mais inóspitas e estranhas como na *Matrix* (1999) com roteiro e direção de Lana Wachowski (1967) e Lilly Wachowski (1965) ou mesmo anteriormente no poético *Blade Runner* (1982) de Ridley Scott (1937) com cenas memoráveis na história do cinema. Os cenários distorcidos, sombrios e enigmáticos que, no expressionismo alemão, criam uma atmosfera de terror, como aponta o estudo de 2014 dos historiadores Francismary Alves da Silva e Marcelo Sabino Martins, nos filmes contemporâneos ganham o lugar da distopia. A catástrofe como dispositivo de choque e estranhamento ganha o real na medida



das condições de sua possibilidade podendo mesmo constituir uma “tendência no interior da história”, como afirma Iara Lis Schiavenato na leitura que faz das narrativas literárias dos textos de H. G. Wells (2009).

Em *Blade Runner* a relação entre humanos e andróides explora o universo da memória, do tempo e da morte. O futuro nesta distopia é o já passado ano de 2019 e a ele se impunha a reflexão sobre a existência do “ser” andróide, ser máquina, de ter sido criado por outrem e viver de memórias implantadas. Cabe notar que a ficção científica de Robert Heilen já apontava nesta direção, em “Friday, a mulher do futuro” de 1982, a protagonista foi descrita como uma mulher exuberante e categorizada como pessoa artificial, seres humanos criados em laboratórios, artificiais e biológicos. Portadora de qualidades distintas como força e inteligência sobre-humanas, com instintos poderosos, Friday tornou-se uma agente de um império privado em uma sociedade decadente, caótica e fragmentada. O fim das democracias, as novas formas de servidão e a construção de híbridos humanos marcaram desta forma a literatura e o cinema contemporâneos.

Em seu *A guerra das imagens*, o historiador e paleógrafo francês, Serge Gruzinski (1949), recorda a cena de *Blade Runner*, na qual aparece uma imagem da Virgem de Guadalupe na cidade tragicamente futurista, barulhenta, caótica e poluída visualmente. Ciborgues que desejam profundamente a humanidade em seus traços particulares, quais sejam a memória, o afeto e a crença. A mescla de experiências e a permanência de alguns símbolos são através dos tempos marcas identitárias das culturas que fazem conviver lado a lado os passados e os futuros. Há na obra um importante destaque para a circulação de processos e mercadorias, bases estruturantes da globalização contemporânea. Em outro texto, o artigo *Até que ponto a história nos torna mais humanos?*, Gruzinski (2017) traz que a experiência com a percepção da alteridade, desta vida do outro, na construção de uma história global a partir de olhares e leituras locais poderia nos tornar mais humanos na medida em poderíamos com-

## SUMÁRIO



preender, com um olhar crítico, as dinâmicas próprias do processo de globalização e também nos possibilitaria conhecer e viver com povos distintos e aprender com eles.

Tais distopias têm obtido um importante sucesso de público durante o século XX, tendo sido chamadas “congêneres espetaculares” das utopias (SCHIAVENATTO, 2009). A narrativa distópica é para a filósofa contemporânea Marilena Chauí, antiautoritária, insubmissa e radicalmente crítica, colocando-se à serviço da denúncia dos efeitos do poder, possibilitando a percepção das verdades de um presente opressivo potencializado no futuro. Desta forma, pode-se entender estas narrativas, literárias ou fílmicas, como um instrumento poderoso para a reflexão.

O choque, o estranhamento e a contundência, mas também o relativismo e o pessimismo como aponta Júlio Benvoglio (2019, p. 66), conformam-se em dispositivos distópicos que permitem perceber os perigos de um futuro anômalo, e constituem um exercício de imaginação no qual a impotência e a desesperança problematizam os danos prováveis das tendências presentes. Nos colocam diante dos olhos os limites e os perigos de nossas escolhas civilizacionais que nossas próprias sociedades muitas vezes se negam a ver. Seremos, afinal, todos zumbis?

## DISTOPIAS AMBIENTAIS

Estas linhas são escritas, entre meados de 2020 e o início de 2021, enquanto a Floresta Amazônica queimou, o pantanal queimou e uma pandemia mata enlouquecidamente. A distopia do real que parece nos assaltar a cada dia e suas formas de utilização na literatura, arte e cinema tem sido objeto de inúmeras pesquisas contemporâneas, como demonstrado até aqui.



Aqui importam resgatar alguns dos produtos da cultura contemporânea, que apontem os limites ambientais e as projeções que tem sido feitas de um futuro afetado pelas diferentes formas de destruição que temos, no presente, imposto ao planeta. Sem a pretensão de esgotar o tema ou inventariar a imensa e variada gama de produções, este ensaio se pretende mais como uma possibilidade de apresentar um debate e trazer o meio ambiente para a leitura das distopias, posto que é muitas vezes a sua própria essencialidade. Para isto tomamos o artigo de Nair Martinenko e Rosana Vieira de Souza que tem por título *Imaginário Social, Tecnologia e Distopias no Cinema de Ficção: Uma Abordagem do Filme Mad Max: Fury Road*. A narrativa fílmica defronta-se com um mundo que demonstra o “efeito final”, “um mundo onde as condições de vida humana são precárias, tanto pela escassez de recursos naturais (água, combustível fóssil, fertilidade do solo) quanto pela carência de máquinas/equipamentos/tecnologias” (MARTINENKO; SOUZA, 2016, p. 03). Dirigida pelo cineasta australiano George Miller (1945), o filme estreou em 2015 e apresenta um mundo em que se experimentou uma guerra nuclear, no qual os humanos, sobreviventes, promovem a violência e a barbárie.

A temporalidade pós-apocalíptica não encontra paralelo com a sociedade do trabalho contemporâneo. O tempo acelerado, se passa em movimento veloz, continuo e atordoante, os indivíduos vivem a procura de recursos mínimos para se alimentar e se defender. Também o tempo se passa nos enfrentamentos e nos processos violentos promovidos por hordas de “inimigos” e no interior da própria estrutura desigual e fundamentada no isolamento e na disputa pela vida. O que vemos com clareza no filme originário de 1979 é a paisagem estéril e os ambientes humanos tão deteriorados que o conflito se dá entre os “policiais” da estrada e os motoqueiros bandidos. A tensão se constrói na perseguição das estradas, nos acidentes vultosos e nas violências destes homens animalizados pela vida na fronteira entre a total liberdade, o esfacelamento das regras sociais e as pulsões mais vis no

## SUMÁRIO



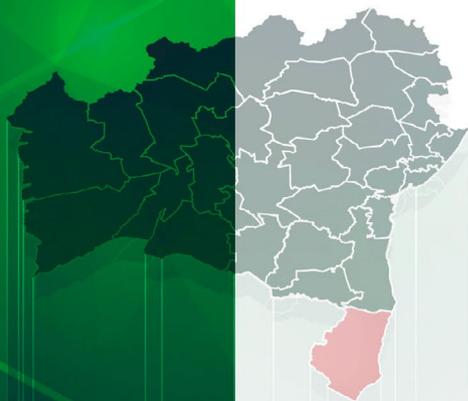
interior do humano. Aí a natureza é vilã e os desastres ambientais são um tema recorrente.

O Instituto Brasileiro de Certificação Ambiental, uma empresa privada, lista em seu site seis filmes sobre a temática quais sejam: 2012 (2012); Geostorm: Planeta em Fúria (2017); O Dia Depois de Amanhã (2004); Impacto Profundo (1998); O Impossível (2012); A onda (2015)<sup>19</sup>. Neles, terremotos, tsunamis, meteoros assolam o planeta Terra e os frágeis humanos sucumbem ao triste destino. Alguns podem até sobreviver para retornar as vidas em outros lugares ou mesmo, no extremo, recriar as sociedades destruídas pela tragédia.

Douglar Kellner, da Universidade da Califórnia, estuda os filmes hollywoodianos produzidos no período de 2000 até 2008 durante a administração Bush-Cheney e como este cinema traduziu ansiedades e medos sociais experimentados no cotidiano. Afirma que “em geral, filmes contemporâneos de Hollywood colocam em exibição medos, esperanças, conflitos, e ideologias políticas historicamente específicos dentro do terreno controverso da sociedade americana dos anos 2000”. Inventaria os filmes entre os universos dos temas e das temporalidades no conjunto de produções, elencando da seguinte forma: “1. apocalipse social que retrata caos social como um produto da sociedade e tecnologia vigentes, 2. aqueles que apresentam forças da natureza como perpetradoras de catástrofe, e 3. aqueles que apresentam forças sobrenaturais ou alienígenas como agentes do apocalipse”<sup>20</sup>. Do ponto de vista da temporalidade aponta para os filmes que retratam o perigo ou desenvolvimento do apocalipse e outros que trazem o mundo pós apocalíptico. Defende que esta produção cultural foi ao mesmo

19 Existem uma série de *sites* na rede *web* com este tipo de listagem, com pequenas alterações do ponto de vista numérico e na forma de apresentação. Muitos destes filmes são repetidos em muitas destas listas. Aqui a informação serve apenas para exemplificar a recorrência da temática. Disponível em <https://ibracam.com.br>.

20 O texto original da citação não apresenta a numeração, que foi realizada pela autora deste capítulo.



tempo índice dos medos sociais e crítica aos perigos das construções contemporâneas que, do ponto de vista político, na percepção do autor, levariam o “país” à catástrofe.

Lança luz sobre os filmes *O Dia Depois de Amanhã* e a sua catástrofe global derivada da crise ecológica e do aquecimento global, *Sunshine* (2007), de Danny Boyle, *Colapso no Ártico* (2006), do diretor Larry Fessenden e a sequência de *Resident Evil*, 1. *O Hóspede Maldito* (2002), 2. *Apocalipse* (2004) e 3. *A extinção* (2007). Também, na esteira do renascimento zumbi lança uma mirada cuidadosa nos dois *Extermínio* de 2002 com direção de Danny Boyle, e 2007 com direção do espanhol Juan Carlos Fresnadillo, onde estão presentes a ruína social, o colapso e todo esgarçamento possível das relações humanas. A urgência e o medo trazem ao mesmo tempo o desespero do “caos insuportável” (KELLNER, p. 24). Para Kellner o imaginário catastrófico que assolou a produção fílmica no século XX estadunidense teve com pano de fundo os eventos do 11 de setembro de 2001 em Nova York, a Guerra ao Terror, nas suas duas frentes no Iraque e no Afeganistão, além de outros conflitos violentos no Oriente Médio.

Nestas narrativas fílmicas a intensificação da tragédia tensiona os limites do humano. Como afirma Geoges Minois os encontros “entre os homens e criaturas ou mundos estranhos raramente reverte em favor dos primeiros” (MINOIS, 2016, p. 615), sendo marcas neste imaginário tanto a eventualidade destes encontros, quanto a profunda negação do antropocentrismo. No recente artigo de Patricia Vieira, a negação do ser humano e o seu desaparecimento ou extinção modelariam os elementos hodiernos de uma nova utopia, o sonho de um mundo ou uma terra sem a presença de seres humanos constitui-se, para a autora, em um novo paraíso, um Éden “assustadoramente pacífico e harmonioso” (VIEIRA, 2020).

No filme, *A era da estupidez*, de 2009, dirigido pela cineasta Franny Armstrong e produzido por Lizzie Gillet, a pergunta chave é: -

## SUMÁRIO



SUMÁRIO

Porque não nos salvamos enquanto havia tempo? O argumento central é que mesmo vendo os indícios reais da catástrofe os humanos não salvamos as condições necessárias à nossa existência no planeta. O filme que se passa em um futuro não muito distante, o ano 2055, apresenta um mundo distópico, no qual um guardião da história da humanidade relê os fatos passados do tempo anterior à extinção, provocada pelas mudanças climáticas e relatadas por meio de recortes de jornais, documentários e reportagens de televisão. Aborda o impacto que as guerras contemporâneas ou desastres ambientais deixaram na vida das crianças, expostas e vítimas de todo o processo de degradação que a civilização e a barbárie têm imposto as sociedades e a natureza.

O assustador é que as notícias apresentadas tem verossimilhança com as atualmente conhecidas do grande público, temas como a emissão de gases de efeito estufa, a escassez de água potável, incêndios florestais, as enchentes, o furacão Katrina foram e são nossos velhos conhecidos. A narrativa é finalizada com um texto de alerta para os limites da extinção, e a mensagem é destinado a “quem encontre esta gravação”. Ainda que se pareça um pouco com o que temos experimentado na realidade hodierna, desejamos que este cinema trágico permaneça apenas como ficção.

Nesta chave de leitura, encontramos a historiadora ambiental Samira Peruchi Moretto e sua análise sobre o filme estadunidense Elysium de 2013. A autora postula que o agravamento da crise ambiental a partir da década de 1970 e a virada temática em torno do meio ambiente também ganhou as telas do cinema e servem de alerta para as “indiscutíveis perdas para o meio ambiente” (MORETTO, 2014, p. 114) já experimentadas até aqui.

Para compreender esta história futura poderíamos lançar mão da própria história do cinema, para Walter Benjamin o cinema foi criado em uma época de “profunda alienação dos homens entre si e das relações mediatizadas ao infinito, as únicas que subsistiram” (BEN-

JAMIN, 1994, p. 162). Esta humanidade alienada em meio a uma absurda quantidade de informação não conseguiu agir para deter o que lia em suas produções científicas ou mesmo nas produções da cultura de massa.

A catástrofe do futuro, quase como uma predição milenarista e oracular, parte agora do alerta de um conjunto de cientistas e intelectuais sérios. O biólogo estadunidense, Jared Diamond, alerta para o impacto global dos processos de devastação ambiental, da superpopulação e da intensa produção de desequilíbrios no mundo contemporâneo. No livro *Colapso*, uma obra de fôlego, de longa duração e de amplitudes mundiais, indaga os motivos de algumas sociedades desaparecerem por ignorarem as crises ambientais que elas mesmas produziram. Algumas sociedades podem apenas não ter percebido que o fim estava perto, outras o negaram, algumas sociedades perceberam o que lhe passava, mas não conseguiram estancar os processos que experimentavam, sucumbindo conscientemente. Outras ainda puderam sobreviver, revendo suas formas de vida, redistribuindo processos decisórios, evitando desastres óbvios. Ainda assim o autor nega que tenha uma percepção pessimista da história das sociedades humanas, mesmo no presente!

Como produtos da cultura contemporânea e também como seus instituidores, o cinema, a literatura e a própria história acessam a imensa “reserva de imaginário” (BAUDRILLARD, 1991, p. 155) e de experiências que se constituem registros de sensações sociais que sempre falam mais do contemporâneo que os produz, resgata e organiza, do que de qualquer passado ou futuro que estejam em tela. Assim, deixam ver medos, crenças e esperanças quando imaginam futuros possíveis ao mesmo tempo que miram os seus passados remotos. As imagens distópicas são, no mundo contemporâneo, uma experiência de cultura na produção e recepção imagética dos nossos maiores pesadelos passados, presentes ou futuros. Também nunca é demais lembrar que os sonhos de uns podem ser os pesadelos de outros.

## SUMÁRIO



SUMÁRIO

“Somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues”, afirma a bióloga e escritora feminista estadunidense Donna Haraway (1944) em seu Manifesto Ciborgue, obra na qual aponta a naturalidade e a irreversibilidade dos processos e laços de dependência em relação a tecnologia numa verdadeira “guerra de fronteiras”. No final do século XX, a autora afirma que “o ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política. O ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto da realidade material; esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica.” (HARAWAY, 2009, p. 2) O ciborgue seria uma chave para um futuro possível, revolucionário e liberador.

Longe de um tom fatalista, o manifesto compele a resistência, alertando que “uma visão única produz ilusões piores do que uma visão dupla ou do que uma visão de um monstro de múltiplas cabeças” (HARAWAY, 2009, p. 9). Se seguimos a proposta do manifesto nos perceberemos como uma sociedade ciborgue, completa e absolutamente dependentes da tecnologia, buscando frestas e resgates de uma humanidade desgastada e em crise, desejosos das novas revoluções que possam vir em diversos futuros; por outro lado se retomarmos Robert Heilein já seríamos uma sociedade zumbi, alienados e cegos pela tecnologia e pelo desejo desenfreado de poder e comando, epidemicamente doentes manipuladores contínuos de um futuro em fragmentos, desconcertados, desajustados, úteis a diferentes estruturas sociais, dóceis ou violentos.

Nas franjas das distopias ou como chama o professor Carlos Eduardo Ornelas Berriel (2005), nestes espelhos da suspensão da História, é que se podem mirar os exílios da humanidade, sua razão enlouquecida e seus desejos de fuga ou autossupressão, quer seja pela viagem manipuladora no tempo, pela imaginação terrificada do futuro, ou pelo desejo de refrear os desastres que ela mesmo provoca, ainda que em última análise isto signifique sua extinção.

Ainda assim, a não ser pela narrativa e pelo discurso da literatura e dos filmes, não encontramos, todavia, as formas de viajar no tempo e nem de o manipular. Tão pouco encontramos os monstros horrendos prometidos pela ficção! As monstruosidades do mundo atual continuam sendo promovidas por seres humanos e se parecem cada vez mais com todas aquelas que inspiraram as tantas narrativas passadas e que se fizeram presentes neste ensaio.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Jean Luiz Neves. Ficção científica e a manipulação do corpo pela ciência: uma leitura de A ilha e Elysium. *In*: GOMES, Ana Carolina Vimieiro; CARVALHO, Ely Bergo. *História da Ciência no Cinema*. Belo Horizonte: Fino Traço. pp. 121 – 149, 2014.

ALTAMIRANO, Rafael. *Cinema e Arquitetura: O Predestinado*, 25 Dez 2015. ArchDaily Brasil. Tradução de Camila Sbeghen Ghisleni. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/778597/cinema-e-arquitetura-o-predestinado>>. Acesso em: 24 Abr. 2020.

BARBOSA, Anna Carolyn. *O espaço, o humano e o espetáculo na distopia pós-moderna de Jogos Vorazes*. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de São João del-Rei, 2017.

BARROS, José D' Assunção. História e Memória: uma relação de confluência entre tempo e estado. *Mouseion*, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009. Disponível em <[https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia\\_memoria.pdf](https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf)>. Acesso em: 17 mai. 2021.

BARROS, José D' Assunção. A Cidade-Cinema expressionista: uma análise das distopias urbanas produzidas pelo Cinema nas sete primeiras décadas do século XX. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 161-177, jan./jun. 2011. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/18174>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

BARROS, José D' Assunção. *A expansão da história*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio d'Água. 1991.



SUMÁRIO

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTIVOGLIO, Júlio. *História e Distopia: a imaginação histórica no alvorecer do século XXI*. 2ª ed. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BENTIVOGLIO, Júlio. O futuro das utopias e das distopias em tempos presentistas. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 390-404, set./dez. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/73090/45297> Acesso em: 26 mai. 2021.

Berriel, Carlos Eduardo Ornelas. Utopia, distopia e história. *Editorial da MORUS – Utopia e Renascimento*, 2, p. 4-10, 2005. Disponível em <[https://www.unicamp.br/~berriel/arquivos/berriel\\_prod\\_3.pdf](https://www.unicamp.br/~berriel/arquivos/berriel_prod_3.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2021.

BURKE, Peter (org.): *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Breve consideração sobre a utopia e a distopia. *In: Filosofia e cultura: Festschrift em homenagem a Scarlett Marton*. São Paulo: Barcarola, 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Notas sobre a utopia. *In: Ciência e Cultura*. Disponível em <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60nspe1/a0360ns1.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2021

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Tradução de Sílvia de Costa Souza. Rio de Janeiro: Record, 2008.

DIAMOND, Jared. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ELIÁS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FOSCOLO, Guilherme & SPADONI, Nicolau. Políticas da percepção e zumbis: um tributo a George Romero. *In: MÜLLER, Adalberto; MARTONI, Alex. (org.) Rituais da Percepção*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2018

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 74, 2009.

GINZBURG, C. *Mitos, emblema e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUMÁRIO

GRUZINSKI, Serge. Até que ponto a história nos torna mais humanos? *Ler História*, no. 70. pp. 185-197, 2017. Disponível em <<https://journals.openedition.org/lerhistoria/2768#text>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

HARAWAY, Donna. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

HEINLEIN, Robert. *All you zombies*. The Magazine of Fantasy and Science Fiction, Hoboken, March, 1959.

HOBBSAWM, Eric. *Da revolução Industrial Inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

KELLNER, Douglar. O apocalipse social no cinema contemporâneo de Hollywood. *Matriz*, V. 10 - Nº 1, São Paulo, jan./abr, 2016. Disponível em ,<https://www.revistas.usp.br/matriz/artic/view/119525>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

KLANOVICZ, Jó. História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade. *História*, Unisinos, 17(3), pp. 293-302, Setembro/Dezembro 2013. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2013.173.09>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUCRio, 2006.

MARTINENKO, Nair & Souza, Rosana Vieira. Imaginário Social, Tecnologia e Distopias no Cinema de Ficção: Uma Abordagem do Filme Mad Max: Fury Road. *Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, São Paulo, ago. 2016. Disponível em <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1124-1.pdf>>. Acesso em: 26 de jun. 2020.

MATTAR, Rita. A memória como forma de justiça no pensamento de Paul Ricoeur e Tvetzan Todorov. *Humanidades em diálogo*, 4(2), pp. 105-124, 2012. Disponível em ^ : <<https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106209>>. Acesso em 26 mai. 2021.

MINOIS, Geoges. *História do futuro: dos profetas à prospectiva*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MORETTO, Samira Peruchi. Elysium: será o mundo melhor? In: GOMES, Ana Carolina Vimieiro; Carvalho, Ely Bergo (orgs.). *História da Ciência no Cinema*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, pp. 111-120.

MUELLER, Ricardo Gaspar. Realismo e Utopia: E. P. Thompson e o Extermínio. *Esboços*, n. 12, UFSC, 2004.

RAMOS, Davi. *An Analysis of Robert Heinlein's All You Zombies*. Disponível em: <<https://daviramos.com/en/an-analysis-of-robert-heinleins-all-you-zombies-with-visuals/>>. Acesso em 05 set., 2019.

REIS, José Carlos. *História e Teoria*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RILKE, R. M. *Senhor, é tempo*: poemas selecionados. Curitiba: Posigraf, 1993.

ROCHA, João César de Castro. *Literatura e Cordialidade*: o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. *Entre utopias e distopias*: indicações sobre a catástrofe. *Morus – Utopia e renascimento*, v. 6, 2009.

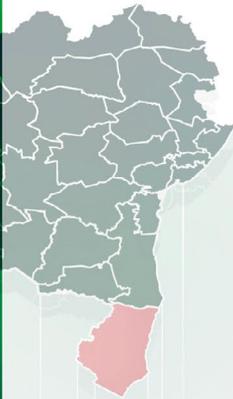
SILVA, Alexandra Lima da & Monti, Ednardo Monteiro Gonzaga. *Viagens pelo Cinema*: Convites à história da educação. Teresina: EdUFPI, 2019.

SILVA, Francismary Alves & Martins, Marcelo Sabino. Do místico ao médico: o Gabinete do Dr. Caligari e a legitimação do saber médico-psiquiátrico por meio do cinema. In: GOMES, Ana Carolina Vimieiro; CARVALHO, Ely Berço. *História da Ciência no Cinema*. Belo Horizonte: Fino Traço, pp. 151 – 168, 2014.

VIEIRA, Patricia. Utopia and dystopia in the age of the Anthropocene. *Esboço*: história em contextos globais. Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 350-365, set./dez. 2020.

WHITROW, G. J. *O tempo na História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

## SUMÁRIO



11

*Márcio Soares Santos*

**A FORMAÇÃO REGIONAL  
INICIAL DO EXTREMO SUL  
DA BAHIA (1945-1960):  
economia, sociedade  
e meio-ambiente**

## INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é o processo inicial de formação regional do Extremo Sul da Bahia, entre 1945 e 1960. Esta fase pode ser descrita como a primeira parte de um período mais amplo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia, que se inicia na segunda metade da década de 1940 e se estendeu até a primeira metade da década de 1970, quando começou a operar na região a rodovia federal BR-101.

Durante o processo de formação territorial, a extração madeireira empresarial e a pecuária bovina se constituíram como as principais atividades econômicas regionais. Ao avanço destas atividades econômicas correspondeu a degradação do meio ambiente natural em toda a região, notadamente da floresta tropical atlântica úmida, ecossistema predominante da Mata Atlântica desta região. Portanto, a história do Extremo Sul da Bahia como região é a história do que aconteceu com o território da Mata Atlântica.

O desenvolvimento socioeconômico, a partir do final dos anos 1940, levou à intensificação da degradação ambiental em toda a região, fato que já vinha ocorrendo antes, porém em bem menor intensidade. Por outro lado, este foi o momento inicial do desenvolvimento do Extremo Sul como região autônoma do Estado da Bahia, que se separou oficialmente, depois de 1950, do antigo sul do estado, criando-se a Zona Fisiográfica Extremo Sul da Bahia (IBGE, 1955; 1965).

Observa-se, a partir de então, o declínio econômico da cacauicultura no extremo sul, embora não o seu desaparecimento. Surgem, na região, entre o final dos anos 1940 e início da década seguinte as primeiras empresas ligadas à indústria madeireira. Observa-se, também, neste mesmo momento a expansão da fronteira agrícola, sobretudo da bovinocultura.

### SUMÁRIO



Uma década depois de ter sido oficialmente criado o extremo sul, com o avanço da exploração madeireira e da pecuária extensiva em área de floresta natural, e a expansão da propriedade fundiária, verificou-se um relativo desenvolvimento social e econômico na região. Os efeitos podiam ser observados no aumento da população, no incremento da produção, distribuição e circulação de mercadorias, na expansão de certos negócios, no adensamento de distritos e povoados e na formação de novos núcleos urbanos. Não se tratava, contudo, de desenvolvimento generalizado e de grande alcance, pois a despeito de setores e aspectos que passarem expansão, outros permaneceram praticamente inalterados, como a infraestrutura e os serviços públicos.

## O ESPAÇO NATURAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA

O Extremo Sul baiano, o nordeste mineiro e o norte capixaba fazem parte de um mesmo território natural, que podemos chamar bioma Mata Atlântica, ou domínio morfoclimático e fitogeográfico da Mata Atlântica (AB'SÁBER, 2012). Situado em território natural outrora totalmente florestado, o Extremo Sul pode ser observado por seus componentes ambientais em permanente interação: vegetação, relevo, clima, solo e hidrografia, em suma, os componentes morfoclimáticos e fitogeográficos de um domínio ou setor de domínio natural.

A posição geográfica explica a exuberância das florestas, os ecossistemas associados – matas, restingas, mangues, praias –, a regularidade das chuvas, o potencial dos solos, a topografia e a hidrografia da região. Também se pode avaliar as restrições ecológicas que o espaço natural apresenta à ação humana. O sistema ecológico integrado de um lugar (ecossistema), independentemente de sua escala em extensão e nível de complexidade, passa por mudanças naturais,



mas também tem suas condições ambientais modificadas pela intensidade da intervenção humana. Na Mata Atlântica, um dos biomas mais devastados do mundo, as grandes perturbações de ordem humana não são novidade, mas no extremo sul estas iniciaram-se por volta de meados do século XX, inicialmente com a exploração predatória e sistemática da floresta atlântica, em busca de árvores para fornecer madeiras para muitos tipos de usos, imediatamente seguida da expansão sem paralelo da fronteira agrícola em toda a região.

O espaço natural do Extremo Sul possui particularidades ambientais, sendo talvez a mais destacada dentre elas o fato de apresentar o setor onde se encontra a maior biodiversidade, animal e vegetal, de todo o bioma nacional. A combinação de clima, relevo e vegetação deram à região não apenas a sua magnífica paisagem florestada, mas também uma pluviosidade bem distribuída e uma hidrografia potente. A geomorfologia, a pluviosidade e a cobertura orgânica produzida pela reciclagem dos nutrientes do solo explicam, em parte, o vigor da floresta. Por isso se faz necessário compreender o Extremo Sul da Bahia não apenas como espaço social humano, mas também como espaço natural.

Não há região social ou território político sem meio natural. A região é uma produção do trabalho humano. E parte significativa do trabalho humano, a que podemos chamar a atividade ontológica, é resultado do intercâmbio e da transformação da natureza pelo trabalho humano (MÉSZÁROS, 2002). Sem o intercâmbio do ser social (sociedade humana) e natureza, sem a transformação da natureza (e do próprio) ser social pelo trabalho, o espaço natural não se converteria em espaço social.

## SUMÁRIO

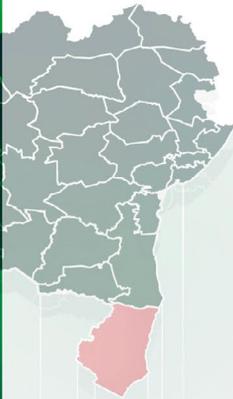


## O EXTREMO SUL DA BAHIA: ETAPA INICIAL DE FORMAÇÃO

Oficialmente, o “extremo sul” como região específica da Bahia é uma criação das investigações realizadas no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O órgão, ao final dos anos 1940, cumpria uma dupla função. Primeiro, atualizar as divisões internas das Unidades da Federação. Em segundo, realizar o recenseamento nacional, em conformidade com a Lei n. 651, de 13 de março de 1949 (IBGE, 1955). Partindo da Divisão Regional do Brasil de 1942, o Conselho Nacional de Geografia definiu as “zonas fisiográficas”, regiões internas aos estados e Distrito Federal. A pesquisa censitária visava o conhecimento do território nacional, principalmente das regiões e municípios brasileiros. É com o Recenseamento Geral de 1950 que aparece, pela primeira vez, a *Zona Fisiográfica Extremo Sul da Bahia*<sup>21</sup>.

O IBGE estabeleceu critérios físicos e socioeconômicos para definir a regionalização do país. Porém, os critérios dominantes de definição continuavam sendo os aspectos físicos: clima, vegetação, relevo etc. Os critérios socioeconômicos, no entanto, foram fundamentais para os órgãos geográficos e censitários do governo estabelecer as novas “zonas fisiográficas”, apesar do acento físico da própria nomenclatura. Com isso, admitia-se que as regiões internas às Unidades da Federação definiam-se não exclusivamente por sua estabilidade fisiográfica, mas que comportavam também aspectos dinâmicos, em razão das condições sociais e, sobretudo, econômicas presentes no processo histórico. A nova política de regionalização demonstrava uma atenção maior das autoridades às mudanças por que passavam o Brasil em uma conjuntura nacional de retomada do desenvolvi-

<sup>21</sup> Desde o final dos anos 1940 o Brasil apresentava cinco grandes regiões – Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Em 1950, além destas grandes regiões, o país compreendia 30 regiões homogêneas, 79 sub-divisões e 228 zonas fisiográficas (MAGNAGO, 1995).



tismo, no contexto mais amplo do pós Segunda Guerra Mundial com a reconstrução das economias capitalistas devastadas pelo conflito (HOBSBAWM, 1997).

Uma região não pode ser entendida unicamente como a abertura de uma área em um mapa. Ela é antes um processo histórico com diferentes dinamismos sociais. Nesse sentido, o nascimento, a evolução e a dissolução de uma região compõem uma síntese de interações complexas, interligando meio ambiente (natural e social), sociabilidade, relações econômicas, cultura, ideologia, formas políticas, jurídicas, religiosas etc. A formação de uma região é um fenômeno multidimensional. Quando o IBGE consagrou pela primeira vez o território do extremo sul da Bahia, o processo de constituição regional já vinha se delineando. O Estado, através de seus instrumentos geográficos de medição, classificação e legalização, confirmou um movimento que já começava a se evidenciar na realidade material. Para isso, teve grande importância e renovação metodológica do final dos anos 1940, que forneceu ao *stablishment* geográfico as coordenadas sociais e econômicas para definição da política regional brasileira.

Mas a formação de uma região é também um fenômeno singular. Compreende desde o surgimento e a evolução de algo até atingir certo ponto de maturação; prosseguindo sempre, às vezes até a sua dissolução. Os processos formativos podem apresentar sucessão, maior ou menor, de etapas. Verificá-las é tarefa dos investigadores.

Durante a primeira metade do século XX o processo de ocupação das terras da região sofreu uma intensificação, sobretudo com a expansão para o Extremo Sul da lavoura do cacau. Um prenúncio da movimentação social em direção ao interior do Extremo Sul foi a chegada planejada, a partir de 1916, dos primeiros frades franciscanos aos municípios da região, recebendo mais tarde das autoridades eclesásticas competentes provisão de administração paroquial (HOOIJ, 2011). Nas primeiras décadas, já “havia um movimento de migração por famí-

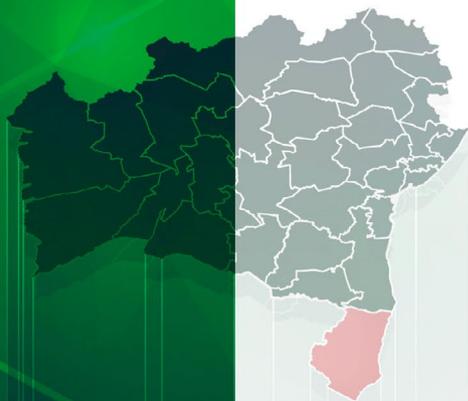
## SUMÁRIO



lias que saiam do estado vizinho, Minas Gerais” (KOOPSMANS, 2005, p. 29). Eram, em sua maioria, pequenos camponeses em busca de terras desocupadas no Extremo Sul. Alguns dos primeiros povoados no interior do extremo sul, afastados do litoral, surgiram deste movimento migratório. Na Bahia, Caravelas se tornou o “centro econômico e político da região” (KOOPSMANS, 2005, p.29), pois foi o município que melhor se beneficiou do trânsito de mercadorias e pessoas propiciado pelas operações da Estrada de Ferro Bahia-Minas (EFBM), ferrovia que tinha por destino final o porto de Caravelas, sediado no povoado de Barra. A EFBM começou a operar já nos primeiros anos de 1880, mas só foi totalmente concluída, com seus 578 quilômetros de extensão, em 1942 (MARTINS, 2018). Como a ferrovia foi sendo construída a partir do porto de Caravelas, que na verdade é seu ponto final, a região dela se beneficiou desde o princípio.

Mas o Extremo Sul, como região, começou a surgir no momento em que a precária unidade no interior do antigo sul da Bahia começou a se romper. As operações da EFBM não foram suficientes para conformar uma região socioeconômica autônoma em todo o Extremo Sul, tendo tido antes um papel circunscrito à área da sub-região de Caravelas e Mucuri, evidentemente também com efeitos sobre outras áreas próximas. A atividade agrícola predominante no sul do estado, a cacauicultura, também não fez prosperar toda a região, mas apenas o seu setor mais antigo, cujo núcleo econômico, político e cultural na região havia se instalado na região de Ilhéus, Itabuna e seu entorno.

A lavoura do cacau não alavancou a economia da região além de certo ponto. O “antigo sul” baiano – litoral sudeste e “extremo sul” –, unidade regional herdada de períodos anteriores, começou a se redefinir socioeconomicamente em duas sub-regiões na segunda metade do século XX. A partir do setor mais dinâmico, Ilhéus e Itabuna, centro produtivo e comercial da cacauicultura, as lavouras se dirigiam ao sul, contudo sem penetrar com intensidade muito além do município de Belmonte. Não por acaso Belmonte será uma espécie de fronteira en-



tre o sul e o “extremo sul” que será criado em seguida. No outro setor do da economia baiana do cacau, o litoral extremo sul do estado, a economia mantinha-se, basicamente, ao nível da pequena propriedade fundiária, de agricultura tradicional e em boa medida em situação de subsistência. Predominavam, sobretudo no interior, as pequenas lavouras e criações, produzindo mandioca, milho, feijão, café, frutas, porcos, galinhas, etc.

Apenas uns poucos exemplos agrícolas e comerciais destoavam na região até 1950. Um dos poucos espaços de exceção ao quase completo marasmo econômico podia ser encontrada na parte mais meridional do estado, entre Caravelas e Mucuri, por onde passava a EFBM, em parte responsável pelo dinamismo, um tanto diferenciado na sub-região, favorecendo a circulação de pessoas, mercadorias e ideias, formando uma hinterlândia que ligava o norte/nordeste mineiro à costa baiana.

Durante toda a primeira metade do século XX o “sul do sul” da Bahia manteve enormes recursos naturais inexplorados, além da terra como meio de produção abundante, que podiam ser economicamente explorados, dispostos em uma enorme área de Mata Atlântica bastante preservada. A oportunidade veio em duas frentes. Primeiro, com a expansão da fronteira agrícola em regiões vizinhas do domínio de natureza da Mata Atlântica, levando ao avanço sobre a floresta. O número de propriedades rurais passou de pouco mais de 9.000 em 1950, para quase 13.330 em 1960, enquanto a área ocupada aumentou de 1.245.457 hectares para 1.528.408 hectares de terra (IBGE, 1956a; 1969).

A tomada das matas já vinha ocorrendo antes no nordeste de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo, alcançando o Extremo Sul da Bahia. Segundo, o progresso nacional da economia política do desenvolvimentismo, com o estímulo à participação de capitais nacionais, públicos, privados e estrangeiros, deu-se oportunidade

## SUMÁRIO



## SUMÁRIO

para que a crescente demanda por matérias-primas necessárias ao reforço da industrialização e da modernização do país (vista como urbanização), entre elas a madeira, fosse atendida (BIELSCHOWSKY, 2004). A reorganização da divisão social do trabalho no Brasil já vinha se fazendo através de políticas regionais. O país detinha enormes recursos, porém mal aproveitados em função da precária integração das regiões brasileiras. No extremo, a situação da integração interna entre seus os municípios era bastante precária, pois havia poucas estradas para fazer a ligação entre eles, e em geral em condições ruins (IBGE, 1958a; 1958b).

Diante da abundante floresta e do relativo isolamento político da porção meridional do Estado, a partir de 1950 deu-se o rápido e contínuo avanço da extração madeireira, acompanhada da expansão da fronteira agrícola, notadamente da pecuária bovina extensiva, fenômeno ocorrido no norte e nordeste mineiro, e a partir de então crescentemente em todo o Extremo Sul baiano. A economia da madeira e do boi permitiu a região, ao longo de poucos anos, fomentar a unidade socioeconômica e de paisagem que caracterizariam a região posteriormente. Quando criadas em 1950 pelo IBGE a Zona Fisiográfica Extremo Sul simplesmente se consagrava, oficialmente, o movimento socioeconômico anterior de afastamento entre duas sub-regiões anteriormente unificadas no sul do estado. A Bahia passava a ter, *grosso modo*, um “sul cacaeiro” e um “extremo sul madeireiro e pecuarista”.

A organização empresarial da atividade madeireira teve início na região nos anos finais da década de 1940, quando se instalou em 1948 a primeira grande madeireira, denominada *Eleozípio Cunha e Companhia Limitada* (GARCEZ, GUERREIRO, 1975). Em seguida, em 1952, foi a vez da *Brasil Holanda de Indústria S/A*, fábrica de beneficiamento de madeira, que iniciou suas atividades no extremo sul no município de Alcobaça.

SUMÁRIO

Ao longo dos anos outras madeireiras e incontáveis serrarias foram se instalando em todo o Extremo Sul. A região passou a ser vista, posteriormente, como vocacionada para a atividade madeireira, fazendo com que surgissem propostas governamentais e projetos empresariais, já na década de 1970, de instalação de um polo madeireiro regional no Extremo Sul baiano (PÓLOS, 1974). A atividade madeireira rapidamente assumiu seu caráter predatório sistemático. A organização empresarial do setor implicou racionalizar todas as etapas da produção e comércio – extração, transporte, distribuição. A nova vinculação do Extremo Sul com os mercados nacional e mundial de madeiras possibilitou o incremento da acumulação de capital em âmbito regional, em meio aos efeitos das políticas de desenvolvimento nacional, com o intuito principal de levar à frente a industrialização do país.

A racionalização produtiva, que diferencia o extrativismo madeireiro tradicional da exploração capitalista madeireira, gerou em pouco tempo forte pressão sobre os recursos naturais da região. A exploração madeireira sistemática promoveu impactos ambientais até então desconhecidos na região: desflorestamento, fragmentação dos ecossistemas, declínio da biodiversidade, degradação dos solos e das reservas hídricas. Não se tratava mais, portanto, de conhecidas atividades econômicas intermitentes e limitadas a lugares restritos do Extremo Sul, mas agora de atividade econômica planejada para promover a produção de mercadorias voltadas ao atendimento da crescente procura por elas no mercado nacional em expansão e também internacional.

Ao final da década de 1940, havia no Extremo Sul escassas cidades, poucas vilas e pequenos povoados. O território estava povoado de comunidades nativas, como sítiantes, posseiros, meeiros, pequenos e médios fazendeiros, grupos indígenas, comunidades descendentes de quilombolas. Nas poucas cidades litorâneas a vida não se distinguia muito do que se passava no meio ambiente rural. Até 1950, o interior apresentava grande extensão de florestas, que dominavam

a paisagem mesmo no litoral, espaço secular de ocupação humana urbana na Bahia (e no Brasil).

O valor dos recursos naturais, sobretudo da terra era incalculável. Não havia praticamente controle fiscal eficiente do governo do estado sobre o Extremo Sul. Além da madeira abundante, região se apresentava como uma imensa fronteira às atividades agropecuárias. A derrubada da floresta por madeireiros aguçava fazendeiros, e aspirantes a fazendeiros, não apenas junto às populações locais, mas também gente vinda de outras regiões do estado e de outros estados. Os rebanhos bovinos foram gradativamente suplantando os suínos no Extremo Sul. Era preciso encontrar espaço para instalar o gado bovino, expandindo, assim, a pecuária extensiva “de corte”, para atender aos mercados de proteína animal (alimentação) e de criação de novos rebanhos (formação de capital). A floresta, então, foi sendo jogada no chão não apenas em função da demanda exponencial por madeira, “nobres” e “não-nobres”, mas também para dar nova dimensão à bovinocultura na economia.

A terra, evidentemente, valia por si só, como bem imóvel, mas também como reserva de valor, grande parte dela improdutiva. O avanço sobre a terra se processou de muitas formas, e o recurso à violência foi amplamente adotado para se obtê-la. Mas também a instituição da regularização de propriedade a que se obtinha o direito foi bastante utilizado. Em muitos setores, por causa da enorme extensão das terras públicas, da população em franca expansão e da ausência de controle administrativo do estado e da Federação, se permitiu que “locais” adquirissem propriedades, ou as tomassem para si, valendo-se de métodos muitas vezes questionáveis, para dizer pouco. Naturalmente, também as ações de regularização da terra se tornaram expedientes para se cometer irregularidades. Em suma, esta jornada contra a natureza, símbolo desta época do progresso (FRANCO, SILVA, DRUMMOND et al, 2012), e conflitante com as populações nativas, consideradas

## SUMÁRIO



empecilhos ao progresso, ao enriquecimento e/ou ambições políticas, levou a conquista não apenas da terra, mas da biota regional.

Os negócios madeireiros e agropecuários prosperaram. Efetivada a apropriação (ou a expropriação) dos meios de produção, as novas forças produtivas geraram algum desenvolvimento socioeconômico relativo para a região. Mas os impactos eram ainda modestos uma década depois, com duas grandes exceções: i) a degradação da floresta era notável; ii) o crescimento vegetativo na região foi surpreendente, se comparado com decênios anteriores. Em 1960 a população do Extremo Sul mais do que dobrou em comparação a 1950, saindo de 130 mil para próximo de 265 mil habitantes (IBGE, 1955; 1965). Mas a maior parte dela ainda vivia no campo, a despeito de redução relativa expressiva.<sup>22</sup>

Uma década e meia após o início da exploração madeireira sistemática já se tinha sinais de mudança. O Extremo Sul estava se integrando em torno desta nova dinâmica socioeconômica. Mas, a despeito da emergência de forças produtivas ligadas à economia da madeira e do boi, os efeitos sociais e econômicos regionais da exploração madeireira e da formação de latifúndios atingiram poucos setores econômicos e beneficiaram diminutos grupos sociais. Até por volta de 1960 poucos postos de trabalhos foram criados em razão destes progressos. O comércio, os serviços, as manufaturas locais, embora em uma crescente, não acompanharam a expansão produtiva do meio rural. A acumulação de capital setorializada não correspondeu uma expansão dos negócios urbanos e do mercado de trabalho. O que demonstra um desenvolvimento com tendência à concentração de riqueza (terra, dinheiro, capital). Embora se espalhasse pela região, a atividade econômica predatória de matas, ecossistemas, terras e comunidades humanas nativas foi até este momento insuficiente em crescimento para

<sup>22</sup> 88,6% da população vivia nas áreas rurais na região em 1950. Dez anos mais tarde este percentual se reduziu para 79,45% (IBGE, 1955; 1965).



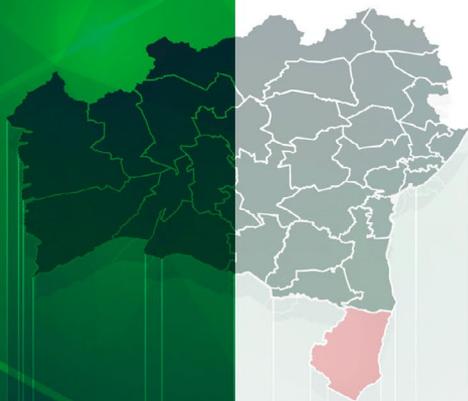
alterar substancialmente as condições materiais do conjunto das populações locais, os modos de vida regionais e a infraestrutura básica da vida comunitária: energia, saúde, educação, estradas etc.

## O EXTREMO SUL DA BAHIA E O DESENVOLVIMENTISMO (1945-1960)

O desenvolvimento inicial do extremo sul da Bahia se processou no contexto internacional de retomada da expansão da acumulação capitalista no âmbito dos Estados Nacionais em escala global, e durante a reafirmação do desenvolvimentismo político-econômico no Brasil (BONENTE, 2007).

A retomada no Brasil (e no mundo) do crescimento após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), levou os governos brasileiros, após o fim do governo Dutra (1946-1951), a retomar as políticas de desenvolvimento nacional, no Brasil conhecida como projeto desenvolvimentista. O progresso inicial experimentando no Sudeste do país gerou expectativas otimistas, e que outras regiões poderiam se beneficiar do bom momento da economia. Foi um período em que os governos, federal e estaduais, começaram a se ocupar mais com investimento e planejamento.

Na Bahia, esse movimento foi iniciado pelo governador Luiz Viana Filho, eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa do estado, governando entre 1967 e 1971. Mas quem de fato levou a diante o ideário desenvolvimentistas foi o seu sucessor, o governador Antônio Carlos Magalhães, também indiretamente eleito (1971-1975 e 1979-1983). Portanto, até 1960 o Extremo Sul não havia se beneficiado diretamente das realizações do desenvolvimentismo nacional. Porém, a ideologia



SUMÁRIO



desenvolvimentista não avança exclusivamente por suas realizações materiais em determinados espaços, onde são realizados os investimentos diretos, mas também em meio clima intelectual que inspira aos agentes e aos efeitos indiretos das políticas de planejamento e investimento. O ambiente geral no país era de otimismo, como dissemos, mas também de busca de espaços para investimento, antigos e novos. Nesse sentido, os agentes econômicos que se instalaram e progrediram no Extremo Sul da Bahia neste período vivenciaram, consciente ou inconscientemente, este tempo de euforia e de possibilidades que a retomada do crescimento econômico capitalista anunciava e, em certos casos, realizava. E o Extremo Sul baiano parecia ter o que oferecer nesta direção, embora não tivesse sido diretamente beneficiada com a realização de grandes projetos até então.

No entanto, o desenvolvimentismo se manifestava não apenas quando realizações diretas, na forma de projetos em execução, investimentos e obras, se direcionavam para um espaço qualquer. Muito das consequências sociais e econômicas do desenvolvimentismo chegavam a certas regiões do país indiretamente. Portanto, se até 1960 as políticas desenvolvimentistas não havia se cristalizado no extremo sul baiano, o seus efeitos chegaram à região pelas realizações que vinham acontecendo em grande parte da região Sudeste do país. Os principais compradores da madeira extraída da Mata Atlântica na região situavam-se nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Os investimentos realizados em algumas regiões do país chegaram mesmo a impactar regiões até então periféricas. Foi o que ocorreu com o extremo sul depois de 1950. O crescimento da demanda por madeiras é um exemplo disso. Contudo, nem toda árvore derrubada nas florestas do extremo sul transformou-se em móveis, serviu de fonte energética para alimentar fornos siderúrgicos ou foi convertida em material de apoio para grandes obras de construção, públicas e privadas, nos estados do Sudeste. Por vezes as árvores eram derrubadas sim-

plesmente para “limpar” as terras, abrindo campos para a implantação de culturas agrícolas e expansão da criação de animais. Neste caso, o destino das árvores levadas ao chão era variado, desde a utilização na própria fazenda, passando pela comercialização para terceiros, ou até mesmo o abandono em lugar qualquer da propriedade.

A demanda incessante por madeira e o avanço, muitas vezes ilegal da fronteira agropecuária, foi impulsionada também pelos projetos desenvolvimentistas nacionais e pelo crescimento econômico, notadamente da indústria localizada em alguns estados brasileiros. Na Bahia, vinha se constituindo a compreensão de que o estado não poderia ficar de fora do esforço de modernização nacional. Já em 1950 foi implantada no Recôncavo Baiano a primeira refinaria de petróleo do Brasil, a Landulpho Alves-Mataripe – RLAM (ANDRADE, 2000). Sua criação, no entanto, se deveu à descoberta de petróleo no litoral baiano, alguns anos antes da criação da estatal brasileira de petróleo, a Petrobrás. Em todo caso, a RLAM deu início no estado à instalação da grande indústria de bens intermediários do petróleo, intensiva em capital. Todavia, esse processo concentrou-se na Região Metropolitana de Salvador (RMS), sem maiores benefícios para outras regiões do estado.

Enquanto isso, no Extremo Sul nem todos os agentes estavam interessados nas consequências possivelmente indesejadas da exposição que o desenvolvimento poderia trazer às localidades, dadas as ilegalidades cometidas durante o processo de ocupação da terra. Em todo caso, a integração comercial e o crescimento econômico potencializaram não apenas a acumulação de capital dentro e fora da região, mas simultaneamente o início da destruição da floresta atlântica regional.

## SUMÁRIO

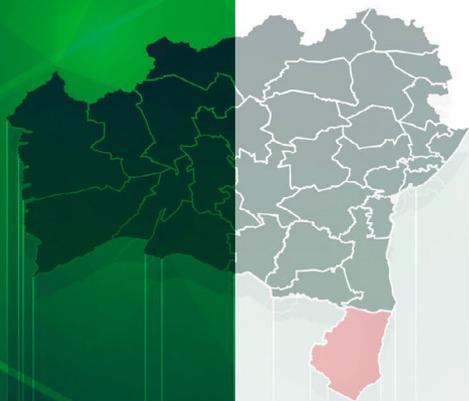


## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O complexo de mediações das interações entre sociedade e natureza implica considerar, metodologicamente, a atividade econômica, a organização social, bem como os processos naturais. Forças produtivas e relações sociais não se entrecruzam no vazio, mas estão necessariamente envoltas em condições ambientais concretas. O estudo do desenvolvimento socioeconômico de qualquer espaço, em todas as épocas, não pode prescindir de sua relação (inescapável) com o meio ambiente natural. As interações e os entrecruzamentos indicam o papel que as condições naturais tiveram na modelagem dos métodos produtivos adotados e, inversamente, os impactos ambientais que a adoção desses métodos produzem.

A economia e a sociedade que começavam a se formar no Extremo Sul da Bahia na virada da primeira para a segunda metade do século XX forjaram-se em meio ao avanço avassalador sobre a Mata Atlântica e, por extensão, sobre a terra. Nas sociedades mercantis a transformação da natureza provocada pela ação humana faz com que os recursos naturais sejam convertidos em mercadorias a serem trocadas no mercado. A transformação das árvores da Mata Atlântica em “madeiras” comerciais de toda espécie, a concentração de terras e a propagação da bovinocultura estão na raiz do surgimento e desenvolvimento regional do extremo sul da Bahia. O estabelecimento pelo Estado da Zona Fisiográfica Extremo Sul apenas confirma este movimento econômico realizado no mundo concreto.

Um conjunto integrado de condições emerge com o desenvolvimento das forças produtivas, interferindo na organização social do trabalho, no exercício do poder, na constituição de hierarquias sociais e políticas, na relação entre as áreas urbanas e rurais, na paisagem natural, nos modos de refletir e realizar a vida, dentre outras dimensões da vida social.



SUMÁRIO



A despeito da exuberância natural, o território do Extremo Sul da Bahia quando significativamente modificado pela ação humana apresenta fragilidades ecossistêmicas. A diversidade ambiental da floresta tropical atlântica requer grande troca energética em razão da reciclagem natural dos nutrientes do solo e da ação filtradora do tipo de vegetação (AMORIM; OLIVEIRA, 2007). Este equilíbrio sensível tende a se romper com a ação humana imprevidente, podendo atingir níveis alarmantes.

O incremento populacional e as mudanças na estrutura econômica que se verificaram na fase inicial da formação do extremo sul da Bahia, entre 1945 e 1960, levaram a ocupação predatória e intensiva de áreas de floresta e ecossistemas associados, com impactos ambientais preocupantes sobre os solos e os serviços hidrológicos naturais. Neste período as paisagens regionais começaram a sofrer alterações profundas, aumentando fortemente o consumo humano dos recursos naturais. Por outro lado, o ambiente natural interferiu nos fluxos de ocupação do território e nos modos de organizar a vida social e cultural na região. O dilema socioambiental regional desta sociedade em formação resultou da afirmação da atividade madeireira predatória e da agropecuária extensiva. As atividades que unificaram economicamente o Extremo Sul baiano acentuaram o desequilíbrio ambiental no momento da sua formação regional.

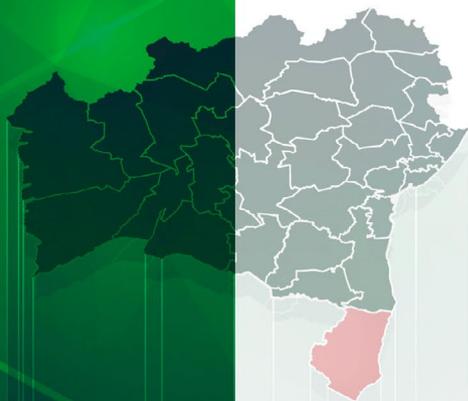
## REFERÊNCIAS

Livros:

AB'SÁBER, A. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. 7 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

ANDRADE, E. *Nova ofensiva do capital sobre o trabalho*. Salvador: Editora da UCSal, 2000.

SUMÁRIO



BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FRANCO, J. L.; SILVA, S.; DRUMMOND, J. A. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, J. L. et al (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 333-366.

GARCEZ, A.; GUERREIRO, A. *Diagnóstico socioeconômico da região cacaueira: história econômica e social*. Rio de Janeiro: CEPLAC, v. 8, 1975.

HOBBSAWM, E. "Os anos dourados". In: \_\_\_\_\_. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 253-281.

HOOIJ, Frei E. *Os "desbravadores" do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos*. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011.

KOOPMANS, Pe. J. *Além do eucalipto: o papel do extremo sul*. 2 ed. Centro de Defesa dos Direitos Humanos: Teixeira de Freitas, 2005.

MAGNAGO, A. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 65-92, out./dez. de 1995 (2001).

MARTINS, M. *A formação regional do Mucuri: o homem, o rio e a mata no nordeste de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2018.

MÉSZÁROS, I. "A ordem da reprodução sociometabólica do capital". In: \_\_\_\_\_. *Para além do capital*. São Paulo: Editora da Unicamp / Boitempo Editorial, 2002, p. 94-132.

Outras fontes:

BONENTE, B. *A economia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

IBGE. *Estado da Bahia. Censo Demográfico de 1950*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, v. XX, t. I, 1955.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, v. XX, 1958<sup>a</sup>

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, v. XXI, 1958b.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico de 1960 – Bahia*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, v. I, t. VIII, 1965 (VII Recenseamento Geral do Brasil).

\_\_\_\_\_. *Estado da Bahia. Censo Agrícola de 1950*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, v. XX, t. 2, 1956a.

\_\_\_\_\_. *Censo Agrícola de 1960 – Bahia*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, v. II, t. VIII, p. II, 1969 (VII Recenseamento Geral do Brasil).

PÓLOS madeireiros: a opção industrial para o extremo-sul. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.18, 03 de agosto de 1974.

## SUMÁRIO



# 12

*Tharles S. Silva*

**O QUE O ESTUDO  
DA GUERRA PODE  
NOS ENSINAR?**

“Quando não conhecemos nós próprios a guerra, não imaginamos em que consistem as dificuldades de que se está sempre a falar (...). Mas quando se viu o que é a guerra, tudo se torna compreensível”.

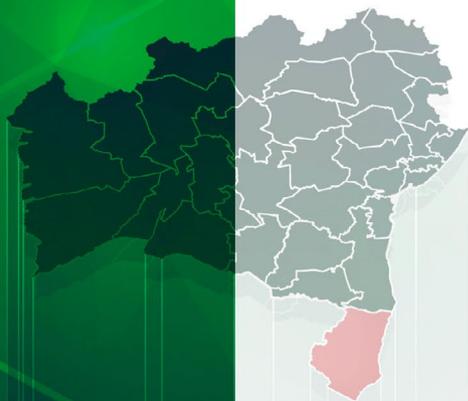
Carl Von Clausewitz

## INTRODUÇÃO

O historiador Eric Hobsbawm (1995, p. 58) afirmou que a Segunda Guerra Mundial foi a “maior das catástrofes humanas”. Ele certamente tinha propriedade para fazer esta afirmação, não só porque vivenciou o período, mas porque participou dela. Entre 1939 e 1940, ele atuou em uma divisão de escavadores de trincheiras, em uma unidade preparava bunkers para proteger a costa inglesa de uma eventual invasão alemã. Felizmente, para os ingleses, a invasão nunca aconteceu. Devido à fluência em diversos idiomas, Hobsbawm foi transferido para os serviços de inteligência, onde permaneceu até o fim do conflito, em 1945.

A sua visão da guerra, uma catástrofe, é particularmente interessante. A palavra *Katastrophe*, do grego antigo, pode ser traduzida como “fim súbito” ou “virada de expectativas”. Ela originou-se dos verbos *kata*, que significa “para baixo”, e *strophein*, “virar”. Utilizada no teatro, nos dramas, a catástrofe era o movimento anunciado pelo coro no qual os acontecimentos se voltavam contra o personagem principal.

Nesse sentido, a visão de Hobsbawm sobre a Segunda Guerra não parece estar errada. O mundo nunca mais seria o mesmo depois dela e nem poderia sê-lo. Ela virou o mundo de cabeça para baixo e quebrou, definitivamente, as expectativas de um mundo pautado na ideia de progresso proclamada pelo cientificismo do século XIX.



Entretanto, no teatro grego a catástrofe também anunciava o início da catarse, o momento da purificação no qual se passava da felicidade à infelicidade. Era o movimento de descarga emocional que desencadeava o momento do aprendizado moral. Dessa forma, a guerra entendida como uma catástrofe é a guerra que nos ensina algo sobre nós mesmos e sobre nossas sociedades.

Mas o que a guerra pode nos ensinar? Essa pergunta parece pouco expressiva à primeira vista, porque temos dificuldade de encarar a guerra como um fenômeno, tanto social, quanto político, econômico e cultural. Comumente, a encaramos apenas por uma perspectiva emocional, em grande medida, devido às imagens criadas e veiculadas nos filmes, séries, histórias em quadrinhos e nas literaturas. Morte, destruição em larga escala, horror, desespero, a luta entre o bem (o soldado amigo) e o mal (o soldado inimigo, desumanizado e demonizado), a loucura, são algumas dessas imagens.

Além disso, durante muito tempo, as próprias abordagens historiográficas impediram compreensões mais amplas a respeito do fenômeno bélico. Por vezes, elas eram pessoais demais (quando quem as descrevia eram combatentes, jornalistas ou sobreviventes). Outras vezes, elas eram excessivamente técnicas (quando estudadas por pessoas ligadas de alguma forma às instituições militares). Ou, ainda, tinham objetivos econômicos e políticos (geralmente, quando o nacionalismo permeava as mentes dos historiadores, ou quando estes eram agentes de Estado).

Contrariando essas noções, as da cultura pop e as dos tipos de abordagens descritas acima, partimos do princípio de que a guerra precisa entendida como um fenômeno complexo e que recortá-la, embora seja uma operação analítica legítima, prejudica seu entendimento. Isso, porque pode-se correr o risco de compreender o que de fato importa na história: os seres humanos e suas experiências. Sobretudo, as guerras são fenômenos privilegiados para a compreen-



são das dinâmicas de funcionamento de uma determinada sociedade, pois durante os momentos de beligerância, as estruturas sociais se enrijecem e se descortinam.

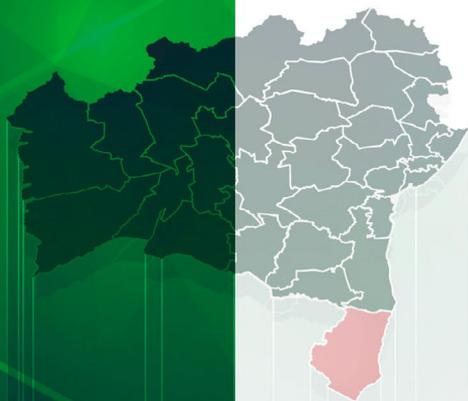
As desigualdades se tornam aparentes, as tensões entre os grupos, as relações de trabalho, de produção, as construções imagéticas e as ramificações do poder, tudo isso se acentua em sociedades que estão em guerra. Com base nisso, conforme a proposta da coletânea, apresentamos neste trabalho alguns resultados de nossa pesquisa de doutoramento, cujo principal objetivo é compreender os impactos da Segunda Guerra Mundial no Extremo Sul da Bahia. Visamos, também, analisar o processo de construção de memórias de guerra próprias da região, com base nas experiências de seus habitantes e nas leituras que fizeram do contexto.

Apresentamos três elementos que mostram os impactos da guerra sobre o Extremo Sul baiano: as dificuldades de subsistência, as tensões raciais e o medo dos ataques dos submarinos alemães e italianos. Para as análises e discussões utilizamos como fontes principais os recenseamentos década de 1940, feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entrevistas com moradores da região, fotografias, artigos de jornais locais, reportagens de revistas e uma carta de um soldado que serviu em Porto Seguro e Caravelas entre 1943 e 1944.

Para preencher as lacunas presentes nas narrativas pessoais, e nas próprias fontes, elas são cruzadas entre si. Com isso, também esperamos aumentar o grau de fiabilidade das informações apresentadas e, ainda, diminuir as possibilidades de equívocos analíticos.

Como destacou o historiador John Keegan (2006a, p. 32), “qualquer história da Segunda Guerra Mundial é, portanto, uma história do mundo entre 1939 e 1945”. Assim sendo, nossa pesquisa traz à tona uma parte da história do mundo que, durante muito tempo,

## SUMÁRIO



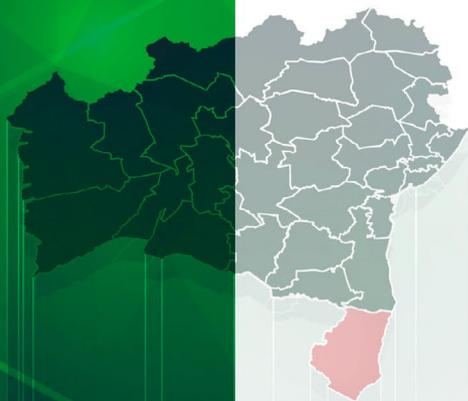
ficou à margem da história e da memória nacional brasileira. Dessa forma, esperamos poder apresentar algumas respostas à questão-título deste trabalho.

## A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E SUAS ABORDAGENS

Os conflitos bélicos mexem com nossas emoções e despertam sentimentos diversos. Guiados por eles, tendemos a nos posicionar quase sempre a favor ou contra um dos lados beligerantes, quase instantaneamente, sem refletir sobre todos os contextos conjunturas que perpassam um conflito. Isso dificulta o entendimento da guerra como um fenômeno, seja ele social, político, econômico ou cultural. Não devemos ser insensíveis diante das guerras e dos horrores que elas causam, mas é importante racionalizá-las para compreender, dentre outras coisas, seus nexos causais, as intenções e experiências dos indivíduos, seus legados.

Como dissemos anteriormente, em grande medida, nossa dificuldade de enxergar a guerra como um fenômeno se deriva das representações imagéticas criadas pela indústria cultural. Sobretudo, durante e após a Segunda Guerra Mundial. E, nesse sentido, a palavra representação torna-se um conceito importante para compreendermos essas imagens.

*Repraesentare* é palavra de origem latina, cujo significado era “apresentar” ou “comparecer” e designava o ato que se fazia diante de uma autoridade. Mas, por volta do século XIV, na língua inglesa, ela sofreu um acréscimo semântico importante. Ela ganhou, também, o sentido de “simbolizar” e/ou “significar” (WILLIAMS, 2007, p. 353).



SUMÁRIO

Dessa maneira, conforme Roger Chartier (1991, p. 184), representação é a “relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, um valendo pelo outro porque lhe é homólogo”. E é nesse sentido que as imagens da guerra criadas e difundidas no âmbito da indústria cultural dificultam a nossa compreensão do fenômeno bélico. Estas imagens são homólogas, porque se derivam de experiências reais, mas os objetos a que elas se referem estão ausentes no tempo e/ou no espaço.

Essa distância é preenchida por nossas emoções. Elas despertam, de forma geral, a empatia pela dor do outro e a simpatia pela causa de quem luta, bem como a repulsa e o ódio pelo adversário, que não é visto como uma pessoa que também defende uma causa e que também sofre, mas como uma figura hedionda que precisa ser vencida a todo custo. Os exemplos dessas representações e dos sentimentos que elas nos causam são muitos.

O quadro *Guernica* (1937), de Pablo Picasso (revolta); os quadros *Maus* (1980-1991), de Art Spiegelman e Louise Fili, e o livro *Schindler's Ark*<sup>23</sup> (1982), de Thomas Keneally (empatia pelo sofrimento do povo judeu); e os filmes *Apocalypse Now* (1979), de Francis Ford Coppola (reflexões sobre a insanidade gerada pela guerra), e *O resgate do soldado Ryan* (1998), de Steven Spielberg (honra, lealdade, bravura).

Além das representações, outro fator que durante muito tempo afetou a compreensão mais ampla do fenômeno bélico foram as próprias pesquisas historiográficas, aqui abarcadas dentro do que se convencionou chamar de História Militar. Elas geralmente estavam ligadas a instituições militares e a pesquisadores a elas relacionados. Além disso, muitos historiadores que estudaram batalhas e guerras específicas haviam participado diretamente de algum conflito. Como

<sup>23</sup> Adaptado para o cinema em 1993, pelo diretor Steven Spielberg, com o nome *Schindler's List*, No Brasil, o nome do filme é a sua tradução literal, *A lista de Schindler*.

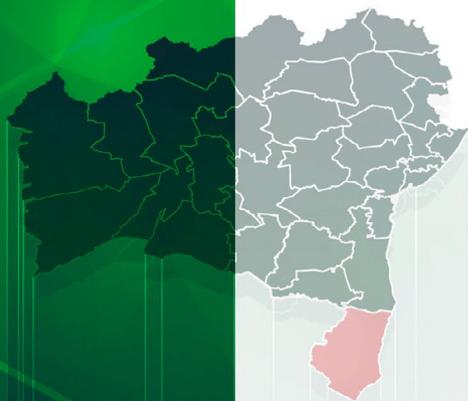
afirmou John Keegan (1978, p. 25), uma das maiores deficiências da História Militar é ela mesma, por não ser muito mais que um estudo sobre os generais e o generalato.

O caso da historiografia da Segunda Guerra Mundial ilustra bem essa situação. Em seus primórdios, os pesquisadores tenderam a produzir trabalhos técnicos e/ou institucionais. Eles abordavam eventos específicos, como uma determinada batalha, ou questões políticas e militares, muitas vezes, permeadas por sentimentos nacionalistas (MACKSEY, 1999; RYAN, 1959; 1979; GROSSMAN, 1946). Este tipo de trabalho serviu de referência para a construção das memórias da Segunda Guerra Mundial nos países Aliados<sup>24</sup> ao longo da segunda metade do século XX e para a criação das imagens deste conflito popularizadas pela indústria cultural.

Apesar dessa tendência inicial, um trabalho chamou a atenção, *O outro lado da colina*, do historiador Liddle Hart, publicado pela primeira vez em 1948. Através de uma série de entrevistas com oficiais do exército alemão, coletadas durante os julgamentos dos crimes de guerra cometidos pelos nazistas, Hart apresentou uma imagem do militar alemão diferente das opiniões correntes. Seu estudo apontou que eles não eram os fanáticos inflexíveis que obedeciam cegamente às ordens de seu *Führer*. Ao contrário, a relação entre Hitler e seus generais, embora não se imaginasse, era muito complicada e difícil.

Uma das maiores contribuições da pesquisa de Liddel Hart foi revelar que, embora os generais alemães tenham feito vistas grossas aos crimes cometidos nos territórios ocupados, a escala das atrocidades poderia ter sido muito maior. Não o foi, porque em muitos casos eles ignoraram ordens criminosas e, em outros, as modificaram. Ao perscrutar as relações interpessoais e as questões psicológicas, Hart

24 Aliança militar liderada pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética e da qual o Brasil.



abriu uma nova via para os estudos sobre a Segunda Guerra Mundial que foi seguida por muitos outros historiadores.

Outro historiador importante dessa nova via dos estudos da guerra foi John Keegan. Para ele, a guerra era “uma expressão de cultura” e, com frequência, “um determinante de formas culturais”, quando não a “própria cultura” (KEEGAN, 2006b, p. 30). Em um trabalho seminal, intitulado *The face of battle* (1978), além das questões técnicas e tecnológicas, ele destacou as perspectivas individuais (como as motivações dos soldados) e aspectos ligados às mentalidades (como as questões morais). Sua abordagem da guerra no âmbito da cultura, até então mais comum na antropologia que na história, influenciou muitos trabalhos nas décadas seguintes.

As influências de Liddell Hart e John Keegan se são perceptíveis nos trabalhos sobre a Segunda Guerra Mundial no Brasil. Sobretudo, aqueles que surgiram após o cinquentenário do fim do conflito, em 1995. Eles têm ajudado a ampliar a compreensão deste conflito no Brasil, utilizando abordagens e fontes diversas que vão dos tradicionais jornais e documentos de Estado, até fotografias, canções, anúncios, propagandas e receitas culinárias.

Sobretudo, estes trabalhos se debruçaram sobre lugares que até então eram desconsiderados pela historiografia da Segunda Guerra Mundial no Brasil. Eles revelaram algo muito importante: a guerra atingiu o país como um todo, direta ou indiretamente (CYTRYNOWICZ, 2000; FÁVERI, 2002; CRUZ, 2017; LIRA, 2017; SILVA, 2007). Nossa pesquisa se filia a estes e à tradição iniciada por Hart e Keegan, trazendo para o centro do debate sobre a Segunda Guerra Mundial no Brasil a região do extremo sul da Bahia, seus habitantes, suas experiências e suas memórias.

Para tanto, nossos procedimentos metodológicos contemplam tanto o método histórico, quanto técnicas e ferramentas de outras



áreas de conhecimento, como a sociologia e a filosofia. Nossas operações analíticas seguem basicamente três passos: 1) a reconstrução da região historicamente, para situarmos o território e os indivíduos no tempo e no espaço; 2) a alternância das escalas de observação, para compreender os contextos e as conjunturas geradas pela guerra em outras partes do Brasil e perceber como elas afetavam a nossa região de estudos; 3) e a adequação das explicações às limitações impostas pelas fontes.

Por ser pioneira, nossa investigação enfrenta uma série de dificuldades inerentes à esta condição. A principal delas são as lacunas das fontes. Não conseguimos ainda, por exemplo, determinar quantas pessoas do Extremo Sul da Bahia foram convocadas para servir na defesa costeira do país ou lutar na Europa. Essa informação, dentre outras coisas, talvez nos permitisse rastrear suas trajetórias e compreender melhor o processo de formação das memórias de guerra na região.

Apesar disso, acreditamos que a pesquisa representa um avanço historiográfico importante nos estudos sobre a Segunda Guerra Mundial no Brasil. Sobretudo, ela lança luzes sobre um período igualmente importante da história regional que, por muito tempo, permaneceu obscuro. Apresentaremos a partir de agora alguns dos seus resultados preliminares.

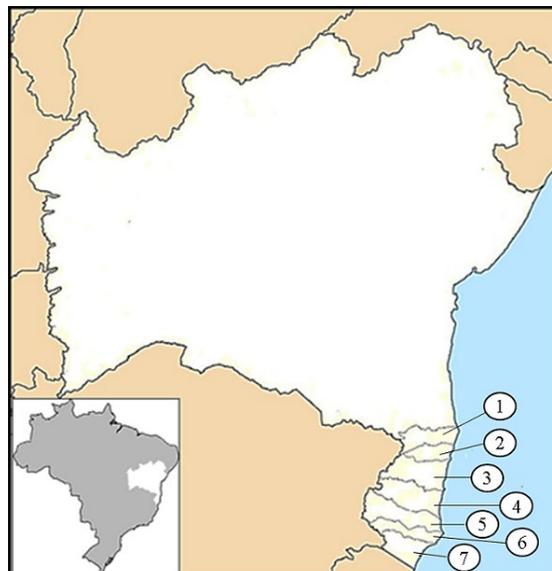
## TENSÕES RACIAIS, PROBLEMAS DE SUBSISTÊNCIA E MEMÓRIAS DE GUERRA

A região do Extremo Sul da Bahia, no período da Segunda Guerra Mundial, era composta por 7 municípios: Belmonte (1), Santa Cruz Cabrália (2), Porto Seguro (3), Prado (4), Alcobaça (5), Caravelas (6) e



Mucuri (7). Estes municípios cobriam uma porção de terras com cerca de 30.836 km<sup>2</sup>. No começo da década de 1940, a densidade demográfica regional era de apenas 3,65 habitantes km<sup>2</sup>:

**Mapa 1 - O extremo sul da Bahia no período da guerra.**



Fonte: *MAPA do estado da Bahia*. Rphael Lorenzeto de Abreu (2006). Adaptado.

A população da região era majoritariamente “preta e parda”, expressão que aparece nos censos do IBGE. No início dos anos 1940, este grupo representava 69,70% dos habitantes do extremo sul da Bahia. No interior dos municípios os percentuais eram igualmente altos: Belmonte (77,76%); Santa Cruz Cabrália (73,31%); Prado (89,88%); Alcobça (60,89%); Caravelas (67,17%); Mucuri (80,24%). A única exceção era Porto Seguro, com 44,36% (IBGE, 1950, p. 29-30).

Ao percebermos este perfil étnico-racial da região, e levando em consideração as tensões raciais da primeira metade do século XX, nos questionamos se no extremo sul baiano não houve conflitos raciais.

Sobretudo, durante a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que nela essas tensões foram levadas ao extremo, como mostra a perseguição nazista às chamadas “raças inferiores”, dentre as quais os judeus, e a segregação racial nos exércitos combatentes. Acabamos encontrando algumas evidências que apontam nesta direção.

As primeiras foram as edições de número 230 e 263 do jornal Boletim Oficial Município de Belmonte, publicadas em maio e dezembro de 1942, respectivamente. A primeira trouxe um pequeno texto intitulado *Mestiços, alerta!*, cujo o autor foi Estácio de Lima, no qual se discutiu sobre a difusão do germanismo entre a população preta e parda do Brasil. Não temos aqui espaço suficiente para apresentá-lo detalhadamente. A conclusão do autor foi que a divulgação de ideias pró-germânicas entre essas camadas sociais era incoerente, visto que elas também eram consideradas inferiores pelos nazistas.

O texto de Estácio de Lima, deixou transparecer que havia uma fissura étnico-racial na sociedade brasileira. Segundo afirmou, quando chegasse a hora “os mestiços brasileiros” saberiam “ser brasileiros” (BOLETIM OFICIAL MUNICÍPIO DE BELMONTE, 1942a, p. 3). Mas já não o eram? Eram vistos ou tratados como estrangeiros? Provavelmente não. Mas ao que tudo indica, pessoas como Estácio de Lima tivessem consciência de que essa parcela da população não estava plenamente integrada à sociedade brasileira.

É difícil compreender os impactos que este texto teve na sociedade local, se é que teve. Mas, aparentemente, havia certa preocupação com esta questão em Belmonte. Pouco tempo após a publicação de Estácio de Lima, o mesmo jornal imprimiu outro com teor semelhante, intitulado *O valor do negro brasileiro*, escrito por Roberto Alves de Campos. Nele, a conclusão do autor foi que os negros, de forma geral, não mostraram grande valor militar ao longo da história. Entretanto, os negros brasileiros pareciam ser diferentes.



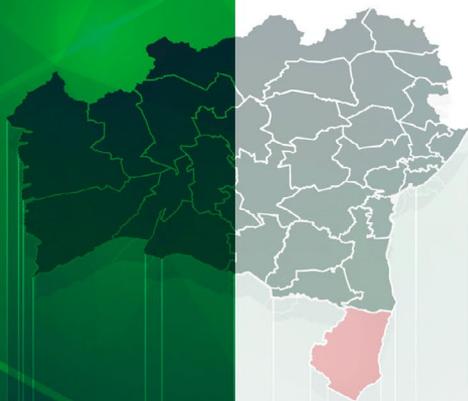
De acordo com de Campos, a tradição brasileira mostrava que apesar do pouco valor militar, os negros haviam participado “heroicamente” das diversas lutas patrióticas do país (BOLETIM OFICIAL MUNICÍPIO DE BELMONTE, 1942b, p. 2). Dessa forma, se fosse preciso, eles poderiam executar atividades bélicas.

O fato de estes artigos terem sido publicados em Belmonte é muito significativo. No início dos anos 1940, mais de 77% da população do município era preta e parda. Talvez os textos supracitados expressassem certa preocupação da elite local, branca e proprietária de terras, de que esta parcela da população local, inspirada pelo contexto, promovessem uma revolução social. Ou mesmo que, influenciada por ideias pró-germânicas, colaborasse com os esforços de guerra do Eixo<sup>25</sup> na região – e, de fato, havia certa preocupação em Belmonte com a ação da chamada “quinta-coluna”<sup>26</sup>.

Além dos textos publicados no Boletim Oficial de Belmonte, outra evidência de tensões raciais, também em Belmonte, são as falas de uma pessoa que entrevistamos, o senhor Vicente Lima Bezerra. Em um momento de fala livre, no qual pedimos para que contasse o que quisesse a respeito de seu tempo de juventude, mencionou a mudança do nome de uma rua, na qual ficaram alojados os militares que guarneceram a cidade, entre 1943 e 1944. Ela se chamava Professor Lúcio Coelho, uma homenagem a um educador que, conforme lembrou, foi o “primeiro professor de faculdade que veio lecionar em Belmonte” (BEZERRA, 2016).

25 Aliança militar liderada pela Alemanha, Itália e Japão.

26 Quinta-coluna é uma expressão usada para se referir a grupos clandestinos que atuam, dentro de um país ou região prestes a entrar ou já em guerra, ajudando o inimigo, espionando, fazendo propaganda subversiva e praticando sabotagens. A expressão nasceu durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), para designar a comunidade de madrilenhos que era simpatizante do General Francisco Franco. Durante a Segunda Guerra Mundial, a expressão foi largamente utilizada no Brasil, sobretudo, pelos jornais impressos.



Em algum momento, não indicado por ele, possivelmente por não mais se lembrar, o nome da rua foi alterado para Coronel José Gomes de Oliveira. Este, por sua vez, era uma homenagem a um latifundiário local. De acordo com o senhor Vicente, a mudança ocorreu “porque preto não podia ter nome de rua” (BEZERRA, 2016).

Certamente, essa não foi a justificativa oficial da administração municipal. Mas essa foi a leitura que o senhor Vicente, uma pessoa negra, fez do episódio e, talvez outras pessoas de Belmonte também a tenham feito. Possivelmente, a rua Lúcio Coelho era um elemento de representatividade importante para as pessoas pretas e pardas da cidade, cravada no centro da cidade. Por isso, a sua renomeação pode ter exposto a ferida das tensões raciais existentes naquele município.

Além dos textos e da entrevista, outro elemento que aponta para a direção das tensões raciais na região, no período da guerra, são algumas fotos dos soldados que guarneceram as cidades do extremo sul da Bahia. Mas antes de mostra-las e analisa-las é preciso esclarecer que havia segregação étnica e racial nos exércitos que lutaram na Europa. Inclusive, de acordo com Uri Rosenheck (2006), a segregação racial nas forças americanas chamou a atenção dos combatentes brasileiros na Itália, que lutaram ao lado da 92ª Divisão de Infantaria “Búfalo”<sup>27</sup>.

Sobre a questão, o major Benno Armindo Schirmer, ex-combatente da FEB28, disse: “O americano tinha um Batalhão só de japone-

27 A 92ª Divisão de Infantaria Americana foi uma unidade do Exército dos Estados Unidos que combateu na Primeira e na Segunda guerras mundiais. Era formada por negros americanos de praticamente todos os estados americanos. Antes de partir para França, em 1918, a divisão foi presenteada com a insígnia dos «Buffalo Soldiers», apelido dado por grupos indígenas aos soldados negros que se voluntariaram para servir no oeste americano, na década de 1860.

28 A FEB foi composta por um contingente de pouco mais de 25 mil homens e mulheres do Exército e Aeronáutica brasileira, criada em 1943 e dissolvida em 1945. Comandada pelo Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, a Força Expedicionária Brasileira lutou na campanha da Itália, entre setembro de 1944 e maio de 1945.



ses na guerra. E uma Unidade só de negros. Quer dizer, muita coisa curiosa" (MOTTA, 2001, p. 116). Entretanto, como destacaram Cesar Campiani e Dennison de Oliveira (2001), embora tenham estranhado a segregação racial americana, os soldados brasileiros não atribuíram importância à tensão racial ao discutir as falhas brasileiras na campanha da Itália.

Os militares brasileiros não estavam livres de conflitos raciais. Conforme César Campiani (2010, p. 346), havia uma história repetida pelos veteranos brasileiros que dizia que o general Zenóbio da Costa, certa vez, teria ordenado que os expedicionários negros fossem isolados ou retirados dos desfiles. Isso só não teria se realizado graças à recusa de seus oficiais em acatar a ordem. Entre os contingentes que guarneceram o litoral do Brasil a situação não parece ter sido diferente. Isso é o que sugere as fotos dos soldados do 10º Batalhão de Caçadores de Ouro Preto-MG (10º BC), que estiveram em Porto Seguro, entre 1943 e 1944:

**Imagem 1 - Parte da guarnição do 10º BC.**



Fonte: Décio Gurrute Pessôa (2013).

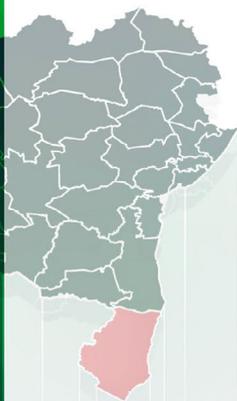


Imagem 2 - Banda de música do 10º BC.



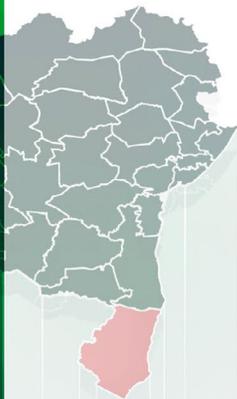
Fonte: Décio Gurríte Pessôa (2013).

Imagem 3 - Oficiais do 10º BC recebendo a visita de 3 oficiais americanos.



Fonte: Décio Gurríte Pessôa (2013).

Nas duas primeiras imagens, os soldados brancos e negros não parecem estar dispostos conforme um padrão racial. Isso pode ser um reflexo da ausência institucional de segregação racial no Exér-



cito do Brasil. Contudo, na **Imagem 3**, algo parece diferente. Diante da visita de oficiais americanos, dois oficiais negros do 10° BC, em destaque, foram, aparentemente, posicionados no fundo da formação. Um deles era o Tenente João Ferreira, que na **Imagem 1**, destacado, aparece à frente da formação e, na **Imagem 3**, também em destaque, aparece sorrindo.

Não sabemos se a configuração desta última foi uma imposição dos oficiais americanos ou dos comandantes do 10° BC. É possível que estes soubessem da segregação racial entre as forças armadas dos Estados Unidos e, para não os ofender de alguma forma – por mais estranha que seja a colocação – tenham optado por essa configuração. Seja como for, estas fotografias, apresentadas e analisadas em conjunto, podem ser indícios de que os soldados brasileiros que estiveram no extremo sul da Bahia, durante a guerra, não estavam livres das pressões raciais.

Dentro do contexto da época, não há incoerência alguma nesta constatação. Entretanto, isso é algo pouco comentado e até chama a atenção das pessoas quando exposto. Isso, porque há uma imagem, historicamente construída, de profunda coesão dentro dos quadros do exército brasileiro, e das três Forças Armadas de modo geral. Embora elas sejam, de longe, as instituições de Estado mais coesas que se pode notar na história brasileira recente, nem mesmo elas estão imunes às tensões sociais e mesmo políticas do país, às quais, a julgar por discursos recentes de dirigentes militares, elas julgam estar apartadas.

Tanto no caso dos artigos e da entrevista, quanto no das fotografias, o estudo sobre a guerra nos possibilitou refletir sobre as questões raciais na região. Isso, porque este conflito parece ter criado um contexto favorável para que se falasse ou demonstrasse publicamente as preocupações com estas tensões. Infelizmente, este ainda é um tema em aberto na história do Extremo Sul da Bahia.



Além das tensões raciais, outra questão social importante do período da Segunda Guerra Mundial na região é a da subsistência. O conflito gerou grande escassez de diversos tipos de produtos industrializados no Brasil. Isso ocorreu, dentre outras coisas, porque muitos deles eram importados da Europa e dos Estados Unidos que, ao se envolverem na guerra, militarizaram suas economias e restringiram as exportações para o exterior.

Também houve grande dificuldade na distribuição de gêneros alimentícios no país. Esta, por sua vez, foi causada pelo direcionamento estatal da produção, em nome dos esforços de guerra, e pela inflação gerada pela ganância de empresários e comerciantes (CYTRYNOWICZ (2002, p. 30). O Extremo Sul da Bahia foi duramente afetado por este contexto.

A economia da região era dominada pela agropecuária e pelo extrativismo vegetal. Rebanhos de suínos, bovinos, caprinos, cultivos de cana de açúcar, mandioca, cacau, café, a extração de madeira e a pescaria de garoupas formavam as bases da economia regional. Grande parte destes produtos, e de seus derivados, eram exportados. Os principais destinos eram os portos de Salvador, Rio de Janeiro, Santos e as cidades do nordeste de Minas Gerais, como Araçuaí, Jacinto, Salto da Divisa e Nanuque.

Alguns dos gêneros de primeira necessidade consumidos localmente como sal, farinha de trigo e charque eram importados de outras localidades. Além disso, medicamentos, ferragens, tecidos, louças, bebidas, combustíveis, equipamentos agrícolas e papel também vinham de outras regiões (ANUÁRIO, 1930, p. 289-352). As dificuldades na distribuição de mercadorias durante a guerra acabaram levando à redução das quantidades destes produtos no extremo sul da Bahia.



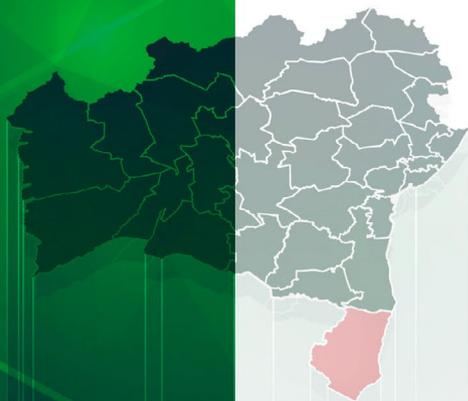
A respeito dessas dificuldades, a senhora Rosa Jorge de Moraes, nos relatou que para garantir a subsistência foi necessário apelar, dentre outras coisas, para os laços de sociabilidade comunitários:

E, igual vocês estão aí conversando, trazia e dizia 'ó, trouxe um presente para você. Quando você vinha de lá, em sua casa tinha farinha [...] raspadinha, o açúcar era mais difícil, já vinha com um 'litrozinho' de feijão, um pouco de café [...], aquela vasilha cheia de coisa e dava a você. Você ficava tão contente! Pegava outra vasilha com um pedacinho de carne, um pedacinho de toucinho. Tudo ali! (MORAIS, 2017)

Outras duas pessoas que entrevistamos, os senhores Benedito Ramos Cassimiro e Hermes José d'Ajuda, ao se recordarem dos soldados que guarneceram Porto Seguro, afirmaram que eles distribuíaam aos moradores o que sobrava de suas refeições diárias. Inclusive, a descrição dos momentos da alimentação e dos gêneros consumidos, feita por deles, é muito interessante. De acordo com Benedito Ramos:

Quando eles faziam comida lá na cidade alta, enchia de gente de cá de baixo, lá de Porto Seguro, cada um com sua 'marmita'. Os caldeirões eram deste tamanho, dessa grossura [gestos com os braços para mostrar o tamanho]. Dez, doze caldeirões cheios de comida. Sobrava para eles, aí enchia [de gente] para receber a comida, tudo em fila. (...) Se saísse fora, só comia depois que terminasse tudo. E, a gente ia lá, trazia uma 'caldeira' assim ó, dessa grossura assim ó [gestos com as mãos para mostrar o tamanho], cheinha de feijão, arroz, carne, salada, tudo! Só você vendo que farto viu (...). (CASSIMIRO, 2017)

Em Caravelas, a alimentação dos soldados também apareceu nas falas de uma pessoa que entrevistamos, senhor Elias Siquara. Conforme relatou, "o peixe ia primeiro para eles, para nós o que sobrava" (SIQUARA, 2019). Em ambos os casos, a alimentação dos militares parece ter deixado uma marca importante nas memórias. No primeiro, a comida propriamente dita e, no segundo, o direcionamento de gêneros alimentícios.



SUMÁRIO

Ambas as falas aludem, cada uma à sua maneira, à aparente dificuldades de subsistência no período da guerra. Mas, a palavra “sobra” aparece de forma diferente nas duas recordações. No primeiro caso, do senhor Benedito Cassimiro, ela é afetiva e gerou um sentimento positivo da presença dos soldados na região. No segundo, do senhor Elias Siquara, ela parece ser amarga, devido à predileção que, talvez tenha dificultado as condições de alimentação dos moradores locais.

Aparentemente, no caso do senhor Benedito, a comida dos militares marcou a memória devido à sua diversidade. Em virtude da tradição pesqueira, a base da alimentação regional eram os pescados, a farinha e os mariscos que, no caso de Porto Seguro, geralmente eram catados nos recifes que das praias do município. Embora fosse suficiente para manter a subsistência, talvez fosse uma dieta limitada. Talvez por isso o senhor Benedito tenha preservado a lembrança, inclusive, de que tinha “salada”.

O pronome “tudo”, indefinido, certamente era uma alusão à diversidade. Talvez fossem tantas coisas diferentes que, após tantos anos, ele não conseguia especificar. Não que ele não as conhecesse ou nunca as tivesse comido, mas talvez não fosse parte do seu cotidiano alimentar. Infelizmente, os relatos do senhor Benedito Ramos Cassimiro são os únicos que descrevem os tipos de alimentos consumidos pelos militares. Por isso, não podemos afirmar que esta era, de fato, a dieta regular dos soldados.

Curiosamente, talvez os soldados não estivessem satisfeitos com a alimentação que recebiam. O sargento Francisco Marino Modesto, que serviu em Porto e Caravelas, relatou em uma carta enviada à sua esposa que, durante a festa da Senhora d’Ajuda, no dia 15 de agosto de 1943, infantes e artilheiros participaram de um leilão. Nele, o sargento e seus colegas conseguiram alguns produtos para complementar suas alimentações. Foram um “bolo duro e ruim, e um mamão” e “uma banana” (MODESTO, carta XIII, 15.08.1943).

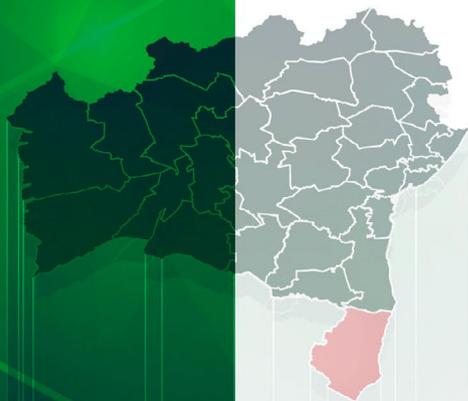
Se para os moradores locais a alimentação dos soldados pode ter chamado a atenção, devido à sua diversidade, quando comparada à dieta local, para estes, vindos de um local próximo a grandes centros e com maior acesso a recursos, ela era comum. Talvez até insuficiente.

As dificuldades de abastecimento podem ter se acentuado ao longo do ano 1942. Submarinos alemães e italianos promoveram um verdadeiro cerco ao litoral brasileiro. Apenas em agosto daquele ano, 6 embarcações foram afundadas na costa da Bahia (ARANTES, 2012, p. 55-119). Inclusive, uma delas, a Barcaça Jacira, havia zarpado do porto de Belmonte, antes de ser abatida na costa da cidade de Itacaré. Os ataques reduziram a quantidade de navios nos portos dos municípios do Extremo Sul da Bahia

As cidades de Prado, Alcobaça e Caravelas tiveram reduções de 42,62%, 60,53% e 16,09% nos números de embarcações em seus portos, respectivamente, entre 1941 e 1942. As quedas nas quantidades de tonelage das cargas foram de 33,33%, 100% e 45,35% (IBGE, 1946, p. 173). Foram reduções consideráveis que, possivelmente, geraram impactos significativos sobre as condições de subsistência das pessoas da região, visto que produtos como sal, charque e farinha de trigo vinham de outras partes do Brasil.

Os ataques dos submarinos, inclusive, marcaram profundamente as memórias dos habitantes do extremo sul da Bahia. Tanto por sua violência, quanto por suas consequências. O medo dos submarinos durou décadas a fio, transformando-se em um dos maiores elementos que compõe as memórias da guerra na região.

Diversas histórias de guerra, algumas das quais circulavam à época como boatos, ainda estão presentes no imaginário das pessoas mais velhas do extremo sul baiano. As mais famosas são as do cais supostamente construído para receber os submarinos alemães, em Prado, e da comunicação e colaboração de Abiah Reuters com os



submersíveis germânicos, em Belmonte. Nenhuma delas se provou verdadeira, mas isso não significa que não há verdades envolvidas em sua construção.

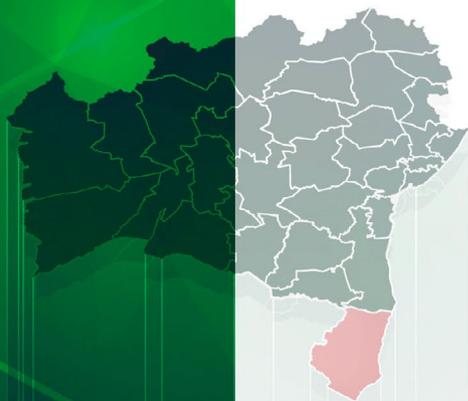
De acordo com Jean-Noël Kapferer (1993, p. 8), os boatos nascem de perguntas espontâneas, colocadas pelo público para as quais não se tem respostas e satisfazem a necessidade de compreensão de um dado fenômeno, se este não é claro. Como a população o extremo sul da Bahia poderia compreender a presença daquelas belonaves atuando tão na região, distante mais de 8 mil quilômetros de seus países de origem? Uma possível explicação para isso, incentivada pelos discursos antialemães e italianos da época, era que havia colaboração dos moradores locais.

Os boatos foram os fios que nos permitiram ligar os rastros deixados pela Segunda Guerra Mundial na região. O principal fio condutor destes boatos, transformados em histórias e memórias de guerra, é o medo dos submarinos. Este se liga aos estrangeiros (supostamente colaboracionistas), aos militares (que vieram proteger a região de seus ataques), às dificuldades de subsistência (geradas pelos ataques) e à luta de combatentes da região (que para defendê-la, foram combater os inimigos na própria Europa).

Devemos destacar que as memórias não são meras recordações. Elas possuem funções sociais, dentre as quais, a compreensão da realidade. Um exemplo disso é o curioso caso dos “três homens louros” que foram avistados na praia de Quati, entre os municípios Alcobaça e Prado, em junho de 1959.

Uma reportagem do jornal Diário de Natal, publicada no dia 17 de julho de 1959, os identificou como engenheiros da Companhia Sulba, uma mineradora que explorava monazita em Cumuruxatiba (DIÁRIO DE NATAL, 1959, p. 1-3). Com repercussão nacional, o repórter Luciano Carneiro, da revista *O Cruzeiro*, resolveu investigar pessoal-

## SUMÁRIO



mente os acontecimentos. Suas averiguações revelaram que não eram engenheiros da Sulba, nem contrabandistas como também se cogitou, mas viajantes europeus. Um “português, alto e moreno, um espanhol baixo e de cabelos castanhos e uma senhora grávida de sete meses” (O CRUZEIRO, 1959b, p. 98).

Eles haviam atravessado o Atlântico, da Europa ao Brasil, chegando ao litoral do extremo sul da Bahia no dia 22 de junho de 1959. Tentando obter recursos, um deles, Adrian Leon Díaz, foi à terra em uma jangada improvisada com dois barris vazios e algumas tábuas. Após conversar com alguns moradores locais, Adrian retornou para o barco. Entretanto, o mal tempo e as águas revoltas arreventaram seu bote improvisado e ele quase se afogou, mas foi salvo por um morador. Os habitantes de Quati, em sua maioria pescadores, acompanharam todos os eventos com medo e à distância.

Pouco tempo após estes acontecimentos, surgiram boatos que três estrangeiros louros, circulavam pela região. Um correspondente de jornal enviou um telegrama a Salvador, noticiando que “três (ou quatro) homens louros teriam descido e vindo até a praia, em botes de borracha” (O CRUZEIRO, 1959a, p. 4). O telegrama foi interceptado por autoridades militares em Ilhéus. No dia 23 de junho, apenas um dia após chegada dos estrangeiros e o envio do telegrama, um oficial da Marinha, quatro soldados e um oficial da polícia estadual aterrissaram em Caravelas e foram para Alcobaça, investigar o que havia acontecido.

De acordo com as reportagens que se seguiram, os militares brasileiros temiam que fossem submarinistas soviéticos e, por isso, agiram rapidamente. Mas a mesma reportagem aponta, no caso dos moradores entrevistados, para outra direção. Durante suas investigações, o repórter Luciano Carneiro afirmou que os habitantes de Quati relataram que, visto à distância da praia, o perfil baixo da embarcação dos estrangeiros, com um único mastro, parecia um submarino e isso

## SUMÁRIO



os teria assustado. Como dissemos anteriormente, no extremo sul da Bahia, o medo dos submersíveis está diretamente ligado à Segunda Guerra Mundial.

Isso nos ajuda a entender a atitude da população local que, assustados, acompanhou todos os eventos à distância e com desconfiança. O boato que se seguiu foi uma tentativa de explicar o que havia acontecido. Mas é interessante lembrar que ao descreverem os estrangeiros como “louros”, o que não eram, pode ser uma reminiscência do período da guerra. A descrição corresponde ao estereótipo do alemão ariano, que ainda hoje é comum no imaginário coletivo das pessoas.

A reminiscência é a persistência, na memória, de uma realidade intacta e contínua que, de acordo com Paolo Rossi (2012, p. 16), recupera o conhecimento ou as sensações anteriormente experimentadas. Nesse sentido, os boatos dos “três homens louros” que aportaram na praia de Quati é uma persistência do medo da Segunda Guerra Mundial na memória dos moradores do Extremo Sul da Bahia. E o fato de o caso ter ocorrido 14 anos após o fim do conflito mostra como os medos gerados por ele foram duradouros. E sua persistência na memória das pessoas da região permitiu o desenvolvimento de nossa pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, ainda não é fácil falar sobre guerra como um fenômeno no Brasil. Sobretudo, porque é difícil superar as imagens de guerra que permeiam o imaginário coletivo das pessoas. De forma especial, devido à estética de guerra produzida e veiculada pelo cinema, literatura e na cultura pop em geral.



No que tange à realidade brasileira, uma das consequências disso é nosso pouco conhecimento sobre a participação brasileira nas duas guerras mundiais do século XX. Costumamos encarar com muito desdém a nossa participação no conflito de 1914-18 e com relativa desconfiança no de 1939-45. Sobre este último, há quase vinte anos o historiador Roney Cytrynowicz (2002, p. 17) afirmou que a história da Segunda Guerra Mundial no Brasil era marcada muito mais pela “ausência do que por uma presença efetiva e consistente”.

Ele não estava errado, mas o contexto no qual disse a frase era particularmente interessante. No final do século XX e início do XXI, muitos historiadores brasileiros se esforçavam para reverter o quadro de relativo desconhecimento sobre este conflito que pairava sobre a sociedade brasileira. Graças a este esforço, já não se pode mais justificar os estudos sobre esta temática com a mesma naturalidade que os pesquisadores do final do século XX, mas ainda há muito o que estudar e aprender sobre a história da Segunda Guerra Mundial no Brasil.

Uma lição importante deixada por Cytrynowicz e seus contemporâneos foi que a guerra atingiu o país e a sociedade como um todo, direta ou indiretamente. Seguindo esta máxima, novos estudos surgiram e tem surgido. Eles estão possibilitando uma ampliação da compreensão sobre os efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre o território e a sociedade brasileira, abordando temas e áreas diversas. É nesse contexto que apresentamos nossa pesquisa.

Uma das contribuições de nosso trabalho à historiografia brasileira e à memória nacional é mostrar que a Segunda Guerra Mundial no Brasil ainda é um tema em aberto. E, dado o surgimento recente de diversas pesquisas sobre a temática em outras áreas do país, ela está longe de ser esgotada. Dessa forma, junto aos esforços de muitos outros pesquisadores, estamos ajudando a ampliar os conhecimentos a respeito da história do mundo entre os anos 1939 e 1945.

## SUMÁRIO



## REFERÊNCIAS

### Fontes

ANUÁRIO *Comercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil*. 86ª edição, v. 3. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1930.

IBGE. *Anuário estatístico do Brasil*, ano VI (1941/1945). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1940 (Bahia). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

BOLETIM OFICIAL MUNICÍPIO DE BELMONTE, ano 17, nº 230, 9 de maio de 1942a.

BOLETIM OFICIAL MUNICÍPIO DE BELMONTE, ano 18, nº 263, 23 de dezembro de 1942b.

DIÁRIO DE NATAL, ano XIX, nº 6.057, Natal, 17 de julho de 1959.

ENTREVISTA. Benedito Ramos Cassimiro. Arraial d'Ajuda, 31 dez. de 2016.

ENTREVISTA. Elias Siquara. Caravelas, 7 de jan. de 2019.

ENTREVISTA. Hermes José d'Ajuda. Arraial d'Ajuda, 25 mar. de 2017.

ENTREVISTA. Rosa Jorge de Moraes. Arraial d'Ajuda, 1 de abr. de 2017.

ENTREVISTA. Vicente Lima Bezerra. Belmonte, 10 de dez. de 2016.

MODESTO, Francisco Marino Modesto. Carta XIII. Porto Seguro, 15 de ago. de 1943.

O CRUZEIRO, ano XXXI, nº 41, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1959a.

O CRUZEIRO, ano XXXI, nº 44, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1959b.

### Livros

ARANTES, Marcus Vinicius de Lima. *Torpedo: o terror no Atlântico*. Rio de Janeiro: Livre Expressão Editora, 2012.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP; Geração Editorial, 2000.

GROSSMAN, Vassili. *The Years of War. 1941-1945*. Moskau: Foreign Languages Publishing House, 1946.



SUMÁRIO

KAPFERER, Jean-Noël. *Boatos: a mais antiga mídia do mundo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

KEEGAN, John. *The face of battle: a study of Agincourt, Waterloo and Somme*. New York: Penguin Books, 1978.

KEEGAN, John. *A batalha e a história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006a.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006b.

LIRA, Clarice Helena Santiago. *O Piauí em Tempos de Segunda Guerra*. Mobilização local e as experiências do contingente piauiense da FEB. Jundiá - SP: Paco Editorial, 2017

MACKSEY, Kenneth. *Why the Germans lose at war: the myth of German military superiority*. London: Greenhill Books, 1999.

MAXIMIANO, César Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Org.). *História oral do exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 7. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

PESSÔA, Decio Gurriti. *Porto Seguro: achamento e história através da fotografia*. São Paulo: Todas as Falas, 2013.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

RYAN, Cornelius. *The last battle*. New York City: Simon & Schuster/New English Library, 1979

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

**Teses**

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. "A Guerra do Atlântico na costa do Brasil": rastros, restos e aura dos *u-boats* no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945). Salvador: UFBA, 2017. (Tese de Doutorado em História).

FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra*. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2002. (Tese de Doutorado em História).

SILVA, Marina Helena Chaves. *Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II guerra mundial*. Salvador: UFBA, 2007. (Tese de Doutorado em História).

**Artigos de periódicos**

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

OLIVEIRA, Dennison de; MAXIMIANO, Cesar Campiani. Raça e forças armadas: o caso da campanha da Itália (1944/45). *Estudos de História*, v. 8, no. 1, 2001. p. 173.

SUMÁRIO



# 13

*Fabiano Ferreira Machado*

## **A ORIGEM E A CARACTERIZAÇÃO DOS BAIRROS DA ORLA NORTE DE PORTO SEGURO - BA**

## INTRODUÇÃO

Porto Seguro foi o primeiro povoado oficial do Brasil erigido com a chegada da esquadra de Pedro Álvarez Cabral em 22 de abril de 1500. Desde então, a concentração populacional urbana na então Capitania de Porto Seguro limitava-se ao platô da Cidade Histórica, outrora denominada de “Cidade Alta”, à “Cidade Baixa” na planície fluvio-marinha à margem esquerda da foz do rio Buranhém e a alguns poucos povoados nos atuais distritos de Arraial d’Ajuda, Trancoso e Caraíva. Porto Seguro só foi elevada à categoria de cidade em 30 de junho de 1891.

A chegada dos portugueses afetara diretamente os povos indígenas que existiam na Capitania de Porto Seguro: Tupiniquim, Pataxó, Maxacali e Botocudu. No século XIX os demais grupos indígenas foram agrupados em aldeamentos e passaram a ser assimilados pela maioria Pataxós, fazendo com que esse grupo indígena seja o predominante atualmente no município de Porto Seguro, divididos em diversas aldeias, com destaque para a Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira, próximo ao limite norte da área de estudo (SILVA, 2014).

A Capitania de Porto Seguro destacava-se pelos depósitos sedimentares fluvio-lacustres ao longo de uma pequena faixa de planície litorânea entrecortada por diversos platôs, abrigando uma imensa floresta tropical. Atualmente, essa vegetação é denominada de Bioma Mata Atlântica – a qual restam poucos remanescentes. Em seu interior haviam diversos ecossistemas, com destaque para o manguezal na foz dos rios, a mussununga nas várzeas e restinga ao longo da praia.

Até a década de 1970, o acesso à Porto Seguro era feito apenas por via marinha e área. O acesso terrestre por rodovia somente ocorreu quando a rodovia federal BR 367 foi interligada a atual cidade de Eunápolis, localizada as margens da BR 101, à cidade de Porto Seguro



e Santa Cruz Cabrália. Tão logo a rodovia foi concluída o fluxo turístico ganhou em expressão transformando radicalmente o espaço urbano daquela pequena vila de pescadores. Hotéis e pousadas multiplicavam-se em ritmo acelerado, sobretudo próxima as praias das Orlas Norte e Sul.

A Orla Norte, em especial, rapidamente logrou *status* de área nobre, atraindo as classes média e alta para essa porção da cidade, onde eclodiram casas e condomínios fechados de médio e alto padrão. Em meio a esse movimento e competindo com a rede hoteleira, uma empresa de Governador Valadares (MG), passou a construir diversas unidades condominiais com padronização de suas residências nesse local, constituindo a Rede de Condomínios Tonziro. Com o objetivo de compreender a influência desse empreendimento na dinâmica de transformação territorial através da urbanização voltada para o turismo de temporada na Orla Norte de Porto Seguro fez-se necessário investigar o território da Orla Norte e entender como esse lugar se estabeleceu e se desenvolveu ao longo do tempo.

O método de pesquisa utilizado é o estudo de caso. As metodologias foram entrevistas semiestruturadas com o Secretário de Desenvolvimento Urbano de Porto Seguro, representantes tradicionais do setor imobiliário e moradores dos bairros de modo a executar um esforço de delimitação territorial cada bairro, bem como a origem dos mesmos. Também foram usadas imagens fotográficas e de satélite, bem como observações *in loco*. Para criar os mapas foi utilizado o *software Google Earth Pro 2019*. O campo teórico da pesquisa está fundamentado na categoria do *Espaço Geográfico* e em importantes conceitos como território, lugar, autosegregação e valorização do solo.

Assim, esta obra contribui para esclarecer e registrar a divisão territorial dos bairros da Orla Norte de Porto Seguro, caracterizando os mesmos quanto à sua gênese, limites e aspectos essenciais de ocupação, uma vez que nos arquivos da prefeitura ainda não existem tal

## SUMÁRIO



delimitação<sup>29</sup>. Além disso, contribuiu para aferir o primeiro bairro a ser ocupado, bem como determinar o eixo da expansão urbana na área de estudo.

## DESENVOLVIMENTO

A principal categoria de análise da Geografia é o Espaço Geográfico, compreendido aqui enquanto o meio natural transformado pela atividade antrópica (SANTOS, 1988). Associada a esta categoria de análise nos é caro compreender os conceitos de Lugar e de Território.

Em princípio, é importante fazermos a distinção dos conceitos de Local e Lugar. O primeiro, refere-se a um ponto no espaço geográfico determinado através de três coordenadas: altitude, latitude e longitude. Já o conceito de Lugar está relacionado ao espaço vivido, vivenciado e rico em experiências, a qual o indivíduo desenvolve uma relação de identidade, seja ela positiva ou negativa (CARLOS, 2007).

Enquanto constituinte do espaço geográfico, o lugar é valorado conforme o poder do capital, emergindo a todo o momento como produto direto de sua reprodução. O valor de troca atribuído ao lugar tem, por consequência, a fragmentação do espaço, o que altera profundamente a vida diária através da sua institucionalização, que cria uma vida programada e idealizada pelo consumo (CARLOS, 2007).

Para essa autora, é essa fragmentação que produz a sensação de (in) segurança e de exclusividade, objeto de desejo das classes

29 Até o início do ano de 2020 quando foi concluída a pesquisa que deu origem a esta obra, o município de Porto Seguro ainda não havia instituído os bairros da cidade. O que havia na confusa organização municipal era a delimitação superficial de "localidades", que poderiam ou não se tornar bairros no futuro. Segundo o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, uma empresa de Geoprocessamento havia sido contratada para delimitar os bairros do município. A previsão de entrega do trabalho concluso seria no final de 2021.



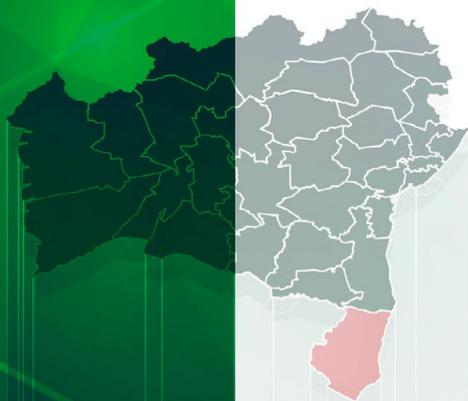
mais abastadas, que ressignificam o lugar aplicando sobre ele uma ideologia, no caso específico, de autossegregação.

Outro importante conceito vinculado ao espaço geográfico é o de Território. Epistemologicamente, o território pode ser entendido tanto na sua concepção material quanto simbólica. Na primeira, tem relação direta com a dominação do espaço geográfico impondo o medo com a finalidade de impedir o egresso dos indesejáveis. Na segunda, está relacionado ao privilégio de se identificar e se apropriar de uma parcela do espaço, que é delimitada (HAESBAERT, 2005). Em ambos sentidos material e simbólico, é notório que o território tem relação direta com o poder.

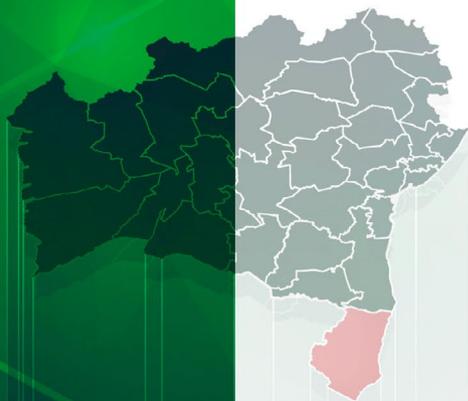
Quando inserida a lógica do capital nesta questão o território passa a dialogar com as relações de dominação-apropriação de uma sociedade em determinado espaço, sendo escalonado entre a dominação político-econômica e a apropriação cultural.

As motivações da disputa pelo controle social do território, variam conforme a cultura, sociedade, grupo ou indivíduo, na medida em que visa atingir, afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos (SACK, 1986).

As relações de poder existentes para controlar o território tem a participação direta ou indireta de diversos atores e agentes: a começar pelo Estado que faz uso do Plano Diretor Urbano e das Leis de Parcelamento do Solo como instrumentos para estabelecer sua dominação. Obviamente que, para influenciar a disposição do território, o Estado precisa traçar o embate pelo poder com grupos econômicos na sociedade que podem se constituir nas mais diversas formas de organização, desde movimentos organizados de resistência às elites econômicas residentes dos condomínios fechados, quanto de empresas construtoras e incorporadoras. Não raras vezes os interesses estatais – e, porque não, da sociedade – são subjugados pela força do capital.



SUMÁRIO



Os agentes de mercado, na tentativa de ampliar o controle de cada um individualmente, também se organizam socialmente em circuitos e “círculos de cooperação” para atingir suas metas de realização do capital. (SANTOS, 1994). Estes círculos são formados por pessoas, informações e, principalmente, por capitais que estabelecem as ligações necessárias para a composição das redes (CASTELLS, 1999).

A sociedade em rede é uma estrutura social, que inclui relações de produção, consumo e de experiência de modo em que as pessoas se conectam a partir do mesmo interesse sendo que o fundamento está no indivíduo em si (HAESBAERT, 2005). Ora, essas conexões são seletivas, por interesses diversos, formando redes que se manifestam comunitariamente apesar de, essencialmente, depender da percepção de que cada pessoa é única. As organizações que não se baseiam na unicidade de cada indivíduo não funcionam e não logram êxito em suas atividades (CASTELLS, 1999). As pessoas se movem por emoções, como esperança, raiva e desejo.

O território funcional é o da ação do capital, caracterizado pelo processo de dominação, marcado pela desigualdade. Além disso, possui o princípio da exclusividade (unifuncionalidade, em seu extremo) sendo entendido como recurso ou valor de troca – controle físico, produção, lucro (HAESBAERT, 2005). Nele, pode-se falar em território sem territorialidade, mesmo que esse autor acredite ser isso empiricamente impossível. Poderíamos compreender o território funcional como aquele usado pelo capital apropriado pelos agentes produtores, como as incorporadoras, construtoras e, principalmente, pelas imobiliárias.

Já o território simbólico, conforme o autor supracitado, é marcado pelo processo de apropriação e formação dos “territórios da diferença” na qual as identidades se afirmam, os sentimentos de pertencimento coletivo se consolidam. Os aspectos simbólicos se tornam tão importantes na formação destas identidades que nascem e se estendem aos territórios nas territorialidades. Além do aspecto dos significa-

dos atribuídos, temos aqui o princípio da multiplicidade de identidades que podem se apropriar simultânea e diferentemente de um mesmo território como símbolo, com valor simbólico agregado – abrigo, lar ou segurança afetiva.

Apesar de se aproximar do conceito de lugar em função da afetividade e identidade, o território simbólico continua não se igualando em função da necessidade própria de delimitação, ou seja, da imposição de um limite. Os condomínios e loteamentos fechados têm seus limites claramente definidos a partir dos muros ou cercas que constituem o seu perímetro. Essa delimitação mostra como um determinado grupo social se apropriou de uma porção do espaço constituindo o seu próprio território, e fragmentando o território da cidade. Portanto, o território emerge como o espaço concreto (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado e ocupado por um determinado grupo social que, através das relações de poder entre os mais diversos grupos sociais luta por se fazer presente no espaço geográfico (SOUZA, 2008).

Ao fazerem uma delimitação evidente (com muros e cercas) de seus territórios, os condomínios fechados acabam por constituir verdadeiras zonas de fronteiras em seus pontos de acesso, ou seja, nas guaritas, que “repelem” a presença de pessoas oriundas de classe populares, se não para trabalharem em suas dependências. Seja através do lugar, seja através do território, as alterações no espaço geográfico promovidas pelos condomínios e loteamentos fechados influenciam diretamente na dinâmica urbana e merecem ser analisadas neste trabalho.

A distinção clara entre as áreas mais abastadas e as áreas menos privilegiadas do espaço urbano ocorrem na medida em que as populações de baixa renda acabam por serem “expulsas” para as regiões periféricas das cidades. Esse processo segregatório ocorre em função da sobrevalorização do lote de terra urbana e também dos alu-

## SUMÁRIO



SUMÁRIO



guéis das áreas centrais ou ricas em equipamentos urbanos. Assim, a população de baixa renda não consegue arcar com o ônus da moradia e precisa mudar-se para bairros de custo habitacional reduzido, quase sempre, periféricos (ANTUNES, 2009). Logo, a segregação é fruto do meio de (re)produção capitalista (SPOSITO, 2004), como se a cidade fosse demarcada por cercas, definindo o lugar de cada coisa e de cada morador.

As pessoas que residem em condomínios residenciais fechados apresentam elevado poder aquisitivo. Além disso, ao irem morar nestes lugares, geralmente o fazem por atos espontâneos, ou seja, através de decisões particulares, em um processo denominado de autossegregação ou segregação espontânea, que se caracteriza por ser uma estratégia de classe que, a partir de uma diferenciação de renda, localiza as pessoas (LEFEBVRE, 2002). Uma vez que o uso está subordinado à propriedade, o tipo de uso que se dá ao solo se submete à realização do valor através de um ato de troca.

As motivações que estimulam a autossegregação são bastante diversas de modo que podemos destacar a fuga dos problemas urbanos de toda sorte, busca por lugares mais agradáveis, amenidades que proporcionariam melhor qualidade de vida, *status quo* (viver entre os pares), a ação do capital através do mercado imobiliário – que vende um “novo estilo de vida” (MACHADO, 2020).

Os fóruns para a vida pública, como na cidade, estão cada vez mais em decadência na medida em que as pessoas desconhecidas passam a ser vistos como figuras ameaçadoras (SENNETT, 1998). Assim, estar em privacidade, seja a sós ou com a família e amigos íntimos, representa um fim em si mesmo.

Por outro lado, a crença na aproximação entre as pessoas como um bem moral é o produto de um profundo deslocamento que o capitalismo e a credibilidade secular produziram no século XIX (SENNETT,

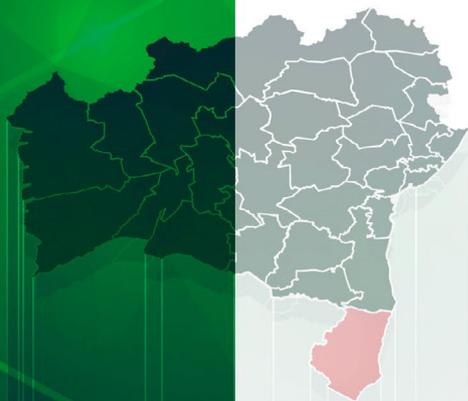
1998), de tal sorte que as pessoas procuram encontrar significações pessoais em situações impessoais, em objetos e nas próprias condições objetivas da sociedade para vir a residir em condomínios fechados ou ainda em loteamentos abertos de alta renda.

O Estado contribui para o processo de segregação urbana através de instrumentos como Plano Diretor Urbano. Neste documento existe a estratégia do zoneamento urbano que estabelece as regras necessárias para o ordenamento da urbe.

Ao determinar que algumas localidades com tendência de valorização imobiliária (como na Orla Norte de Porto Seguro) devem possuir metragem mínima de 500m<sup>2</sup> no lote urbano e em outras que ofertam menores amenidades e possibilitam maior adensamento populacional (como na região periférica da Orla Norte num conjunto de bairros denominado de Complexo do Baianão<sup>30</sup>) de possuírem lotes de apenas 100m<sup>2</sup>, o Estado contribui para o processo de segregação. Isso ocorre, pois lotes urbanos em áreas com muitas amenidades tendem a aumentar o valor do metro quadrado, de modo que para se adquirir um lote de 500m<sup>2</sup> de metragem mínima é necessário recursos financeiros muito superiores aos de áreas onde predominam lotes de 100m<sup>2</sup> (MACHADO, 2020).

Esta é apenas uma das muitas formas de promover a segregação espacial urbana através da ação do mercado imobiliário - fundamentado no Modo de Produção Capitalista, pode ser entendido como a valorização mercantil do espaço que “diz respeito à variação dos preços de mercado de uma dada parcela do espaço e a sua mercantilização” (MORAES e COSTA, 1993, p.146), sendo assim o sistema dominante da estrutura social (CASTELLS, 2000).

30 A área comumente denominada de “Complexo do Baianão” pelo senso comum da sociedade porto-segurense engloba população de classe média baixa à baixa de localidades como Mirante, Sapoti, Frei Calixto, Paraguai, Casas Novas e Mercado do Povo, fazendo limite com a área de estudo.



SUMÁRIO

Esse tipo de zoneamento é chamado de Funcionalista e se destaca justamente por ser elitista e segregatório (SOUZA, 2006), fazendo com que o Estado passe por um processo de “privatização”, na medida em que suas atuações são norteadas pelo critério do mercado, mediante o conflito entre valor de troca e valor de uso (BAGGIO, 2005).

Como exemplo destaco aqui o Art. 27 do Zoneamento Urbano de Porto Seguro, em que arbitra nas Áreas de Planície Litorânea (APL) o índice de ocupação de 0,4 ou seja, de que o lote pode ser construído em apenas 40% de sua área, sendo que os lotes próximos ao mar devem ter metragem mínima de 5000m<sup>2</sup>. Ocupada majoritariamente pela atividade hoteleira, deixando claro que o foco da área continuará sendo o grande capital, que possui recursos suficientes para implantar imponentes hotéis à beira-mar.

Nos demais lotes inseridos na Orla Norte, a metragem mínima é de 500m<sup>2</sup> e índice de ocupação de até 40%, inviabilizando o uso por populações de baixa renda, empurrando-a para a periferia da cidade.

Dessa forma, é imperativo afirmar que o Estado, através das legislações urbanas, transforma o espaço de acordo com os interesses do grande capital, atuando como ator social. Portanto, pode-se dizer que a desigualdade espacial é produto da desigualdade social.

Diante desta lógica, o território da Orla Norte emerge como um espetáculo da mercadoria (BAGGIO, 2005) na medida em que cria uma renda monopolista (HARVEY, 2005) ao expressar toda uma singularidade, rica em amenidades, que aquela porção do espaço geográfico tem a oferecer, sendo apropriado como mercadoria pelas classes mais abastadas da população e sendo fetichizado como portador de inúmeras possibilidades e não mais como domicílio. O espaço torna-se, então, uma experiência de coisas que expressa a personalidade do comprador (SENNETT, 1998).

SUMÁRIO



Praticar a autosegregação em condomínios fechados é a materialização do distanciamento social através do muro, evitando as interações indesejadas e habitando entre os pares, uma vez que: “não se pode juntar uma pessoa qualquer com outra pessoa qualquer, descurando as diferenças fundamentais, sobretudo econômicas e sociais” (BOURDIEU, 1989, p. 138).

A estes grupos interessam mais o “ser” do que o “ter”. (BOURDIEU, 1974), ou seja, mais importante do que posses financeiras é a maneira particular de usar um determinado bem – o status passa a pertencer a classe simbólica. A distinção desse grupo em relação a outro, passa pela ideia da capacidade de tornar raro o consumo de um determinado bem. Assim, a “Estética da segurança”, atribui a cercas e muros razões estéticas e de status (CALDEIRA, 2000).

Residir em condomínios fechados ou em áreas nobres abertas acabam por refletir diretamente na estética da mercadoria, reflexo do consumo ostentatório. Assim, o consumo não é apenas de bens materiais, mas está relacionado a classes sociais, estereótipos e ascensão social (LUCAS DOS SANTOS, 2015). Através disso, o consumo passa a ser entendido como instrumento de identidade e de construção social, passando a ser válido, perversamente, como ferramenta de classificação social.

Diante do exposto, é preciso caracterizar o que esta obra entende por Orla Norte, uma vez que, durante a pesquisa ficou constatada a imprecisão desta parcela do espaço geográfico pelos órgãos oficiais, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) de Porto Seguro e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A SEDUR entende como Orla Norte como toda a margem esquerda do rio Buranhém até o limite norte com o município de Santa Cruz Cabrália, tento à leste o Oceano Atlântico e a oeste com o município de Eunápolis. Essa delimitação inclui áreas rurais (como a locali-

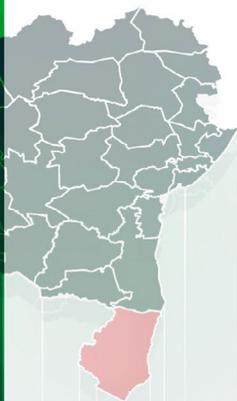
dade de Agrovila) e toda a região central da cidade bem como o Centro Histórico, sendo inviável para a continuidade do estudo.

O IBGE no setor de Porto Seguro, considera a Orla Norte como abrangendo a totalidade dos bairros à leste do Complexo Baianão sendo os demais limites os mesmos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. É importante considerar que o limite norte do município é objeto de litígio envolvendo os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e que a urbanização fica bastante rarefeita a partir da margem esquerda do rio dos Mangues.

É notório, portanto, que fosse feita uma caracterização precisa deste território do espaço geográfico tendo por referência o uso do solo urbano pelos estratos socioeconômicos da população. Outro critério utilizado foi o de bacia hidrográfica, entendida como a área drenada por um rio principal e seus afluentes.

Nesse sentido, e considerando as particularidades do espaço natural e de ocupação urbana, considero a Orla Norte como tendo os seguintes limites:

- A sul: a margem esquerda da foz do rio da Vila - este rio já foi importante fonte de água potável para a cidade de Porto Seguro e está bem próximo do “Trevo do Cabral”, localidade que já é compreendida como “Centro”, de modo que a ocupação urbana até a margem direita do rio é bastante rarefeita e, portanto, desconsiderada por esta pesquisa.
- A leste: o Oceano Atlântico - apesar do limite ser o oceano, uma área entre a BR 367 e a linha de preamar será privilegiada em separado por ser uma área de restinga, teoricamente de Preservação Permanente, mas profundamente alterada por restaurantes, conhecidos como “barracas de praia”.



- A norte: a margem direita da foz do rio dos Mangues - a partir da margem esquerda do rio dos Mangues até o município de Santa Cruz Cabrália a ocupação humana é bastante rarefeita, limitando-se a algumas poucas barracas de praia e a alguns complexos hoteleiros. Assim, toda a área da margem esquerda do rio dos Mangues até Santa Cruz Cabrália não é considerada neste trabalho.
- A oeste: a transição entre as localidades de classe média alta e as de classe (média) baixa.

Portanto, o mapa abaixo elaborado a partir do *Google Earth Pro 2019*, com imagens de 2018, revela a área de estudo considerada neste trabalho:

**Mapa 1 - Mapa da área de estudo e da localização do município de Porto Seguro.**



Fonte: *Google Earth Pro 2019*. (MACHADO, 2020, p.52).

A ocupação recente da Orla Norte de Porto Seguro tem início da década de 1970, na Praia de Curuípe. É possível apresentar três fatores motivacionais para tal fato:

SUMÁRIO

1. BR 367 em 1973: A construção do ramal da BR 101 no então km 64 (posteriormente denominado de Eunápolis) até a cidade de Santa Cruz Cabrália fez com que o fluxo de pessoas para Porto Seguro sofresse significativo incremento, haja vista que, até este momento, o acesso à cidade era feito somente por via marítima ou aérea<sup>31</sup>.
2. O tombamento da cidade em 1973: o decreto nº 72.107 de 18 de abril de 1973 converteu em Monumento Nacional o Município de Porto Seguro. Desse modo, a cidade passou a apresentar limitações quanto a alterações no seu patrimônio histórico, em especial na região central do município. Dentre as limitações impostas, destaca-se a proibição de construções superiores a nove metros (mais de dois pavimentos), o que inviabiliza o processo de verticalização das áreas de maior valor imobiliário na região central da cidade, forçando o crescimento horizontal, notadamente para as orlas sul e norte do município.
3. A atividade turística. O turismo passa a ser potencializado com a construção da BR 367 e com os incentivos governamentais da Bahiatursa.

A grande dificuldade para obter com precisão os dados necessários para determinar o início da ocupação dos bairros que compreende a Orla Norte fez com que utilizasse como referência o ano de promulgação do Termo de Ajuste e Compromisso (TAC) dos bairros e loteamentos, uma vez que antes do mesmo, qualquer tipo de ocupação enquanto lote urbano é considerada irregular pela legislação vigente. Além disso, consideramos, também, relatos de moradores antigos de cada localidade que auxiliaram na determinação temporal do início efetivo da ocupação enquanto solo urbano.

<sup>31</sup> O primeiro aeroporto (campo de pouso) da cidade foi construído em 1937 no distrito de Arraial d'ajuda.

SUMÁRIO



Dessa forma, faremos um breve resumo dos limites e características de cada bairro tendo por referência o momento que passa integrar o espaço urbano da Orla Norte.

A primeira ocupação urbana da área de estudo está na localidade conhecida como “Praia de Curuípe”, que tem sua ocupação ainda na década de 1970, com um pensionato. Atualmente, é ocupado por vários empreendimentos hoteleiros e algumas poucas residências. É uma área de planície que compreende a área entre o sopé do platô e a linha de preamar, no sentido oeste-leste. A sul, é limitada pela foz do rio da Vila e ao norte pela Praia de Itacimirim.

Na década de 1980, surgem, de modo legal, dois novos loteamentos, que apesar de possuírem o TAC, não terão nenhum tipo de residência naquele momento: Praia de Itacimirim e o Miramar. O primeiro engloba da linha de preamar até o loteamento Juerana<sup>32</sup>, a oeste. A sul, seu limite é o Porto Ville e a Praia de Curuípe. A norte, é limitado com o baixo Mundaí e o Golden Garden Mundaí. Esta área está em nome de Benedito José Pereira, um visionário que a adquiriu na década de 1980 com a pretensão de grande valorização – foi o que ocorreu: A área de 626.499m<sup>2</sup> está à venda por R\$62 milhões<sup>33</sup>. A única edificação recente é uma casa de shows com o nome de “Transilvânia”, a norte da propriedade, próximo a foz do rio Mundaí<sup>34</sup>. O segundo, ao mesmo tempo em que é um dos bairros mais antigos estabelecido por TAC, é um dos mais recentes quanto à ocupação. A primeira residência foi edificada no final de 2018 quando o grupo Vitória da União incorporou o loteamento batizando-o de “Vitória Tênis Miramar”. O empreendimento promete entregar um bairro moderno, com ruas pavimentadas, lotes

32 Infelizmente, a dificuldade de acesso a dados oficiais inviabilizou a obtenção de informações sobre esse loteamento.

33 O lote estava à venda na imobiliária Abreu Imóveis

34 Segundo um arqueólogo entrevistado que preferiu o anonimato, o atual loteamento no passado foi território da etnia Tupi e de um Engenho de cana-de-açúcar, de modo que os sítios arqueológicos continuam relativamente preservados aguardando regularização.

de no mínimo quinhentos metros quadrados e infraestrutura completa de saneamento básico e de lazer. O acesso ocorre através do bairro Balneário de Taperapuan ou pela Aldeia Pataxó Reserva da Jaqueira. Por ser área de livre trânsito, este loteamento não pode ser fechado. O alto preço dos lotes e a ampla propaganda feita pelo empreendimento sugerem que o bairro tende a se tornar de alto padrão, apesar da lenta ocupação.

Ainda na década de 1980 surge, de maneira espontânea, o bairro Aldeias do Mundaí, conhecido popularmente como “Baixo Mundaí”. Seu perímetro contém ao sul o Praia de Itacimirim, a leste o oceano Atlântico, a oeste o Golden Garden Mundaí e o Alto Mundaí e ao norte o Canto da Mata. O bairro é densamente povoado e conta com lotes mistos entre comércio e residência. Além da presença de hotéis, é comum verificar a existência de “casas de temporada” e duas escolas privadas voltadas para o público de classe média alta.

Enquanto a ocupação urbana avançava do sul para o norte, ao longo da planície costeira, próximo ao Miramar surge o loteamento “Porto Seguro Village”, criado pelo Portobello Empreendimentos e Construções Ltda. segmentado nas etapas um, dois e três, tendo o TAC estabelecido em 1983, 1987 e 1992, respectivamente. Atualmente é dividido em Village 1, Village 2 e Village 3.

O Village 1 é limitado a oeste pelos Villages 2 e 3, ao sul pelo bairro de Taperapuan, ao norte pelo Balneário de Taperapuan e a leste pelos bairros Glebas de Taperapuan e Paraíso dos Pataxós. Foi o primeiro bairro planejado da Orla Norte, quicá da cidade de Porto Seguro, utilizando um modelo cartesiano de ocupação. São ao todo 216 lotes com no mínimo mil metros quadrados, distribuídos ao longo de doze quadras. Contudo, com o passar dos anos, ocorreram diversos desmembramentos sendo que o lote padrão na atualidade tem em torno de quinhentos metros quadrados. Os Village 2 e 3 foram edificados no platô, ao norte e ao sul, respectivamente da avenida principal. Um anti-

## SUMÁRIO



go morador da região afirma que no início a vegetação predominava e existiam poucas habitações, todas de arquitetura simples. Com a chegada a Veracel Celulose S/A na região, estabelecendo-se entre os municípios de Eunápolis e Belmonte, muitos trabalhadores, em especial os altos executivos escolheram o bairro para residir a partir de 2002<sup>35</sup>. Com isso, o bairro passa a apresentar residências de alto padrão, em especial na borda da falésia e na avenida principal – uma das poucas com pavimentação no bairro.

Ainda na década de 1980, no ano de 1988, Lucas Reis cria o loteamento Balneário de Taperapuan, tradicionalmente conhecido como “Riacho Doce” – por ser o nome de um Hotel que existia próximo a um afluente do rio dos Mangues. O bairro é essencialmente residencial, limitado ao sul pelo Village 1, a leste pelo Paraíso dos Pataxós ao norte pela várzea do rio dos Mangues e a oeste pelo Miramar, com poucos empreendimentos comerciais. A falta de pavimentação asfáltica é notória, a única exceção é um trecho da rua do Telégrafo que transita no limite do bairro com o Paraíso dos Pataxós e fornece acesso ao bairro Miramar.

Na década de 1990 o sentido da ocupação ocorre predominantemente do norte para o sul, tendo a planície costeira como referência e avançando gradativamente para o oeste.

Em setembro de 1990, a Góes Cohabita cria o loteamento Paraíso dos Pataxós, sendo que as primeiras residências serão edificadas somente em março de 1993. Considerando que todo o bairro fica na margem direita do rio dos Mangues, foi desenvolvido em área de vereda e de várzea, portanto, Área de Preservação Permanente (APP)

35 A empresa começou como Veracruz Florestal, então subsidiária da Odebrecht, adquirindo terras no Sul da Bahia a partir dos anos 1991 para o plantio de eucalipto. A licença ambiental foi obtida em 1996, dois anos depois passou a ser denominada de Veracel Celulose S/A. Em 2001 foi o início da construção do Terminal Marítimo de Belmonte (TMB). Em 2004 foi o início das obras da Fábrica de modo que em 2005 a empresa começou a produção. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/>>. Acesso em 02 set. 2019.



SUMÁRIO

sendo a ocupação considerada irregular. Além disso, por ser uma área naturalmente alagada, foi grande o aterro realizado, mas que não impede as inundações em períodos chuvosos. São ao todo 285 lotes com 585m<sup>2</sup> de área mínima. Entretanto, com o passar do tempo, diversos desmembramentos foram realizados, de modo que é indeterminada a metragem mínima atual. Neste bairro é comum encontrar anúncio de “Casa de Temporada”, revelando a procura pela população flutuante. A proximidade com a praia e com uma tradicional barraca de praia certamente contribui para isso.

Em 1991, a Vista Mundaí Spe<sup>36</sup>, cria o bairro do Alto Mundaí, que é limitado a leste pelo Aldeias de Mundaí e pelo Canto da Mata Residencial, ao sul pelo Golden Garden Mundaí e ao norte pelo Outeiro de Taperapuan.

Em 1995 surgem dois loteamentos: o Taperapuan e o Glebas de Taperapuan. Considerando a data em que foram criados e as características de ocupação, esta obra entende ambos como se fosse um único bairro, o “Taperapuan”. Este bairro é limitado ao sul pelo Mundaí Planície e Canto da Mata, a oeste pelo Xurupita e RPPN Manona<sup>37</sup>, ao norte pelo Village 1 e Paraíso dos Pataxós e a leste pelo oceano Atlântico. No bairro predominam os hotéis e os anúncios de “Aluga-se para Temporada”, evidenciando a grande procura da área pela atividade turística. Recentemente empreendimentos de cunho comercial-alimentar vêm se instalando no local, visando, justamente, essa imensa população flutuante e a baixa oferta deste tipo de serviço na Orla Norte.

No ano de 1998, é registrado o TAC do Mundaí Planície pela Góes Cohabita, sendo limitado ao sul pelo Aldeias de Mundaí, a oeste

36 Também pertencente ao grupo Góes Cohabita Empreendimentos Imobiliários, atualmente denominado de Gcaccp S/A.

37 Apesar do aparente erro de grafia, o nome oficial da Reserva Particular do Patrimônio Natural é Manona, por ter sido publicada dessa forma no Diário Oficial. Por ser uma unidade de conservação, ela não é considerada, por esta obra, um bairro, sendo, na prática um enclave verde no meio urbano da Orla Norte.

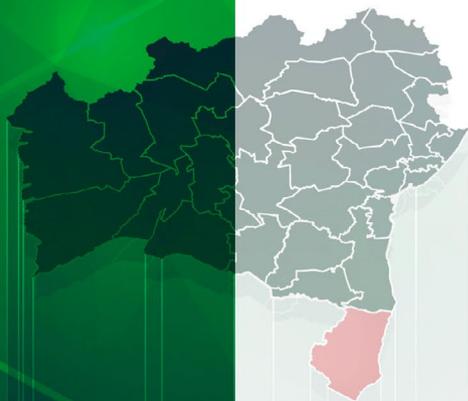
pelo Canto da Mata, a leste pelo oceano Atlântico e ao norte pelo Tape-  
rapuan. Ocorre grande predomínio de hotéis e imóveis de alto padrão.  
Em análise de imagens de satélite *Landasat* é possível verificar a gran-  
de incidência de condomínios fechados e empreendimentos hoteleiros  
com piscinas.

Nos anos 2000, a voracidade imobiliária terá por foco o platô  
no extremo oeste da Orla Norte, de modo que a única exceção é na  
planície costeira que passa a ser ocupada pelo Canto da Mata, que  
terá seu TAC estabelecido somente em 2008. De propriedade da Góes  
Cohabita Administração, Consultoria e Planejamento Ltda., é limitado,  
a leste pelo Mundaí Planície, a oeste pelo Gaudí e ao norte pela RPPN  
Manona e o bairro de Taperapuan.

No ano de 2000, o então condomínio do Outeiro da Glória é edi-  
ficado e torna-se um dos mais tradicionais bairros de classe média-alta  
da cidade. Contudo a Associação de Moradores do residencial afirma  
que as primeiras ocupações irão ocorrer somente em 2005. No pas-  
sado, recebeu o primeiro núcleo de povoamento do Brasil. Próximo à  
borda de sua falésia está um importante sítio arqueológico que guarda  
as ruínas da Igreja de São Francisco.

O bairro foi criado através da empresa “Outeiro da Glória Em-  
preendimentos Ltda<sup>38</sup>”, tendo por limite sul o bairro do Rio da Vila  
que surgiu de forma espontânea com as primeiras residências da-  
tadas do ano 2000. A sua localização oficial compreende parte do  
atual Outeiro da Glória, limitando-se a oeste com o loteamento Olhos  
D’água, a sul com o Parque Residencial Tabapiri, a sudoeste com o  
Sapoti (que faz parte do Complexo Baianão) e ao norte com o Outeiro  
de São Francisco.

38 Esta empresa faz parte do grupo “CAOP – Administração e Incorporação Ltda, que tem-  
po por nome fantasia “Porto Seguro Shopping”. Um dos sócios-proprietário é o Carlos  
Augusto Oliveira de Paula, que é filho de João Carlos Mattos de Paulo, que foi prefeito de  
Porto Seguro entre 1992 e 1996. Folclórico, ele era famoso por atuar de traje de banho  
(sunga) no exercício da administração pública, sendo conhecido popularmente como  
“João da Sunga”.



SUMÁRIO

A oeste do Outeiro da Glória e já no limite da área de estudo está o bairro do Olhos D'Água, que tem seus limites o Residencial D'Ville ao norte, à leste o loteamento fechado Gaudi Residencial e ao sul o loteamento Rio da Vila. O loteamento Olhos D'Água tem seu TAC datado de 2003 e nenhum lote possui área inferior a 510m<sup>2</sup>. A maior parte dos lotes está ao longo da Rodovia do Trabalhador, importante ligação entre o Complexo Baianão e a BR 367, ao longo da Orla Norte, e o loteamento está registrado em nome da Belmonte Empreendimentos e Administração Ltda.

No ano seguinte, de 2004, no platô tendo a oeste o Paraíso Europeu, ao sul o Outeiro de Taperapuan, ao norte o Village 3 e a leste o bairro de Taperapuan, é construído o Xurupita. A ocupação do bairro ocorreu do sul para o norte, a partir de um condomínio fechado, tendo o Anel Viário como divisor. Ao norte do Anel Viário, a ocupação é recente. Vem ocorrendo grande explosão de empreendimentos imobiliários, notadamente de condomínios fechados de apartamentos, formando um verdadeiro complexo de condomínios individuais.

No entanto, a infraestrutura urbana não acompanha o mesmo ritmo de crescimento, à exceção das linhas de transmissão de energia elétrica e do fornecimento de água, todo o resto ainda é bastante precário. Apesar de pertencer ao bairro Xurupita, para diferenciar do condomínio fechado, o mercado imobiliário vem comercializando a área com a alcunha de "Alto de Taperapuan".

No ano de 2010, um dos mais tradicionais, bairro de classe-média alta, é estabelecido no que outrora era conhecido como "Campos de Mangabeiras". O Outeiro de São Francisco foi instituído como loteamento fechado quando a empresa "Mangabeiras Participações e Empreendimentos e Outros", instituiu um dos bairros mais nobres de Porto Seguro. O empreendimento conta com um total de 286 lotes, sendo que o menor lote é aferido em 605m<sup>2</sup>, ao custo de médio de

três mil reais o metro quadrado sendo, portanto, o bairro de maior valor predial entre as sete imobiliárias consultadas<sup>39</sup>.

Ainda em 2010, no extremo oeste, já no limite da área de estudo está o Vila Pádova, que é limitado a oeste pelo Complexo do Baianão, ao sul pelo loteamento D'Ville, a leste pelo loteamento Juerana e ao norte pelo Golden Garden Mundaí. Segundo o secretário de Desenvolvimento Urbano, o Vila Pádova é o único loteamento fechado que ainda apresenta irregularidades com a prefeitura de Porto Seguro, quanto ao seu processo de implantação. Com o metro quadrado na ordem de dois mil reais, este empreendimento apresenta imóveis com valor absoluto ao custo de meio milhão de reais, evidenciando o alto padrão das construções.

No platô, no ano de 2015, entre o Outeiro da Glória e o Outeiro de São Francisco é estabelecido o loteamento Antoni Gaudí, que já nasceu com o status de bairro (fechado) mais nobre de Porto Seguro. O memorial descritivo do empreendimento destaca a existência de rotatórias com fontes revestidas de azulejo inspiradas nas obras do arquiteto catalão que inspirou o empreendimento, poço artesiano em todo o loteamento e esgotamento sanitário baseado em biodigestores ou eco fossa. Haverá ainda, na área comum, a presença de quadra esportiva e de lazer. Como loteamento fechado, é de propriedade da BV Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda., que o registrou com o nome fantasia de "Gaudí Residencial". A empresa tem por sócio o administrador Andrea Cavinato.

Três novos loteamentos já têm seu Termo de Ajuste e Compromisso estabelecido, contudo ainda não apresenta moradores:

<sup>39</sup> A consulta foi feita em relação aos lotes já edificados, entre os dias 03 de junho e 24 de junho de 2019, no site oficial das imobiliárias: Brasilvista, Abreu Imóveis, Oseas Brasil, Benedito Imóveis, Lindalvo Imóveis e Remax Unique. Desse modo, loteamentos que ainda não apresentam edificações como o Gaudi não fizeram parte desta relação.



Porto Ville - Localizado no platô ao norte do Outeiro de São Francisco, está registrado desde maio de 2004, o empreendimento ainda está na fase de implantação, de modo que nenhuma residência foi edificada. A expectativa é que seja ocupado pela população de alto poder aquisitivo. O Condomínio Fechado Residencial Porto Ville está registrado em nome de Louis Craig Hartman.

Golden Garden Mundaí, outrora denominado de “Itacimirim Prime” - este empreendimento imobiliário é um grande condomínio fechado que está em fase de implantação e certamente se tornará o maior bairro da Orla Norte, com seus 984 lotes. Seu TAC é datado de 2017<sup>40</sup> e será segmentado em três etapas.

Outeiro de Taperapuan – registrado em 2018, é limitado ao sul pelo Alto do Mundaí, a leste pelo Canto da Mata e RPPN Mamona, ao norte pelo Xurupita e a oeste pelo Anel Viário.

## CONCLUSÃO

A eclosão do fluxo turístico a partir da década de 1970 transformou drasticamente o espaço urbano de Porto Seguro, fazendo surgir localidades de alto poder aquisitivo que rapidamente se apropriaram dos lugares que ofertavam o maior número de amenidades, sobretudo naturais, atraindo o capital hoteleiro e também os loteamentos mais abastados.

O meio natural, agora transformado pela atividade humana, torna o espaço geográfico da Orla Norte um verdadeiro espetáculo da mercadoria, com sua renda monopolista atraindo compradores ávidos por uma experiência ímpar.

<sup>40</sup> Cordialmente concedido pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano de Porto Seguro a este pesquisador, incluindo vídeo promocional mostrando o processo previsto de expansão do empreendimento.



As incorporadoras transformam o meio rural em espaço urbano. O poder estatal, através de seu plano diretor funcionalista, ou seja, elitista e segregatório, restringe o acesso as populações de menor poder aquisitivo à Orla Norte. Por fim, e não menos importante, o mercado imobiliário se apropria do território torando-o uma mercadoria que é portadora de inúmeras possibilidades e experiências, passando a ser fetichizado pelas classes de maior poder aquisitivo, sendo o espaço geográfico, o território e o lugar da Orla Norte uma experiência de elementos que expressam a personalidade do comprador. A estética da segurança dará o tom das construções, sobretudo nos limites da Orla Norte, com seu aparato de segurança fundamental para promover a autoss segregação, a experiência dos compradores junto a seus pares e afastar as interações indesejadas.

Com base nos critérios adotados neste trabalho, conseguimos determinar o território da Orla Norte, as características fundamentais e limites de cada bairro, bem como a sua origem. Dessa forma, foi possível, também, determinar o eixo de expansão urbana na área de estudo. A Reserva Particular do Patrimônio Natural da fazenda Manona tende a ser o único enclave de Mata Atlântica conservada que sobreviverá à forme imobiliária.

Assim, a última fronteira imobiliária da Orla Norte é a “Praia de Itacimirim”, que apesar de ter sido registrado na década de 1980, ainda apresenta um valor absoluto bastante significativo, de tal sorte que as incorporadoras e imobiliárias já buscam novos lotes em áreas periféricas da cidade ao longo da BR 367, no sentido da vizinha cidade de Eunápolis. Uma possível consequência deste processo é a presença de novos loteamentos nas proximidades da Universidade Federal do Sul da Bahia e da sobrevalorização de lotes em bairros como Camboio, Porto Alegre, Mirante e Parque Ecológico. Contudo, a análise destas áreas foge à proposta da pesquisa de modo que o processo de expansão dessas e das demais áreas da cidade é algo a ser aprofundado.

## SUMÁRIO



## REFERÊNCIAS

ANTUNES, E. P. *Segregação socioespacial urbana: o caso dos bairros Arduíno Bolívar – Amoras – e São José – Laranjal, Viçosa – MG*. 2009. 70f. Monografia (Bacharel em Geografia), Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, MG, 2009. Disponível em: <[www.geo.ufv.br/monografias](http://www.geo.ufv.br/monografias)>. Acesso em 24 ago. 2009.

BAGGIO, U. C. *A luminosidade do lugar. Circunscrições intersticiais do uso do espaço em Belo Horizonte: Apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza*. 2005. 221f. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, 2005.

BOURDIEU, P. Condição de classe e posição de classe. *In: A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 1974. p. 03-25

\_\_\_\_\_. Espaço social e gênese das “classes”. *In: O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 133-161.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de Muros*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: LABUR, 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 20 mai. 2008.

CASTELLS. M. *A sociedade em rede*. v. 48. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Questão Urbana*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

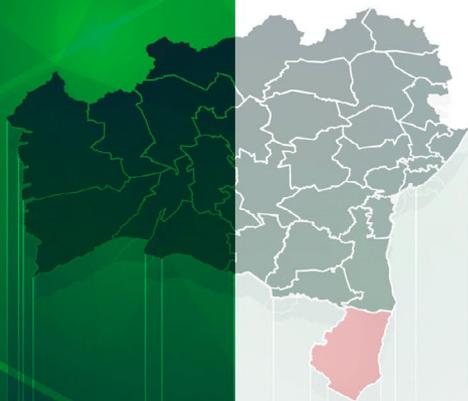
HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. *In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 10, 2005. São Paulo. *Anais [...]*, São Paulo: USP, 2005.

HARVEY, D. A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em commodities. *In: A produção capitalista do espaço*. 8 ed. São Paulo: Annablume. 2005.

LUCAS DOS SANTOS, L. Consumo, hierarquias sociais e colonialidade econômica: na contramão de uma banalização da consciência. *Revista Espaço Ética: Educação, Gestão e Consumo*, Ano II, n. 06, Setembro/Dezembro, 2015.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *A valorização do Espaço*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MACHADO, F. F. *A dinâmica da transformação territorial através da urbanização voltada para o turismo de temporada: um estudo de caso da rede de condomínios residenciais Tonziro, na Orla Norte de Porto Seguro, BA*. 2020.



156f. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade), Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, Porto Seguro, BA, 2020.

SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

\_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. 1ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, T. S. *O “escandaloso contrabando praticado em Porto Seguro”*: comércio ilegal, denúncia e ação régia no fim do período colonial. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Santo Antônio de Jesus, BA, 2014.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77-116.

\_\_\_\_\_. *Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. 4 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e Urbanização*. 14 ed., São Paulo: Contexto, 2004.

## SUMÁRIO



# 14

*Ceila Sales de Almeida*

## **A MATRIPOTÊNCIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS DE HELVÉCIA**

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como escopo apresentar resultados parciais da pesquisa de doutorado que realizo no programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade, na Universidade Federal do Sul da Bahia, intitulada - Matripotência e espírito de agência das mulheres quilombolas de Helvécia – com data de finalização para o segundo semestre de 2021.

O estudo é realizado a partir de concepções epistemológicas do feminismo negro, tendo por base a pesquisa bibliográfica aforreferenciada, com pensadoras e pensadores negros, latino-americanos, africanos e afrodiaspóricos. Utilizo ainda, como categorias de análise as concepções de matripotência e espírito de agência, próprias dos estudos teóricos do mulherismo afrikana e afrocentrismo. Como metodologia apresentarei, ainda, no texto final da tese, a pesquisa de campo realizada, através de entrevistas semiestruturadas com mulheres da Associação Quilombola de Helvécia.

Construir uma tese pautada em uma epistemologia feminista negra e bases aforreferenciadas vem sendo um constante desafio, com a desconstrução de práticas metodológicas eurocêtricas e a descoberta constante da existência de outras possibilidades para a pesquisa científica, aptas a produzirem conhecimentos plurais e decoloniais, além de caminhos para a construção de uma sociedade antirracista e antissexista.

## COMUNIDADE QUILOMBOLA DE HELVÉCIA

A comunidade quilombola de Helvécia se situa no Extremo Sul da Bahia, sendo um distrito da cidade de Nova Viçosa. Essa é uma



região de grande diversidade étnica, social e cultural, cuja história foi marcada pela povoação de colonização europeia não portuguesa e a implantação do sistema escravocrata. A falência do modelo formal colonial resultou na remanescente de muitas comunidades quilombolas, a exemplo, de Helvécia, que fazia parte da antiga Colônia Leopoldina.

A Colônia Leopoldina era uma sesmária situada ao longo do rio Peruíbe, formada por 38 fazendas particulares de posse suíço-alemã (SANTANA, 2014). É reconhecida como a primeira colônia formada por imigrantes europeus não portugueses no Brasil. O parcelamento das duas concessões originárias e a introdução do braço escravo foram sem dúvida o fundamento do florescimento da colônia Leopoldina-Frankental. Além do cultivo do café, a colônia produzia a jaqueira, a banana, a laranja, o abacaxi, a cana de açúcar, o algodão, o tabaco, milho, mandioca e “diversos legumes”, mas, a maior riqueza econômica provinha do cultivo do café e da madeira de lei (OBERACKER, 1987). Os africanos escravizados que ali viviam, eram de origem Jejê, Cabinda, Manjolo, Benguela e Nagô, sendo esta última, a etnia com o maior número de escravizados, conforme a lista do inventário Mantandon realizado em 1858 (SANTANA, 2014).

Leopoldina teve grande longevidade e sucesso econômico, especialmente, em razão da cultura cafeeira, na qual, predominava a mão de obra escravizada africana. Nesse período, as fazendas da colônia receberam muitos escravizados oriundos do tráfico negreiro, que foram aí inseridos como mão de obra coercitiva, no cultivo do café (MOREIRA, 2018).

Mesmo com o fim formal do tráfico negreiro no Brasil, ocorrido em 1850, através da lei Eusébio de Queirós, a quantidade de escravizados africanos nessa colônia se mantinha elevado:

O que suscita duas possibilidades, uma de que apesar da promulgação da lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, continuava existindo um tráfico provin-

## SUMÁRIO



cial, outra possibilidade latente é que nas fazendas da colônia Leopoldina haviam a manutenção e incentivo a formação de núcleos da família escrava, prática bastante adotada por muitos senhores de escravos, para garantir não apenas o crescimento da população cativa sob seu domínio, como também manter um maior controle contra fugas e motins (MOREIRA, 2018, p.41)

É possível que ambas as possibilidades tenham se efetivado, com a manutenção da população de escravizados, mesmo após a proibição do tráfico de escravos no Brasil, quer seja, por meio do tráfico interno, quer seja por meio do incentivo a formação de famílias, com o intuito de não diminuir a mão de obra.

Com a proibição formal da escravidão em 1888, oficializada juridicamente pela lei áurea, as fazendas dessa região, que eram dependentes da mão de obra escrava em suas culturas cafeeiras, começaram a entrar em declínio:

Os colonos estrangeiros abandonaram suas terras, muitos deles já não moravam mais na Leopoldina, estando em muitos casos as fazendas sob tutela de algum parente próximo, neste sentido os antigos escravos permaneceram nas proximidades ou nas próprias fazendas abandonadas. (MOREIRA, 2018, p.48)

Com a abolição da escravatura e o declínio das fazendas cafeeiras, as famílias de escravos libertos ficaram na localidade e formaram comunidades, entre elas, o distrito de Helvécia, que hoje pertence ao Município de Nova Viçosa. São comunidades quilombolas reconhecidas formalmente, no Extremo Sul da Bahia segundo os dados da Fundação Palmares: Cândido Mariano – Nova Viçosa; Helvécia – Nova Viçosa; Mutum – Nova Viçosa; Naiá – Nova Viçosa; Rio do Sul – Nova Viçosa; Volta Miúda – Nova Viçosa; Mota – Itanhém (MOREIRA, 2018).

A comunidade de Helvécia, foi reconhecida no ano de 2005 pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola, e um dos fatores que contribuíram para esse processo de reconhecimento histórico-jurídico foi a memória, os conhecimentos e tradições culturais aí



preservados, por homens e mulheres negras, que por meio de suas práticas mantiveram e ressignificaram saberes e tradições de seus ancestrais africanos e afro-brasileiros.

O reconhecimento de Helvécia enquanto comunidade quilombola surgiu a partir de ações e reivindicações de um grupo formado, precipuamente, por mulheres negras. Essas mulheres historicamente silenciadas levantaram suas vozes para contar, cantar e garantir o reconhecimento de suas histórias e memórias. Elas romperam com o status de poder até então centrado na figura masculina e nas mulheres brancas e questionaram e reivindicaram o reconhecimento de sua ancestralidade e identidade quilombola (SANTANA, 2014).

Hoje, elas fazem parte da Associação Quilombola de Helvécia (AQH) e, em uma dimensão de matropotência e espírito de agência continuam a constante luta por direitos fundamentais e reconhecimento de sua identidade e ancestralidade, na construção de ativismos e epistemologias plurais, que aqui denomino, por escolha metodológica, de luta feminista negra.

## FEMINISMO NEGRO E A LUTA POR RECONHECIMENTO

Os feminismos negros constituem movimentos teóricos, sociais e políticos de luta por identidade, direitos fundamentais e reconhecimento das mulheres negras afrodiaspóricas. É pautado na prevalência de agendas e demandas próprias, oriundas de subjetividades específicas e uma historicidade pautada pela interseccionalidade das opressões de gênero, raça e classe no contexto de colonialidade de poder (ALMEIDA, 2019).



O pensamento feminista negro no Brasil pode ser representado pela construção de saberes de mulheres negras atuantes em diversas formas de produção de conhecimento, tais como as mães de santo do candomblé, marisqueiras, cantoras de roda de samba, quilombolas, dentre tantas outras. Em cada canto da estrutura social no Brasil, é possível se perceber direta ou indiretamente a influência das mulheres negras na construção histórica, política, religiosa e cultural da nossa sociedade.

Importante ressaltar que, para o pensamento feminista negro, o termo intelectual não se confunde com acadêmica, os pressupostos da epistemologia feminista negra nos mostram que são consideradas intelectuais as mulheres negras que de alguma forma contribuem para a construção da teoria social desse pensamento, sejam elas acadêmicas ou não, um exemplo dessa perspectiva foram os pensamentos da ativista Sojourner Truth que, apesar de não ter sabido ler nem escrever, construiu um pensamento propagado por meio da oralidade, que até hoje é profundamente relevante para os estudos e teorias do pensamento feminista negro (COLLINS, 2019).

O Brasil é um país historicamente pautado em uma estrutura racista e patriarcal. Nesse contexto, a luta por direitos fundamentais dos feminismos negros busca desestruturar e desconstruir esses alicerces de opressão e exclusão. As mulheres negras há muito fazem reivindicações de conhecimento que contestam as produzidas e validadas pelos feminismos das mulheres brancas da classe média e/ou os modelos epistemológicos eurocêntricos hegemônicos. No entanto, como lhes foi negado o acesso a posições de autoridade, tiveram muitas vezes que recorrer a processos alternativos de validação de conhecimento para produzir reivindicações divergentes (COLLINS, 2019).

O pensamento feminista negro assim se configura como um conjunto de ideias, questionamentos, teorias, problemas e demandas de luta, construídos a partir do lugar de fala e da interseccionalidade de

## SUMÁRIO



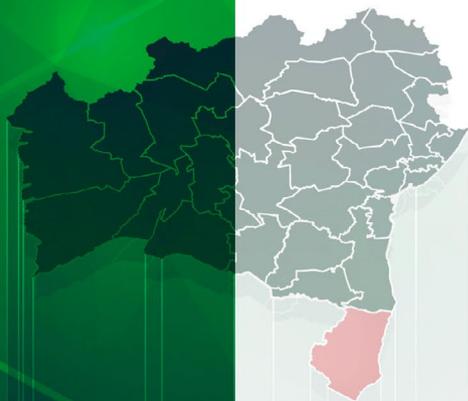
gênero e raça que formam a identidade coletiva das mulheres negras (ALMEIDA, 2019).

Diferente do pensamento construtivista do feminismo branco que se pautou na categoria universal “mulher”, como se depreende da concepção clássica de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”, o feminismo negro assenta as suas bases epistemológicas no pensamento desconstrutivista, uma negação, uma não categoria, buscando bases para destruir a negação que excluía as mulheres negras da compreensão universal de mulher. O feminismo negro nasce pautado na exclusão, interrogação, insurgências ressaltadas no histórico discurso de Sojourner Truth “Acaso não sou eu uma mulher?”, proferido na Convenção das Mulheres, em Ohio, nos Estados Unidos da América (EUA), em 1851 (VELASCOS, 2012).

A luta feminista negra é construída em um eixo de imbricação no qual se cruzam marcadores sociais de gênero e raça, um lugar, denominado por Kimberle Crenshaw (2002), como eixo de cruzamento ou via interseccional, que produz discriminações sobrepostas, mistas, que trazem às mulheres negras vivências específicas e diferentes das vividas pelas opressões racistas impostas aos homens negros ou as opressões sexistas impostas às mulheres brancas.

Esse lugar de vivências específicas impõe a construção de uma luta e epistemologias pautadas em categorias próprias de análises, a exemplo, da interseccionalidade, teoria do ponto de vista (stand point), lugar de fala, ancestralidade, entre outras.

A teoria do ponto de vista se apresenta como uma importante ruptura, frente ao ativismo e epistemologias hegemônicas, uma vez que busca alterar o lugar do sujeito cognoscente, construindo a pesquisa, o argumento e o discurso a partir de um novo locus de enunciação, nos quais novos sujeitos historicamente não reconhecidos passam a reivindicar o lugar de validade nas estruturas sociais.



Ao construir um pensamento teórico, o feminismo negro coloca em debate novos temas, contesta os conhecimentos postos e apresenta em sua atuação epistemológica uma nova perspectiva: a de alguém que se encontra no eixo das opressões de gênero e raça, na base da pirâmide social, trazendo, assim, questionamentos indispensáveis para provocar alterações no padrão de dominação patriarcal e racista da sociedade brasileira, pela qual essa prática se efetiva, uma vez que “... o conhecimento reflete a perspectiva ou “posicionalidade” dos sujeitos cognoscentes..” (SARDENBERG, 2002, p.11).

Essa perspectiva cognoscente feminista negra possibilita a construção do saber a partir de um outro ponto de vista, um outro olhar, diverso da perspectiva situada nos locais de domínio e privilégio, trata-se do lugar de fala das mulheres negras e, como afirmava Lélia Gonzales, esse é um fator determinante para as nossas interpretações sobre as opressões e problemas sociais, pois “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (GONZALES, 1984, p.224).

O lugar de fala das mulheres negras não é o lugar de vítimas, mas sim de sobreviventes, insurgentes, (re) existentes, ativistas, pensadoras, construtoras de ideias e ações que marcaram um ponto de vista autodefinido e posturas de resistência essenciais à sua sobrevivência. Esse lócus de enunciação leva a repensar os conceitos de hegemonia, opressão, dominação, objetificação, racismo e sexismo, não a partir do olhar distante da mulher branca ou homem branco, mas através de quem vivencia diretamente essas opressões (COLLINS, 2019).

Apesar da imbricação de opressões e marcadores sociais, que atravessam historicamente, a trajetória de vida das mulheres negras afrodiáspóricas, essas conseguiram efetivar feminismos próprios, pautados em teorias, ativismos e lutas, incessantes, que desafiaram o sistema de colonialidade de poder (QUIJANO, 2002) e vem desestruturando as bases opressoras do racismo e do sexismo, rumo ao rea-

## SUMÁRIO



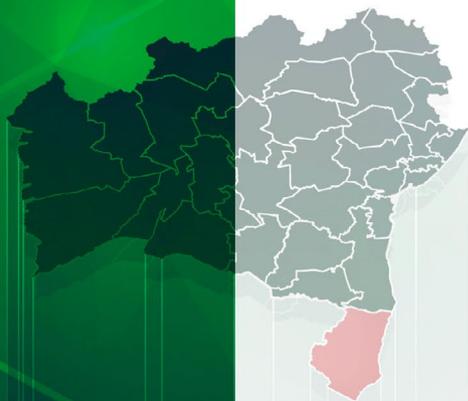
linhamento do povo preto e a construção de um novo eixo civilizatório para a humanidade.

É a partir desse construto teórico e social de luta dos feminismos negros no Brasil, que a trajetória das mulheres quilombolas de Helvécia surge, como um horizonte de possibilidades à construção de um novo eixo civilizatório, fundamentado na matripotência e espírito de agência dessas mulheres.

## MATRIPOTÊNCIA E ESPÍRITO DE AGÊNCIA NA LUTA POR DIREITOS FUNDAMENTAIS

Desde o início dessa pesquisa, ainda na fase bibliográfica, me chamou a atenção o intenso ativismo das mulheres quilombolas de Helvécia frente ao processo inicial de luta por reconhecimento de sua comunidade. Entre as primeiras inquietações que fundamentaram essa pesquisa, estava o desejo em compreender o porquê do protagonismo das mulheres nesse processo de luta na comunidade de Helvécia. Como categorias de análise utilizo as teorias de matripotência e de espírito de agência.

A ideia de matripotência está relacionada a importância e força das mulheres na condução das lutas e transformações sociais, a partir da concepção de protagonismo feminino próprio das sociedades matriarcais. Diversas teorias já foram construídas para tentar compreender e determinar a origem do matriarcado. Uma das mais relevantes, foi teorizada por Cheikh Anta Diop e está descrita em seu livro – A unidade cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica. Em sua pesquisa, Diop defende a coexistência do patriarcado e matriarcado nos diferentes berços culturais da humanidade.



Historicamente, o berço Meridional, formado pelas civilizações e povos africanos, a exemplo, da Etiópia, Líbia, Kemet (antigo Egito) e Gana, caracterizava-se precipuamente, pelas sociedades de base matriarcal, nas quais as mulheres exerciam livremente as atribuições basilares das relações domésticas, as sociedades apresentavam ainda caráter cosmopolita e um coletivismo e solidariedade social e, “no domínio moral, um ideal de paz, de justiça, de bondade, um otimismo que elimina qualquer noção de culpa ou de pecado original nas criações religiosas ou metafísicas” (DIOP, 2014. p.173).

O berço Nórdico, por seu turno, confinado a Grécia e a Roma, entre outros povos, caracterizava-se pela família patriarcal e pela formação das Cidades-estados. Essas sociedades se desenvolveram com base na ideia de patriotismo, individualismo e xenofobia:

Um ideal de guerra, de violência, de crimes, de conquistas, herdado da vida nômade, tendo por corolário um sentimento de culpabilidade ou de pecado original que representa o fundamento dos sistemas religiosos ou metafísicos pessimistas são o apanágio dos mesmos (DIOP, 2014. p.173)

Havia ainda as zonas de confluência, áreas limítrofes, entre a zona meridional e nórdica, a exemplo das Arábias, Fenícia, Mesopotâmia, Povos Indos e Bizâncio, que apresentavam características culturais e sociais comuns as duas zonas fronteiriças (DIOP, 2014).

Com base nos estudos históricos dos berços meridional, nórdico, zona de confluência e suas principais civilizações na Antiguidade, Diop (2014) defende a prevalência do matriarcado entre os povos que viviam no continente africano, situado no berço meridional, a exemplo, dos governos da rainha de Sabá e da rainha Candace na Etiópia, os direitos hereditários e sucessórios das mulheres no Egito e sua posição de elemento agregador e estabilizador do núcleo familiar matrilinear.



As heranças e práticas culturais matriarcais sofreram grandes transformações com a efetivação do sistema de colonização e dominação dos povos africanos, pelos colonizadores europeus e árabes, mas suas heranças se mostram presentes em práticas culturais existentes em comunidades afrodiáspóricas, a exemplo, da força feminina no candomblé e o protagonismo das mulheres em comunidades quilombolas.

Matripotência representa a força e protagonismo das mulheres negras na luta e levante do povo preto. No Brasil, desde o período escravista até os dias atuais, as mulheres negras tiveram intensa participação nas lutas contra o sistema de opressões existentes no país. Enquanto escravas, atuaram direta e indiretamente na luta pela abolição, diversas ações de luta e resistência foram por elas perpetradas, tais como assassinatos de escravocratas e rebeliões nas fazendas e centros urbanos, ações de resistência e fugas individuais e coletivas. Em razão de sua capacidade de circular em diferentes grupos, pois estavam presentes desde o trabalho na lavoura até os serviços domésticos da Casa Grande, a luta dessas mulheres foi imprescindível para fazer ruir o regime de escravidão (WERNECK, 2010).

Na comunidade de Helvécia, o ativismo das mulheres, sua força e potência, também se apresenta como um elemento estruturante na luta por reconhecimento e cidadania plena. O movimento pelo reconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombo surgiu de uma atuação majoritariamente de mulheres, mas mesmo antes disso e depois, as mulheres negras de Helvécia movimentavam as estruturas sociais.

Além da matripotência, elas vêm alterando as estruturas sociais da comunidade pela efetivação do espírito de agência nos povos quilombolas em Helvécia. Espírito de agência é a compreensão dos indivíduos acerca da posição que ocupam dentro da sociedade em que estão inseridos, em uma dimensão de protagonismo ou coadjuvância.

## SUMÁRIO



É sua posição no processo de construção e interpretação do mundo (ASANTI, 2014).

Trata-se de uma categoria de análise própria dos estudos afro-cêntricos. A perspectiva afrocentrada, busca resgatar o protagonismo do povo preto e elevá-lo a posição de centro, vetor de criação e transformação da cultura, epistemologias e lutas históricas e sociais, através das quais, sua própria existência e espiritualidade se compõe.

A construção de subjetividades pautadas no protagonismo dos povos colonizadores, diminuem e violam a capacidade de construção de identidade dos povos colonizados, propiciando uma situação de desagência (MAZAMA, 2014). Ocorre assim um deslocamento, uma internalização involuntária da localização desses sujeitos no processo de construção histórica e social, pela apreensão de mundo, pautada no protagonismo único dos grupos opressores: “uma pessoa oprimida está deslocada quando opera de uma localização centrada nas experiências do opressor” (ASANTI, 2014. p.96).

A desagência dos povos afrodiáspóricos foi, entre outros mecanismos de cominação, efetivado pelo epistemicídio eurocêntrico (SANTOS, 2009), que forjou a construção de uma cultura e epistemologias, centradas no modelo hegemônico e supremacista branco, masculino e europeu, que ao longo do violento processo colonizador destruiu, diminui, apagou, as heranças históricas, culturais, epistemológicas e religiosas, dos povos afrodiáspóricos.

A visibilidade e superioridade do modelo hegemônico se fundamenta na invisibilidade das outras formas de conhecimento. Ocorre assim uma cisão, separação entre o que válido e inválido, útil e não útil, verdadeiro e falso, “eu” e os “outros”. Dessa forma, os conhecimentos populares, leigos, plebeus, indígenas, negro, mulheres são colocados do outro lado da linha e “do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos



vos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria prima para inquirições” (SANTOS, 2009, p.25).

A comunidade quilombola de Helvécia é um exemplo efetivo do realinhamento com a cultura e ancestralidade africana e afro-brasileira. Apesar do violento processo de exclusões e opressões impostas aos negros nessa localidade pela elite branca, a herança africana foi mantida, através da oralidade e práticas culturais, o que possibilitou o processo de reconhecimento oficial da comunidade como remanescente de quilombo, a exemplo, da dança bate-barriga, capoeira, músicas, entre outros (SANTANA, 2018).

Trata-se da prática denominada por Abdias do Nascimento (1980), como quilombismo, um complexo de significações e práxis afro-brasileiras, que legal ou ilegalmente, se constituíram enquanto foco genuíno de resistência física e cultural. O reconhecimento oficial enquanto comunidade quilombola ocorrido em 2005, foi uma ação meramente declaratória, pois Helvécia é uma comunidade quilombola desde sua gênese, enquanto local de resistência ancestral e reafirmação das vivências históricas, sociais e culturais dos povos afrodiaspóricos.

## SUMÁRIO

## CONCLUSÃO

As pesquisas parciais realizadas na comunidade de Helvécia demonstraram a existência de uma matripotência das mulheres quilombolas. Elas não só foram protagonistas da luta inicial por reconhecimento da comunidade, mas seguem ainda hoje, liderando as lutas e conquistas por direitos fundamentais.

Quanto ao espírito de agência, mostra-se evidente uma mudança e realinhamento na posição ocupada pelos negros na comunidade. De meros coadjuvantes, hoje eles participam ativamente das

decisões políticas, sociais e reconhecem a relevância de sua identidade e ancestralidade afrodiaspóricas, conquistando e ampliando a esfera de efetivação dos direitos fundamentais da população preta nessa comunidade.

A luta por reconhecimento, enquanto comunidade remanescente de quilombo e iniciada pelas mulheres negras, alterou profundamente a realidade social de Helvécia. Partindo de um processo de negação de direitos, as mulheres da AQH, juntamente com a comunidade, vêm construindo uma trajetória de reivindicação, transformações e conquistas de direitos fundamentais em todas as suas dimensões.

O canto e dança das mulheres quilombolas, os projetos culturais e sociais voltados ao enfrentamento do racismo e sexismo, a formação de coletivos e grupos de mulheres negras, as rupturas e construções de novas relações sociais nos espaços religiosos, entre outros são ações que demonstram que saberes e conhecimento estão sendo construídos pautados por novos paradigmas e concepções epistemológicas, que visam o enfrentamento às opressões racistas e sexistas, assim como a construção de uma sociedade mais plural, justa e isonômica.

A trajetória de luta, matripotência e espírito de agência que vem sendo protagonizada pelas mulheres quilombolas de Helvécia nos mostra a força do feminismo negro, enquanto ativismo e levante do povo preto, apto a alterar as estruturas das relações racistas e sexistas em nosso país com o empoderamento coletivo das mulheres negras e a efetivação de uma maior simetria social e cidadania plena.

## SUMÁRIO



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ceila Sales de. *Feminismo Negro: luta por reconhecimento das mulheres negras no Brasil*. 1ª ed. Belo horizonte: Dialética. 2020.
- ASANTI, Molefi Kete. *Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar*. IN.: *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro. 2009.
- COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento*. Trad. Jamile Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo. 2019.
- CRENSHAW, Kimberle. *A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero*. Revista de estudos feministas. N.01. 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 06. Fev. 2020.
- DIOP. Cheikh Anta. *A unidade cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica*. Ramada: Pedagogo. 2014.
- GONZALES, Lélia. *Racismo e sexismo na sociedade brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- MAZAMA, Ama. *A afrocentricidade como um novo paradigma*. In.: *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro. 2009.
- MOREIRA, Ramon Pereira de Jesus. *A memória da escravidão e a construção da identidade dos grupos que compõem a Comunidade Quilombola de Helvécia (2000 a 2008)*. Vitória da Conquista. 2018.
- OBERACKER Jr. Carlos H. *A colônia Leopoldina-Frankental na Bahia Meridional: Uma colônia europeia de plantadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista IHGB. N. 354, p. 116-140, jan./mar. 1987.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. Revista Novos Rumos. Ano 17. N.37. 2002.
- SANTANA, Gean Paulo Gonçalves. *Vozes e versos quilombolas uma poética identitária e de resistência em Helvécia*. Porto alegre. 2014.
- SANTANA, Gean Paulo Gonçalves. *Vozes poéticas femininas: resistência, saberes e manutenção identitária no quilombo de Helvécia*. Dossiê: voz e interculturalidade. UFRGS. Porto Alegre:2013.



SANTOS, Boa Ventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In.: *Epistemologias do Sul*. Alameda: Coimbra. 2009.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. *Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?* In: *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

WERNECK, Jurema. *Nossos passos vêm de longe: movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo*. Revista da ABPN. Vol.1. n.1. mar-jun. 2010.

VELASCOS, Mercedes Jabardo. *Feminismos negros: una antología*. In: *Introducción construyendo puentes: em dialogo desde / com el feminismo negro*. Madri: Traficantes de sueños. 2012.

## SUMÁRIO



# 15

*Bougleux Bomjardim da Silva Carmo*

## **SÓ RESTA AO VELHO CONTAR?**

um dedo de prosa sobre os  
velhos da comunidade Arara  
em Teixeira de Freitas (BA)

“Muitas histórias que a gente contou é que quem viu foram nos-  
sos avós nossos pais que contou pra gente”.

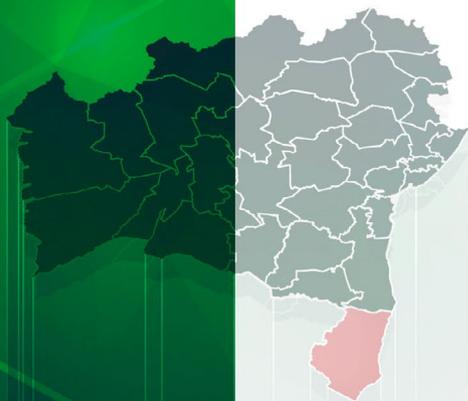
(Sr. Wilson P. da Silva)

## INTRODUÇÃO<sup>41</sup>

As representações acerca da velhice são construções histórico-  
-culturais e político-econômicas que se dão no coletivo. Não são pro-  
cessos estáticos e duradouros, mas moventes e, em grande medida,  
ao sabor das transformações sociais. Sendo assim, neste capítulo, cen-  
tralizo a categoria sociológica velho (BOSI, 2004) a fim de discutir um  
aspecto que considero importante à compreensão dos papéis e identi-  
dades sociais do sujeito “idoso”: a posição narrativa. Para Bosi (2004),  
restaria ao sujeito idoso a função do lembrar em razão de sua saída do  
ciclo produtivo. Por isso, proponho tensionar essa assertiva, conside-  
rando duas perspectivas: a) uma breve análise da literatura científica so-  
bre a temática; b) os dados obtidos pelos contatos, entrevistas, conver-  
sas e convivência com os velhos de Arara, consoante minha pesquisa  
de tese, a partir da análise de um corpus de narrativas (CARMO, 2021).

Desde os primeiros contatos que tive com alguns dos morado-  
res mais velhos da comunidade Arara em Teixeira de Freitas (BA), a co-  
nhecer: sr. Derly Félix da Silva (Zeco, 84), sr. Berly Félix da Silva (Zuza,  
84) e sr. Wilson Pereira da Silva (85), primo de Zuza e Zeco (cf. imagem  
a seguir), percebi que esta representação como sujeitos narradores  
tinha fundamento e, por esse motivo, posicionei os sujeitos de minha

41 Este capítulo é um recorte de minha tese defendida em setembro de 2021, intitulada “Era assim que era...”: Memórias, narrativas de velhos e sentidos de comunidade em Arara – Teixeira de Freitas (BA)” no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade na Universidade Federal do Sul da Bahia. O presente recorte foi adaptado, para a presente coletânea, a partir de inúmeras inserções e contextualizações em função da problemática específica deste trabalho. Este texto também é uma homenagem à sr. Pedrina da Conceição Silva que colaborou com minha pesquisa de doutorado e, infelizmente, faleceu em março de 2021.



pesquisa como legítimos narradores no sentido da filosofia de Walter Benjamin (2012). Contudo, isso não foi feito de maneira apressada, mas busquei todas as pistas possíveis e as mais seguras que eu tivesse em mãos para, com isso, problematizar essa imagem: o velho como legítimo narrador benjaminiano. A seguir, o registro do primeiro contato que tive com esses importantes personagens mais velhos de Arara:

**Imagem 1 - Zeco, Wilson e Zuza respectivamente – primeira conversa.**



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2017).

Quando conversei a primeira vez com esses senhores, o ato de lembrar ou contar histórias se mostrava como uma prática respeitada, algo benquisto, uma necessidade de afirmar as experiências vividas e partilhar acerca da comunidade e de suas próprias trajetórias. Neste primeiro contato, ocorrido na casa do senhor Wilson em novembro de 2017, soube deles próprios que muita gente já havia passado por Arara, mas, até então, suas narrativas permaneceram submersas sem quaisquer registros, conversas que ficaram apenas nas lembranças deles. Pensar a questão da posição narrativa é, antes de tudo, perscrutar os processos de legitimação que se dão localmente e, ao mesmo tempo, as experiências individuais no quadro das memórias sociais e coletivas. É pensar ainda a construção das imagens e representações de si, como nos possíveis ethé coletivos da própria comunidade que se constituem



também nos discursos, uma vez que há a relação da experiência sensível que mobiliza a afetividade dos interlocutores (MAINGUENEAU, 2014).

Essa problematização ainda decorre da percepção em relação a outros moradores e moradoras que nasceram em Arara e ainda vivem na comunidade, já que, para a compreensão sobre o ato de lembrar e narrar o passado como condição restante ao velho em sociedade, precisaria analisar outros pontos de vistas, como o fiz a partir de meus contatos com irmãos e das irmãs da família Conceição Silva, a saber: sra. Graci (61), sra. Maria Benedita (64), sra. Pedrina (62), sra. Sinéis (60) e sr. Eusébio (72) – da esquerda para a direita na imagem a seguir:

**Imagem 2 - Família Conceição Silva.**



Fonte: Bogleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

Outras figuras centrais na pesquisa sobre a memória de Arara foram as senhoras Egídia<sup>42</sup> – ex-moradora mais velha (107 anos) que nasceu na comunidade – e dona Eloisa (76), fundadora da Associação de Mulheres de Arara, respectivamente na imagem a seguir:

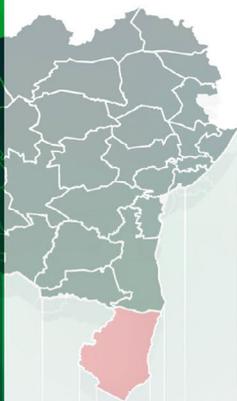
<sup>42</sup> A presença de dona Egídia é mais simbólica. Quando a conheci, em outubro de 2020, ela não estava em condições de narrar. Ela mora com suas filhas no Cantagalo, distrito de Alcobaça próxima ao limite com Teixeira de Freitas. Sua comunicação, dada as condições da idade, se estabelece de modo próprio com suas filhas. Entretanto, todos os moradores mais velhos de Arara lembravam-se de Egídia, sendo ela, então, uma memória coletiva para os que permaneceram na comunidade.

Imagem 3 - Dona Egídia e dona Eloisa.



Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2020).

Portanto, o presente capítulo, à guisa de ensaio, pode lançar alguma luz sobre a noção de posição narrativa depreendida a partir de Bosi (2004), entendendo essa expressão como uma metáfora, um lugar social de representatividade ou uma alegoria acerca desta tarefa que parece ter se tornado residual na sociedade contemporânea. A questão que se coloca é sobre a relação dos velhos e velhas de Arara com a vida produtiva e como a posição narrativa foi construída por cada um (a) deles (as). Deslindar essa questão é também problematizar as calcificações operadas pelas representações acerca da velhice



ou da chamada «terceira idade», que são, na verdade, construções situadas por diferentes fatores em cada cultura e sociedade (DEBERT, 2006). Isso implica ter um olhar mais contextualizado e circunscrito às singularidades e especificidades de cada comunidade, coletivo, grupo, sociedade etc.

Na sequência do capítulo, expõe-se uma síntese de algumas pesquisas recentes sobre memória de velhos, relacionando-as à perspectiva de Walter Benjamin sobre o que é o narrador e a função social da narrativa. No segundo momento, tem-se os aspectos metodológicos adotados e, antes das considerações finais, discorro (e em parte narro) acerca de algumas situações e estórias de Arara que me impeliram a pensar sobre a temática deste trabalho.

## BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE MEMÓRIA DE VELHOS E O OLHAR BENJAMINIANO SOBRE NARRAÇÃO

Em seu ensaio “O narrador”, Walter Benjamin traça o fim da narrativa genuína dado o emudecimento provocado pelos traumas coletivos e, ao mesmo tempo, pela perda de uma experiência que se origina de práticas orais, nas estórias que passam de “boca a boca” ou de uma geração à outra. O narrador benjaminiano se assenta em duas imagens: o viajante – que carrega em sua bagagem os lugares por onde andou – e o sedentário – que conhece em profundidade seu lugar, ou como diz o filósofo “escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições” (BENJAMIN, 2012, p. 214).

Essa interessante asserção de Walter Benjamin, inicialmente, parecia se aplicar à realidade dos velhos de Arara: sr. Zeco, sr. Zuza e sr. Wilson, por exemplo, são reconhecidos como “guardiões” da me-

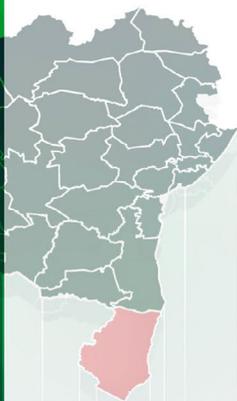


mória da comunidade Arara, sempre dispostos à narração e à partilha das vivências, dos acontecimentos e da trajetória relativas ao lugar, já que também residem na parte central de Arara. Porém, à medida que conheci outros moradores mais velhos e de outros pontos mais afastados na comunidade, comecei a pensar sobre a construção dessa posição narrativa no interior dela e em como precisamos refletir sobre a identidade e função sociais da pessoa idosa, adotando a perspectiva em Debert (2006), qual seja, de que é preciso romper «com o senso que uma sociedade tem de seus próprios costumes, que tendem a ser concebidos como naturais e imutáveis» (DEBERT, 2006, p. 51).

Isso implica voltar à questão da experiência? Sim, pois ela “se inscreve numa *temporalidade* comum a várias gerações. Ela supõe, portanto, uma tradição compartilhada e retomada na continuidade de uma palavra transmitida de pai a filho; continuidade e temporalidade das sociedades ‘artesanais’ (GAGNEBIN, 2013, p. 57 – grifo da autora). Eu diria ainda, parafraseando Gagnebin (2013), comunidades também “artesanais”, comunidades imaginadas, como diz Anderson (2008), porém em diferentes dimensões. Quais elementos se tornam linhas que formam a tessitura de uma comunidade e, ao mesmo tempo, se exprimem nas estórias? Como cada sujeito constitui uma imagem de si em uma dada comunidade a qual se sente partícipe dela?

São questões que se entrecruzam na presente discussão. Penso que muitas dessas linhas imaginadas podem ser encontradas ou “desenroladas” no fio do discurso, porquanto a narrativa também é lugar para a simbolização, enquanto forma de construção da realidade por cada sujeito. Os velhos, de fato, lidam com o tempo de maneira peculiar e a relação de enraizamento no local é determinante para compreender essas relações, já que o sentimento de pertencimento e enraizamento é construído em uma profunda imbricação com o lugar, com a cultura e com a experiência (KOURY, 2017). Ademais, o discurso científico também contribui para a construção das representações, para problematizar as imagens construídas no âmbito de determinada

## SUMÁRIO



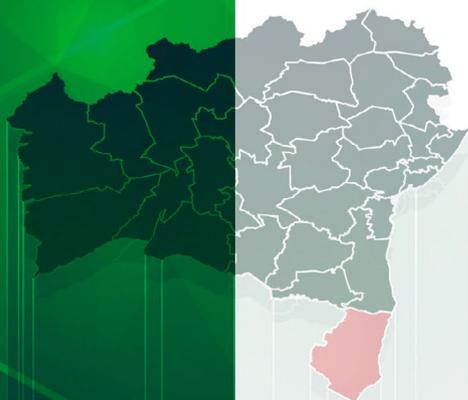
cultura, bem como para pensar neste processo de criação das relações sociais e da dimensão “imaginada” das comunidades imediatas às quais os sujeitos se sentem como pertencentes.

Isso posto, conforme estudos que tomam a memória de velhos como objeto, o sujeito idoso tem encontrado pouca “audiência”, inclusive, no espaço familiar e é preciso valorizar os diferentes sujeitos sociais, já que isso permite – no caso da interação com o velho – a reconstrução de outras sensibilidades, o contraste de representações, o processo de elaboração das representações e, em especial, o modo peculiar de rememoração, considerando, portanto, que há uma certa sabedoria ou um certo conhecimento que só é adquirido pela experiência do tempo (LIRA, 2012; VALENÇA; REIS, 2015; POLTRONIERI, 2014).

Um exemplo importante dessa perspectiva tem relação com a importância social da memória desses sujeitos, o valor sociocultural da narração, uma vez que certos fatos, eventos históricos, relações sociais e políticas podem ser melhor compreendidos pela análise das temporalidades constantes nas narrativas de velhos (BARROS; BARROS, 2014), ou mesmo pelo fato de que suas lembranças são um fonte de mediação cultural importante para compreensão de diferentes tempos históricos, os modos de participação social em diferentes contextos, a superação de traumas individuais e coletivos, dentre outros fatores que mostram a acentuada relação entre subjetividade, sociedade, ambiente e Estado como um todo (BEZERRA; LEBEDEFF, 2013; SANTOS; COQUEIRO, 2017).

Sendo assim, parece consensual pensar a pesquisa sobre/com memória de velhos como um bem coletivo e um modo de preservação do material mnemônico, porquanto, a partir disso, é possível pensar políticas públicas e ações afirmativas em favor da identidade e produção/registo de memória coletiva (AQUINO; PORPINO, 2014; JARDIM, 2017; MARINHO, 2016; POLTRONIERI, 2014), posto que “as pessoas

## SUMÁRIO



idosas carregam em si a bagagem de sabedoria, de experiência, de lutas e conquistas travadas para melhorar as condições de vida; desta forma, entende-se que o tempo e as circunstâncias da vida foram os responsáveis por fazer dessas pessoas um ser com grande fundo de conhecimento” (POLTRONIERI, 2014, p. 160).

Colocar em cena a memória dos velhos é fundamental para o conhecimento aprofundado dos sujeitos como atores sociais que, em diferentes graus, modos e condições, participaram da construção e constituição da história local de suas comunidades imediatas, porquanto há “a inserção do indivíduo em um território de pertencimento, a partir do qual traça as redes de reciprocidade e sociabilidade” (FERREIRA, 2006, p. 215). Por isso, no horizonte da presente reflexão, há as categorias da pertença e da identificação com o lugar da memória e a memória dos lugares (KOURY, 2017; FREITAS, 2015; VALENÇA; REIS, 2015) e isso implica modos de vida, de sentir, de representar a si, a coletividade e ao próprio lugar (MAGALHÃES, 2016; SANTOS; COQUEIRO, 2017; SILVA, 2016).

Retomando a questão da experiência e da narração dos velhos, a troca da substância viva oriunda da experiência e o aconselhamento são parte do caráter pragmático da narrativa, pois “o conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria” (BENJAMIN, 2012, p. 217). Para o filósofo alemão, a Modernidade e a mudança das forças e formas produtivas têm retirado o espaço para esse processo que se dá no devir e no presente, isto é, “esse processo, é muito mais um sintoma das forças produtivas seculares, históricas, que expulsam gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo” (BENJAMIN, 2012, p. 217).

Depreende-se do pensamento do referido filósofo, que o “idoso” e suas narrativas estejam perdendo o espaço no contexto de aceleração dos modos de produção e vida capitalistas, ou ainda pela imposição de um ritmo e de um tempo mais líquidos, para tomar

## SUMÁRIO



um conceito caro à sociologia de Zygmunt Bauman, que fragmenta as noções acerca de como concebemos comunidade e as próprias relações sociais, tornando-as mais fragmentadas (BAUMAN, 2003). Assim, o corpo-memória do velho exige um tempo outro, mais lento e por vezes disruptivo, em idas e vindas de certas imagens que se irrompem inconscientemente, no sentido psicanalítico da memória involuntária – *mémoire involontaire* (BENJAMIN, 2018). De certa forma, o trabalho da rememoração faz aparecer certas imagens e desvanecer outras que escoam ao esquecimento como água escorre e escapa rio ou ralo abaixo.

Seria importante, inclusive, pensarmos em como os “novos” velhos estão a narrar nos tempos líquidos ou qual valor se atribui ao narrar, já que a narrativa pensada por Walter Benjamin (2012), que se produz na substância da vida e na imagem do viajante ou do sedentário, é uma narrativa mais “sólida”, pois exige maturar a captação e absorção da experiência. Em tempos de *twittes*, *feeds*, restrição de caracteres e da velocidade das redes sociais e dos regimes de tempo e de temporalidades nas sociedades ocidentalizadas, as formas narrativas certamente já não prestam aos mesmos papéis e os critérios que a determinam, assim como o que determinaria o que é uma comunidade e os modos de pertencer a elas são outros muito mais voláteis e fragmentados pela Modernidade (BAUMAN, 2003). O velho, para rememorar, requer um tempo mais diluído, psicológico em sua “diegese”, o qual não é possível apressar, assim como não é possível apressar o tempo de maturação e crescimento dos seres vivos. É algo próprio da idade.

No entanto, “a idade não é um dado da natureza, nem um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, nem ainda um fator explicativo dos comportamentos humanos” (DEBERT, 2006, p. 51). As sociedades ocidentais “cronologizaram” a vida, os sistemas de direitos e obrigações (DEBERT, 2006), mas as narrativas de velhos exigem

## SUMÁRIO



ouvidos que também não sejam “líquidos” e fugazes, mas atento à tessitura que constitui uma realidade e uma temporalidade sob princípios de coerência próprios, porque a narrativa viva tem uma natureza que não esgota em si mesma, se reatualiza (BENJAMIN, 2013).

Se Benjamin (2018) e Bauman (2003) poderiam concordar em algo, trata-se da questão de como a Modernidade capitalista, por exemplo, sequestrou e capitalizou o tempo, desmembrou a vivacidade da experiência, ampliou os canais de comunicação, tornou os artefatos culturais em objetos de reprodução técnica. Porém, ao mesmo tempo, diminuiu a apreensão do dizer e da memória, como também colocou as subjetividades em uma certa dormência ou sonolência frente à própria condição, por isso Walter Benjamin (2018) diz sobre a necessidade de “despertar”, justamente como a estrutura com a qual deve-se compreender a rememoração, enquanto reapropriação dos verdadeiros sentidos dos acontecimentos.

## METODOLOGIA

Sendo uma pesquisa qualitativa de base narrativa (CLADININ; CONELLY, 2015), esta pesquisa é um extrato de minha tese, na qual tive como objetivo central analisar os sentidos de comunidade a partir das narrativas, lembranças e estórias contadas pelos moradores de Arara para, dentre outros elementos, compreender as representações identitárias, construir uma narrativa sobre a formação da comunidade, explicitar memórias coletivas e investigar as influências pós-coloniais acerca da formação de Arara. Sendo assim, o trabalho com memória oral, com as estórias contadas, as biografias e, muitas vezes, a observação participante foi fundamental para compor um *corpus* de narra-



tivas<sup>43</sup> e empreender uma leitura situada sobre a história e as identidades de Arara, bem como acerca da relação entre memória social e linguagem (CARMO, 2021).

Como problemática, a questão da posição narrativa se apresentou no decorrer da pesquisa de tese, já que alguns dos sujeitos não se sentiam como narradores/as ou não atribuíam a si a legitimidade de ocupar o lugar de quem guarda as estórias da comunidade. Sendo assim, os sujeitos da pesquisa – já apresentados na introdução deste capítulo – são 09 (nove) sujeitos moradores e moradoras de Arara e, a partir de entrevistas semiestruturadas e abertas, além de conversas em profundidade (BONI; QUARESMA, 2005), bem como as falas foram transcritas conforme o padrão a seguir:

Imagem 4 - Chave de transcrição.

<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>SINAIS</b>
Incompreensão (palavra ou trechos)	( )
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)
Truncamentos	/
Entonação enfática	Maiúscula
Prolongamentos	:::
Silabação	-
Interrogação	?
Qualquer pausa	...
Comentários do transcritor	((minúscula))
Superposição de vozes	[
Fala foi tomada ou interrompida	(...)
Citações literais	“entre aspas”

Fonte: Preti (2005, p. 19-20 - adaptado).

43 Todos os excertos e dados de fala e de uso das imagens tiveram autorização. A pesquisa foi aprovada em Comitê de Ética e Pesquisa consoante o respectivo projeto - CAAE: 31347520.8.0000.8467, conforme o Parecer nº 4.144.271. O referido corpus possui aproximadamente a transcrição de 18 horas de fala-conversa, além de um número substancial de horas não degravadas, mas que serviram de base para o estudo como um todo. A realização da pesquisa também se deu no período de isolamento social em função da pandemia do novo coronavírus. Para tanto, todos os cuidados de distanciamento, uso de álcool em gel, máscaras e demais procedimentos para garantir a segurança no processo de entrevistas, conversas e interações com os sujeitos da pesquisa.

Urge endossar que exponho apenas falas que compuseram a argumentação relativa à posição narrativa, objeto de discussão no presente capítulo, bem como relatos escritos pelo sr. Zeco. Tais relatos foram por ele registrados em cadernos, os quais chamei de diários em minha tese e que foram gentilmente cedidos pelo sr. Zeco para fazerem parte do corpus de narrativas da comunidade Arara (CARMO, 2021).

## LEMBRANÇAS E NARRATIVAS DE ARARA NA EXPERIÊNCIA DE SEUS VELHOS

É possível depreender do pensamento de Walter Benjamin que, nas narrativas, há traços que desvelam o funcionamento de uma série de elementos culturais específicos<sup>44</sup>. Essas estórias não se assemelham a nada que se aproximaria de uma informação qualquer, porquanto “muito diferente é a narrativa. Ela não se esgota jamais. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de desdobramentos” (BENJAMIN, 2013, p. 220). No momento em que o trabalho com as narrativas de velhos se apresentou como uma investigação necessária, a fim de intentar uma compreensão acerca da comunidade Arara, foi preciso começar a observar a posição narrativa dos sujeitos.

Com o decorrer da convivência, das visitas, das conversas e das andanças, a imagem do homem sedentário – uma das alegorias do protótipo do narrador em Walter Benjamin - se firmava. Ser nascido na comunidade ou ter sido criado em Arara desde criança, con-

44 No ensaio “O narrador”, Benjamin (2013) explica como Leskov produziu narrativas que resgatando as lendas russas e os modos das seitas rurais criou um modo próprio de narrativa preocupado em mostrar “o homem que sabe se orientar no mundo, mas sem se prender demasiadamente a ele” (BENJAMIN, 2013, p. 216).



forme foi afirmado por quase todos os sujeitos, corrobora com essa perspectiva. Em outras palavras, vivências e décadas de trabalho na comunidade tornam esse sedentarismo o esteio da experiência de pertencimento. Porém, para parte desses moradores mais antigos, narrar histórias pessoais e coletivas com fins científicos e culturais, foi algo novo. Na verdade, a busca pela ancestralidade<sup>45</sup> por parte dos velhos e velhas de Arara tem relação com as lembranças, estórias e vivências compartilhadas intergeracionalmente e isso, de certa forma, estabelece certas tradições, hábitos e atitudes. Em muitos momentos, todas essas questões se mostraram factuais.

Não obstante, é preciso que se exponha algumas situações para melhor esclarecer sobre essas questões. Um exemplo dessa relação intergeracional se apresentou quando questionei acerca dos contatos e do intercâmbio dos moradores de Arara com quem é externo à comunidade, tal como as empresas de eucalipto que, nos últimos anos, têm se aproximado e, em maior ou menor grau, interferido nos modos de produção e articulação internos. Neste caso específico, perguntei ao senhor Wilson sobre os contatos dos representantes de empresas com os moradores de Arara, eis que me conta acerca das reuniões que ocasionalmente realizam:

FA::zem... eles fazem na associação [de moradores]... eles não dá muito bem com a gente com nós aqui eu compadre Zuza Zeco e Robério e meu menino e os meninos daqui porque a gente conhece a realidade e nós passamos pros nossos filhos.. pra eles botar bem na cabeça que nossos córrego aqui é tudo vivo... você pode ir lá que você vê tudo vivo... esse nosso aqui lá onde vc foi e LÁ que você veio tá encostadinho ainda. (WILSON, 2020)

45 Faço referência às identificações identitárias, como as heranças quilombolas que parte dos sujeitos sustentam. Essas identidades múltiplas são apreendidas de diferentes formas por cada sujeito. Trata-se de uma temática que requer um espaço próprio para ampliação das reflexões que não cabem neste capítulo, embora tenha sido tratada cuidadosamente em minha tese.



SUMÁRIO



De fato, empresas de eucalipto causam grandes impactos não só no contexto ambiental, mas também na organização interna das comunidades em geral, já que “essa atividade também provocou impactos relevantes sobre a sobrevivência da agricultura familiar local em função da ocupação de grandes áreas agricultáveis” (ALMEIDA *et al.*, 2008, p. 09). Isso força, por exemplo, as famílias a arrendarem, alugarem ou mesmo venderem suas propriedades. Esse processo interfere nas relações de produção internas das comunidades, desagregando, portanto, as articulações locais em termos de empregabilidade.

Sendo assim, dada a postura de cobrança e criticidade que o senhor Wilson e outros compadres demonstram frente aos interesses das empresas de eucalipto na comunidade, o memorialista diz “eles não dá muito bem com a gente”, pois o sr. Wilson e muitos outros “conhecem a realidade”, o que significa, dentre outras coisas, que os sujeitos têm plena consciência dos diferentes impactos da relação empresa versus comunidade.

Essa consciência é “passada” – “nós passamos pros nossos filhos” – ou seja, transmitida, dialogada e, por isso, converte-se em experiência partilhada, assim como converte-se em aprendizado. De suas lembranças, o sr. Zeco registrou, nos seus cadernos, o momento em que empresas de eucalipto começaram a comprar terras na região e estabelecer convênios com o Poder Público e, por conseguinte, avançar não só em Arara, mas também sobre outras comunidades locais:

É com imensa tristeza que eu pego em minha caneta para solicitar atenção às autoridades Municipais, Estaduais e Federais. Um grande descaso que está acontecendo nas nossas regiões do nosso extremo sul da Bahia, esse convênio que nosso Governo fez com essas empresas de grande cultivo do maldito eucalipto extremo sul da Bahia vem nos trazendo um grande impacto para nós brasileiros nascidos e permanentes no nosso Extremo Sul. (ZECO, diário)

Um dos efeitos tem relação com o que ele entende como falsas promessas e ilusões:

Em primeiro lugar, as empresas fizeram média com os tais de corretores de terra. E ali os malditos corretores ficavam de rua em rua, de esquina em esquina, iludindo um e outro com propostas falsas e o povo achava que essas propostas eram vantagens, mas *no futuro foi desvantagem para os nossos filhos do homem e da mulher.* (ZECO, diário – grifos meus)

A posição de sr. Zeco perfaz o que Cerqueira Netto e Silva (2008) chamam de “rendição” de proprietários relativamente à venda de suas propriedades às grandes empresas de eucalipto, dadas as profundas alterações que a monocultura propicia socioeconomicamente, forçando, dessa maneira, muitos agricultores a arrendarem suas terras ou mesmo por vendendo-as total ou parcialmente. Esse processo desarticula as relações de trabalho na comunidade, já que vaqueiros, agricultores e outros dependem de serviços que são realizados internamente, como explica muito bem o próprio sr. Zeco:

O que é que o eucalipto faz: desagrega as famílias os vizinhos não pode ter seu jegue para transportar seu produto não pode criar galinha não pode criar sua vaquinha. E eles fazem o seguinte vão espalham panfleto anunciando rios de empregos e quando acaba não resistem o peão seis mês um ano aí eles com o sistema tecnológico e cabra fica com a cara para o ar. (ZECO, 2020)

Narrar envolve, como vemos, posicionar-se e Zeco, por exemplo, sempre observa a relação ou percebe os efeitos nas diferentes temporalidades: contar o passado, sentir os efeitos no presente, intuir o futuro. Essa articulação não é nada simples, uma vez que a aparente unidade da memória individual se desvela, na verdade, na multiplicidade de pontos de vista, em diferentes deslocamentos, complexo de convergências que, por vezes, podem confundir, alterar, intervir ou estabelecer outras versões daquela que o indivíduo crê possuir (BOSI, 2004). Por isso, retomo uma fala do sr. Wilson que expressa muito bem a natureza “transmissional” da memória no sentido benjaminiano:

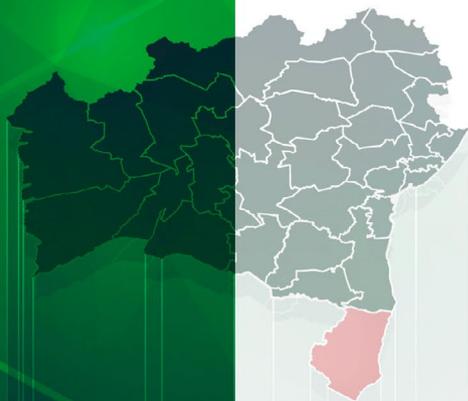


Essa história que tinha aqui era bom que você viesse aqui que tinha as pessoas mais mais velha do que a gente esse é que tem mesmo história ... mas a gente falha muito a IDAde num já atrapalha muito ... mas aqueles mesmo que viu a... nós muitas histórias que a gente contou é que quem viu foram nossos avós nossos pais que contou pra gente aqueles tios mais velhos de agente. (WILSON, 2020)

Infelizmente, quando comecei a pesquisa em Arara, muitos já eram falecidos. São esses sujeitos ou “as pessoas mais velha” que sr. Wilson menciona, assim mesmo ele é consciente de que “herdou” tantas histórias de seus pais, tios e avós. Essas perdas são irreparáveis do ponto de vista da memória, pois muitas imagens, pistas, rastros e outros elementos poderiam propiciar outras visões dos acontecimentos ou, como diria Walter Benjamin, outro despertar (BENJAMIN, 2018).

Em função disso, é preciso lembrar que este estudo aceita as limitações e aberturas naturais das lembranças e dos sujeitos sem incorrer em idealizações, bem como não pretende ser uma versão única da história da comunidade, nem mesmo tratar o discurso analítico como interpretação da verdade narrativa. Menos ainda “ensinar” aos sujeitos acerca de suas próprias identidades. Essas identidades, com efeito, também se constituem na linguagem, em uma trama costurada ao longo da história de cada sujeito no momento em que nomeia a si, aos outros e às coisas, porquanto “já no homem, essa essência corresponde às suas palavras, e ainda: o homem expressa a sua essência espiritual apenas na medida em que ele nomeia as demais coisas” (SELIGMANN-SILVA, 2020, p. 69).

Os atuais velhos assumem uma outra posição que, muitas vezes, resulta em um processo de comparação entre diferentes momentos da vida, como fez dona Pedrina ao dizer que “Arara era muito era muito divertido... Arara era muito divertido nos tempos dos velhos...” e esse tempo dos velhos parece indicar a ela e a nós, no tempo presente, rupturas e grandes mudanças nos modos de viver. Ela se tornara



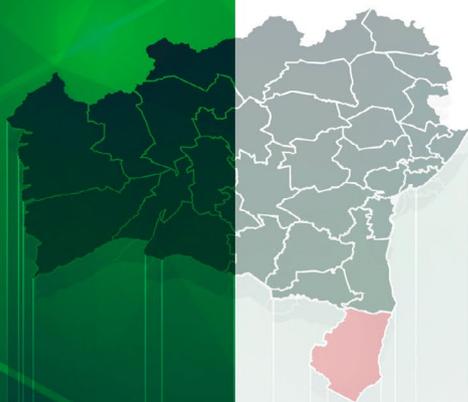
uma “nova” velha, alguém que assume o papel exercido pelos velhos de outrora.

Isso porque nem todos os velhos e velhas sentiam-se como narradores, como sujeitos dotados de experiências suficiente ou portadores de um arquivo de histórias que os colocariam na posição de narradores, tal como é o caso de dona Pedrina, quando fala mais uma vez do “tempo dos mais velhos”, daqueles que nascidos e criados em Arara trabalhavam na fazenda Cascata e, portanto, tinham na memória tantas outras histórias, agora enterradas no tempo:

Pois é... a história da Cascata é bonito no tempo do do dos mais velhos dos idosos que morava ali era muito afamado ali da Cascata... mas tinha muita festa ali também... mas tinha muita festa ali também A Celita que morava lá... ela aora mora na Serrinha... ela fazia muita festa lá... muita festa também. (PEDRINA, 2020)

Apesar disso, foram longas as nossas conversas e rico o inventário de histórias que me confiou, assim como o foi com suas irmãs e irmão. Infelizmente, dona Pedrina faleceu em 25 de março de 2021 enquanto eu escrevia, justamente, sobre as tantas lembranças e histórias que havia me contado. Na verdade, para a família Conceição Silva – dona Pedrina, dona Sinéis, dona Maria Benedita, dona Graci e sr. Eusébio – contar as histórias da família e da comunidade foi uma experiência nova. São papéis sociais que se constroem no decurso das vivências. Por tudo isso, tanto este capítulo quanto a tese são dedicados a estes senhores e senhoras trabalhadores/as camponeses/as, já que a pesquisa com memória social de velhos também cumpre o papel de perenizar um pouco suas identidades sociais, porque este tipo de investigação, em especial, lida diretamente com a vida pulsante, com os afetos, com a intimidade e com a natureza inesgotável das narrativas de cada indivíduo.

A perda de dona Pedrina a coloca no rol dos velhos que deixaram saudades e muitas histórias. Fiquei sobremaneira triste por sua



partida, embora esperançoso de que suas lembranças, que são parte do sustentáculo deste estudo e da tese como um todo, pudessem se perenizar ou, ao menos, dispor dos registros das estórias que contou. Com efeito, quando a conheci, ela não se sentia uma narradora<sup>46</sup> e não achava que suas histórias pessoais pudessem ter importância, mas, como resultado, tive não só boas e longas horas de conversas, como um farto material mnemônico, lembranças e representações que propiciaram, dentre tantas coisas, a compreensão das mudanças da comunidade ao longo do tempo, dos hábitos e vivências dos moradores, além de inúmeros elementos do cotidiano da vida ao longo da história de Arara.

Alocar-se em diferentes posições narrativas é fundamental para a compreensão do papel dos sujeitos na comunidade e na reelaboração do próprio passado e do passado coletivo, já que “os participantes de uma interação posicionam a si mesmos e aos outros por meio daquilo que dizem (ato locucionário<sup>47</sup>) e de como o dizem (ato ilocucionário<sup>48</sup>)” (FLANNERY, 2015, p. 36). Daí a necessidade de também se pensar como os velhos de Arara posicionam os demais atores/personagens nos relatos. As memórias, em suas diferentes imagens e representações, podem revelar o “lugar” que é dado a cada um por eles mesmos. Porque chegamos à essa questão, urge considerar as

## SUMÁRIO



46 Exponho esse pensamento relacionado ao fato de como a narração de sr. Zeco, Zuza e Wilson é mais pulsional, no sentido psicanalítico utilizado por Gagnebin (2014), isto é, há um impulso natural por contar, sentem-se narradores e nessa função. Diferentes de outros memorialistas de minha tese, como a própria sra. Pedrina, que não se sentia uma “contadora” ou detentora de uma experiência para assumir tal função. No entanto, de modo direto ou não, todos expressaram certo temor quanto ao esfacelamento das memórias, isto é, de que tudo caísse no esquecimento.

47 Na filosofia da linguagem de John L. Austin (1990), o ato locucionário refere-se ao dito, ao conteúdo do dizer, à palavra enunciada, em suma, à manifestação material escrita ou sonora da linguagem.

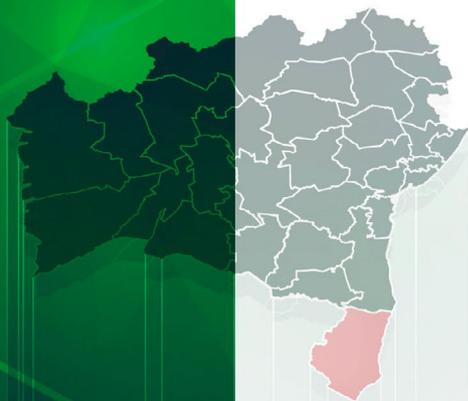
48 Para Austin (1990), o ato ilocucionário exprime o ato de linguagem produzido na enunciação. Esses atos exprimem as intenções comunicativas – promessas, negação, afirmação, dúvida etc. Esses atos de fala provocam efeitos, que são os atos perlocucionários ou performativos, ou seja, se ação gera uma reação, quem enuncia age e produz uma reação no interlocutor.

proposições de Walter Benjamin e o seguinte postulado de Ecléa Bosi (2004) sobre a posição narrativa dos velhos:

Bem outra seria a situação do velho, do homem que já viveu sua vida. Ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho, ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma de sua vida. (BOSI, 2004, p. 60)

Isso mostra que a posição narrativa dos velhos exige o trabalho da rememoração como um processo contínuo de tessitura da própria identidade e história. Porém, esse postulado de Bosi (2004) soma-se ao seguinte, o qual pretendo tensionar, a saber: “há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar” (BOSI, 2004, p. 63). Todavia, os graus de expectativa sobre a função dos velhos como portadores da lembrança não são os mesmos em toda parte (BOSI, 2004).

Destaco da argumentação de Bosi (2004) o fato de que o idoso não é mais produtivo ou um sujeito ativo na sociedade. Assumir a posição de narrador, de alguém que só resta lembrar e contar por não apresentar mais uma função “propulsora” encapsulam a figura do velho a alguém sempre na expectativa de ser ouvido, de alguém que venha a se interessar pelo passado, por suas histórias, em suma, colocando-o em uma função social mais passiva.



Além de Bosi (2004), Almeida (2018) endossa a função narrativa do idoso por não mais trabalhar e Márcia Dropa (2016)<sup>49</sup> também retoma essas questões apresentando a visão de que a função do narrar se sobressalta em função do idoso não mais atuar na vida de trabalho. Para essa pesquisadora, “é importante retomar a narração do idoso, que em função de tempo de trabalho encerrado, vive um tempo diferente daquele que viveu no período que produzia. Ele não faz mais parte do tempo econômico, da luta pela sobrevivência e pelo sucesso concorrencial” (DROPA, 2016, p. 38). Por outro lado, coaduno com as afirmativas de Dropa (2016) quanto ao processo de interlocução com a narração de idosos, enquanto sujeitos sociais, uma vez que:

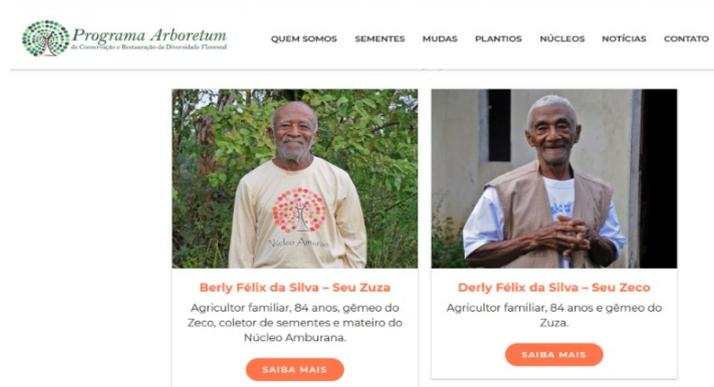
Mesmo as formas tradicionais de contar, das lembranças compartilhadas e da memória coletiva tenham sido esquecidas, desapareceu também a escuta paciente e respeitosa dos velhos. Benjamin não diz que isso tem que ser recuperado, até porque o desenvolvimento capitalista e técnico da modernidade e da contemporaneidade, não permite esta volta ao passado, as formas comunitárias de vida. (DROPA, 2016, p. 38)

Pensando essa realidade no contexto em estudo, por exemplo, os velhos, especialmente dona Eloisa, sr. Wilson, sr. Zuza e sr. Zeco foram as pessoas que começaram, nos últimos anos, compartilhando as histórias da comunidade em atividades pedagógicas, como se vê o exemplo abaixo:

49 A pesquisa interessantíssima e fundamental para o estudo da memória no contexto contemporâneo empreendida pela referida pesquisadora valeu-se da narrativa de idosos para melhor conhecer e aventar lembranças, memórias e informações sobre inúmeros prédios públicos antigos no contexto pesquisado. A lembrança de velhos é fonte para o trabalho de rememoração e busca dos rastros sobre o passado de diferentes lugares de memória. A função social dessa rememoração é trabalhada em relação à educação patrimonial, fortemente enriquecida não só pelo trabalho documental e historiográfico, mas também pela evocação de imagens, fatos, acontecimentos e outros elementos que formam a “substância social” da memória, como diz Bosi (2004). A autora apoia-se na filosofia da memória e da história de Walter Benjamin para compreender esse processo de reconstrução da memória social dos lugares via memória de velhos. Para efeitos deste capítulo, apenas tensiono e contra-argumento em relação ao postulado sobre a posição narrativa dos velhos.



Imagem 05 - Equipe do Núcleo Amburana.



Fonte: Programa Arboretum<sup>50</sup>.

Zuza e Zeco participavam da equipe do programa *Arboretum*<sup>51</sup>, especialmente, na produção de mudas e catalogação das espécies nativas da Mata Atlântica. Em 2017, quando executei um projeto escolar na comunidade<sup>52</sup>, essa função socializadora e narrativa dos velhos ficou patente para mim, como, a seguir, temos dona Eloisa e seu Zuza no momento em que iam começar a palestrar e contar histórias para os (as) estudantes. Em outros termos, para uma parte dos moradores mais velhos, atividades assim eram prazerosos espaços de escuta, espaços nos quais as histórias da comunidade, que confundem com as suas histórias pessoais, pudessem ser protagonistas e valorizadas:

## SUMÁRIO

50 Disponível em: < <https://www.programaarboretum.eco.br/nucleo/46/nucleo-amburana> >. Acesso em: 20 mar. 2021.

51 O trabalho do programa começou em 2017 com a capacitação de coletores de sementes, na qual sr. Zeco, Zuza e Wilson, como mateiros e conhecedores dos biomas da Mata Atlântica, prestam serviços que ajudam na preservação de saberes locais e difusão aos mais jovens. Disponível em: < <https://www.programaarboretum.eco.br/nucleo/46/nucleo-amburana> >. Acesso em: 20 mar. 2021.

52 Foi, justamente, a partir deste projeto escolar que nasceu o projeto de tese e a investigação sobre os sentidos de comunidade a partir da memória de velhos.

Imagem 06 - Palestra dos velhos em Arara em 2017.

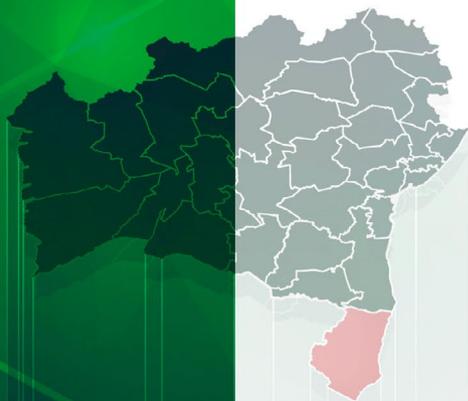


Fonte: Bougleux Bomjardim da Silva Carmo (2017).

Há alguns anos, dona Eloisa criou a Associação de Mulheres de Arara com o intuito de buscar resolver questões atinentes às necessidades das trabalhadoras, bem como cobrar das empresas de eucalipto ações que beneficiassem a comunidade. Atualmente, permanece como presidenta de honra da referida associação:

Foi preciso criar [a associação] porque a gente tinha necessidade diante eles... nós somos esquecido viu? eles faz certas coisas de certas partes pra lá mas pra cá não pra cá era muito esquecido... aí eu digo pra alegrar vamo fazer um um associação de mulher porque as mulher também precisam trabalhar... precisam também de seu pé de serviço então vamos fazer... e eu como GRAÇAS a deus eu trabalho desde pequena né? tinha essa prefixo arranjei tudo direitinho tudo direitinho... correu tudo direitinho graças a Deus ai eu digo "vamos chamar as firmas pra ajudar" nesses tempos era a Fibria... ela tá fazendo o serviço encostado na gente ela tem o direito de ajudar (ELOISA, 2020)

Diante desses fatos, pretendo, portanto, contrapor à ideia de velho como eminente narrador apenas por estar afastado das atividades



cotidianas, do trabalho, do ciclo econômico ou das ações produtivas como um todo. Essa imagem não se adequa à realidade dos sujeitos da comunidade de Arara: seus velhos continuam a trabalhar de algum modo, a gerenciar e a participar ativamente do cotidiano de suas famílias e, em grande medida, das ações coletivas. Mesm o aqueles e aquelas que, por questões de saúde não estejam diretamente envolvidos na produção agrícola ou no trabalho braçal, estão ainda, de forma direta ou não, participando das decisões coletivas, dos destinos de suas famílias e da própria comunidade.

São, na verdade, “propulsores” de muitas ações no âmbito familiar e da comunidade, são chamados (as) a opinar e se posicionar, não apenas ajudam, isto é, é preciso lembrar que a categoria “ajuda” deve ser tensionada. No caso de Arara é diferente: a maioria ainda produz, somente em casos de saúde, como a cegueira de sr. Wilson e seu Zeco, por exemplo, impedem o idoso do trabalho para consumo próprio na produção agrícola.

Há o trabalho doméstico, as pequenas produções, o trabalho gerencial relativo aos problemas cotidianos, enfim, uma série de ações que impelem esses homens e mulheres a continuarem ativos como trabalhadores (as) e como narradores (as). Esta última, como posição que começa a se consolidar diante não só da comunidade, mas das pessoas, pesquisadores, instituições e outros agentes externos à comunidade que têm buscado conhecer Arara. Tudo isso leva à reflexão acerca do narrar:

Como descrever esta atividade narradora que salvaria o passado, mas saberia resistir à tentação de preencher suas faltas e de sufocar seus silêncios? Qual seria esta narração salvadora que preservaria, não obstante, a irredutibilidade do passado, que saberia deixa-lo inacabado, assim como, igualmente, saberia respeitar a imprevisibilidade do presente? Uma narração cuja dinâmica profunda não deixa de lembrar esse movimento paradoxal de restauração e de abertura que descreve o conceito benjaminiano de origem. (GAGNEBIN, 2013, p. 63)

## SUMÁRIO

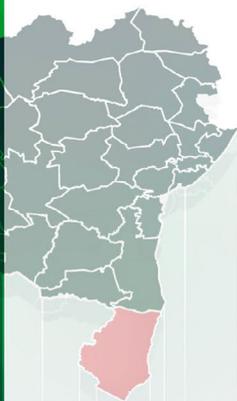


Com efeito, segundo Costa (2019), a zona rural tem maior número de aposentados em relação ao número da zona urbana, mas a situação de vulnerabilidade no meio rural obriga as pessoas trabalharem bem mais cedo e, mesmo depois de aposentados (as), continuam a trabalhar para manter as condições de sobrevivência. No entanto, há muito mais beneficiários da Previdência Social no meio rural do que na zona urbana, visto a população desta última ser muito maior (COSTA, 2017).

Assim mesmo, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que no Nordeste concentram-se a maior quantidade de trabalhadores da agricultura familiar em regiões nas quais, consoante dados de 2006 a 2017, “cerca de 50% das pessoas ocupadas estavam na agricultura familiar, em que a renda gerada pela maioria dos estabelecimentos familiares é inferior à linha da pobreza” (IPEA, 2018, p. 21). Revelam também o aumento do envelhecimento na zona rural e maior evasão de trabalhadores abaixo dos 45 anos para a zona urbana, certamente, em busca de melhores oportunidades de trabalho, visto que “a região Nordeste apresentou uma agricultura mais desigual, concentrando grande parcela da pobreza rural, embora também tenha observado um desenvolvimento dual (existência de setores modernos e atrasados no mesmo espaço econômico)” (IPEA, 2018, p. 23).

Isso força, por exemplo, a necessidade de os velhos continuarem na vida ativa do trabalho mesmo aposentados, já que a maior parte de seus filhos ou filhas não se mantém na zona rural. Além disso, “o cenário revela o forte caráter de subsídio da previdência rural, principalmente na região Nordeste” (IPEA, 2018, p. 24), o que, segundo o referido Instituto, a concessão do benefício previdenciário tem forte caráter de política assistencialista. No caso dos velhos de Arara, torna-se um complemento seguro diante da precariedade das políticas públicas relativas à agricultura familiar. Senhor Zeco e Wilson, devido o glauco-

## SUMÁRIO



ma, já não trabalham nos roçados e senhor Zuza apenas na produção de hortaliças, assim não conseguem mais produzir para participarem do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA<sup>53</sup>, por exemplo.

A necessidade de continuar trabalhando é reforçada no levantamento<sup>54</sup> realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) expõem o quadro preocupante em relação às pessoas idosas, qual seja: continuar trabalhando para complementar a renda, pois o benefício previdenciário é insuficiente para pagar as contas. Os dados coletados nas capitais mostram que 70% dos idosos são aposentados e deste total 21% ainda trabalham para manter-se ocupada e sentir-se produtiva.

Portanto, tanto na zona rural quanto urbana, os velhos e velhas – idosos como categoria social – enfrentam situações de vulnerabilidade que os forçam a se manterem ativos mesmo após aposentadoria. Essa brevíssima incursão sobre alguns dados serve para indicar que, diferente dos velhos narradores de Bosi (2004) - em sua fundamental e seminal pesquisa sobre a condição psicossocial da memória - que eram aposentados, de fato, já fora do contexto do trabalho, essa condição mudou ao longo dos anos. Por esse motivo foi necessário reposicionar a situação do velho como um narrador apenas em função de sua saída do contexto de trabalho.

## SUMÁRIO



53 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil. Por meio dessa iniciativa, agricultores, cooperativas e associações vendam seus produtos para órgãos públicos [...] Por meio do programa, os órgãos compram os alimentos da agricultura familiar, sem necessidade de licitação, e os destinam às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, à rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>>. Acesso em: 20 set. 2021.

54 Disponível em: < <https://site.cndl.org.br/mesmo-aposentados-21-dos-idosos-continuam-trabalhando-revela-pesquisa-cndlspc-brasil/>>. Acesso em: 20 abril. 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos entender por vida produtiva mais do que apenas o trabalho rotineiro centrado na realização de determinada função em um tempo específico, mas, ao contrário, entende-la como toda a ação que envolve a participação do sujeito nos processos decisórios, nas atividades gerenciais na família, nos espaços sociais de negociação coletiva, o que implica atitude mais ativa diante do contexto em que se insere, por exemplo. Tal é o caso dos velhos de Arara que assumem diferentes posições narrativas, sociais e identitárias no interior da comunidade. A construção dessas posições é de ordem da subjetividade e depende da relação de cada sujeito com suas experiências e expectativas frente à comunidade e à imagem que fazem de si mesmos, o que exige um olhar sobre as singularidades contextuais.

Mais recentemente, mostra-se que os papéis sociais dos velhos, em geral, continuam alterando-se, forçando-os a se manterem na roda produtiva por muito mais tempo. Assim o é com muitos velhos e velhas de Arara: estão a contribuir de alguma maneira para o sustento ou gerenciamento de suas famílias, assim como muitos de seus filhos e filhas trabalham em Teixeira de Freitas e, diante das poucas políticas públicas deste município em relação à comunidade, esses sujeitos participam, cabe mencionar, junto à Associação de Moradores de Arara na resolução de problemas coletivos.

A memória coletiva em Arara parece encontrar-se no limite das formas de experiência narrativa, como explanado por Walter Benjamin, pois, em primeiro lugar, há a presença de uma narração memorial, ainda que meio fragmentada, porém a comunidade também é fragmentada nos modos de sua articulação fundiária, organizacional, familiar, não sendo uma “comunidade” no sentido estrito ou tradicional para



o termo<sup>55</sup>, embora haja ligações familiares, afetivas etc. Em segundo, importa evidenciar que, ao velho de Arara, não resta somente a função de contar. Certamente, ao velho campesino, o tempo de permanência no ciclo econômico, nas ações da gestão familiar, nos processos de resolução dos problemas cotidianos e, muitas vezes, por sua função de sustento econômico da família os tornam não só narradores, mas sujeitos ativos partícipes das várias ações e processos decisórios nas esferas privada e coletiva.

Em Arara, o narrar não é a sobra das funcionalidades perdidas, é mais uma que se soma ao seu cotidiano, se as demais pessoas forem sensíveis a esse papel fundamental de guardar a memória, de mediar a cultura, de traçar pontes entre gerações, de resgatar pistas de acontecimentos perdidos no rio do esquecimento, de confiar aos demais, por vezes, uma vida inteira de experiências. Quem não os ouve, é quem perde e se ensurdece.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiara Messias; MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos; MOREAU, Maurício Santana; PIRES, Mônica de Moura; FONTES, Ednice de Oliveira; GÓES, Liliane Matos. Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. *Soc. Nat.*, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 5-18, Dec. 2008.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

55 Essa questão é justamente o tópico central aprofundado na tese, isto é, relativamente ao conceito de comunidade, suas tensões e problemas, bem como os sentidos de comunidade atribuídos pelos sujeitos desta pesquisa. Resultante desse processo, problematizo o conceito de comunidade naquilo que o trabalho da rememoração permitiu explicitar, bem como lançando mão do olhar sociológico e pós-colonial para compreensão dos elementos e instâncias que o circunscrevem a partir das narrativas sobre a comunidade Arara.



SUMÁRIO

AQUINO, Maria Elisabete Sobral Paiva; PORPINO, Karenine de Oliveira. Dançando, cantando e contando histórias, os velhos do Mato Grande/RN educam através dos gestos e da oralidade. *HOLOS*, Natal, n. 05, p. 22-31, 2014.

BARROS, Janaína C.; BARROS, Myriam Moraes de Lins de. Memórias de Velhos: Rememorando a Trajetória de Vida e a Sociabilidade nas Relações Familiares. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 17, n. 04, pp. 337-358, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BENJAMIN, Walter (1892-1940). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 01).

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. 2 ed. Organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira Willi Bole. Tradução do alemão Irene Aron, tradução do francês Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

BEZERRA, Daniele Borges; LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. Velhice, identidade e memória: Diálogos entre saúde e cultura a favor da manutenção de identidades. *Cadernos do Tempo Presente*, Sergipe, n. 13, p. 60-70, jul. /set., 2013.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Santa Catarina, v. 02, n. 01, p. 68-80, 2005.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Eucaliptização: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia? *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 3, n. 6, 2008.

CARMO, Bougleux Bomjardim da Silva. Batuques and toadas in discursive lineages: memory of elderly from arara and topic organization in a conversation. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 4, p. e496, 30 Sep. 2021.

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2015.

SUMÁRIO

COSTA, Gilberto. *Ipea - número de aposentadorias rurais é maior que a população declarada*: estudo comparou dados de trabalhadores urbanos e do campo. 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34089](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34089)>. Acesso em: 20 abril. 2021.

DEBERT, Guita Grin. Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 49-67.

DROPA, Marcia Maria. *A narrativa dos idosos: análise a partir de Walter Benjamin – uma contribuição para a educação patrimonial de Ponta Grossa - PR*. 2016. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Memória e velhice: do lugar da lembrança. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 207-222.

FLANNERY, Mércia Regina Santana. *Uma introdução à análise linguística de narrativa oral*: abordagens e modelos. Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada v. 42. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

FREITAS, Claudia Daniela Nascimento de. *Memórias dos velhos do Parque Riachuelo I*. Relatório final PIBIC/PAIC, p. 01-20, 2015-2016.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA. *Texto para discussão*. Brasília: Rio de Janeiro; IPEA, 2018. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34089](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34089)>. Acesso em: 20 abril 2021.

JARDIN, Luis Eduardo França. Psicologia social e pesquisa com memórias: método e reparação de danos da ditadura civil-militar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, n. esp., p. 103-115, 2017.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Enraizamento, pertença e ação cultural. *Revista Cronos*, Natal, v. 2, n. 1, p. 131-137, 16 fev. 2017.

LIRA, Silvano Fidelis de. *Memória e sensibilidades, narrativas que contam vidas*: histórias do ciclo do agave em Cubati - PB. 2012. 79 f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MAGALHÃES, Pablo Michel. Os lugares de memória e a construção do cotidiano urbano na interação rio e cidade em Juazeiro/BA. *Escritas*, Tocantins, v. 08 n. 01, p. 211-225, 2016.

MARINHO, Maykon dos Santos. Memória e envelhecimento: uma breve reflexão sobre a função da memória na velhice. *Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 178, p. 115-124, p. 2016.

PRETI, Dino (org.). *O discurso oral culto*. 3 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005 (projetos Paralelos, v. 02).

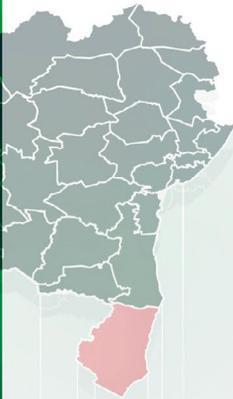
POLTRONIERI, Cristiane de Fátima. *Rememorando vidas: lembranças de velhos trabalhadores*. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. 2014.

SANTOS, Sheila Castro dos; COQUEIRO, João Carlos Pereira. A paisagem e o lugar percebidos pela memória. *Revista Igarapé*, Porto Velho, v. 05, n.01, p. 175-180, 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o livro mundo: Walter Benjamin romantismo e crítica poética*. 2 ed. São Paulo: Iluminuras, 2020.

VALENÇA, Tatiane Dias Casimiro; REIS, Luciana Araújo dos. Memória e história de vida: dando voz às pessoas idosas. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 18, n. 02, pp. 265-281, 2015.

## SUMÁRIO



# 4

Parte

**RETRATOS  
E DIÁLOGOS  
EM ANTROPOLOGIA**

# 16

*May Waddington Telles Ribeiro*

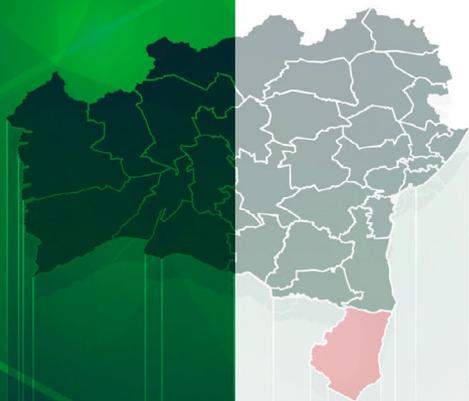
**O JOGO DE ESPELHOS  
DA MEMÓRIA  
SOBRE O LUGAR:**  
*o que se revela  
e obscurece no encontro  
de diferentes processos  
de territorialização sobre  
o distrito do Vale Verde,  
em Porto Seguro*

## O LUGAR

Ao me instalar como docente em Porto Seguro, durante o esforço inicial de construção da Universidade Federal do Sul da Bahia, fui tomada por uma grande angústia diante da necessidade de apresentar propostas de pesquisa às instituições de fomento sem conhecer a região e seus moradores. Meu compromisso antropológico com objetos concretos no mundo social e ambiental se contorcia diante da formulação em abstrato de um projeto sobre um lugar do qual nada sabia. Foram os alunos e seus trabalhos nos componentes da graduação nos Bacharelados Interdisciplinares da UFSB a minha “chave de entrada” na nova realidade e, gradualmente, promoveram minha inserção me situando no novo universo social.

Este era povoado por indígenas pataxó e tupinambá, negros, pescadores, agricultores, fazendeiros e pecuaristas, empresários da hotelaria e do turismo de praia e imigrantes urbanos dos mais diferentes matizes de “neo-rurais”<sup>56</sup> que variavam desde *ex-hippies* que acederam ao local a partir dos anos 70, a aposentados de diversas cidades grandes e cidades médias do interior (em especial, de Minas Gerais), mas também do exterior (principalmente da Itália). Tratava-se de um território multicultural, multifacetado, no entrecruzamento de diferentes dinâmicas econômicas, políticas e demográficas daquilo que se convencionou chamar de processo de desenvolvimento. O resultado era a disposição estratificada de grupos sociais diversificados em suas identidades, interesses, vulnerabilidades, níveis de renda e

56 Designação atribuída a pessoas que migram de situações urbanas para o meio rural. Inicialmente analisado na França (MENDRAS, 1979 entre outros) como uma “nostalgia da rusticidade” ou uma crítica romântica ao modelo moderno-desenvolvimentista, remeteu à análise de uma reconfiguração do espaço rural como o acesso ao trânsito e à tecnologias que produzem novas condições de vida e de comutação, alterando “a desgastada oposição tradicional/moderno” (GIULIANI, 1991). O fenômeno é analisado, no Brasil, por Giuliani (1990) e Carneiro (2011) que descreve relações sociais e conflitos entre novos moradores e donos de pousada ambientalmente inclinados e agricultores locais.



formas de produção, no mesmo conturbado e disputado espaço. Sobre essas dinâmicas locais entravam em disputam discursos e narrativas que acomodavam ou escamoteavam conflitos socioambientais, conduzindo as políticas territoriais e políticas públicas de acordo com arranjos multissetoriais, regionais, nacionais e internacionais.

Foi com os alunos, que desde o início demonstravam o interesse pelo campesinato, por conflitos socioambientais e por disputas territoriais, que me aproximei do Distrito do Vale Verde, criando o Grupo de Pesquisa “Dinâmicas Territoriais e Ruralidades Contemporâneas”. Alugamos, no quadrado central da sede desse distrito, uma casinha cor de rosa que reformamos coletivamente e a partir de onde começamos a observar o cotidiano local e a nos inserir nesse ambiente social. Inspirada pela forma como Max Gluckman dividia tarefas entre seus alunos, trabalhamos sempre como um grupo que acomodava interesses de pesquisa individuais e diversos, ao longo de cinco anos a partir de 2015, em constantes viagens de inserção nas dezesseis comunidades que circundam o Parque Nacional do Pau Brasil, participando de festejos religiosos e comemorações, mas também do cotidiano normal dos agricultores em suas roças e feiras, almoços e resolução de questões burocráticas, cursos e reuniões. Ao invés de nos limitarmos por uma metodologia restrita à etnografia clássica inglesa, apelamos – mais ao estilo de Marcel Griaule - para uma diversidade de técnicas de levantamento de dados, desenvolvendo atividades como filmagens, surveys com questionários, visitação, entrevistas, levantamento de documentos pessoais, inventários patrimoniais para além da observação etnográfica. Esse esforço coletivo resultou em três trabalhos de conclusão de curso (TCC) em torno de festas religiosas (Andrade (2017), Brito (2019) e Aranha (2020)); um TCC sobre conflitos territoriais entre indígenas e fazendeiros (RAFAELLO, 2017) que depois se materializou em uma dissertação (2020); dois trabalhos sobre memória ambiental, sendo um Relatório PIBIC com anciãos e outro que também serviu como base para um TCC e capítulo de livro sobre a relação entre o crescimento da

## SUMÁRIO



violência entre de jovens e as expectativas de educação superior trazidas pela UFSB (LOPES 2018; 2019); uma dissertação sobre o acesso de camponeses à justiça (TOSATI PASSOS, 2018), outra acerca dos efeitos das políticas territoriais sobre o distrito (CALLEGARIS, 2020) e, ainda em andamento, temos duas dissertações (BRITO; LOPES, em desenvolvimento), um trabalho de doutoramento sobre disputas territoriais entre Reservas Indígenas e Parques Nacionais (BARBUDA, em desenvolvimento) e outro sobre mulheres em atividade econômica revelando a pluriatividade na região (SILVA, em desenvolvimento).

Sintetizo brevemente neste artigo, o processo de territorialização que desvendamos através da pesquisa da memória dos antigos moradores a partir de lembranças estimuladas e colhidas. Sem reivindicar a verdade fatural do que é dito nas entrevistas, faço o exercício de cotejá-las com dados levantados pela atividade de pesquisa, recorrendo tangencialmente a documentos históricos. O resultado inicial desnaturaliza a imagem do quadrado colorido que, como num cartão postal, se constelou enquanto representação do antigo aldeamento. Através do jogo de lembranças e esquecimentos, desvendamos também a introdução de atores diversos que formam um mosaico de diferentes campesinatos sobre o território, modificando sua paisagem.

## DA “LÉGUA EM QUADRA” AO QUADRADO DO VALE VERDE: A MEMÓRIA NO JOGO DE ESPELHOS CONTRA AS REPRESENTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.

O povoado do Vale Verde é conhecido como o mais antigo aldeamento Jesuítico no Brasil (CANCELA, 2012), tendo sido estabeleci-

SUMÁRIO



do ainda no século XVI<sup>57</sup>. Todos os moradores do quadrado entrevistados se apresentam como descendentes destes índios e afirmam, com energia, “*que isso aqui era uma aldeia, dos índios!*”. Quando perguntamos quais índios, se referem aos Patatiba, nome adotado pela família de seu Jésu, o morador mais antigo do povoado, embora o que se consiga encontrar em registros históricos seja uma variedade maior de etnias entre maxacali, tupinambá, tupiniquim e pataxó.

A sede da antiga Vila do Espírito Santo dos Índios, depois Vila Verde e atualmente Distrito do Vale Verde, é composta por um belo “quadrado jesuítico” cercado de casinhas coloridas, como aquele do famoso destino turístico de Trancoso situado a 40 km de distância. A imagem deste quadrado tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – à semelhança de outros pelo Brasil afora – ergue-se como a representação histórica do antigo aldeamento jesuítico – no caso, o do Espírito Santo dos Índios. Porém, essa imagem acabou por se modificar significativamente na medida em que mergulhamos na memória de seus moradores para procurar reconstituir as dinâmicas territoriais que estes presenciaram.

Diferentemente de Trancoso, por não estar diante da mesma vista esplendorosa para o mar e para as praias brancas com seus ricos coqueirais, o Vale Verde não se projetou internacionalmente para uma elite privilegiada. Apesar de ficar a poucos metros da estrada BA-01 por onde transitam forasteiros endinheirados, o simpático e pitoresco conjunto de casas do quadrado do Vale Verde fica fora de suas vistas. Resulta que, não atraindo o mesmo fluxo de turistas que as vilas à beira mar, diferentemente de Trancoso, suas casas empobrecidas ainda pertencem e são habitadas em sua quase totalidade por moradores nativos, descendentes dos antigos moradores do aldeamento jesuítico. Essas famílias, incluindo seus casamentos

57 A vila foi incluída como parte do conjunto arquitetônico e paisagístico inscrito no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico no momento da rerratificação do perímetro da área de tombamento pela Portaria Ministerial nº140 de 2000.



com outros grupos que chegaram ao território subsequentemente, ocupam também os pequenos bairros periféricos ao quadrado que dividem com algumas famílias hippies (que já foram mais numerosas) e com algum outro forasteiro eventual.

O ritmo da vida comunitária que se manifesta cotidianamente na grama do quadrado atravessado pelo andar alegre das crianças em direção à escola e pela rotina do posto de saúde que abre as portas semanalmente é, de acordo com o calendário católico, alegremente transformado pelos rituais religiosos, com suas procissões e feiras, como também pelas campanhas políticas com seus comícios, barulhentas bandas de axé e paredes de caixas de som financiadas pelos candidatos. Identificamos uma forte circulação dos moradores dos 16 povoados do Distrito entre os festejos católicos de cada padroeiro e percebemos como estes que se vinculam, em uma espécie de apoteose, à festa da Santa no Arraial d' Ajuda. Constatamos que essa grande rede de circulação e visitação extrapola em muito o Distrito estudado, atraindo famílias de fiéis desde o Espírito Santo (como São Mateus e Conceição da Barra) como de Minas Gerais.

Entre os nativos, circula a noção de que o povoado chegou a ser mais importante que a cidade próxima, Arraial d' Ajuda, chegando estes a sugerir que tenha sido até mesmo mais importante que Porto Seguro. Essa importância histórica do lugar é acionada nas conversas com visitantes, nas quais a glória de tempos idos (seguida pela mais triste decadência) é sugerida pelo fato de terem tido o cartório central do município, a sede da Paróquia do Espírito Santo (hoje também em Arraial d' Ajuda) e pela noção de terem abastecido Porto Seguro de alimentos (o que era, no período colonial, a atribuição normal das reduções indígenas, resultando mais de sua submissão do que a qualquer supremacia sobre a urbe que abastecia).

Uma casa de adobe habitada por um senhor solitário e doente me foi indicada como sendo a mais antiga do quadrado. Esta foi, por

## SUMÁRIO



um período, a sede do cartório dirigido por uma italiana, avó de muitos dos moradores mais eminentes do povoado que, apesar de reconhecerem essa descendência, identificam-se primordialmente como índios. A tais informações, segue-se a estória do roubo dos documentos cartoriais que garantiriam a propriedade destas terras aos descendentes do que chamam a aldeia de índios e que explicariam melhor o que houve, mas que foram levados para Salvador:

“Vale Verde tinha o documento todinho, roubaram o documento. Vale Verde não tinha documento? O cara que roubou qual era o nome dele? Eu to esquecido. Foi pra Salvador, não foi? O cara que roubou como era o nome dele? O cara roubou o documento e levou pra salvador e nunca trouxe. O vale verde era documentado dos caboclos. Até hoje! Esse documento tem que ver onde ele botou, no cartório em Salvador”. (Boaventura Palma, 68 anos, ent. Vídeo, maio 2016).

Assim, com duas ou três exceções, os moradores do quadrado são representantes das famílias mais antigas do Vale Verde e se anunciam descendentes de índios, referindo-se à vila como sendo a antiga “Aldeia Patatiba”. Apontam o morador mais idoso, seu “Jésu Patatiba”, dono da mercearia Patatiba, como remanescente mais direto das famílias indígenas. Ao entrevistar o velho senhor de 96 anos, com dificuldades de audição e cuja memória intermitente parecia se acender tremulamente diante de nossas perguntas, ele nos revela que vivia na roça “do outro lado” e que se mudou para o quadrado já com alguma idade, quando o filho comprou o terreno e construiu essa casa. “*Era aldeia do índio. Com certeza. Tinha muito.*” (Jésu, 96 anos, maio 2016).

O mais velho representante da família do quadrado que carrega o nome Patatiba - o nome da etnia registrada na memória local como tendo sido aquela que foi amansada neste aldeamento por padres jesuítas – afirma nasceu “do outro lado” tendo morado perto de sua roça até que seu filho comprasse a casa no quadrado e abrisse o armazém. Informa-nos que havia poucas casas, separadas uma das outras, sendo o centro do quadrado ocupado por um capim alto rara-



mente cortado de onde saíam coelhos, caçados pelas crianças. Mais surpreendentemente, começa a desnaturalizar a imagem contemporânea do quadrado ao afirmar que a igreja era do lado oposto da grande praça onde hoje se ergue a simpática capela, e que:

“Tinha uma casa aqui que chamava a casa grande. Era forrada com uma coroa antiga. Desmancharam ela, era da dona Cousinha, aí desmancharam ela quando ela morreu, nem sei para onde foi aquela coroa, eles moram hoje tudo (inaudível).... Aqui tinha, antigamente, delegacia. Tinha tronco de prender todo mundo. (Jésu, maio 2016)

Tanto seu Jésu como o senhor Boaventura Palma descrevem uma divisão entre “casas de palha” e “casas de telha”, a cada lado do quadrado, que reforça a ideia de estratificação da população contida na descrição acima:

*“O Vale Verde, naquele tempo, era uma parte rua da palha e rua da telha. Nós jogava bola e fazia um time, rua da palha e rua da telha. Hoje o Vale verde não tem mais casa de palha, Era quase tudo da palha porque era todo mundo fraco”. (Seu Boaventura)*

*“De um lado tinha mais telha do que palha e do outro mais palha do que telha” (Seu Jesu).*

Diversas entrevistas confirmaram a lembrança do senhor Patatiba quanto à formação menos densa do quadrado, com poucas casas de barro (*supapo*) e telhados de palha ou palha tecida<sup>58</sup>, muito capim alto no meio do quadrado, e a igreja próxima do jameiro que ainda enfeita o lado oposto da praça. O depoimento de Dona Aldacy, 60 anos, nos dá uma noção clara da sequência de transformações das casinhas de palha em casinhas coloridas, consideradas históricas as condições de possibilidade que os moradores tiveram para fazê-las, e que examinaremos nesse capítulo. Hoje, D. Aldacy habita uma das casinhas tombadas do quadrado que tem a metade das paredes de

58 Uma fotografia do quadrado de Trancoso, nos arquivos do IPHAN, retrata aquele quadrado também composto quase completamente por casas de palha.



alvenaria e outra metade de adobe, vizinha à irmã que mora na casa de adobe construída pelo finado pai. No entanto, sua primeira casa no quadrado, ao lado da casa do pai, era de coberta de palha. A casa atual foi reformada inicialmente com o dinheiro da venda das terras herdadas do pai (paredes de adobe) e a outra metade por uma filha empregada como professora (paredes de alvenaria).

Os moradores da “rua de palha” estavam situados no lado do quadrado que beirava o penhasco e cada morador manejava uma faixa de terra que descia para a margem do rio Buranhém. Do outro lado do quadrado se localizam as casas mais antigas, como o antigo cartório da italiana. Na extremidade onde havia a igreja demolida, havia também o “tronco” e a delegacia, como a casa grande com “coroa” que foi demolida. Atualmente, a igreja, situada no outro extremo, tem a Escola Municipal Manoel Carneiro Ribeiro, o Posto de Saúde e a Associação de Moradores ao fundo.

As entrevistas também confirmam que havia outras moradias que se situavam mais próximas às áreas das roças “do outro lado do asfalto”, no Bairro da Bica. Também se estendiam ao leste, próximas ao campo antigo de futebol. Fica claro o quanto as terras e moradores que a antiga vila centralizava se estendiam bem além do simpático quadrado em uma dinâmica que abrangia um território muito mais vasto, a “légua em quadra” característica de aldeamentos de indígenas pela Igreja:

“O Vale Verde era um Patrimônio de uma légua em quadra. Isso era muita terra. Tem um marco ali, que era um braço de pesar pau-brasil, mas o pessoal nunca limpou o marco de ferro, mas está lá. Era a extrema do Vale Verde”. (Boaventura Palma, maio 2016)

Essa medida histórica de quadra de terras concedidas aos aldeamentos poderia variar entre 3600 a 4356 hectares, dependendo da região, equivalendo a 6 km ou 6,6 km quadrados. Era a área comumente concedida à Igreja para o seu trabalho, bem além de amansar

## SUMÁRIO



grupos indígenas hostis através da catequese e sedentarizá-los para que estes abastecessem de farinha os centros urbanos como Porto Seguro. A atividade da roça era central à dinâmica da vida no distrito e a sede, que já era chamada de “o quadrado do Vale Verde”, parecia servir como o ponto de comercialização e centralização dessa produção, além de ocasionais festas:

Ao redor era tudo mata. Eu tinha minha roça. (...) Aqui quase não tinha nome das roças porque naquele tempo, se ele achava que aqui esta bom de botar roça, botava. Todo mundo era dono de um pedaço de terra: você botava a roça aqui tirava aquela, botava aquele chegava e plantava. Nunca teve assim um sítio de uma pessoa só. (...) De lá eles vinham para aqui. Quando chegava tempo de festa, eles vinham para aqui ficavam aqui e depois que acabava ia todo mundo embora para a roça de novo para trazer uma farinha para vender (...), porque carne e peixe não vendia porque tinha muita fartura. (Seu Jésus, maio 2016)

Desenha-se, aqui, um processo de acamposamento dos descendentes dos índios aldeados. Sendo ainda nessa fase um tipo de campesinato muito próximo do sistema de roças e caça e pesca dos indígenas locais, se diferenciava porque incluía a comercialização de excedentes e uma sensível diferenciação cultural. Esta se torna nítida na fala de seu Jésus referindo-se ao tempo em que, ainda morando perto da roça, tinha um armazém ao qual os índios se aproximavam vindo “da aldeia onde moravam” para pedir a cachaça, que ele dava gratuitamente. “*Os índios nunca tiveram morada por aqui. Viviam nas outras quadras*”. Uma lembrança renitente que Jésus repete quatro vezes ao longo da entrevista o diverte, sendo sua atitude diante do que considera risível, mesmo divertida e zombeteira, uma crítica que revela o quanto o distanciamento diacrítico já se estabelecera em relação a esses visitantes: os índios que vinham lhe pedir cachaça colocavam o ouvido no chão e quando ele perguntava o que estavam escutando, diziam que eram seus companheiros que estavam chegando:

## SUMÁRIO



Eles vinham beber cachaça e bebia. Ia embora. Quando dava o tempo de vir, vinha. Naquele tempo, se fugisse uma pessoa com uma mulher que era uma índia eles corriam atrás pra pegar e (...) ela botava o ouvido na estrada e falava pro cara: eles vêm tudo aqui atrás pra pegar nois. Aí corria. Escutava pelo chão. (Seu Jésu Patatiba, maio 2016)

No entanto, quando reitero as perguntas sobre a própria indianeidade dos entrevistados, eles a confirmam sem qualquer dúvida, através de sua descendência. Pergunto se seus pais eram caboclos: *“Meu pai, Antonio Oliveira, era. (minha mãe) era. O pai de Zé Oliveira chamava velho Duca, era **caboclo legítimo**.”* Não lhes resta dúvida: *“Era uma aldeia. Eu vou dizer que era uma aldeia, mais. Até hoje”*.

Quando tento aprofundar a diferenciação, explicam que naquele tempo “os caboclos governavam”, mas chegaram “pessoas de leitura” e as coisas melhoraram:

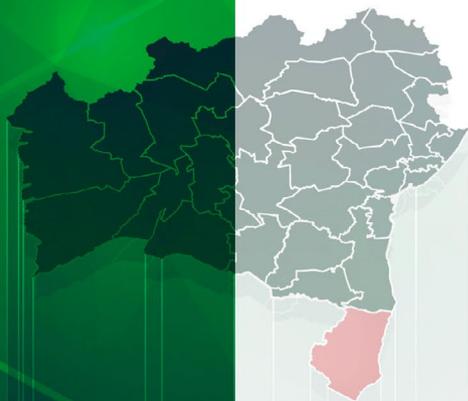
*“Não era como nós aqui conversando. Os índios não se ajuntavam assim como (...) nós se ajunta. O brabo ficava pra lá. Então os caboclos brabos não encostavam em ninguém.”*

Outros fortes indícios de diferenciação cultural surgem na descrição que ambos os idosos fazem da necessidade de administradores de mão firme para controlarem a população, como quando havia a delegacia e “o tronco de prender todo mundo”:

*“aquele tempo que o braço dos homens era dessa grossura. Era o tempo em que todos respeitavam”.* (Jésu Patatiba, maio 2016)

Essa imagem de uma forte autoridade se expressa na ideia do “amansar”, que para eles têm pouco a ver com os padres:

*“Quem amansa? Toda aldeia tem um chefe. O chefe é quem manda e desmanda então ele é quem amansa. O administrador era o chefe da praça (o quadrado). Qualquer pessoa que chegava aqui ele tinha que representar e perguntar alguma coisa, falar. (O administrador) era cabolo também.”* (Boaventura Palma, maio 2016)



SUMÁRIO

Assim, embora já diferenciados, miscigenados e aparentemente tendo perdido a informação sobre as diferentes etnias que compuseram essa comunidade, com apenas dois habitantes ainda falando a “gíria”, encontramos esse grupo que se identifica fortemente com essa origem indígena aldeada. Apesar de não termos encontrado nenhum registro oral, nas entrevistas feitas, referentes à debandada de famílias indígenas do aldeamento do Vale Verde em direção às aldeias do Pé do Monte e outras próximas à aldeia Barra Velha, conforme registrado em documentos produzidos nos processos de demarcação de territórios indígenas, me perguntei se não se tratavam dos “brabos” que viviam “nas outras quadras”.

Então, esse proto-campesinato que foi forjado no aldeamento jesuítico através da miscigenação de diferentes etnias, manejava terras de florestas botando roças nas terras altas perto dos córregos onde *“De primeiro quando tinha cabeça de água ninguém desmatava para não secar o córrego. Ficava aquela grotta de mata para chamar chuva”*. Essas terras eram tidas como terras comuns onde se podia escolher onde “botar roça” livremente (*“nunca teve assim um sitio de uma pessoa só”*). Eventualmente começaram a se diferenciar, surgindo a figura da “terra de herdeiros” aparentemente nas beiradas da “légua em quadra” onde hoje é a fazenda do Gaúcho:

“lá em Quatinga, todo mundo morava lá. Quando chegava tempo de festa, eles vinham para aqui (...) e depois que acabava ia todo mundo embora para a roça de novo.” (Boaventura Palma, maio 2016)

A vila era cercada por uma densa Mata Atlântica que se estendia por uma vastíssima região. As famílias antigas do Quadrado ou do Bairro da Bica foram herdeiras de terras de posse na floresta que circundava a vila:

“O vale verde era aldeia. Então cada um trabalhava nas terras que precisava. Depois, cada um foi botando nome no cartório que agora está no Arraial” (Dona Sebastiana, 87 anos, 02 de maio de 2017)

Estas terras, agora nomeadas, foram herdadas e comercializadas entre familiares no padrão camponês clássico de venda entre cunhados (caso de seu Antônio do Japara e de dona Aldacy), conforme nos ensina Margarida Maria Moura (MOURA, 1978). Também encontramos casos de irmãs que vendem para irmãos e se mudam para a cidade (ent. Seu Boaventura, agosto 2018).

Entre as famílias que se dedicavam à lavoura como atividade principal, a maioria se refere ao plantio da mandioca e feijão na infância, e encontramos duas alusões ao arroz de brejo e uma ao milho entre os entrevistados nativos. No entanto, durante algumas décadas, culminando nos anos '70, a produção de cana prosperou no entorno da vila do Vale Verde, havendo resquícios de um velho engenho de cana de açúcar para a produção de rapadura que dão nome à localidade de Engenho Velho.

Porém, entre os moradores antigos do quadrado (em especial os das cassas de palha) havia os que viviam preponderantemente da pesca no rio, cada um sendo dono de um trecho de terra que descia da falésia até a beira do rio Buranhém. Essa margem alagava durante parte do ano, tornando-se imprestável para o plantio, mas formando ilhotas ricas em pesca. Uma senhora de sessenta anos revelou que, durante sua juventude, o plantio não era tão importante para o seu pai que, como muitos outros moradores do quadrado, tinha terras na floresta que circundava a sede, mas vivia da pesca. As técnicas de pesca lembradas pelo conjunto de moradores nativos foram a samburá, suru de ripa, vassoura, abano, peneira, anzol, caçua, jequiá, jereré, cipó e mais recentemente a rede e tarrafa. Os peixes lembrados por diferentes moradores foram o berê ou corró, piaba, piabanha (só alcançado pelos mais antigos e já falecidos), acari, judeu, traíra; tucunaré, cabogê, jundiá, txicupá, muçum, piauí, robalo, gias (provavelmente enguias) e siris. Os camarões eram muito abundantes e havia pelo menos quatro diferentes tipos dos mesmos. Além destes existiam lagostas e

## SUMÁRIO



pitús quando o rio enchia muito, o camarão do mar, quando a maré subia, tendo um morador se referido a um camarão branco. Vários entrevistados fazem um gesto com a mão característico de indicação de tamanho, afastando os dedos polegar e indicador ao descreverem o *calambau*, um camarão de rio grande e rosado, que dizem não mais ser encontrado, ao qual conferem grande valor. Quase sempre que se lembram desta delícia comum na infância, o olhar se volta para o longe por um breve momento, de uma forma que aprendi a interpretar como um misto de constatação, surpresa e saudade.

Na época de maior abundância de camarões, estes eram colocados para secar e salgar na frente das casas e comerciantes afluíam à vila para buscá-los, assim como eram levados para a venda em Porto Seguro, Eunápolis, Veracruz e, de acordo com um entrevistado, “até em Itabela” que fica a 75 quilômetros de distância. Temos a indicação de que esse período de maior abundância seria em torno de março e abril, já que a família moradora do porto do Pessuípe, local de embarque das mercadorias a uns três quilômetros de distância da sede, celebrava um importante festejo para São Benedito nessa ocasião.

Mesmo as famílias do quadrado, que eram primariamente voltadas para a pesca, faziam alguma agricultura, tanto com frutícolas de terreiro como no terreno que descia para o rio Buranhém na faixa de terra alagada que cada uma detinha.

Temos, assim, uma dinâmica territorial bem interessante pelo qual os descendentes do aldeamento do Espírito Santo dos Índios, hoje conhecido como o Vale Verde, desenvolveram uma forma de campesinato que associava o extrativismo da pesca com a lavoura em terra firme, variando a intensidade da dedicação a uma ou outra atividade. Embora essa associação seja praticamente uma regra nos estudos de campesinato brasileiros, pudemos, aqui, elencar algumas das especificidades que foram criadas mediante às condições culturais e ambientais locais. A sede do município (o quadrado, ou a praça) constituiu o

## SUMÁRIO



espaço de administração e da comercialização de produtos, em torno dos quais algumas celebrações religiosas e festejos se organizavam.

## A CHEGADA DE NOVOS ATORES NO MOSAICO DE CAMPESINATOS DIFERENCIADOS

Nossa incursão inicial buscava compreender a transformação do território da “légua em quadra” de florestas nativas de mata atlântica para a atual configuração de um território cortado pelo trânsito de um turismo internacional, na qual os 19 mil hectares de Mata Atlântica do Parque Nacional Pau Brasil, instituído em 1999, encontra-se circundado por pequenas fazendas de café e pimenta do reino, algumas poucas fazendas de gado bovino, de búfalos e de eucalipto, assentamentos da reforma agrária, e povoados onde baianos nativos e de áreas circundantes convivem com imigrantes capixabas e outros recém chegados.

O interesse primordial, durante a pesquisa exploratória, foi identificar os diferentes atores que transformaram esse território, enfocando como eixo da pesquisa tanto as alterações identificadas através de sua memória ambiental, suas formas de ocupação, quanto a relação que mantinham com a administração do Parque Nacional. Conquanto essa fase de inserção inicial nos tenha levado a aplicar longos questionários e entrevistas estruturadas em 16 comunidades, acabaram por abrir muitos outros questionamentos, apresentando novos objetos de reflexão que foram perseguidos subsequentemente. Nos ateremos, aqui, à sucessão na chegada de novos atores.



Considero que talvez a contribuição mais importante de nossa pesquisa para os estudos de processos de territorialização tenha sido a identificação e descrição de um mosaico de tipos diferentes de campesinato convivendo na região, cada qual alterando a paisagem a sua maneira específica, mesmo que apresentassem semelhanças clássicas dos estudos de campesinato tais como o valor família, a estruturação em bairros, a sociabilidade mediada por festejos religiosos, entre outros. Cada grupo que se sobrepunha à dinâmica territorial inicialmente estabelecida pelos descendentes de indígenas alterava a paisagem estabelecendo diferenças na relação com o meio ambiente e no uso e utilização de recursos naturais, introduzindo e suprimindo espécies nativas.

As primeiras memórias que colhemos entre os nativos sobre forasteiros coincidem levemente e por vezes se confundem entre: os técnicos que vieram construir a BA-01 e os técnicos do Projeto de Reforma Agrária do Vale Verde no início dos anos 70 que vieram demarcar a terra para o primeiro assentamento agrícola na região, “das terras de Valtinho até o rio Peruípe”. A memória dos técnicos da construção da estrada talvez tenha se fixado tanto por essa ter significado uma grande novidade e a alteração radical nas formas de acesso, trânsitos e distribuição na região. Principalmente, abriu o caminho para a atividade madeireira que transformou a paisagem de forma indelével.

O Projeto de Reforma Agrária do Vale Verde trouxe à região muitos agricultores, especialmente (mas não exclusivamente) de Colônia em Eunápolis. Identificamos uma integração muito grande dessas famílias com nativos da sede do Vale Verde, alguns dos quais tendo se estabelecido no assentamento há mais de três décadas, como dona Sebastiana, por nós entrevistada. Também registramos uma interação muito forte entre esses moradores e a comunidade de Japara (ARANHA, 2020), através de atividades da igreja de São João, assim como de São Miguel, através da escola. Pode-se dizer que esse antigo as-



SUMÁRIO



sentamento está totalmente integrado ao território e que, junto com outros assentamentos bem mais novos presentes na região, compõe uma importante produção de alimentos e comercialização nas feiras de Porto Seguro, Trancoso e Arraial através da agricultura familiar. Se nas entrevistas com os nativos da sede a memória de produtos agrícolas é um tanto reduzida à farinha, ao milho e ao feijão e a algum arroz de brejo, há, nos dias de hoje, uma variedade muito maior de plantios como banana da terra e banana prata, abacaxi, abacate, coco, fruta pão, abiu, jaboticaba, eugênia (jambo), limão, laranja, tangerina ponkan, dendê, manga, limão, graviola, havendo também plantações de mamão e maracujá e hortaliças nos assentamentos e entre alguns nativos como couve, alface, coentro, rúcula, hortelã, manjeriço (LOPES; WADDINGTON, 2019).

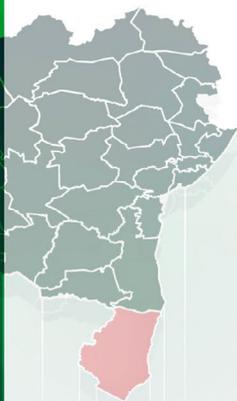
De especial importância, identificamos uma categoria de campesinato que é um misto de recém-chegados com moradores muito antigos: são os produtores tradicionais de farinha de mandioca, que produziam em terras da floresta. Enquanto existem algumas farinheiras pertencentes às famílias da antiga vila no Bairro da Bica que se especializaram na fabricação do beiju (SILVA, 2020) e localizamos agricultores negros ou descendentes de índios de Barra Velha que instalaram farinheiras para a produção da farinha, consorciando a mandioca e o aipim com outros produtos hortícolas e frutíferos que comercializam nas feiras (BRITO; WADDINGTON, 2018). Dos nossos entrevistados, alguns ocupavam terras compradas e em menor escala em terras herdadas. Percebemos a importância desses atores, tendo identificado e descrito em Bom Jesus e Sapirara a forma como esse sistema de produção antigo parece ser a forma principal de urbanização e estabelecimento de povoados, na medida em que filhos e netos instalaram suas próprias farinheiras vizinhas a do chefe da família de forma a constituir pequenas vilas em duas ou três gerações. Constatamos mesmo que algumas das pequenas vilas que se formaram no território que compraz o Vale Verde, foram povoadas desta forma. Promovem,

assim, alterações significativas na paisagem demográfica em um tipo específico de territorialização.

Todos se lembram da chegada dos primeiros imigrantes capixabas, na esteira da abertura das estradas e da atividade madeireira. São camponeses descendentes de italianos de segunda e terceira geração (LOPES; WADDINGTON, 2018). A primeira leva de imigrantes é constituída pelos membros mais jovens de famílias estabelecidas na região sul do Espírito Santo (São Mateus, Conceição da Barra etc.) que, pela pressão territorial comum às famílias camponesas que conduz o excedente de seus jovens a buscarem novas terras, haviam se aventurado na atividade madeireira na Amazônia. Com a abertura das estradas BA-01 e BR-101, retornaram à região para exercer a atividade aprendida e extrair madeiras no Sul da Bahia, no Vale Verde. O baixo valor das terras os estimulou a promover a vinda de familiares formando a segunda leva. Nossas entrevistas revelaram que, mesmo no Espírito Santo, estas famílias vinham em um processo de constante negociação de terras na luta de cada grupo familiar para aumentar seus terrenos de plantio (na maioria das vezes de café) de forma a acomodar as famílias em expansão, assim como fugir das pressões de cercamentos pelo eucalipto e da cana de açúcar. Compraram, então, as terras baratas de florestas que hoje circundam o Parque Nacional do Pau Brasil.

Esses agricultores de médio porte que vieram em três diferentes levas de migração abriram terras e se estabeleceram de forma tradicional, com a proximidade de parentes formando “bairros agrícolas” no sentido e formato descrito Antônio Cândido (1964) no qual residências afastadas entre si se espalhavam pela área de produção rural, constituindo unidades sociais reconhecíveis pelos laços de parentesco e solidariedade que se revelam em trabalhos coletivos e festejos. Esses grupos de famílias capixabas referem-se à “comunidade”, por exemplo, como sendo composta pelos membros que frequentam a igreja que de cada um desses novos bairros (ou povoados) agrícolas criados (de Bom Jesus, de Aparecida, de São Valentim, de Santa Rita).

## SUMÁRIO



## SUMÁRIO

A participação dessas famílias capixabas nos rituais católicos também ajudou a fortalecer uma vigorosa rede de sociabilidade local que inclui municípios vizinhos. Cabem bem nessa descrição diversos povoados visitados nas bordas do Parque tais como Aparecida, Santa Rita, São Valentim. Entrosaram-se bem com os nativos, sendo vistos por estes como promotores de melhorias visto terem sido fundamentais para a abertura dos ramais e rodagens (estradas de barro) que hoje cortam o interior do vale, demonstrando um traquejo político maior que os descendentes indígenas do Vale para acessar esses benefícios (Passeiros (2018), Lopes e Waddington, 2019). A inserção deste campesinato introduziu os plantios de café, pimenta verde e pimenta do reino comerciais na região, feitas em larga escala, conferindo maior lucro em plantios de produtores mais abastados (CALEGARIS, 2020).

Finalmente, consideramos interessante notar que a comunidade de Aparecida, por exemplo, reúne irmãos (uma irmandade) pioneiros, mas inclui famílias que chegaram na terceira leva, que formam quase outro “bairro” com o mesmo formato em Bom Jesus, nas proximidades. Esse tipo de povoamento de parentes vizinhos com maior espaço entre as casas e atividades produtivas diferenciadas, se difere daquele dos produtores de farinha que se situam nas partes baixas desse pequeno território de Bom Jesus e Aparecida, próximos à estrada.

Os farinheiros constroem suas residências e casas de farinha bastante próximos uns dos outros nas terras compradas pelo patriarca, cultivando as roças coletivamente, porém a uma distância do povoado que se forma na beira de uma estrada de terra. Os dois grupos, situados proximamente, apresentam diacríticos identitários que podem ser percebidos, por exemplo, na forma como os capixabas apelidam o local onde moram os produtores de farinha de “Mandiocão”.

Na sequência das lembranças cronológicas sobre a chegada de novos atores ao território, os locais referem-se à chegada dos *hippies* ao Vale Verde, que fizeram morada no povoado na década de

70. Inicialmente chegou Cleber, apelidado de “Cabeça de Vaca”, que “puxou vários outros para cá”, como Juninho, Noite e Nobão. Xampú, um rastafári que parece ter alguma liderança entre o grupo, promovia um festival em homenagem a Raul Seixas em agosto de cada ano<sup>59</sup>. O povoado se tornou um pouso para um circuito de estradeiros que viajam pela América do Sul, tendo alguns comprado terrenos e construído casas nos bairros periféricos ao quadrado, algumas das quais com formatos alternativos. A opinião dos nativos sobre estes forasteiros me pareceu boa: “*não tenho o que dizer deles: pagaram o terreno direitinho e nunca fizeram mal a ninguém. Nos ensinaram muitas coisas*”, resume Erica Palma (junho 2016). Ainda vemos algumas famílias hippies moradoras do povoado, com crianças frequentando a escola municipal e uma produção incipiente de artesanato. Uma escultura representando Raul Seixas, o maluco beleza, ainda dá as boas-vindas a quem chega, na entrada da cidade, ao lado de uma escultura de um ET de Spielberg, carcomido pelo tempo.

## A LUTA SILENCIADA, UMA MEMÓRIA SOTERRADA E O NASCIMENTO DE UM PARQUE NACIONAL

A atividade madeireira sobre terras tradicionalmente ocupadas na região do sul baiano estimulou toda sorte de avanços legais e ilegais sobre a terra. Entre os moradores do quadrado e os descendentes do aldeamento, eventualmente, muitas terras foram vendidas a fazendeiros de Porto Seguro, serrarias, famílias de imigrantes capixabas ou tomadas por grileiros que as repassaram para a empresa madeireira Bralanda. “*Meu pai, Filadelfo, deixou pro meu irmão que vendeu parte*

<sup>59</sup> O festival não tem mais sido organizado, desde a morte da esposa de Xampú, que hoje vive em Arraial da Ajuda e visita o Vale Verde ocasionalmente.



*pra Bralanda e a outra parte eles tomaram, né? Acho que é lá na Bralanda". (Dona Aldacy. 2016).*

A empresa madeireira Brasil-Holanda comprou toda a terra que conseguiu nesta região, tanto de moradores como de grileiros que faziam o serviço sujo de assustar moradores. Das violências havidas, o maior dos conflitos entre a empresa Bralanda<sup>60</sup> e os nativos iniciou-se com a expulsão de moradores antigos, muitos dos quais nascidos no local do conflito. Alguns anos depois, um dos jovens que haviam sido expulsos voltou às terras, parte das quais seriam de seu pai, incitando tanto os moradores expulsos a retornarem ao local como também liderando um grupo de sem-terra que "invadiram" essas terras junto com os moradores originais. Os dois grupos (nativos e sem-terra) parecem ter tido conflitos entre si, com os originais se sentindo mais "legítimos" e estranhando algumas atitudes do grupo do MST, mais politizados e mesmo assim considerados "*forasteiros de fora do vale*". Depois de algum tempo, a reação dos jagunços da Bralanda foi brutal, deixando sérias sequelas em algumas famílias. Muitas foram morar na periferia de Eunápolis ou de Porto Seguro.

Demorou ao menos dezoito meses para que eu ouvisse alguma referência à terrível luta que se deu entre agricultores e a Bralanda<sup>61</sup>. Só comecei a compreender o aparente ceticismo dos nativos do Vale Verde em relação ao conflito, quando encontramos Dona Maria, "viúva da Bralanda", que nos relatou as violências terríveis a que foi submetida: espancada, teve suas mãos atadas e foi jogada dentro d'água para morrer afogada diante de seus filhos pequenos. Foram todos presos em Eunápolis, sendo os seus filhos submetidos a trabalhos comunitários degradantes para serem liberados pela polícia. Dona Maria, ela própria, teve uma série de paradas cardíacas na delegacia e foi hospi-

60 Como ficou conhecida na região uma empresa madeireira chamada "Brasi Holanda"

61 Importaneamente, como um sinal forte de uma memória submersa, essa informação só me foi passada em um seminário organizado pelo Diterc na UFSB, com a presença do movimento social regional, e nunca pelos nativos espontaneamente.



talizada, não permanecendo presa “porque eu vivia morrendo!” (Dona Maria, 04/2018).

O jovem que incitou a invasão formou uma associação dos posseiros, vítimas da Bralanda em Eunápolis, entrando com um processo que correu durante anos na Justiça<sup>62</sup>. Quando o resultado saiu, a viúva, Dona Maria não foi contemplada, possivelmente pelo fato de ter permanecido no vale, em localidade próxima de onde foi expulsa e, por isso, não ter tido o mesmo acesso ao processo que os moradores das periferias de Eunápolis.

Dona Maria se refere aos “outsiders<sup>63</sup>” que invadiram as terras junto com os moradores originais com desconfiança. O mesmo ocorre com Seu Boaventura, que se manteve longe do conflito apesar de ter perdido terras para a Bralanda, como também seu Antônio do Japara. O que me ocorre pensar, por enquanto, antes de investigar melhor este processo de submersão deste incidente tão dramático na memória dos locais, é que a frágil condição de *posseiros* legitimados pela antiguidade na região, pelos laços de parentesco e pelos processos de herança – mesmo que estes processos seguissem um regime jurídico “camponês” e não o oficial – se viu ameaçado pela ruptura do grupo

## SUMÁRIO

62 Hoje um senhor, é uma das pessoas que melhor conhece os processos pelos quais diferentes tipos de grileiros tanto na região do Vale Verde como em Cabrália, se adonaram de terras que foram, depois, legalmente repassadas para empresas na região.

63 Conquanto o conceito de “outsider” tenha surgido na antropologia social em estudos sobre desviantes (Becker, 2008), temos nos referido repetidamente ao termo “forasteiro” para indicar a chegada de pessoas de fora ao território, no sentido que Frederik Barth atribui ao jogo de pertencimentos na fricção interétnica. No caso dos militantes do MST envolvidos da disputa, preferi manter a conotação de rebeldia atribuída ao “outsider” na antropologia social. Importante mostrar que tais termos e seus semelhantes como “excluído” e “marginalizado” são contextuais sendo ressignificados constantemente, nos constructos narrativos em torno de programas de desenvolvimento. Ver, por exemplo, o trabalho de Knox e Trigueiro que discute o desenvolvimento de *outsiders* atropelando o envolvimento de *insiders*: “Considerados, sob seus próprios olhos, insiders, sob o ponto de vista de quem pertencem e compartilham vivências dentro de uma certa localidade, mas, no entanto, são reconhecidos como outsiders, quando se colocam contra um modelo de desenvolvimento hegemônico que visa impactar e alterar seus modos de vida. Essa relação *insiders/outsiders* é relativa e contextual, ou seja, depende do agente e de seu ponto de vista com relação ao campo do desenvolvimento”.

de sem-terras politizados que aderiu à luta contra a Bralanda vendo nela a mesma a oportunidade de conquistar um assentamento agrário. Eram outros os códigos. Por isso a dúvida que alguns desses nativos externavam: “*diziam que eram posseiros, mas será que eram?!*”. E por isso a recusa em falar mais sobre o assunto. Essa luta tão emblemática para o movimento social local é importante para o estudo da memória, justamente para entendermos o porquê dos moradores nativos do vale, assentados e os capixabas terem opiniões divididas sobre o conflito e a forma aguda como os primeiros o relegaram ao silêncio ou à “submersão” em um esquecimento estratégico e tático.

Ao instituírem o Parque Nacional do Pau Brasil, em abril de 1999, as terras griladas e compradas pela empresa Bralanda foram desapropriadas e incorporadas aos 19 mil hectares do Parque.

## MUDANÇAS ESTRUTURAIS E A MORTE DE UM SISTEMA EXTRATIVO

A década de 70 ficou conhecida como a Década dos Grandes Projetos de infraestrutura no Brasil dos militares. Enquanto empréstimos e subvenções se multiplicavam para grandes plantios pelo Norte e Nordeste, estradas e usinas eram construídas em grandes investimentos. Nem mesmo o município de Porto Seguro, no antes esquecido sul da Bahia, ficou de fora. Além da abertura das BA-01 e da BR-101, outras bondades foram planejadas que afetaram diretamente o pequeno Distrito do Vale Verde, alterando de forma definitiva o modo tradicional de produção dos nativos descendentes do Aldeamento do Espírito Santo dos Índios. O mais dramático de todos foi a dragagem do rio Buranhém, projeto promovido com o intuito oficial de drenar as margens alagadas do rio para favorecer o plantio de hortaliças.



O resultado desse projeto foi a alteração do leito do rio que além de destruir suas condições de navegabilidade que permitiam que barcos “apinhados de gente” descessem de Minas e de Eunápolis para participar de festejos locais, exterminou os peixes e crustáceos que compunham o binômio extrativismo pesqueiro/lavoura do campesinato local:

*“Dragou o brejo todinho. (...) Tem muito anos. Dragou esse rio, foi dragado, esse aí não é o rio velho mesmo que tinha aí não, é outro. Todo mundo plantava banana, tinha preá, arroz dava demais. Era pisado no pilão ó.”(Jésu Patatiba, 2016)*

Nas terras dragadas, no primeiro ano “Plantava milho, feijão, banana, cana, quiabo. Dava bem, dava tudo, mas depois que deu a enchente acabava com tudo (Boaventura Palma, 2016). Não dava mais. O solo se compactou e não teve mais como se plantar. Essas terras foram vendidas, em sua maioria, para um único comprador (pai do dono de uma importante barraca de Praia, que no tempo da pesquisa era vice-prefeito de Porto Seguro) que as revendeu em parte, depois, para a criação de búfalos.

A plantação de cana representou outro ciclo produtivo importante a alterar a paisagem local, principalmente a partir dos anos 60, tendo resultado na implantação de uma cooperativa produtora de cachaça, em um alambique comunitário. Esta experiência floresceu nos anos 70 e 80. Entrou em declínio enquanto ação cooperada, embora algumas famílias tenham dado continuidade à fabricação em alambiques individuais. As ações de extensão rural e de fomento dessa atividade na época do Prefeito Manoel Carneiro denota a intenção de promover o desenvolvimento econômico desse grupo de nativos, tão impactados na ocasião. Porém, a memória que conseguimos levantar da experiência é eivada de conflitos e interpretações no mínimo duvidosas que indicam tanto a falta de experiência dos nativos no trato com a burocracia quanto dos gestores com grupos de camponeses ligados por lealdades familiares, nesse tipo de empreendimento.

## SUMÁRIO



Uma das noções apresentadas, por exemplo, é a de que o então prefeito Manoel Carneiro (que hoje batiza a escola) era o “dono” do alambique e do engenho e que se interessou pelo povo local a ponto de “*não sair daqui*”. Ele conseguiu financiar o plantio da cana de açúcar e “*e eles plantaram cana e quando foi na hora de fazer a cachaça ele disse: vocês não me devem nada caboclos*”. Parte da renda ficava com os produtores e parte ia para a prefeitura de Porto Seguro que prestava assistência no conserto das máquinas quando necessário. Com a morte de Manoel Carneiro, parece que as relações se formalizaram quando gente do governo veio e: *foi passando pra um e foi passando para outro e no fim da conta botaram o alambique pra cooperativa. Foi nesse acontecimento que teve que acabou o alambique e acabou a cooperativa*”. Foi instituído um conselho, um presidente da cooperativa, e as tensões entre os grupos de moradores locais aumentaram criando conflitos que até hoje se traduzem em fortes ressentimentos e desconfianças quanto a projetos econômicos coletivos.

Foram muitos relatos que indicam os conflitos havidos com desvios de verbas e apropriação dos equipamentos instalados, a maioria dos quais sugerindo algumas cores fantasiosas e misturando as atividades da draga com aquelas da cana como nesse depoimento:

“o pessoal de fora o governo mandava o dinheiro para baixar o plantio no rio. Eles desviavam o dinheiro e quando o rio enchia eles pegavam o cacho de malimbu (mato local) e tiravam a foto (...) e o governo pensando que tinha feito o plantio de arroz e não tinha nem o plantio de arroz nem o plantio de nada. Era os malimbu que ficavam com os cachos de fora e eles diziam que tinham feito aquele plantio”.

O fato de a experiência cooperativa ter sido malfadada não é incomum em projetos de desenvolvimento econômico junto a comunidades muito tradicionais, e merece um estudo específico que não teríamos espaço para desenvolver aqui como seria merecido. Revela cisões internas comuns a todo grupo e que se expressaram, na se-



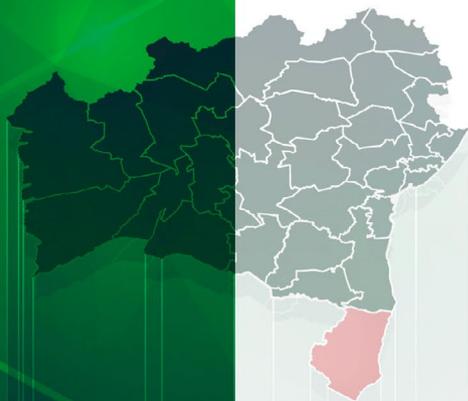
quência, na adesão de parte da população ao protestantismo (por coincidência a parte que mora nas proximidades do alambique). Revela a complexidade das relações de solidariedade e as interpretações que esse grupo foi capaz de fazer da relação possível com a coisa pública<sup>64</sup>. Como resultado concreto, no entanto, o nome da cachaça do Vale Verde se estabeleceu na região e os alambiques individuais (a maioria pertencendo a evangélicos) que sobreviveram abastecem as vendas de cachaça na beira da estrada para os turistas que passam rumo a Arraial d'Ajuda e Trancoso. Esses comércios também carregam a farinha e os beijus saborizados com maracujá e chocolate, fabricados pelas mulheres do Bairro da Bica e as cocadas que se fixaram como produtos locais tradicionais.

## ALGUMAS CONCLUSÕES

São comuns as descrições de antigos aldeamentos indígenas como locais de tristeza e melancolia (Waddington, 2015). No povoado do Vale Verde, habitado pelos descendentes dos aldeados que se reconhecem filhos e netos de índios, mas não de índios brabos, essa tristeza é notável especialmente entre os homens moradores do quadrado, chefes de família, cuja aparência um tanto doente e a incidência de alcoolismo na faixa de 50-60 anos, é sensível.

Apesar de não falarem as línguas indígenas nem saberem ao certo quais eram os grupos indígenas que foram reduzidos ao aldeamento, os descendentes carregaram o conhecimento da pesca e dos plantios de seus antepassados o quanto puderam. Como tiveram, nas últimas décadas, suas principais atividades econômicas de lavoura e da pesca suprimidas pela espoliação de suas terras e de seus recur-

64 Referimos os interessados ao brilhante trabalho do mestrando Pablo Callegaris (2020) sobre o capital social no Distrito do Vale Verde.



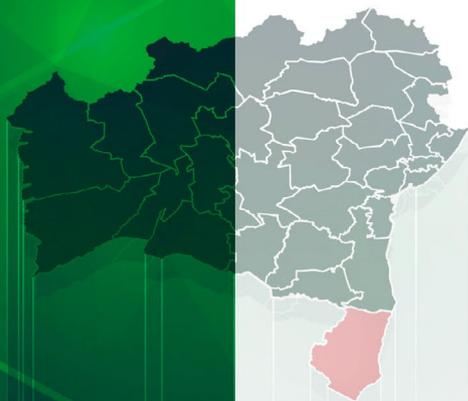
sos pesqueiros, esse conhecimento está fortemente ameaçado e, junto com eles, todo um sistema, uma gama de atividades que constituíam não apenas o livelihood desses tristes senhores chefes de família, mas sua rotina, suas atividades cotidianas. Como tais atividades não se resumem à esfera econômica, junto com os saberes sobre a pesca e o conhecimento da flora e da fauna (vide a tabela anexa) também foi prejudicada parte de sua saúde mental.

A não ser pela descrição do conflito da Bralanda na qual não participaram diretamente, não detectamos nas memórias colhidas qualquer resistência à espoliação. Quando foram convidados a participar do movimento indígena liderado por parentes de Coroa Vermelha, recusaram-se em nome da boa vizinhança com os fazendeiros:

Eu fui aposentado como índio. Queriam (Os índios de Coroa Vermelha) tirar meu documento como o cacique deles. Como queriam tirar eu representante do Vale Verde eu não aceitei porque tem muita coisa para a frente. Antão eu ia caçar uma encenca porque tinha fazendeiro aqui meu amigo, tinha o Geraldo meu amigo, tinha pessoal que veio do Espírito Santo, compraram a terra... e eles iam fazer o movimento de incomodar todo mundo. Eu falei que não aceito... eu... todo mundo que tem por aí gosta de mim. (BOAVENTURA, 2016)

Espoliados em seus recursos naturais e em seu território e suas práticas tradicionais de caça e pesca, diversificaram suas atividades junto ao turismo, ao comércio e ao serviço público esparso tanto o quanto puderam. Aprenderam a conviver com assentados, imigrantes capixabas, *hippies* e com um turismo religioso católico que os visita por ocasião dos festejos católicos.

Embora esses festejos sejam bonitos e contem com a participação de uma grande gama de habitantes e visitantes, promovendo a sociabilidade inclusive entre diferentes vilas, estão obviamente em declínio estando diversas de suas festas extintas (ANDRADE, 2017; BRITO, 2020).



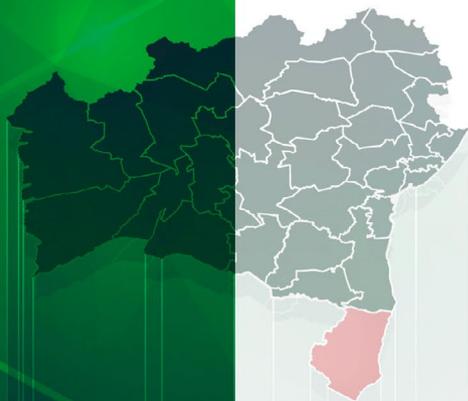
O último descendente direto da misteriosa tabeliã italiana, dona do cartório, faleceu em 2019 depois de nos dar a entrevista que conseguiu, prejudicado que estava pelo alcoolismo. Mal capaz de articular frases inteiras, triste, era o último morador local a dominar a arte dos toques do sino da igreja e, com ele, esse conhecimento também se extinguiu.

A imagem de cartão postal do quadrado do Vale Verde esconde uma tristeza. As casas de palha que viraram as coloridas e pitorescas casinhas foram construídas com o parco dinheiro da venda de suas terras e dos brejos aos forasteiros. Todo um sistema de vida por umas paredes de adobe pintadas para enfeitar um cartão postal.

## QUADRO DA MEMÓRIA DA FAUNA E FLORA

Frutas da floresta lembradas pelos moradores antigos: aração (“tem tanto que é praga! Até o gado come!”, Ronilson, 17/03/2018); ingá curto; ingá grande; mangaba; carambola; cacau; eugênia (jambo); jaca; manga; goiaba; seriguela; genipapo; umbu; tangerina nativa; sendo as mais raras hoje: oiti; sapucaia; pequi; piquiá (cabacinha);; inhaíba; gramixama; ponrem.

As abelhas lembradas pelos entrevistados nativos do vale foram a jiti; jitaí; (jitinga); a cachorra (preta); mambuca; tiúba (no cacau, que fazia remédio); abelha limão; pé-de-pau; e o mangangá. Lembradas por um assentado oriundo de Cabrália: sanharó; mosquitinho; uruçupreta (pequeninha que faz casa na parede). Todos mencionaram a oropa (europa) e todos comentaram estarem rareando a tiúba (“só tem fêmea, não tem mais a tiúba macho”, Seu Otacílio, Sapirara, 13/08/2018) e as nativas de forma geral.



SUMÁRIO

As madeiras lembradas pelo conjunto de nossos entrevistados são: aderno, arapati, braúna, biriba, comumbá, itapicuru, jacarandá, jatobá, jequitibá, jindiba, juerana, inhaíba, maçaranduba, oiti, paraju, pau brasil, pau d´arco, pau-d´oleo, pau-roxinho, pau-sangue, pequi, piquiá, putumujú, sapucaia, sucupira, uruba-pau. Dentre estas, há as que hoje são muito raras ou só existem dentro do Parque Nacional, como o pa- brasil, a braúna, o itapecuru, o jequitibá, o putumuju e o jacarandá (“Tinha tanto que todos os móveis da casa do meu pai eram feitos de jacarandá”).

Peixes conhecidos Os peixes lembrados por diferentes moradores foram: berê ou corró, piaba, piabanha (só alcançado pelos mais antigos e já falecidos), acari, judeu, traíra; tucunaré, cabogê, jundiá, txicupá, muçum, piau, robalo, gias e siris. Os camarões eram muito abundantes e havia pelo menos quatro diferentes tipos dos mesmos. Além destes existiam lagostas e pitús e o sumido calambau.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thaís, WADINGTON, MT.R. 2017 Relatório PIBIC e posterior TCC: *O Ciclo das festas camponesas no Vale Verde e Comunidades Adjacentes*, orientada por May Waddington Telles Ribeiro.

ARANHA, Ygor Santos: TCC Bacharelado em Antropologia UFSB 2020: “*O Papel da Religião Na Construção e Manutenção Do Sentido De Comunidade Em Japara – Porto Seguro/Ba*”, orientadora May Waddington Telles Ribeiro.

BARBUDA, Ciro de Lopes e; (tese em andamento, qualificado em 06/05/2019), *Terras Indígenas e Parques Nacionais Em Sobreposição: Convergências E Divergências Entre As Racionalidades Autóctone, Indigenista E Ambientalista No Extremo Sul Da Bahia*, orientadora May Waddington Telles Ribeiro e Francisco Cancela.

BECKER, Howard S. (2008) *Outsiders, Estudos da Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro, 1ª edição, ed. Zahar.

SUMÁRIO

BRITO, Hatus Lima: (TCC Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, UFSB): Elementos que constituem o sagrado no ciclo de festas religiosas nas comunidades de Vale Verde e Arraial D'ajuda – 2020, orientadora, May Waddington Telles Ribeiro.

BRITO, Hatus Lima: (TCC Bacharelado em Antropologia UFSB, em construção): A centralidade da família camponesa: um estudo a partir da bibliografia antropológica; orientadora, May Waddington Telles Ribeiro.

BRITO, Hatus Lima: dissertação de mestrado em andamento: Processos de reprodução social da família através da produção de farinha no Vale Verde, orientado por Janaina Losada e coorientado por May Waddington Telles Ribeiro.

CALLEGARIS, PABLO ALBERTO Dissertação Concluída em 05/07/2019: As questões do desenvolvimento e da agricultura familiar na (re)configuração da política pública territorial do Estado da Bahia: um análise bourdiano do CO-DETER do Território de Identidade Costa do Descobrimento e o capital social na visão cepalina no distrito rural de Vale Verde.

CANCELA, Francisco E.T. (2012). Tese Doutorado História UFBA “De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763/1808)”,

CANDIDO, Antonio (1964): *Os Parceiros do Rio Bonito*, Rio de Janeiro, José Olympio;

CARNEIRO, Maria José, 2012, Teixeira, L.V. De terra de trabalho a terra de lazer. capítulo 3, in in CARNEIRO, Maria José, Teixeira, L.V. orgs. 2012, *Ruralidades Contemporâneas: Modos de Viver e Pensar o Rural na Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro, ed. Mauad X, p. 67-100.

GIULIANI, Gian Mario: 1990 NEO RURALISMO: o novo estilo dos velhos modelos, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, p. 59-67.

KNOX, Winnifred e TRIGUEIRO, Aline, 2011, “Quando o Desenvolvimento Outsider atropela o Envolvimento Insider”. In: *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, CODE 2011, IPEA.

LIMA, Hatus, 2018, TCC BI-Humanidades: Elementos que constituem o sagrado no ciclo de festas religiosas nas comunidades do Vale Verde e Arraial d' Ajuda, orientada por May Waddington Telles Ribeiro.

LOPES, Matheus Silva, WADDINGTON, M.T.R. (2018) Relatório PIBIC: Rupturas e Continuidades nas Dinâmicas Territoriais nas Comunidades no entorno do Parque Nacional do Pau Brasil, um levantamento antropológico inicial.

SUMÁRIO

LOPES, Matheus Silva, WADDINGTON, M.T.R. (2019) (Relatório Pibic e Monografia de Conclusão de Curso) As dinâmicas territoriais contemporâneas na região do Vale Verde, Porto Seguro - BA: Juventude rural e as percepções quando ao manejo de paisagem, sustentabilidade do território e seu lugar no mundo.

MENDRAS, Henri. *Voyage au Pays de l'Utopie Rustique*. Le Baradou, Ed. Actes/Sud, 1979.

MOURA, Maria Margarida. *Os Herdeiros da Terra*. São Paulo: Ed. Hucitec 1978

PASSOS, Rafael Tosati Dos; Dissertação concluída em 24/04/2109 A Justiça do Acesso: Um Olhar Antropológico Sobre Acesso À Justiça Em Uma Comunidade Camponesa, orientada por May Waddington Telles Ribeiro.

SILVA, Ivaneide A. e WADDINGTON, M. T.R. Novas ruralidades no distrito do Vale Verde: para além do rural e do urbano. *In: CARNEIRO, Ana [et al.] (orgs.). Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia*. Salvador: EDUFBA, 2020.

SILVA, Ivaneide Almeida da: Tese em andamento: As mulheres do beiju do Vale Verde: as relações de gênero no interior do trabalho Título provisório no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia. Área de Concentração: Sociedade, Cultura e Ambiente. Orientadora: Profa. Dra. May Waddington Telles Ribeiro.

WADDINGTON, May Telles Ribeiro e LOPES, Matheus Silva, Relatório PIBIC Rupturas e continuidades nas dinâmicas sociais de comunidades rurais no entorno do parque nacional do pau Brasil: um levantamento antropológico, 2019.

ENTREVISTAS

Algeziro Ribeiro, 96 anos, maio 2016, entrevista em vídeo concedida a Waddington, May T.R. e Viera, Angela M.

Boaventura de Palma, 68 anos, maio 2016, entrevista em vídeo concedida a Waddington, May T.R. e Viera, Angela M.

Aldacy Ribeiro, 60 anos, outubro 2017, entrevista em áudio concedida a May Waddington, Quadrado do Vale Verde

D. Maria, "Viúva da Bralanda", entrevista em vídeo concedida a May Waddington e estudantes, 2018, Bom Jesus, Vale Verde

Dona Sebastiana, 87 anos, 02 de maio de 2017, Projeto de Assentamento do Vale Verde, concedida a May Waddington Telles Ribeiro.

# 17

*Jean Bazin*<sup>65</sup>

Tradução *Pablo Antunha Barbosa*

*Vera Lucia da Silva*<sup>66</sup>

## **A ANTROPOLOGIA EM QUESTÃO: *alteridade ou diferença***<sup>67</sup>

65 Jean Bazin (1941-2001) foi um antropólogo francês diplomado em Filosofia na École Normale Supérieure (ENS) sob a orientação de Louis Althusser e doutorado em Antropologia com orientação de George Balandier na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Foi professor da Université de Paris V (René Descartes) e, posteriormente, membro e diretor do Laboratoire Genèse et Transformation des Mondes Sociaux (GTMS), atual Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux (IRIS) da EHESS [ndt]

66 Tradução elaborada como parte das atividades do projeto CAPES-COFECUB, "Regimes nacionais da autoctonia. Situações autóctones e questão nacional nas Américas e Oceania", coordenado por João Pacheco de Oliveira e Alban Bensa (Edital no 04/2017, Processo - 88881.143011/2017-01) [ndt]

67 Esse texto foi publicado originalmente em Yves Michaud (2000) e reeditado em Jean Bazin (2008) [ndt].

Já que fomos convidados a questionar os conhecimentos estabelecidos (“As Ciências Humanas ainda existem?”), gostaria que o substantivo “antropologia” gerasse, de início, certa perplexidade, ou até mesmo uma leve suspeição.

Afinal de contas, o que fazemos por trás desse título de “antropólogos” são estudos de caso: somos os especialistas de uma tribo touareg, de uma região kanak, de um mercado da Provence, de um reino africano ou de um bairro de periferia. Mas será que isso nos torna “especialistas em seres humanos”? Ou então seria necessário renunciar à pretensão de tomar a expressão no seu sentido grego? Para justificar essa apelação, invocamos a existência de um edifício disciplinar estruturado em vários níveis que, supostamente, do térreo etnográfico nos levaria a andares cada vez mais comparativos e sintéticos (a etnologia, a antropologia social). Mas isso é apenas um esboço didático de uso acadêmico.

O melhor é enfrentar o paradoxo de frente. Através da nossa experiência (aquilo que acontece em nosso entorno, em um dado momento e lugar) produzimos descrições: se há alguma “antropologia” nisso, são estas descrições que em si são antropológicas; ou então elas não são, deixam de ser, e este título é usado indevidamente. Mas se o são, é porque se dirigem ao homem, que de alguma forma nos é mostrado: uma certa generalização, isto é, está em ação o fato de levar em conta que é do homem de que se trata, e, portanto, tanto de você como de mim, mesmo no nosso escrupuloso respeito pela singularidade de cada situação.

Não há, portanto, como escutamos com frequência aqui ou ali, por um lado, na superfície a massa dos apaixonados pelo concreto, os repórteres do vivido, e por outro lado, nos sótãos sublimes, no entanto um pouco deserddados, um dédalo rebarbativo de “estruturas” e “modelos”. O problema se coloca melhor da seguinte forma: como existe um número indeterminado de descrições (ou de redesccrições) verda-

## SUMÁRIO



SUMÁRIO

deiras possíveis daquilo que acontece, em que caso é o homem que descrevo? Sob qual descrição está o humano que reporto? É desde esse ponto de vista que a antropologia me parece estar “em questão” hoje, isto é contestada, ameaçada, mas também em processo de construção.

Em um dia de abril de 1969, em um pequeno vilarejo próximo à Segu (no Mali), permitiram-me assistir a um sacrifício. Era o primeiro momento de uma cerimônia complexa, que à época ainda era realizada, pelo menos uma vez por ano, por uma sociedade de culto chamada *Komo*. O sacrifício acontecia de manhã cedo, um pouco afastado do vilarejo, em uma matinha isolada situada entre plantações. Pararam primeiro na entrada deste lugar: o mestre do culto pronunciou, ou melhor murmurou, uma invocação que foi seguida de um primeiro sacrifício no chão (caldo de painço e uma cabra). Traziam uma sacola bem suja de onde tiraram umas coisas meio alongadas cobertas de uma crosta toda rachada de sangue seco (*boli* ou “fetiches”) - não ousou dizer “negócios<sup>68</sup>” que, no entanto, refletiria melhor seu caráter literalmente indizível. O sacrificador desnudou-se quase por completo, pôs essas coisas em uma velha cabaça quebrada que estava no chão, na sequência começou a degolar por cima vários frangos e um cachorro, tendo o cuidado de encharcá-los bem com sangue fresco, pacientemente um após o outro. Durante esse tempo, os homens mais jovens depenavam os frangos e cortavam as carnes, com que fariam, em seguida, um grande prato coletivo que todos os adeptos comeriam um pouco mais tarde. O ambiente não constituía um espaço à parte. Cada um continuava com seus afazeres. Depois começaram à preparação das ferramentas necessárias para o momento mais público (contudo proibido às mulheres e aos não circuncisos) da cerimônia: a dança noturna de uma máscara (feita de penas de abutre coladas sobre um tecido) cujo portador, em transe ou interpretando a transe, profetisa com

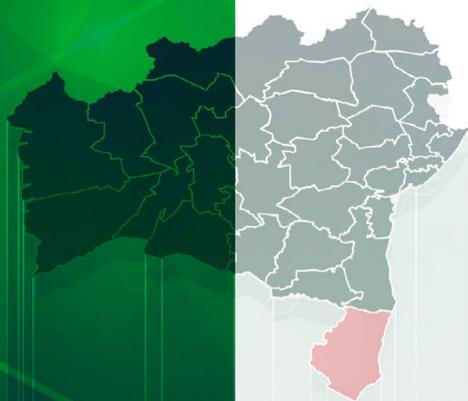
68 No original “machins”[ndt].

uma voz deformada e em uma língua voluntariamente incompreensível - passando uma mensagem saturada de sentidos múltiplos propostos à interpretação dos fiéis.

O que acabo de esboçar é uma descrição, a análise de uma forma de agir, e não um relato. Uma cerimônia é um encadeamento de ações (gestos, palavras...) que se conforma a uma regra explícita (às vezes até escrita) - o que chamamos de ritual, ou seja, um conjunto de prescrições. Mas cada cerimônia também é um acontecimento particular. Se a cerimônia fosse, por exemplo, um casamento na França de hoje, poderia supor que vocês sabem, pelo menos aproximadamente, como tudo acontece e contar-lhes, portanto, o casamento do meu primo Paul, insistindo em vários incidentes imprevistos que animaram ou perturbaram o desenrolar da cerimônia, ou então evidenciando o caráter das personagens reunidas na ocasião. Isso seria uma narração, que inclusive poderia ser uma ficção (penso no filme de Robert Altman, *Cerimônia de Casamento*). Contrariamente, se devo ensinar a vocês como se casa na França, ou então em algum meio social que não lhes é familiar, sirvo-me do casamento do primo Paul como um caso particular que ilustra o que é esse tipo de cerimônia. Foi o que fiz com esse sacrifício.

Em que essa descrição de uma cerimônia pode ser, eventualmente, antropológica? Supondo que se trate de uma cena que observo, podemos dizer que é do homem que ela fala? Da mesma forma, por exemplo, que um etólogo que observa um formigueiro e aprende sobre o comportamento social próprio da espécie "formiga". Na época clássica, de Montaigne a La Rochefoucauld, admitia-se que qualquer homem - tanto aqueles entretidos com seus sacrifícios ou eu mesmo, se me ocupasse em auto observar-me - era um exemplar da "condição humana". Mas, hoje, temos alguma dificuldade em admitir que a forma humana genérica possa ser lida tanto através de pessoas retiradas de uma sociedade e inscritas em uma história, quanto através de um

## SUMÁRIO

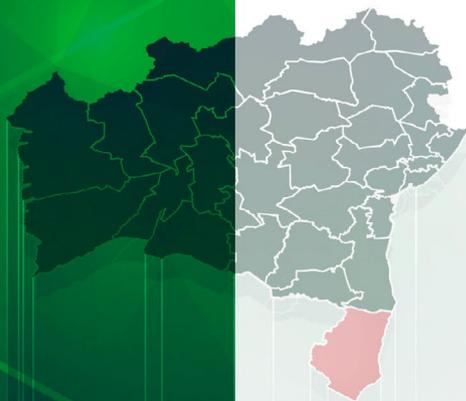


cadáver anônimo. Durante muito tempo chamou-se de “antropologia” o estudo anatômico do corpo humano: antropologia era um tratado sobre o animal humano. O que o anatomista revela ao grande público com a ponta de seu bisturi, como por exemplo o famoso Doutor Tulp retratado por Rembrandt, é de fato o homem. *A lição de anatomia* - variação erudita da lição de igualdade da finitude que é o *memento mori* - apaga as propriedades individuais ou sociais e expõe a disposição natural dos órgãos. Ecce homo. Mas será que devolvendo a vida ao emaranhado de órgãos espalhados sobre a mesa ele tornaria a ser novamente Pierre ou Paul, desonesto ou burguês de Leyde? Será que o “sujeito” da aula ainda nos deixaria ver nele o homem?

Entramos na idade moderna quando percebemos que “sob o nome pomposo de estudo do homem, faz apenas o dos homens do seu país” (ROUSSEAU, 1964 [1755], p. 212)<sup>69</sup>. Esses humanos que “o filósofo, segundo La Bruyère, passa a vida em observar”, não são nada mais do que exemplares da variedade europeia da humanidade: por que mesmo tendo explorado todas as partes do mundo, “nós conhecemos apenas os homens Europeus”. Foucault diz que antes do final do século XVIII, o homem, como objeto das ciências humanas, não existe. Mas a partir do momento que ele começa a existir, é no plural. Não se admite mais estudar o homem confinado em sua pequena província, fazendo anotações sobre as deficiências de seus vizinhos, ou então sondando seu próprio eu. “A terra toda está coberta de nações das quais só conhecemos os nomes, e nós metemos a julgar o gênero humano!” proclama Rousseau (*ibid.*, p. 213)<sup>70</sup>. E, como, decididamente, “a filosofia não viaja nunca”, o Diretório envia corajosamente alguns cidadãos-observadores para o outro lado do mundo depois de que a

69 Para a tradução dessa citação, foi utilizada a tradução brasileira de Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, publicada pela editora Martins Fontes em 1999, p. 314, ndt.

70 Para a tradução dessa citação, foi utilizada a tradução brasileira de Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, publicada pela editora Martins Fontes em 1999, p. 316, ndt.



## SUMÁRIO

efêmera Sociedade dos observadores dos homens, “preocupada em aperfeiçoar a antropologia”, os tivessem treinado anteriormente não apenas em medir crânios e forças musculares, mas também em “fazer experiências sobre os fenômenos do pensamento” (GÉRANDO, 1799). Vasto programa sobre o qual Lévi-Strauss diz, com razão, que já era aquele da “etnologia contemporânea” (LÉVI-STRAUSS, 1973 [1962], p. 46)<sup>71</sup>. Foi então, de fato, que se configurou, sobre o modelo da anatomia comparada, o projeto de uma observação itinerante e sistemática, pacientemente acumulada, idealmente exaustiva, daquilo que chamamos de nações humanas, que chamamos depois de raças, e que hoje chamamos de etnias. Em 1788, um professor de teologia desconhecido de Lausana publicou uma *Antropologia ou ciência geral do homem*, na qual, desde então, a etnologia se soma de forma explícita à “antropologia física” (DUCHET, 1971, p. 12).

Uma nação é um conjunto de nativos, mais tarde falar-se-á indígenas, que compartilham características comportamentais comuns. O que poderíamos chamar de *paradigma etnológico* é considerar que os usos e costumes não apenas variam, o que qualquer viajante, mesmo apressado, consegue constatar facilmente durante sua estadia, mas que há muitas variedades de homens. Sendo a diversidade cultural uma propriedade distintiva das populações humanas (enquanto as populações animais apresentam apenas um comportamento específico recorrente), a ciência natural deve, no caso do homem, prolongar-se em direção a uma ciência das culturas: “A etnologia [...] tenta fazer, na ordem da cultura, a mesma obra de descrição, de observação, de classificação e de interpretação que o zoólogo ou o botânico fazem na ordem da natureza. É nesse sentido [...] que se pode afirmar ser a etnologia uma ciência natural, ou que ela aspira a se constituir em

71 Para a tradução dessa citação, foi utilizada a edição da tradução brasileira de Arte, linguagem, etnologia. Entrevistas com Claude Lévi-Strauss / Georges Charbonnier, publicada pela editora Papirus em 1989, p. 136, ndt.

exemplo das ciências naturais” (LÉVI-STRAUSS in CHARBONNIER, 1989 [1961], p. 136)<sup>72</sup>.

Para o antropólogo, assim redefinido como *etnólogo*, trata-se de contribuir com o inventário descritivo e comparativo dos povos do mundo, indo estudar, se possível in loco, nativos de outra “nação” que a sua, de forma a poder dizer, uma vez de regresso, alguma coisa sobre o que eles são: matrilineares, canibais, polígamos, escarificados, temíveis... À imagem da comunidade erudita inclinada sobre o cadáver dissecado do homem (assim como Descartes desmontando, depois do corpo, a mecânica das paixões da alma), é necessário substituir, de agora em diante, a imagem de Malinowski ocupado em registrar em suas cadernetas, dentro da barraca que ele armou bem no meio da aldeia de Omarakana, tudo aquilo que lhe parece significativo de uma cultura. Penso em uma foto de 1916 que tornou-se uma espécie de emblema da disciplina e de seu método (“a observação participante”), enquanto que, para dizer a verdade, vemos sobretudo alguns Trobriandeses, sentados tranquilamente ao pé da mesa de trabalho do mestre, observando essa “lição de escrita” que é a operação de anotação deles mesmos pelo etnógrafo, do mesmo jeito que o “retratado” assiste ao espetáculo da fixação de sua própria imagem pelo pintor.

Cá estou eu, portanto, diante da cena onde se encena essa cerimônia, não mais um observador do homem, mas de uma forma particular de ser humano. Aquilo que, portanto, tomo conhecimento, como humilde operário do vasto programa etnológico, é de um comportamento próprio de uma etnia dada - nesse caso um comportamento tido como tipicamente bambara. Desde há muito tempo, ao longo das redes comerciais das cidades mercantes e muçulmanas do vale do Niger, usou-se esse termo para referir-se aos moradores pagãos das regiões circunvizinhas; mas a taxinomia prática dos comerciantes de

72 Para a tradução dessa citação, foi utilizada a edição da tradução brasileira de Arte, linguagem, etnologia. Entrevistas com Claude Lévi-Strauss / Georges Charbonnier, publicada pela editora Papirus em 1989, p. 136, ndt.



## SUMÁRIO

escravos e depois a ciência administrativa colonial acabaram por dar força de prova da existência de um tipo humano presumido diferente, o Bambara (BAZIN, 1985). Mas como, evidentemente, os Bambaras não são formigas, mesmo se observados por um olhar de quase naturalista, podemos supor que eles têm ideias, sem dúvida ideias pessoais, com as quais os etnólogos não se importam muito, mas sobretudo ideias de Bambara, “representações coletivas”. É por isso que não me satisfaço em olhar e ouvir, na sequência peço explicações, solicito comentários. Ponho-me na busca de uma crença, de uma fé comum, vou à caça de uma doutrina esotérica, até mesmo de um mito, cujo rito seria sua execução. Além disso, tento estabelecer correlações, tecer uma rede de associações significantes, não apenas entre comportamentos e discursos, mas também entre diversos comportamentos e discursos anotados anteriormente em outras ocasiões. Devo inserir essa cerimônia dentro de uma imagem geral - aquilo que vamos chamar de “cultura bambara” - imagem que, embora necessariamente apresentada sob a forma de um processo discursivo (uma série de rubricas ou de capítulos), deverá ser compreendida como uma rede tecida cheia de correspondências simultâneas. Resumidamente, tento expressar a “bambaridade” dos Bambaras, de enunciar o essencial daquilo que faz um Bambara ser um Bambara. Porque onde quer que ele esteja e o que quer que ele queira, um Bambara continua sendo um Bambara e se comporta como um Bambara. Como “sujeito” do conhecimento etnológico, o “nativo” não age, ele revela uma visão do mundo ou testemunha uma “mentalidade” que lhes são próprias e que me são estranhas, ele expressa, em cada um de seus gestos e palavras, aquilo que ele é, como cada animal indica as características de sua espécie.

Contudo, se a descrição dessa cerimônia é “antropológica”, no sentido que se trata do homem ou do humano, e não do Bambara, então ela procede de outra forma. Em primeiro lugar, é necessário introduzir uma premissa antropológica. Poderia ser, neste caso, a fórmula que Wittgenstein propõe, não sem hesitação: “O homem é um animal cerimonial”. Não se trata de uma definição do homem, diz ele,

SUMÁRIO

trata-se de uma constatação (pela qual poderíamos “começar um livro sobre antropologia”): “quando se considera a vida e a conduta do homem sobre a terra, é possível ver que, além do que se pode denominar atividades animais, a alimentação etc., etc., etc., há também realizações que carregam um caráter totalmente outro //específico//e que se poderiam denominar ações rituais” (WITTGENSTEIN, 1982 [1979], p. 19)<sup>73</sup>. Uma vez colocada tal premissa dessa forma, a cena que fui espectador se transforma em uma situação da qual faço parte: um animal cerimonial, neste caso eu mesmo, é testemunha de uma cerimônia. Não sei ainda ao certo o que essas pessoas fazem, a conduta delas parece-me bastante enigmática, mas sei que eles sacrificam e tenho alguma ideia sobre sacrifício.

Embora não tenha me tornado parte do rito (exceto na medida em que, sem dúvida, minha presença perturba o desenrolar normal da cerimônia – mas quando seu desenvolvimento é “normal”?), estou bem implicado enquanto homem. A descrição que farei dessa cerimônia será, portanto, a descrição de uma cerimônia por um animal cerimonial. Para que isso não ocorra, é preciso imaginar uma descrição em que o autor não seria humano (que dizem os deuses de nossos sacrifícios?). Quando um animal cerimonial descreve uma cerimônia, ele substitui “uma cerimônia por outra”, como se substitui “um símbolo por outro” (WITTGENSTEIN, 1982 [1979], p. 15)<sup>74</sup>. Dito de outro modo, quando minha descrição é antropológica, considero a cerimônia, ou cada um de seus momentos, como a variante de outra, que me é mais familiar, ou de várias outras que já conheço.

73 Para a tradução dessa citação, foi utilizada a tradução brasileira de Observações Sobre O Ramo de Ouro de Frazer, publicada no Suplemento da Revista Digital AdVerbun, 2 (2), 2007, p. 198, ndt.

74 Para a tradução dessa citação, foi utilizada a tradução brasileira de Observações Sobre O Ramo de Ouro de Frazer, publicada no Suplemento da Revista Digital AdVerbun, 2 (2), 2007, p. 195, ndt.

SUMÁRIO



Que, por exemplo, o que sacrifica se despoje de suas vestimentas não tem um sentido escondido a ser interpretado (retorno simbólico à natureza selvagem, desnudamento do homem diante de Deus...), é uma maneira diferente de assinalar o caráter cerimonial de seu ato: toda prática cerimonial é enfatizada de múltiplas maneiras, em cada detalhe de sua efetivação. A esse respeito, é equivalente que o responsável pelo ofício se desnude ou que ele se recubra de uma rica túnica reservada para essa circunstância, como é equivalente, desse ponto de vista, que o sacrifício tenha lugar sob a cobertura de um tipo de arbusto no meio de uma plantação ou dentro de um templo monumental: há muitas formas de traçar os limites de um espaço e tempo sagrados. Derramar o sangue das carnes sobre essas coisas e embebê-las com cuidado é outra maneira de reservar a parte dos deuses antes de consumir entre homens o alimento comum. Em outros lugares, queima-se as vísceras e os ossos sobre o altar, mesa posta para um deus ausente e imaterial que se regala unicamente da fumaça das carnes, ou deposita-se um prato diante do leito sobre o qual está a imagem do deus; aqui, “alimenta-se” de sangue das coisas presentes, manipuláveis, mantidas a princípio escondidas, mas momentaneamente expostas no lugar proibido. Inútil buscar um sentido particularmente bambara, grego ou inca do sacrifício. Como nota Paul Veyne, se esta prática repercutiu tanto através dos séculos e das sociedades, é justamente porque ela “é equívoca o bastante para que cada um encontre sua satisfação particular” (VEYNE, 2000, p. 22). Seu enigma, assunto infinito de “explicações fantásticas”, faz todo seu sucesso. Inútil também atribuir a esse homem uma crença e a essas pessoas uma mentalidade particularmente fetichistas – uma figura de primitivismo desde o presidente de Brosses e da africanidade desde Hegel: não há religião sem coisas, sem representação material do absoluto, sem incorporação da autoridade suprema misteriosa em virtude da qual isso que acontece, acontece e deve acontecer: o padre tira o corpo do deus de um cibório de ouro, o exhibe à assembleia, o come e dá aos outros para que também comam.

SUMÁRIO

O que é mostrado nessa descrição, na medida em que ela é antropológica, não é o que esses humanos são, Bambaras, Papuásios ou Balineses, mas o que eles fazem, a maneira como, em determinada circunstância, eles agem. O próprio de uma ação humana, é que ela é necessariamente “feita” de alguma forma e não de qualquer jeito, ela é, portanto, suscetível de ser “explicada” a quem a ignora: pode-se aprender a fazê-la. Identifico a existência de um certo acordo entre essas pessoas, sobre como fazer um sacrifício: aqui e nesse caso convém fazer assim, ou seja, diferentemente disso que se faz em outro lugar e em outras circunstâncias. Uma certa proposição diz como agir, indica uma prescrição. Para um uso efetivo, substituo um símbolo (uma regra) pela sua apresentação oral ou escrita. A regra não é o uso, descrever um sacrifício ou fazer um. Mas ao transcrever um “saber como” imanente a uma prática em uma série de orientações, instruções, modelos, aprendo como aqui e agora sacrifica-se de outro modo. Que existam por todos os lados, maneiras diferentes de fazer “a mesma coisa”, um sacrifício, por exemplo, é um fato antropológico.

Se a antropologia está de fato “em questão”, vemos o que está em jogo nessa questão. Afinal, o que estudamos? Populações ou ações? Isso que chamamos de nosso “campo”, é uma espécie de laboratório onde conduzimos *in loco* uma pesquisa sobre uma certa variedade de homens, anotando comportamentos, registrando enunciados, coletando objetos, como um naturalista que vai recolher pedras ou plantas à título de amostras de um determinado meio natural? Ou então não se trata, antes de tudo, de uma situação onde, encontrando-me em companhia de alguns de meus contemporâneos, tento saber o que eles podem estar fazendo, compreender como eles agem – cada situação sendo o momento de uma história em curso em que somos, tanto essas pessoas como eu mesmo, de maneiras diversas, os atores?

Quando, como observadores do homem, nós nos damos por objeto um povo, uma etnia, produzimos esse tipo de objeto que chamamos *culturas*. É essa operação que, para falar especificamente, deveria se chamar etnografia. Etnografar é inscrever sobre um suporte qualquer (um texto, um filme, uma sala de museu...) uma série de traços que distinguem um povo de outro que, tomado em conjunto (várias características relacionadas formando um “tipo”), deveriam expressar um gênio próprio, o espírito, o “ethos”. Os etnógrafos não estudam as culturas, eles as escrevem. Sob sua erudita caneta, uma cultura é evidentemente muito mais que a pequena lista de estereótipos caricaturais e pouco valorizados que pode ser suficiente para uma identificação étnica que atenda outras necessidades. Mas quanto mais se esforçam em fazer uma totalidade única, tornam mais densos os significados, complexificando indefinidamente a rede labiríntica de suas correspondências simbólicas, quanto mais aumentam sua “incomensurabilidade”, mais aprofundam a alteridade. Da mesma forma que quanto mais específica-se “as palavras da tribo”, mesmo que isso signifique acrescentar múltiplas camadas de sentidos que não estão implicadas no seu uso cotidiano, mais mergulha-se nas delícias da intraduzibilidade, na vertigem do indizível essencial do outro.

Uma cultura é o mecanismo através do qual se reconhece que o outro é bem outro. É uma representação, mais ou menos elaborada, que “nós” nos damos da alteridade dos outros. A “ciência natural” do *Homo culturalis* começa apenas quando se apaga o rosto familiar de outrem para fazer aparecer a face inquietante, mas fascinante, do outro (esse que se escreve com O maiúsculo, sem dúvida para melhor representar o abismo que supostamente nos separa dele). Ser etnicamente bambara, papuásio ou balinês, antes de ser qualquer coisa, é a princípio não ser como nós, nós os europeus, dizia Rousseau, rebatizados em seguida ocidentais para incluir nossos primos do outro lado do atlântico. A “bambaridade” é uma das múltiplas formas disso que para esse “nós” se configura como seu outro. Assim, o inventário etnográ-

## SUMÁRIO



fico é por princípio etnocentrado: a observação do homem é feita por esse nós sobre os outros, esforçando-se apenas por respeitar uma neutralidade axiológica ao custo de apagar constantemente as designações desvalorizantes (bárbaro, selvagem, primitivo, popular...). Mas, ao final, o outro nunca é ele mesmo: mesmo respeitado ou celebrado, ele continua sendo uma imagem alterada de si-mesmo.

A atividade etnográfica, a representação em palavras, em cenas e em imagens das diferenças, dos sinais manifestos de uma alteridade essencial, é hoje multiplicada e universalizada: ela não se restringe mais ao olhar do Ocidente sobre “seus” outros, os nativos de sua própria Fronteira ou os indígenas de seus impérios coloniais, tornaram-se imigrantes de suas cidades. As culturas são agora essas imagens que os outros produzem e difundem – e que nós consumimos – de sua identidade. A terra é desde então uniformemente habitada de indígenas e o debate público tende a tornar-se um vasto confronto de “pontos de vista indígenas”. Cada um se faz etnógrafo de si-mesmo e tenta exibir e fazer reconhecer sua diferença cultural como o índice, a prova de sua alteridade essencial, de modo que nunca existiram tantas culturas. É esse jogo que se batizou com o nome de sociedade multicultural (ou pluriétnica).

A hipótese etnológica de uma explicação de comportamentos humanos pelo pertencimento étnico concorre cada vez mais fortemente com a hipótese sociológica de uma determinação de comportamentos pelo pertencimento social. Baseando-se em uma ciência natural imaginária (os corpos não “seguem” a lei de gravidade, como nós seguimos o código de trânsito...), presume-se que existe um princípio ativo inconsciente e coletivo por trás das ações: a cultura. Eles fazem assim porque eles são outros e, reciprocamente, nós somos nós mesmos porque nós seguimos nosso costume. Assim como a identidade pessoal aparece como “a expressão” psicológica ou social de uma identidade “real”, um código genético (ampliado a um sistema imunitário) próprio de cada indivíduo, as identidades coletivas são dadas

## SUMÁRIO

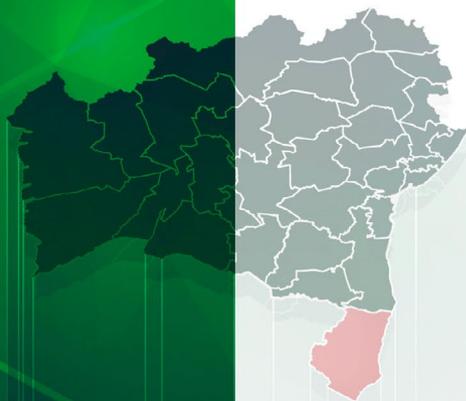


como espécies e subespécies do gênero humano – as diferenças específicas sendo engendradas não biologicamente, pela modificação do programa genético, mas culturalmente, pela instalação e transmissão de “programas mentais” distintos. A naturalização de entidades humanas não está mais ligada a uma teoria racial ultrapassada, mas à aparente evidência de uma alteridade cultural. Esse paradigma etnológico, versão soft da velha hipótese poligenista, tem de tal modo invadido o discurso de nossos contemporâneos, que hoje eles parecem aceitar as evidências partilhadas do senso comum, e de um senso comum agora globalizado. A história política das relações de dominação e de disputas é substituída pelo espaço de coexistência simultânea de uma multiplicidade indefinida de entidades étnicas, isto é, de conjuntos capazes de engendrar “indivíduos culturalmente semelhantes”<sup>75</sup>. A prática do genocídio ou do etnocídio (exterminio físico de pessoas ou apagamento somente de sua “programação” cultural), assim como as formas corriqueiras de sua denúncia partem do mesmo pressuposto de um “parque humano” composto por um conjunto de variedades, cuja diversidade os novos jardineiros do planeta Terra se darão ao trabalho de preservar.

O trabalho antropológico – trabalho crítico, mais do que nunca na agenda – não é o de promover a alteridade, é antes o de reduzi-la. Não importa quão estranhas, ou mesmo absurdas, algumas ações possam nos parecer a princípio, deve haver um ponto de vista a partir do qual, uma vez conhecidas, elas só se revelam diferentes das nossas: é assim que a descrição delas é antropológica. Em se tratando de seres humanos, devo aprender como eles agem – e a experiência prova (como demonstra o movimento em marcha) que a aposta é pertinente. Do sacrifício do *Komo* de que fui testemunha em Segou à missa católica que nos é mais ou menos familiar, a série de mediações necessárias pode parecer longa, mas não infinita. O número de media-

75 Definição que tomo emprestada de um profissional da “etnoterapia”, Tobie Nathan, 1994, p. 183.

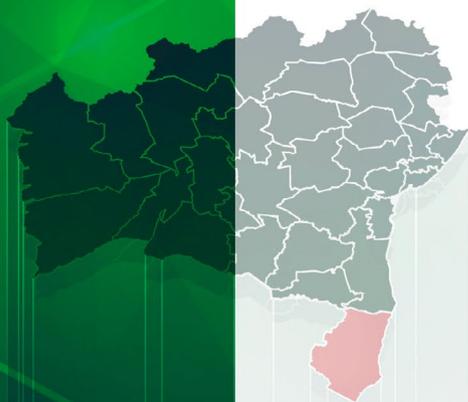
## SUMÁRIO



ções necessárias torna a aprendizagem mais ou menos difícil, mas não impossível. Se este fosse o caso, haveria algum motivo para perguntar se estas são realmente ações (não se tenta compreender uma reação química ou um eclipse, eles se explicam pelas suas causas), ou se essas pessoas são verdadeiramente humanas.

A dificuldade vem do fato de que cada ação humana se executa com base em uma multiplicidade de condicionantes e de requisitos que normalmente não são ditos, sem que por isso possamos lhes atribuir nem indizíveis nem inconscientes, ou afirmar que formam um sistema para que possam ser pensados. A soma de tudo que os atores combinam sem ter debatido nem decidido e que eles não têm nenhuma necessidade de explicitar, desde que estejam entre eles, já que é evidente que tudo isso dá forma a um “mundo”: vive-se “dentro” sem ter que se colocar como tal, “funcionamos por preterição” (HÉRITIER, 1996, p. 10). Daí a opacidade inerente às ações humanas, quaisquer que sejam, a começar por essas que nos são mais familiares, as nossas – é por isso que a oposição entre uma “antropologia do próximo” e uma “antropologia do distante” é epistemologicamente sem fundamento. Para poder descrever a menor ação que seja, é preciso aprender todo um mundo, isto é, estabelecer pacientemente as diferenças entre os mundos, entre as configurações do que pode ser feito e do que não pode ser feito em determinadas circunstâncias sociais e históricas. Mas todo mundo é uma variante de uma série de mundos que incluem necessariamente o meu. E nós, os humanos, temos a capacidade de, sabendo agir em um mundo, saber agir (mais ou menos bem) em mundos múltiplos. A maioria dos contextos exigem dos atores essa habilidade: alguns sofrem e outros são peritos. A experiência antropológica consiste em se deslocar, não necessariamente para muito longe e às vezes só em pensamento ou simplesmente deslocando o olhar, mas o suficiente para experimentar e empreender a aprendizagem de um mundo não familiar. Na medida em que o que é evidente para estas pessoas quando elas agem, não é evidente para mim que as observo

## SUMÁRIO



agir, que me encontro em posição de dever aprender como elas agem. Essa é a experiência de uma situação onde não somente coexistem, mas se somam, dentro de uma relação de contemporaneidade e de imbricação, vários mundos diferentes, incluindo o meu.

Enfim, somos capazes o bastante para compreender a ação de outros. Desde que “compreender” não seja revelar uma hermenêutica do dito e do não-dito, nem adivinhar por empatia o sentido escondido (mental, interno) e definitivamente inatingível e indecifrável de um comportamento observado – busca de um saber eternamente insatisfeito, que não deixa outro recurso que não uma mutação de identidade e vem alimentar um “culto da singularidade” (ibid., p. 34). Compreender uma ação é muito mais tê-la descrito de uma maneira tal que ela nos apareça como uma das maneiras possíveis de fazer segundo outras regras ou em condições diferentes daquelas em que nós mesmos fazemos. Segundo Wittgenstein, recortar, após sua morte, as últimas partituras de Schubert e distribuí-las em pequenos pedaços aos seus alunos preferidos também é um sinal compreensível de devoção, mesmo se preferíssemos mantê-las intactas e protegidas (WITTGENSTEIN, 1982, p. 17-18). Esta compreensão se obtém por um processo de *generalização*, isto é, da transformação da alteridade e sua estranheza aparente em diferença conhecida, quer dizer, controlável.

## SUMÁRIO

## BIBLIOGRAFIA

BAZIN, Jean. À chacun son Bambara. In: AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia. *Au coeur de l'ethnie. Ethnie, tribalisme et État en Afrique*, Paris: La Découverte, 1985.

BAZIN, Jean. *Des clous dans la Joconde. L'anthropologie autrement*. Toulouse: Anacharsis, 2008.

CHARBONNIER, Georges. *Entretiens avec Claude Lévi-Strauss*, Paris: Plon, 1961.

DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des lumières*, Paris: François Maspero, 1971.

GÉRANDO, Joseph Marie. Considerations sur les diverses méthodes à suivre dans l'observation des peuples sauvages, [1799]. In COPANS, Jean e JAMIN, Jean , *Aux origines de l'anthropologie française. Les mémoires de la Société des Observateurs de l'Homme en l'an VIII*, Paris, Jean-Michel Place, 1994 [1978].

HÉRITIER, Françoise. *Masculin/Féminin. La pensée de la différence*. Paris, Odile Jacob, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Jean-Jacques Rousseau, fondateur des sciences de l'homme. In LÉVI-STRAUSS, Claude, *Anthropologie Structurale II*, Paris, Plon, 1973 [1962].

MICHAUD, Yves. Y. Michaud. *Qu'est-ce que la société? Université de tous les savoirs*. Paris: Odile Jacob, 2000.

NATHAN, Tobie. *L'influence qui guérit*. Paris: Odile Jacob, 1994.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes. In ROUSSEAU, Jean Jacques. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1964 [1755].

VEYNE, Paul. Inviter les dieux, sacrifier, banqueter. Quelques nuances de la religiosité gréco-romaine. *Annales. Histoire, sciences sociales*, 55 (1), 2000, p. 3-42.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarques sur le Rameau d'Or de Frazer*, Lausanne: L'Âge d'homme, 1982 [1979]

## SUMÁRIO



## SOBRE O ORGANIZADOR



### **Bougleux Bomjardim da Silva Carmo**

Doutor em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia (2021). Mestre em Letras - Profletras - pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Especialista em Linguística Forense pela Universidade do Porto – UP/PT (2018). Licenciado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (2008). Membro dos seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisas Avançadas em Materialidades, Ambiências e Tecnologias, Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens – GEICEL (CNPQ/CAPES/UNEB) e do Grupo de Pesquisa Educação, História e Diversidades - GPEHDi. Atualmente, é professor de língua portuguesa no Colégio da Polícia Militar Anísio Teixeira – CPMAT / Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Já atuou como professor substituto no Colegiado de Letras da Universidade do Estado da Bahia - UNEB / DEDC Campus X e como tutor presencial da Licenciatura em Letras Vernáculas EaD / UESC. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: argumentação, análise



da Conversa Etnometodológica, Análise da Conversação, ensino de língua portuguesa, discurso e violência em interface, estudos de narrativas, linguística forense, linguística textual, marcadores discursivos, memória social, multimodalidade e pragmática. Além disso, é psicanalista pela Sociedade Brasileira de Psicanálise e Psicoterapias - SOBRAPP e músico pianista licenciando em Música pela Universidade do Estado da Bahia. É membro associado da Associação Brasileira de Educação Musical - ABEM e da Associação Brasileira de Linguística - ABRALIN, na qual participa da Comissão de Ensino de Línguas. Publicou artigos e coletâneas nas áreas de Letras, Linguística e Ciências Humanas. E-mail: bougleux.carmo@hotmail.com.

## SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

### **Adriana Vilas-Bôas Borges**

Graduada em Administração com habilitação em Recursos Humanos pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC-2006), Especialização em Docência do Ensino Superior e em Gestão de Recursos Humanos. Mestre em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB-2019). Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Estado e Sociedade-UFSB. Desenvolve pesquisas nas áreas de: Desenvolvimento Local e Regional; Políticas Públicas de Economia Solidária; Inclusão Socioprodutiva, Mulheres na economia solidária e os processos de emancipação, empoderamento feminino e a construção de novos laços produtivos, reprodutivos econômicos e sociais. E-mail: adrianaguerrieri@hotmail.com.

### **Caio Rudá de Oliveira**

É graduado em Psicologia e mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia. Atua como professor assistente na Universidade Federal do Sul da Bahia. Tem experiência em Psicologia Clínica e da Saúde e nos estudos sobre formação em Psicologia. E-mail: caioruda.o@gmail.com.

SUMÁRIO



### **Carlos Henrique Leite Borges**

Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, com Especialização em Economia de Empresas, Mestrado em Cultura e Turismo, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Doutor em Estado e Sociedade pelo Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. Desenvolve estudos e pesquisas com ênfase em Turismo Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária. E-mail: [ch.borges@hotmail.com](mailto:ch.borges@hotmail.com).

### **Ceila Sales de Almeida**

Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicada, Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, Doutoranda em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia. Professora na Universidade do Estado da Bahia, campus XVIII. Advogada. É autora da obra, *Feminismo Negro: luta por reconhecimento das mulheres negras no Brasil*. Participa do grupo de pesquisa Direito, Sociedade e Cultura da FDV. Pesquisadora convidada no CLAEC, Centro Latino Americano de Estudo em Cultura. Integrante do Coletivo Dandaras. E-mail: [ceilasales@hotmail.com](mailto:ceilasales@hotmail.com).

### **Dhanyane Alves Castro**

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA/2015). Mestre em Desenvolvimento Social e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES/2007). É docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBAIANO, Campus Teixeira de Freitas/BA. Atua como vice-coordenadora nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) do IFBAIANO. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Conflitos e Segurança Social - GPECS da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Tem interesse e experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: violência, medo, cidadania, políticas públicas e relações étnico-raciais. E-mail: [dhanyane@yahoo.com.br](mailto:dhanyane@yahoo.com.br).

## SUMÁRIO



SUMÁRIO

**Fabiano Ferreira Machado**

É graduado em Bacharel e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Mestre em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. Atua na educação básica ministrando aulas de Geografia para o Ensino Fundamental II na rede privada e no Ensino Médio pelo Estado da Bahia. É autor da obra “A dinâmica de transformação territorial através da urbanização voltada para o turismo de temporada: um estudo de caso da Rede de Condomínios Residenciais Tonziro, na orla norte de Porto Seguro, BA”. Atualmente se dedica aos estudos de Geografia Urbana, Planejamento Urbano e Ensino de Geografia. E-mail: fgeo84@yahoo.com.br.

**Fernanda Moreau de Almeida Soares**

É graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB e participa do Núcleo Universitário de Estudos, Pesquisa e Intervenções em Dissidências Sexuais (NUDES) da UFSB. Atua principalmente nos temas saúde, gênero e sexualidade. E-mail: fernanda.moreau.as@gmail.com.

**Francisco Cancela**

É graduado em História pela Universidade Católica do Salvador. Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia e integra o Programa de Pós-Graduação Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia e o Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, dos Povos Indígenas e das Culturas Negras da UNEB. É autor da obra “Os índios e a colonização na antiga capitania de Porto Seguro” (Paco, 2018). Participa do grupo de pesquisa História da América Portuguesa (UNEB). Coordena o Museu de Arte Sacra da Misericórdia de Porto Seguro e desenvolve pesquisas sobre o patrimônio cultural do atual extremo sul da Bahia. E-mail: fcancela@uneb.br.

**Gabriela Andrade da Silva**

Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), com Mestrado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é professora adjunta no Centro de Formação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), no município de Teixeira de Freitas (Bahia). Atua como professora co-

SUMÁRIO

laboradora externa no Mestrado Profissional em Psicologia da Saúde do Instituto Multidisciplinar em Saúde da UFBA, em Vitória da Conquista (Bahia). Principais temas de pesquisa: plantão psicológico, saúde coletiva, desinstitucionalização psiquiátrica, formação em psicologia, parentalidades, transtornos mentais no período perinatal.

**Henika Priscila Lima Silva**

Graduada em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestre em Ciências da Saúde, com ênfase na Educação, Saúde e Sociedade, numa perspectiva interdisciplinar pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, doutoranda em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia. Atua na docência e na gestão da Saúde Pública, é autora da obra “Homicídios no Estado da Bahia e seus Determinantes Socioeconômicos” e coautora da obra “Cloroquina e Covid-19: reflexões à luz da ética, bioética e ciência”. Participa do Grupo de Pesquisa em Conflitos e Segurança Social. Tem experiência em Atenção Primária à Saúde, Saúde do Trabalhador, Epidemiologia e as causas externas de morbimortalidade, vigilância em saúde, criminalidade e violência com discussões em uma perspectiva social. E-mail: henikapriscula@gmail.com.

**Herbert Toledo Martins**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Atualmente é Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Conflitos e Segurança Social - GPECS/CNPq. Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da UFSB. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: administração de conflitos, drogas, criminalidade, violências, populações de beira de estrada, recursos de uso comum e comuns. E-mail: herbert.ufrb@gmail.com.

**Isis lima da silva**

Psicóloga formada pela UFPB, com ênfase na área clínica e social, Psicopedagoga e mestre em Estado e Sociedade/UFSB, com estudo na área de Saúde Mental relacionada às experiências de reconhecimento e menosprezo dos usuários de saúde mental. Atualmente participa do grupo de pesquisa Estudos Interdisciplinares sobre Subjetividade, Re-

lações de Poder e Violência (UFSB). Trabalha como Psicóloga do CAPS II de Porto Seguro, membro da equipe de matriciamento em Saúde Mental e atuou no CAPS ad e ambulatório de saúde mental. Docente do Curso de Administração e Letras na Faculdade Nossa Senhora de Lourdes, em Porto Seguro Bahia. Atuação em clínica privada. Possui experiência em docência em outras faculdades da região nos cursos de Enfermagem, Direito e Pedagogia e no terceiro setor com crianças e adolescente. E-mail: isisls@hotmail.com.

#### **Janaína Zito Losada**

É professora da Universidade Federal do Sul da Bahia/UFSB. Graduada em História pela Universidade Federal do Paraná (1996), Mestre (1998) e Doutora (2007) em História pela Universidade Federal do Paraná com pós-doutoramento em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade de Brasília (2014). Atua no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade/PPGES/UFSB, com a linha de pesquisas Sociedade, Cultura e Ambiente. Participa do grupo de pesquisas avançadas em Materialidades, Ambiências e Tecnologias da UFSB. Foi, entre 2017 e 2020, Pró-reitora de Gestão Acadêmica na UFSB. Tem experiência no campo da História Ambiental e Estudos animais, História das Ideias, privilegiando os seguintes temas: História e natureza, historiografia brasileira, história da conservação na natureza e História das relações humanos/animais. E-mail: janaina.losada01@gmail.com; janainalosada@ufsb.edu.br.

#### **Márcio Soares Santos**

Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Especialista em História Social do Trabalho por esta mesma universidade. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Alagoas. Experiência como professor nos níveis Fundamental, Médio e Superior (Graduação e Pós-Graduação). Atualmente é Professor Assistente do Colegiado do Curso de Licenciatura em História, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Trabalha com as áreas de Teoria, Metodologia e Pesquisa em História; Teoria Social; Capitalismo e Mundo Contemporâneo. Realiza estudos sobre história, sociedade, economia e meio ambiente. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a história o Extremo Sul da Bahia, com ênfase na produção econômica, na organização social do trabalho, na experiência de classe e no meio-ambiente. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: mss.hist@gmail.com.

## SUMÁRIO



SUMÁRIO

**Marília Martins De Araujo Reis**

É graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Gestão de Redes de Atenção em Saúde (ENSP/FIOCRUZ), em MBA em Gestão de Recursos Humanos (UNIFACS) e em Estudos Transdisciplinares em Cultura (UNEB). Mestranda e Doutoranda em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia. Atua como psicóloga e docente de Psicologia na Universidade Estadual da Bahia onde é responsável pelo Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico ao Estudante. É autora da obra “Controvérsias no processo de Matriciamento entre Saúde Mental e Atenção Básica – De materialidades a percursos formativos em um município do Extremo - Sul baiano (2020). Participa do grupo de estudo “De(s)colonizar mentes femininas na América Latina/ Afrodiaspórica: em busca de uma nova metodologia” (CLAEC). Tem experiência com equipes NASF, CAPS II, CREAS e Casa de Apoio a vítimas de violências. Terapeuta Comunitária Integrativa (MISC-BA). E-mail: mariliaamarilis@hotmail.com.

**May Waddington Telles Ribeiro**

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Sociedade e Agricultura pela Universidade Federal rural do Rio de Janeiro, onde também fez seu estágio de pós-doutoramento. Atua em antropologia do desenvolvimento e meio ambiente. Coordena o grupo de pesquisa DITERC- Dinâmica Territoriais e Ruralidades Contemporâneas. Tem experiência em antropologia visual atuando como documentarista. E-mail: my.waddington@gmail.com.

**Pablo Antunha Barbosa**

É graduado em Ciências Sociais e mestre em Etnologia e Sociologia Comparada pela Universidade de Paris X Nanterre. Doutor em Antropologia Social e Histórica pela EHESS, Paris, com período de cotutela no PPGAS-MN-UFRJ e pós-doutorado (Bolsa nota 10, FAPERJ) na mesma instituição. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). É pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED, PPGAS-MN-UFRJ) e do Centro de Investigaciones Históricas y Antropológicas (CIHA, Bolívia). Tem experiência em: etnologia indígena, antropologia histórica, história da antropologia, história indígena e do indigenismo. E-mail: pablo.barbosa@csc.ufsb.edu.br.

SUMÁRIO

**Rafael Andrés Patiño**

Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Graduado em Psicologia pela Universidad de Antioquia e Mestre em Psicologia pela Universidad de San Buenaventura (2009), ambas na Colômbia. Realizou estudos de Doutorado em Psicologia, pela Universidade Federal da Bahia (2013) e concluiu Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor convidado no Sciences Po Lyon, (Université de Lyon-França), no Diplôme d'établissement sur l'Amérique latine et les Caraïbes. Desenvolve estudos sobre fenômenos de violência e práticas de exclusão social contra sujeitos e coletividades, em distintos contextos. Lidera o grupo de pesquisa, Estudos Interdisciplinares sobre Subjetividade, Relações de Poder e Violência. É docente da Pós-Graduação em Estado e Sociedade da UFSB e da Pós-Graduação em Psicologia da UFBA.

**Raimundo César Magalhães Dantas**

Advogado, professor, membro efetivo da Fundação para o Desenvolvimento Social do Extremo Sul da Bahia e doutorando em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia. Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela UFBA, cuja dissertação consta do livro publicado Gestão Participativa e Polícia Comunitária. Especialista em Direito Penal, Processual Penal e Processo Civil, em Gestão nível tático e estratégico da Segurança Pública, em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. Graduado em direito e militar estadual aposentado na Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa em Conflitos e Segurança Social da UFSB. Tem experiência na gestão da segurança pública e docência na educação básica e superior. Membro efetivo da Academia Teixeira de Letras/ATL. E-mail: raimundomagal@yahoo.com.br.

**Rebeca Valadão Bussinger**

É graduada, mestre e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, tendo realizado estágio pós-doutoral em Psicologia nesta mesma universidade. É docente da Universidade Federal do Sul da Bahia com atuação no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Graduação em Psicologia e professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais. Integra o grupo de trabalho “Psicologia, Política e Sexualidades” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). É uma das coordenadoras do NUDES – Núcleo Universitário de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Dissidências Sexuais da UFSB. E-mail: rebecca-bussinger@hotmail.com.

### **Roberto Muhájir Rahnemay Rabbani**

Doutor em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha (USC), aprovado “cum laude” e doutorado europeu, com revalidação pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Fiscalidade Internacional e Comunitária pela USC. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foi bolsista de Doutorado do Ministério das Relações Exteriores e Cooperação da Espanha (MAEC-AECID). Atuou como Professor Substituto da UFS. Advogou em mais de 745 processos. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), atuando no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) e no Programa de Ciências e Tecnologias Ambientais (PPGCTA). Atuou como Vice-Decano do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS). Foi Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES-UFRN), onde atuou como Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso, Presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Vice-Chefe do Curso de Direito, Membro do Conselho de Centro (CONSEC), Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) Vice-Coordenador do Curso de Direito. Publicou livros e artigos científicos na área de Direito, Tributação Ambiental e Meio Ambiente.

### **Sandra Adriana Neves Nunes**

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Saúde pela Universidade de Greenwich, Inglaterra e Doutora em Psicologia pela UFSC na área de concentração Processos Psicossociais, Saúde e Desenvolvimento Psicológico. Professora adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde e do Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade. Líder do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Humano e Avaliação Psicológica GPDHAP, desenvolve estudos nas linhas de pesquisa Contextos de Socialização e Desenvolvimento Humano e Avaliação Psicológica, Saúde e Desenvolvimento Humano. Integra o grupo de pesquisa GEPPEE -Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia do Esporte e do Exercício, desenvolvendo estudos na área da ansiedade competitiva e integra o grupo de Pesquisa Programa Integrado de Estudos em Saúde Coletiva (PIESC), com as linhas de pesquisa sobre a Situação de Saúde, Saúde da Família e Comunidade e Saúde Cultura e Sociedade. E-mail: psandranunes7@hotmail.com.

### **Silvoney Silva Pena**

Possui Bacharelado em Segurança Pública e Defesa Social pela Academia de Polícia Militar da Bahia (2014). Mestre em Estado e Sociedade pela UFSB (2020).

### **Tharles Souza Silva**

É graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestre em História pela mesma universidade e doutorando em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Atua na área da Educação Básica como Professor de História. É autor da obra “O “Escandaloso contrabando praticado em Porto Seguro”: economia e sociedade no fim do período colonial” (2021) e organizador do livro “Asas para Porto Seguro: histórias e memórias do antigo campo de aviação do Arraial d’Ajuda” (2019). Tem experiência nas áreas de História do Brasil Colônia, com ênfase na história da antiga comarca de Porto Seguro e Brasil Contemporâneo, com destaque para a história da Segunda Guerra Mundial no extremo sul da Bahia. E-mail: tharlessilva@yahoo.com.br.

### **Vera Lúcia da Silva**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), com bolsa de pesquisa da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Como membra do projeto CAPES-COFECUB, “Regimes nacionais de autoctonia”: Situações Indígenas e a Questão Nacional nas Américas e Oceania” sob a supervisão dos Professores João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ) e Alban Bensa (IRIS-EHESS), realizou um doutorado-sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (2019-2020). É mestre em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRio). É professora de Língua Portuguesa e Redação no Centro Territorial de Educação Profissional do Extremo Sul (CETEPES) há mais de vinte anos, mantendo ainda atividades profissionais e de pesquisa junto ao povo Pataxó há mais de dez. Ela também é membra do “Dandaras”, um coletivo de mulheres negras que realiza reflexões e ações para tornar o espaço acadêmico mais acessível às minorias e, por isso, menos desigual e múltiplo. E-mail: vsilva.lucia@hotmail.com.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

agropecuária 22, 288, 290, 309  
antropologia 23, 24, 197, 300, 414, 424,  
425, 426, 428, 429, 432, 434, 438, 447  
arte 21, 26, 200, 201, 240, 263, 271, 343,  
389, 420  
atenção básica 106, 128, 134

### B

Bahia 9, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 28, 29,  
30, 31, 32, 33, 35, 44, 45, 46, 57, 59, 63,  
65, 66, 68, 87, 93, 94, 95, 103, 110, 114,  
129, 130, 134, 135, 148, 151, 154, 156,  
157, 158, 159, 160, 164, 166, 167, 180,  
208, 209, 227, 239, 240, 241, 242, 244,  
275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282,  
284, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292,  
296, 300, 301, 302, 305, 308, 309, 312,  
313, 314, 315, 317, 318, 319, 336, 342,  
344, 346, 348, 359, 362, 375, 388, 389,  
394, 410, 415, 421, 422, 423, 441, 442,  
443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450  
Brasil 18, 19, 20, 21, 29, 58, 59, 61, 63,  
65, 82, 84, 87, 88, 98, 101, 102, 103, 104,  
105, 107, 109, 112, 113, 114, 116, 121,  
124, 126, 133, 153, 154, 155, 157, 159,  
160, 161, 168, 173, 174, 175, 178, 182,  
184, 185, 187, 190, 192, 201, 202, 204,  
205, 215, 216, 222, 230, 231, 240, 241,  
257, 270, 278, 282, 284, 286, 288, 290,  
291, 292, 298, 299, 300, 301, 303, 304,  
306, 308, 309, 312, 314, 315, 316, 317,  
318, 321, 338, 340, 344, 347, 348, 350,  
353, 355, 359, 386, 394, 395, 396, 397,  
407, 410, 413, 415, 422, 423, 443, 450

### C

CAPS 9, 20, 115, 116, 119, 120, 121, 122,  
124, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137,  
138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146,  
147, 148, 446, 447  
ciência 18, 24, 25, 34, 79, 129, 270, 271,  
272, 273, 390, 443  
comunidade 23, 25, 36, 37, 38, 41, 59, 61,  
83, 84, 112, 114, 134, 142, 163, 165, 172,  
176, 180, 182, 194, 208, 239, 304, 346,  
348, 349, 353, 355, 357, 358, 361, 362,  
363, 364, 366, 367, 370, 371, 372, 373,  
374, 375, 376, 377, 378, 379, 381, 382,  
383, 384, 387, 388, 404, 408, 410, 411,  
430  
Consequências 20, 151  
consultas 19, 80, 84, 85, 88, 89, 91, 93,  
95, 96, 99, 124  
COVID-19 10, 60, 61, 63, 64, 65, 76, 77,  
78, 79, 85, 86, 152  
cultura contemporânea 22, 243, 257, 259,  
264, 268

### D

devoção 21, 200, 209, 210, 213, 214, 215,  
216, 217, 218, 221, 223, 224, 227, 228,  
240, 439  
diálogos 18, 19, 20, 21, 23, 177  
direitos 23, 25, 38, 76, 83, 84, 105, 108,  
127, 133, 135, 136, 139, 140, 144, 146,  
153, 170, 173, 261, 349, 350, 353, 354,  
357, 358, 370  
distópicas 22, 243, 247, 256, 268

### E

SUMÁRIO



SUMÁRIO

economia 9, 19, 22, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 47, 54, 57, 58, 59, 152, 259, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 289, 291, 309, 343, 442, 446, 450  
ensinar 22, 97, 293, 295, 377, 427  
esculturas 21, 200, 201, 202, 204, 208, 210, 211, 227, 230, 231, 233, 235, 239, 240  
estereótipos 24, 93, 132, 330, 435  
estudos feministas 21, 359  
eventos 22, 34, 70, 141, 156, 173, 179, 248, 253, 256, 266, 299, 314, 315, 368  
exclusão social 9, 21, 25, 139, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 448  
expansão urbana 23, 323, 342

**F**

feministas 21, 23, 103, 359  
fontes 22, 41, 155, 156, 249, 253, 291, 296, 300, 301, 340

**G**

geografia 21, 208, 211, 228, 344  
gestão 18, 29, 30, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 53, 54, 55, 56, 57, 108, 113, 118, 123, 125, 127, 128, 167, 184, 240, 388, 445, 448  
guerra 9, 22, 227, 250, 251, 255, 256, 257, 262, 264, 269, 271, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 354

**H**

Helvécia 23, 345, 346, 347, 348, 349, 353, 355, 357, 358, 359  
história 17, 21, 22, 26, 74, 92, 101, 130, 169, 189, 190, 201, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 222, 227, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254,

255, 256, 257, 258, 261, 262, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 275, 291, 295, 296, 297, 300, 301, 303, 306, 308, 316, 318, 347, 369, 372, 377, 378, 379, 380, 381, 389, 391, 427, 434, 437, 446, 447, 450  
humanidades 22, 243, 272  
humanos 25, 83, 105, 161, 173, 214, 245, 248, 252, 254, 261, 262, 264, 265, 266, 267, 270, 272, 295, 370, 425, 428, 434, 436, 437, 438, 446

**I**

igrejas 21, 200, 201, 202, 204, 209, 210, 213, 216, 221, 227, 229, 231, 241

**L**

LGBT+ 19, 80, 82, 83, 84, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 103

**M**

manipulação 21, 186, 188, 246, 258, 270  
matripotência 23, 345, 346, 349, 353, 355, 357, 358  
meio-ambiente 22, 446  
memória 9, 17, 21, 22, 23, 24, 62, 206, 208, 240, 244, 251, 252, 253, 259, 262, 272, 297, 311, 315, 316, 318, 348, 359, 364, 366, 368, 369, 370, 371, 372, 376, 377, 378, 381, 382, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 393, 395, 396, 397, 399, 407, 408, 409, 412, 413, 414, 415, 416, 442  
mulheres 9, 23, 38, 46, 82, 89, 90, 92, 93, 99, 101, 154, 162, 187, 244, 260, 305, 345, 346, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 384, 396, 418, 423, 426, 443, 450

**O**

Orla Norte 22, 23, 320, 322, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 341, 342, 343

SUMÁRIO

**P**

pandemia 9, 20, 25, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 86, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 161, 163, 165, 166, 263, 372  
paradigmas 24, 113, 116, 122, 126, 169, 188, 358  
patrimônio cultural 9, 21, 200, 202, 203, 235, 238, 239, 240, 241, 444  
pesquisa 9, 10, 11, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 44, 46, 47, 48, 52, 56, 66, 67, 73, 81, 85, 86, 88, 89, 90, 92, 96, 100, 103, 104, 105, 106, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 122, 125, 128, 135, 136, 142, 154, 156, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 188, 203, 204, 208, 239, 245, 278, 296, 299, 300, 301, 315, 316, 322, 323, 330, 331, 342, 346, 351, 353, 362, 363, 364, 368, 371, 372, 377, 378, 381, 386, 388, 389, 390, 394, 395, 396, 407, 408, 416, 434, 441, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450  
Polícia Comunitária 168, 172, 175, 180, 183, 184, 185, 448  
Porto Seguro 20, 21, 22, 23, 24, 57, 114, 130, 134, 135, 138, 142, 144, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 185, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 239, 240, 296, 301, 302, 306, 310, 311, 317, 318, 320, 321, 322, 323, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 335, 338, 339, 340, 341, 343, 344, 393, 394, 398, 402, 406, 409, 412, 413, 415, 416, 417, 421, 422, 423, 444, 446, 450  
PPGES 9, 11, 17, 18, 24, 185, 424, 446, 449, 450  
psicologia 63, 68, 73, 74, 189, 197, 445

**R**

reflexões 10, 19, 22, 30, 79, 80, 89, 137, 188, 197, 257, 298, 374, 388, 445, 450  
regional 18, 22, 155, 156, 157, 161, 167, 203, 219, 230, 231, 274, 275, 279, 280, 283, 285, 288, 289, 290, 291, 301, 302, 309, 311, 413  
relações 20, 21, 22, 23, 36, 37, 41, 52, 56, 72, 73, 81, 131, 132, 135, 138, 146, 154, 162, 163, 175, 187, 191, 193, 194, 195, 196, 266, 267, 279, 289, 296, 299, 324, 325, 326, 354, 358, 367, 368, 370, 375, 376, 394, 417, 418, 423, 437, 443, 446  
relatos 22, 29, 60, 72, 73, 86, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 97, 98, 99, 118, 120, 123, 135, 141, 144, 167, 182, 204, 311, 333, 373, 379, 417  
religiosas 21, 81, 200, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 215, 216, 219, 221, 227, 235, 241, 279, 354, 356, 395, 407, 422

**S**

saúde mental 20, 60, 61, 62, 63, 74, 75, 76, 79, 106, 107, 108, 109, 112, 116, 122, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 152, 163, 419, 445, 446  
segurança pública 20, 21, 157, 160, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 178, 179, 181, 183, 185, 197, 448  
sociedade 9, 17, 22, 25, 29, 42, 83, 132, 140, 152, 153, 169, 172, 174, 182, 183, 190, 191, 192, 193, 195, 211, 227, 230, 240, 244, 246, 247, 248, 252, 254, 259, 261, 262, 264, 265, 269, 272, 277, 289, 290, 296, 303, 316, 318, 324, 325, 328, 343, 346, 350, 352, 355, 358, 359, 364, 365, 366, 367, 368, 380, 423, 426, 427, 436, 446, 450

<b>T</b>	174, 176, 177, 182, 184, 185, 186, 187,
territorialização	188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196,
	197, 198, 246, 264, 284, 312, 354, 396,
	442, 443, 445, 448
<b>V</b>	vitimização
violência	20, 151, 152, 155, 156, 157,
	159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167,
	193
	162, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 173,

SUMÁRIO



[WWW.PIMENTACULTURAL.COM](http://WWW.PIMENTACULTURAL.COM)

# RETRATOS INTEMPESTIVOS EM DIÁLOGOS DO SUL BAIANO